UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Thiago Araujo Santos

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA BRASIL):
A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de
resistência

(Versão corrigida)

São Paulo
2016

Thiago Araujo Santos

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA BRASIL):

A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de
resistência

(Versão corrigida)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção de Título de Doutor em Ciências,
na Área de Geografia Humana.

Orientador (a): Profa. Dra. Marta Inez
Medeiros Marques

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Sa Santos, Thiago Araujo Santos
Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil):
A convivência com o semiárido e a construção de um
regionalismo de resistência / Thiago Araujo Santos
Santos ; orientadora Marta Inez Medeiros Marques
Marques. - São Paulo, 2015.
232 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. convivência com o semiárido. 2. ideologias
geográficas. 3. campesinato. I. Marques, Marta Inez
Medeiros Marques, orient. II. Título.

Nome: Thiago Araujo Santos

Título: Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil): A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências, na Área de Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. (a): _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. (a): _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. (a): _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Prof. Dr. (a): _____
Instituição: _____
Julgamento: _____
Assinatura: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

Orientadora

Aos meus pais.

Agradecimentos

À Marta Inez Medeiros Marques, pela confiança e liberdade na orientação desta tese, bem como pela inspiração semeada sob a forma verbal de ensinamentos ou de postura intelectual e acadêmica.

À Valéria de Marcos. Por cada ensinamento, pela paciência de me formar pesquisador, pela confiança em meu trabalho e pelos caminhos abertos no mundo da ciência.

À Larissa Mies Bombardi, pelas discussões na disciplina “Campesinato e luta de classes”.

A Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pelas contribuições trazidas na avaliação do relatório de qualificação.

À Emilia Moreira de Rodat, pela disposição e interesse em contribuir para esta pesquisa através do projeto *Casadinho* (UFPB/USP).

A Pedro Vianna e Segundo Neto, pelos mapas.

A Anieres Barbosa da Silva e Clécio Petrúcio, pelas dicas aos trabalhos de campo.

A Marco Antonio Mitidiero Junior, pela amizade e interlocução constante.

A Antonio Carlos Robert Moraes (*in memoriam*), pelos frutíferos e inesquecíveis diálogos e pela inspiração permanente.

Aos camponeses e lideranças da ASA entrevistados nesta pesquisa. Pelas palavras, gestos e silêncios. Pelos ditos e não ditos. Pela água e o café oferecidos. Pelas conversas.

Aos amigos. De João Pessoa (todos!), especialmente a Marcos Aurélio Fernandes, pela década de cumplicidade. Aos de São Paulo (todos!), pelas preciosas vivências e experiências compartilhadas nestes últimos oito anos: Fábio de Oliveira, Francisco Barbosa de Macedo, Rafael Fanni, Mateus Araújo, Michell Tolentino, Carlos Andrés, Jäder Muniz, Jose Arnaldo, Samarone Marinho, Andrei Cornetta, Michel Rocha e tantos outros. Aos da *Projete Liberdade Capoeira*, pelo alento revigorante.

À Pietra Cepero, pelo apoio dado na finalização do trabalho.

Aos companheiros do grupo de estudos “Campo em Movimento”, pelo olhar inquieto compartilhado frente ao mundo.

À Jennifer Caroline de Sousa, pela incansável prestatividade e incontáveis contribuições dadas ao longo do último ano de realização desta pesquisa. Pelo acalento carinhoso nos momentos mais intensos de inquietação e pelas palavras, sempre precisas, que nutriram confiança e ânimo, essenciais no processo de escrita. Pela presença de sempre. E pelo amor.

Por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida.

Queremos ser libertados. O que dá uma enxadada no chão quer saber o sentido dessa enxadada. E a enxada do forçado, que humilha o forçado, não é a mesma enxada do lavrador, que exalta o lavrador. A prisão não está onde se trabalha com a enxada. Não há o horror material. A prisão está onde o trabalho da enxada não tem sentido, não liga quem o faz à comunidade dos homens.

E nós queremos fugir da prisão.

“Terra dos Homens”, Antoine de Saint-Exupéry

Resumo

SANTOS, T. A. Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil): A convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.232 f.

A Articulação no Semiárido (ASA Brasil) – organização que reúne mais de 3000 movimentos sociais, sindicatos, ONGs, associações, coletivos locais e regionais – surge, em 1999, com o intuito de fortalecer a reivindicação por soluções definitivas às dificuldades de abastecimento e acesso à água no semiárido brasileiro. Por um lado, o enfoque da ASA está no desenvolvimento e consolidação de um amplo leque de estratégias organizativas voltadas à valorização da autonomia e ao fortalecimento político dos camponeses. Por outro lado, as organizações e movimentos que compõem a ASA dedicam-se à construção e difusão de tecnologias alternativas, de baixo custo, que possibilitam o armazenamento hídrico descentralizado por meio da captação de água da chuva, sendo as *cisternas de placas* a principal entre elas. Através das estratégias assumidas e das tecnologias alternativas desenvolvidas, as organizações e movimentos sociais ligados à ASA assumem uma posição política contrária às tradicionais “soluções hídricas” assentadas nas grandes obras de açudagem e nas medidas paliativas de “combate à seca”, sobretudo por estas resultarem na concentração do abastecimento de água e abrirem espaço para a reprodução de relações de dominação político-clientelistas, sendo a troca de água por voto sua expressão mais evidente. Em 2003, foi criado o *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais* (P1MC), fruto de uma parceria estabelecida entre a ASA e o governo federal. Transformada em política pública, a distribuição das cisternas de placas exigiu da ASA a configuração de um aprimorado processo organizativo, de modo a possibilitar um considerável alargamento do alcance espacial dessa articulação e sua atuação em múltiplas escalas geográficas. Tomando como referência a estrutura organizativa e as estratégias configuradas pela Articulação, dedicamo-nos, nesta tese, à análise da dimensão política das ações de *convivência com o semiárido* desenvolvidas pela ASA. Nesta abordagem, constituem-se objeto de nosso interesse as implicações decorrentes da relação estabelecida com o Estado e os antagonismos frente às tradicionais políticas de *combate à seca*. Com base nas informações obtidas através de entrevistas, análise documental e trabalhos de campo, fomos levados a considerar as ações político-interventivas e as representações que acompanham as perspectivas de “combate à seca” e “convivência com o semiárido” como *ideologias geográficas* que evidenciam, através do regionalismo, contrapostos interesses de classe, revelando um conflito que encontra na relação entre *política* e *espaço* um elemento central.

Palavras-chave: convivência com o semiárido; ideologias geográficas; campesinato.

Abstract

SANTOS, T. A. Articulation in the Brazilian semiarid (ASA Brazil): The relationship with semiarid and the construction of a resistance regionalism [tese] São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015. 232 f.

The Articulation in the Semi-arid (ASA Brazil) – organization that assembles more than 3.000 social movements, syndicates, Non-governmental Organizations, associations, regional and local collectivities – arose in 1999, with the intention for strengthen the demand for definite solutions to supplies and water access difficulties of the Brazilian semi-arid. On the one hand, ASA's focus is development and consolidation of wide range organized strategies directed in valuation of autonomy and political strengthening of the peasants. On the other hand, ASA's organizations and movements pursue for building and propagation cheaper alternative technologies that allow decentralized water storage through rain capture, being plates tanks the main option among them. Through the adopted strategies and developed alternative technologies, organizations and social movements joined ASA admit an opposite political position to traditional “water troubleshooting” based on big buildings and palliative ways to “struggle against drought”, mainly for these ones result in water storage concentration and open up space for reproduction of political-customer domination relationships, being water change for vote the most evident expression of this. In 2003, *The Formation and Social Mobilization for Living in the Semi-Arid Program: One Million of Rural Tanks* (P1MC) created as a product of an established union between ASA and federal government. It has been become a public policy, the plates tanks distribution required from ASA the configuration of a refined organizational process, so that to enable a reasonable expansion of spatial reach of this articulation and its action on multiple geographic scales. Taking organizational structure and configured strategies by ASA as references, here, we aimed to analyze political dimensions of *relationship with the semi-arid's* actions developed by ASA. In this approach, the object is composed of consequential implications from established interaction between the State and opponents against traditional politics of *struggle against drought*. Based on obtained data by interviews, documentary analysis and field works, we have considered that political-interventional actions and representations which are side by side to the “struggle against drought” and “relationship with the semi-arid” perspectives as *geographic ideologies*, that shows through the regionalism, contrary class interests, revealing a disagreement essentially triggered by relation between *politics* and *space*.

Key-words: relationship with the semiarid; geographic ideologies; peasantry.

Lista de Figuras

Foto 1 – Processo de construção da cisterna – a base e as paredes.	149
Foto 2 – Processo de construção da cisterna – a estrutura de apoio da parte superior.....	149
Foto 3 – O processo de construção da cisterna – disposição das placas e acabamento.....	150
Foto 4 – A entrega da cisterna para a família beneficiada.....	150
Foto 5 – Integrantes do Coletivo ASA Cariri Oriental Paraibano (CASACO), criado com parte do P1MC. Na ocasião, os membros do Casaco participavam de um ato em defesa às políticas de convivência com o semiárido, realizado na cidade de Campina Grande-PB.....	158
Foto 6 – Momento de oração no início do Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) – Comunidade Malhadinha, Jericó-PB.....	161
Foto 7 – Roteiro de apresentação dos integrantes da ASA sobre o P1MC, no Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) - Comunidade Malhadinha, Jericó-PB.....	161
Foto 8 – Destruição de cisterna de plástico em ocupação da Codevasp. Juazeiro-BA.	176
Foto 9 – Cisterna de plástico transportada em caminhão do Ministério da Integração Nacional (MIN). Cacimba de Dentro-PB.	176
Foto 10 – Simulação de um cortejo fúnebre de uma cisterna de plástico. Ato de protesto realizado em Campina Grande-PB.	177
Foto 11 – Cartaz destacando a rejeição às cisternas de plástico por camponeses do município de Aroeiras-PB. Ato de protesto realizado em Campina Grande-PB.....	177
Foto 12 – Segurando um cartaz com a frase “Somos nordestinos de Coração Valente”, em referência a um <i>slogan</i> de campanha da candidata Dilma Rousseff, milhares de camponeses marchando sobre a ponte de Juazeiro-BA/Petrolina-PE.	181
Foto 13 – Saudação de Dilma Rousseff aos milhares de camponeses presentes no ato em seu apoio. Petrolina-PE..	181

Sumário

INTRODUÇÃO	12
Notas preliminares	13
Abordagem metodológica.....	16
Apresentação da problemática	19
Espaço e ideologia	24
Região e regionalismo	38
 CAPÍTULO 1 – NORDESTE, REGIÃO-PROBLEMA E O COMBATE À SECA: ideologia geográfica de um regionalismo de dominação.....	46
1.1. Sertão: espaço-outro	49
1.2. Aspectos ambientais do Sertão nordestino	62
1.3. O <i>combate à seca</i> e o discurso regionalista: intervenções governamentais na “região problema”	70
 CAPÍTULO 2 – CAMPESINATO E POLÍTICA: Expressões de resistência na realidade brasileira ...	85
2.1. Marxismo, campesinato e classe social: um percurso teórico	88
2.2. O campesinato e a política na realidade brasileira.....	106
2.2.1. Expressões primordiais de resistência camponesa no sertão dos “coronéis”	106
2.2.2. Expressões classistas nas lutas camponesas em um cenário de transformações...	114
 CAPÍTULO 3 - OS PASSOS DA ASA BRASIL SOBRE O CHÃO DO POVO: Os horizontes da autonomia e a convivência com o semiárido.....	126
3.1. As bases movimentalistas da ASA: o <i>campo ético-político</i> dos movimentos populares.....	129
3.2. O processo de formação da ASA e os horizontes da autonomia	139
3.2.1. Das articulações à institucionalização da ASA	143
3.2.2. A estrutura organizativa da ASA e seus códigos ético-políticos	153
3.2.3. A relação ASA-Estado e o horizonte da autonomia de movimento.....	167
 CONSIDERAÇÕES FINAIS – CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: ideologia geográfica de um regionalismo de resistência.....	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
ANEXOS.....	213

INTRODUÇÃO

Notas preliminares

Nesta tese, tomando como referência a estrutura organizativa e as estratégias configuradas pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), dedicamo-nos à análise da dimensão política das ações de “convivência com o semiárido” e os antagonismos assumidos pela Articulação frente às tradicionais políticas de “combate à seca”. A compreensão das ações e estratégias da ASA, em particular em sua dimensão espacial, pressupõe um aprofundamento sobre a relação entre a Articulação e o Estado. Neste sentido, adquiriu uma maior centralidade em nossa pesquisa, enquanto referencial analítico, o P1MC – *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas rurais*. Este programa, executado pela ASA, é o resultado de uma parceria estabelecida com o Governo Federal, que tem como propósito a construção e difusão, no semiárido, de cisternas de placas utilizadas para captação e armazenamento de água da chuva. Sob o enfoque assumido nesta tese, a partir de nossa análise sobre a ASA, refletiremos a respeito da espacialidade dos movimentos sociais contemporâneos e sua potencialidade política frente aos arranjos socioespaciais hegemônicos configurados sob o capitalismo.

Cabe evidenciar que esta pesquisa de doutorado constitui-se um momento de uma trajetória iniciada na nossa graduação em Geografia, realizada na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em meados de 2005, integramos, na condição de bolsista, um projeto de Extensão Universitária, coordenado pela Profa. Dra. Valéria de Marcos, então docente do curso de geografia da UFPB e pelo Prof. Dr. Paulo José Adissi (Departamento de Engenharia de Produção da UFPB). De uma forma geral, tínhamos como objetivo, naquele projeto, encontrar caminhos para realizar melhorias no processo produtivo e de comercialização da feira agroecológica¹ que é realizada semanalmente, desde o ano de 2002, no interior daquela universidade.

A nossa atuação na Extensão Universitária, através do trabalho realizado junto à feira agroecológica, permitiu um primeiro contato com problemáticas associadas à *questão agrária*, aproximando-nos de temáticas relacionadas à produção camponesa, agroecologia, assentamentos rurais, reforma agrária, comercialização, agrotóxicos, etc. O aprofundamento teórico sobre as questões de interesse para o projeto em que atuávamos passou a se constituir

---

¹ As feiras agroecológicas podem ser definidas como espaços estabelecidos para a comercialização de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos diretamente dos produtores aos consumidores. Essas feiras agroecológicas têm em comum os fundamentos do seu processo organizativo. Este tem como alicerce os princípios da agroecologia utilizados na construção de estratégias a serem implantadas na produção e comercialização de alimentos produzidos com base no trabalho familiar.

um propósito em nossa formação acadêmica, estreitando nossos vínculos com o campo de leituras e discussões da Geografia Agrária². A construção dessa base teórica se deu consorciada com a nossa participação em vários trabalhos de campo nos assentamentos rurais ligados à feira e em visitas semanais ao local de comercialização na UFPB³.

O encontro entre a dimensão teórica e a vivência viabilizada pela Extensão Universitária nas áreas de produção e comercialização nos assentamentos nos instigou a continuar estudando a problemática da agroecologia, tendo como princípio norteador a sua compreensão sob as particularidades do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. Foi assim que decidimos realizar a pesquisa da monografia de final de curso de bacharelado em Geografia (UFPB) sobre a feira agroecológica citada, o que nos levou a compreendê-la enquanto alternativa estabelecida para a superação das adversidades ligadas ao processo produtivo e de comercialização nas áreas de assentamentos rurais⁴. Os resultados obtidos e as leituras realizadas nos estimularam a aprofundar ainda mais a nossa busca por uma melhor compreensão da agroecologia na realidade do campo no atual contexto social e econômico.

A partir deste alicerce, realizamos, entre os anos de 2007 e 2010, nossa pesquisa de mestrado, também sob orientação da Profa. Dra. Valéria de Marcos, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGGH), na Universidade de São Paulo (USP). Por meio desta investigação, analisamos aspectos relativos à organização, produção e comercialização de sete feiras agroecológicas localizadas em quatro municípios de diferentes mesorregiões do estado da Paraíba⁵. Pudemos observar, a partir da investigação realizada, que tais feiras carregam um significativo conteúdo político, particularmente por municiar o campesinato na busca pela superação de variadas formas de subordinação empregadas pelo capital comercial e industrial, no campo. Neste sentido, vimos que as feiras agroecológicas criam condições objetivas de negação dessa realidade, possibilitando a constituição de alternativas gestadas no processo produtivo e de circulação da produção agrícola, tanto em comunidades rurais, quanto em áreas de assentamentos de Reforma Agrária.

---

² Teve grande relevância também nesse período a nossa participação, como ouvinte, em uma disciplina de Mestrado ofertada pela Profa. Dra. Valéria de Marcos, no ano de 2005, na UFPB. Nesta, tivemos a oportunidade de aprofundar a discussão sobre o campesinato e a questão agrária, bem como tomar conhecimento de outras experiências de produção alternativa na agricultura.

³ Ao longo do tempo de vigência dos projetos – e mesmo após o seu término – participamos de inúmeras reuniões, assembleias, encontros, oficinas e eventos ligados à agroecologia.

⁴ Este trabalho, concluído em 2007, contou com a orientação da Profa. Dra. Valéria de Marcos (Departamento de Geografia/FFLCH/USP).

⁵ Cf. Thiago Araujo Santos. Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2010.

Como produto dessa pesquisa, aproximamo-nos significativamente de problemáticas e questões que constituem a agenda dos movimentos sociais camponeses na contemporaneidade. Em consonância com a *luta pela terra*, observamos, a partir da investigação, a ênfase, por parte dos movimentos sociais estudados, na construção coletiva de alternativas para a reprodução social *na terra*, o que faz emergir novas demandas e desafios. Essas novas demandas e desafios passaram a somar-se, enquanto horizonte de ação, à própria *luta pela terra*, que continua a ser realizada pelos camponeses e seus movimentos. O conjunto de reflexões e indagações realizadas, neste processo investigativo, nos levou, com efeito, a evidenciar a dimensão política da *luta na terra*, que, marcada por desafios específicos, exige a atualização dos instrumentos e estratégias de ação dos movimentos sociais.

O contato específico com a dimensão da reprodução social enquanto campo de ação dos movimentos sociais, possibilitado pela pesquisa de mestrado realizada, nos aproximou de importantes estratégias delineadas no estado da Paraíba. Foi a partir desta aproximação, que tivemos contato com a ASA, objeto central de nossa pesquisa de doutorado.

Entre as feiras agroecológicas inseridas em nosso recorte de análise, na pesquisa de mestrado, três delas estão situadas no semiárido, sendo estas feiras apoiadas por organizações/movimentos direta ou indiretamente ligados à ASA. Referimo-nos, aqui, à feira agroecológica de Campina Grande-PB, realizada por camponeses da mesorregião do Agreste Paraibano, contando com a assessoria do *Pólo Sindical da Borborema e Assessoria a Projetos em Agricultura Alternativa* (ASP-TA); e às feiras agroecológicas de Aparecida-PB e Cajazeiras-PB, formadas por camponeses de assentamentos rurais do Sertão Paraibano, assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Para essas organizações e camponeses, as feiras agroecológicas se constituem parte de um amplo conjunto de estratégias de reprodução social, mobilizadas com o propósito de viabilizar formas alternativas de enfrentamento às adversidades, muitas das quais associadas à realidade do semiárido. Diante disto, nosso contato com essas feiras agroecológicas inevitavelmente nos levou a uma aproximação com importantes práticas, empreendidas pelas organizações ligadas à ASA, direcionadas à *convivência com o semiárido*: construção e difusão de tecnologias alternativas, fomento de práticas associativas, promoção de formas específicas de organização e articulação política a partir de redes temáticas, incentivo à realização de visitas de intercâmbio pelos camponeses, fortalecimento de mecanismos descentralizados de divulgação de informações, entre outras. Foi, com efeito, o contato com

este repertório amplo e diverso de práticas e estratégias organizativas que nos instigou ao estudo da ASA a partir de nossa pesquisa de doutorado.

Abordagem metodológica

A área de atuação da ASA, que compreende o semiárido brasileiro, abrange um total de 1.133 municípios de nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe⁶. A significativa abrangência territorial da Articulação demandaria, por si só, o estabelecimento de um recorte no processo investigativo sobre a organização. Ademais, a grande variedade de ações e o complexo processo organizativo que perpassa o desenvolvimento da ASA tornam inviável uma análise detalhada e profunda de cada uma das dimensões que a compõem.

Conscientes da impossibilidade de um alcance total – no processo de pesquisa – das múltiplas e complexas questões emergentes, como parte do desenvolvimento da ASA, estabelecemos, em nossa análise, um duplo recorte. O primeiro deles tem um caráter *temático*. Veremos que as ações em prol da convivência com o semiárido são operadas em distintas frentes, abarcadas, na estrutura da ASA, através das chamadas “redes”. Estas redes, em suas particularidades, respondem à diversidade de demandas e problemáticas relativas à convivência com o semiárido, viabilizando a concentração de esforços, por parte de seus integrantes, em busca da formulação de ações e estratégias específicas. Neste sentido, temas como cultivos agroecológicos, apicultura, armazenamento de sementes, educação contextualizada, entre outros, agrupam camponeses interessados na busca por soluções através da produção e troca de conhecimentos e experiências.

Em nossa investigação, não abdicando da consideração de eventuais referências a outras *redes* e eixos de ação, priorizamos a coleta de informações e problematização de questões associadas à *captação hídrica*. Por um lado, pela particular relevância das ações empreendidas nesta área, no processo de formação da ASA, constituindo-se este o tema central do projeto de convivência com o semiárido. Por outro lado, este enfoque justifica-se pela centralidade que a problemática adquiriu em decorrência da relação estabelecida entre a Articulação e o Estado, a partir de 2003, como decorrência do papel assumido pela ASA na execução de políticas públicas voltadas à disseminação, no semiárido, das cisternas de placas e outras tecnologias similares, através do P1MC.

---

⁶ Dados oficiais do Ministério da Integração Nacional, disponíveis em: http://www.integracao.gov.br/desenvolvimento_regional/publicacoes/delimitacao.asp

O processo de investigação exigiu, além disso, uma delimitação espacial para a análise, diante da ampla área geográfica de atuação da organização. Toda a diversidade de ações empreendidas pela ASA e a complexidade das articulações entre estas, nos diversos estados que a integram, inviabilizariam uma proposta de acompanhamento exaustivo que envolvesse, empiricamente, toda a área abarcada pela Articulação. Por esta razão, a delimitação de um recorte espacial para a investigação responde, aqui, à necessidade de circunscrever a realidade investigada de modo a possibilitar uma melhor aproximação dos processos sociais que constituem nossa referência de pesquisa. Entretanto, é importante ressaltar que, na perspectiva aqui assumida, estabelecer um recorte de análise não implica abdicar da consideração das múltiplas relações estabelecidas, nos diferentes estados federativos, que configuram a totalidade das ações da ASA.

Deste modo, elegemos como referência empírica fundamental para nossa investigação, por suas próprias particularidades históricas, as organizações e movimentos sociais que integram a ASA no estado da Paraíba. A coexistência, na Paraíba, de um movimento camponês significativamente *coeso* e, ao mesmo tempo, *diverso*, parece-nos explicativo da especificidade da atuação da ASA paraibana⁷. Neste estado, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), aglutinando forças com Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e ONGs, como a Assessoria de Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Centro de Ação Cultural (Centrac) e Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), na mesorregião do Agreste, contribuiu significativamente para a constituição e fortalecimento de uma articulação política voltada às ações de convivência com o semiárido.

Nesta perspectiva, na Paraíba, os anos de 1990, década de criação da ASA, constituíram-se um marco importante. Neste período, na mesorregião do Agreste, o trabalho sindical assumiu novas “bandeiras”, para além das “questões trabalhistas”, enfocando suas estratégias na construção de “novos instrumentos de assistência técnica para a produção, área até então ocupada por entidades oficiais, firmando-se a partir deste momento uma forte parceria com ONGs”⁸. Assim, o Pólo Sindical da Borborema delineou caminhos para a constituição de diversas experiências alternativas naquela região, com a importante parceria

---

⁷ Para uma referência à particularidade das ações da ASA, na Paraíba, cf. Ghislaine Duque. *A Articulação do Semi-Árido brasileiro: camponeses unidos em rede para defender a convivência no Semi-Árido*. in Bernardo Mançano Fernandes et. al., organizadores. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 303-320.

⁸ Edgard Malagodi. O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudanças. in Maria de Nazareth Baudel Wanderley, organizadora. *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004, p. 167.

da AS-PTA. Esta, por sua vez, em atuação na Paraíba desde 1993, desenvolveu estratégias com o propósito de potencializar a formulação, defesa e execução de um “projeto de desenvolvimento rural na região baseado nos princípios da sustentabilidade socioambiental por meio da agroecologia”⁹. A CPT, no mesmo momento, fortalecia projetos de apoio à produção e comercialização agroecológica nas mesorregiões da Mata e Sertão Paraibano, contando com a parceria de entidades como a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), no caso do Sertão; e Cáritas, nos municípios da Mata paraibana¹⁰.

Para a obtenção do conjunto de informações úteis à nossa investigação, realizamos trabalhos de campo em assentamentos e comunidades rurais na área de atuação da ASA, beneficiadas pelas cisternas de placas¹¹, bem como em comunidades atendidas pelo Governo Federal com recebimento de cisternas de polietileno¹²; trabalhos de campo em atos de protesto, marchas, reuniões e encontros¹³; participamos de dinâmica organizativa que integra o processo de construção de cisternas¹⁴; visitamos sedes institucionais e secretarias de organizações que compõem a ASA¹⁵; consultamos notícias e reportagens publicadas em

⁹ Informação disponível em: <http://www.aspta.org.br/programa-paraiba> (Acesso em Ago./2014).

¹⁰ A Cáritas é uma entidade vinculada à Igreja Católica e atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Cf. <http://www.caritas.org.br/quemsomos.php?code=8> (Acesso em Ago./2014). Uma frente importante do apoio assumida pela Cáritas refere-se aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), como mencionou Paul Singer. Este autor observa que o pressuposto da “solidariedade libertadora”, subjacente à ação dos PACs, “sintetiza a imensa evolução da Igreja Católica de uma ação meramente assistencial para uma postura de crítica ao capitalismo, com a proposição de que a solidariedade liberta. Ela implica uma tese ousada: a de que os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio, podem por si só superar a miséria”. Neste sentido, o mesmo autor afirma que “A nova postura de início não tinha um programa claro de como os trabalhadores podem sair da miséria pelas suas próprias forças. Por isso ela convoca as próprias comunidades a encontrar as saídas, pela aplicação do antigo mas ainda hoje indispensável método de ensaio e erro, através de uma vasta multiplicação de diferentes ‘experiências’”. Cf. Paul Singer. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 117.

¹¹ Na microrregião do Alto Sertão paraibano, realizamos trabalhos de campo no assentamento Acauã, localizado no município de Aparecida-PB; em São João do Cariri, situado na microrregião do Cariri Oriental paraibano e em Soledade-PB, que faz parte da microrregião do Curimataú Ocidental.

¹² Neste caso, visitamos comunidades rurais do município de Cacimba de Dentro-PB, localizado na microrregião do Curimataú Oriental.

¹³ Destacáramos, aqui: IV Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia (Solânea-PB/2013); V Marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia (Massaranduba-PB/2014); Marcha pela água de qualidade (Campina Grande-PB/2014); ato em apoio à reeleição da presidenta Dilma Rousseff (Petrolina-PE/2014); Encontro Unitário Camponês (João Pessoa/2013).

¹⁴ Tivemos a oportunidade de acompanhar o processo de mobilização, realizado por integrantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Aparecida-PB, para a construção de cisternas em uma comunidade rural de Jericó-PB, participando do Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), em março de 2013.

¹⁵ Visitamos as sedes/secretarias das seguintes organizações: AS-PTA (Esperança-PB), Centrac (Campina Grande-PB), STR Aparecida-PB, além da secretaria nacional da ASA Brasil, localizada em Recife-PE.

boletins informativos da ASA ou de organizações e movimentos que a compõem¹⁶, bem como na imprensa¹⁷; consultamos cartilhas informativas, cartas políticas¹⁸, e participamos de audiência pública voltada à publicização dos resultados e ações da Articulação¹⁹.

A realização de entrevistas semi-estruturadas com camponeses e militantes de organizações e movimentos que integram a Articulação nos permitiu a coleta de importantes informações sobre a atuação da ASA em suas ações de convivência com o semiárido, revelando-nos problemáticas que discutiremos nesta tese. Estas informações, somadas àquelas obtidas através dos documentos/reportagens e à observação direta, realizada nos trabalhos de campo, constituem o *corpus* fundamental sobre o qual nos apoiamos em nossa reflexão sobre a ASA e as ações de convivência com o semiárido.

Por fim, cabe ressaltar que o aporte de informações mobilizado nesta pesquisa responde a uma temporalidade específica da existência da ASA. O necessário encerramento da investigação, como condição para permitir a redação desta tese, impôs, naturalmente, a interrupção no processo de análise sobre a Articulação, o que se deu nos últimos meses de 2014. O recorte temporal estabelecido alcança como limite o momento correspondente à disputa eleitoral do mês de outubro do referido ano, período no qual a ASA atuou ativamente em prol da reeleição de Dilma Rousseff (PT) à presidência do Brasil.

Apresentação da problemática

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil), criada em 1999, é uma organização formada por mais de 3.000 movimentos sociais, sindicatos, grupos de mulheres, grupos de jovens, pastorais religiosas, coletivos locais e regionais e outras organizações que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas públicas dirigidas à população

¹⁶ Os boletins informativos e reportagens, produzidos pela ASA, se constituem um instrumento político de mobilização e divulgação de informações de interesse aos membros da Articulação, além de servirem como registro de atividades ou eventos da Articulação.

¹⁷ Consultamos reportagens e publicações da imprensa, disponíveis em *sites* de diversas agências de notícias, utilizando-as como recurso adicional para apoiar nossa abordagem sobre atos públicos, encontros, eventos, etc.

¹⁸ As chamadas “cartas políticas” são documentos elaborados com fins de publicização de posições políticas da ASA. São escritos e divulgados em, pelo menos, dois tipos de ocasião: (1) como resultado de *encontros* microrregionais, estaduais ou nacionais realizados pela Articulação, ou (2) em razão de alguma demanda específica (por exemplo: demarcação de uma posição crítica a determinada decisão do governo ou para fins de denúncia de alguma injustiça cometida pelo agronegócio em âmbito local). Trata-se, assim, de um esforço de sistematização de uma posição política e ideológica com o propósito de informar a sociedade, divulgando-se informações entendidas como de *interesse coletivo*, e, assim, visando à obtenção de uma maior legitimidade política para as ações estabelecidas. Enquanto fonte de pesquisa, mobilizamos tais cartas enquanto registro das posições assumidas pela ASA, isto é, como referencial para o entendimento de estratégias assumidas pela Articulação em contextos críticos.

¹⁹ Referimo-nos, aqui, a uma audiência pública realizada no município de Soledade-PB, em Abril de 2014.

economicamente vulnerável do semiárido brasileiro. Antes mesmo de ser constituída a articulação, as organizações e movimentos sociais que a compõem já elaboravam estratégias voltadas à convivência com as adversidades que acompanham os períodos de estiagem no semiárido, fortalecendo iniciativas locais e as difundindo. A configuração da ASA enquanto articulação se define, nesta perspectiva, como um importante momento de convergência política dessas organizações e movimentos, buscando-se o fortalecimento do conjunto das ações e estratégias desenvolvidas.

As dificuldades de acesso à água potável levaram os camponeses e assessores integrados à ASA a desenvolver, aprimorar e disseminar um conjunto amplo de “tecnologias alternativas” que tem se mostrado de grande relevância social e viabilidade. Dentre estas tecnologias, a cisterna de placas está entre as mais conhecidas. Possuindo um baixo custo para sua construção e manutenção, a cisterna de placas possibilita a captação de água dos telhados das casas, em épocas de chuva, a partir da instalação de canos para o transporte da água que corre nas calhas e de um reservatório com capacidade de armazenamento de 16.000 litros de água. Esta tecnologia possibilita às famílias beneficiárias o acesso, em períodos de estiagem, a água limpa e de boa qualidade para o abastecimento doméstico, superando a necessidade das longas caminhadas para a busca desse bem natural.

A disseminação da construção das cisternas, ação desenvolvida pela ASA, tornou-se uma política pública, a partir do ano de 2003, com o P1MC – *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas rurais*. Este Programa é o resultado de uma parceria estabelecida com a ASA pelo governo federal, sob a gestão do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tendo como objetivo beneficiar cerca de cinco milhões de pessoas, com renda de até meio salário mínimo por membro da família, residentes permanentes na área rural e sem acesso ao sistema público de abastecimento de água.

A execução do P1MC, realizada até o momento pela ASA, é perpassada por um processo de formação, no qual se valoriza a participação das famílias beneficiadas e se incentiva a organização comunitária e a mobilização dos camponeses atendidos pelo programa. Deste modo, além de viabilizar a construção de cisternas de placas, tecnologia de grande relevância para permitir a *convivência com o semiárido*, a ASA, a partir do P1MC, abre espaço também para o fortalecimento de processos descentralizados de organização e participação política por parte da população abarcada por suas ações.

Inscrevendo-se em uma região marcada por relações de poder fundadas sobre o mandonismo de grupos oligárquicos tradicionais, as ações de convivência com o semiárido buscaram redefinir o lugar social dos camponeses, valorizando seus conhecimentos e práticas, estimulando processos associativos, troca de experiências, aquisição de conhecimentos técnicos, entre outras ações voltadas ao fortalecimento de sua posição como “sujeitos da própria história”. É neste sentido que a ASA, em suas estratégias e ações, expressa a resistência política às grandes obras e projetos desenvolvidos sob a perspectiva do *combate à seca*.

Em meio ao rearranjo na economia nacional ocorrido no final do século XIX e início do século XX, impulsionado pelo deslocamento da centralidade econômica do Nordeste canavieiro para Centro-Sul cafeeiro, o combate à seca e seus efeitos instaura-se como discurso oficial das elites agrário-regionais, convertendo-se o regionalismo nordestino em uma estratégia mobilizada em prol de uma recolocação, em âmbito nacional, de frações de classe em estado de decadência²⁰. Neste sentido, as “necessidades da região” foram incorporadas como o fundamento de um discurso que garantia a legitimidade da participação das elites periféricas no bloco do poder²¹, criando-se meios para a incorporação de suas demandas conservadoras junto ao Estado²². As políticas de *combate à seca*, baseadas nas grandes obras de açudagem, beneficiando os grupos oligárquicos tradicionais, resultaram na concentração hídrica e na constituição de uma estrutura favorável à reprodução de relações de dominação político-clientelistas, utilizando-se a água como “moeda” no jogo político.

No processo de consolidação das ações de *combate à seca*, a reprodução de uma representação negativa sobre o espaço do semiárido se constituiu como parte das estratégias voltadas à justificação das intervenções político-governamentais empreendidas. Um cabedal de imagens impactantes – gado morto, vegetação seca, terra rachada, crianças desnudas e desnutridas, entre elas – passou a ser mobilizado, de forma recorrente, como forma de revelar a dureza da vida que ali se esconde, definindo com traços negativos os limites de uma região que tem a seca como elemento fundador e a miséria como sua consequência natural. A condição seca demarca o sentido para o espaço em questão, dotando-lhe de particularidade e

---

²⁰ Cf. Rosa Maria Godoy Silveira. *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

²¹ O historiador Durval Muniz afirma que o regionalismo nordestino, na prática, aproximou diversas frações de classe, tendo sido propagado tanto pelos grandes proprietários de terra da zona da Mata, quanto por comerciantes das cidades, além dos criadores de gado e grandes produtores de algodão. Cf. Durval Muniz de Albuquerque Junior. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4a ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009, p. 73.

²² Cf. Iná Elias de Castro. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992

identidade, informando um senso comum, uma representação dominante que encontra na natureza sua substância fundamental²³. Esta representação negativa da porção semiárida do território brasileiro não emerge de modo neutro e espontâneo. Neste caso, a atribuição de um sentido ao espaço responde a interesses sociais particulares, justificando transferências vultosas de recursos públicos destinados às classes sociais administradoras dos problemas que caracterizam a região, legitimando, assim, um conjunto de práticas político-interventivas.

Em oposição, além da disseminação de tecnologias alternativas e da busca pelo fortalecimento de uma posição ativa dos camponeses frente às amarras impostas pelas tradicionais relações de poder que marcam historicamente o semiárido, a ASA inscreve como importante preocupação a inversão da imagem negativa da região, promovendo campanhas e ações que evidenciam “um semiárido produtivo e otimista em contraposição ao imaginário da miséria, por muitos anos vendidos à população”²⁴.

A relação entre as ações de *convivência com o semiárido* e aquelas de *combate à seca* configura, deste modo, um campo de disputa entre práticas sociais que têm o espaço como importante referencial. Evidencia-se, assim, que o *semiárido* não ecoa pelos ventos da porção mais seca do território brasileiro como um termo qualquer; como uma palavra, entre outras, eleita para integrar, de forma mais ou menos recorrente, o vocabulário de camponeses, técnicos, funcionários ligados ao Estado, intelectuais, agentes pastorais, militantes de ONGs e movimentos sociais. O termo extrapola os limites de uma operação classificatória sobre o clima de uma determinada região, carregando consigo um significativo peso simbólico e abrigando, em sua semântica, distintos horizontes de ação política.

Os antagonismos que se expressam entre as ações e discursos das perspectivas de *convivência com o semiárido* e de *combate à seca* adquiriram significativa visibilidade no campo acadêmico. Nos trabalhos sobre o tema, são evidenciados, fundamentalmente, os termos das distinções operadas entre uma e outra perspectiva, qualificadas como diferentes “modelos” de políticas públicas²⁵, distintos caminhos de acessar a institucionalidade público-estatal²⁶, antagônicos *discursos*²⁷, ou, de forma mais recorrente, como contrapostos

²³ Iná Elias de Castro. *Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*. in Iná Elias de Castro et. al., organizadores. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 297.

²⁴ “Clima de otimismo no semiárido”, ASA Brasil, Acervo – Campanhas. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/acervo/campanhas?artigo_id=289 (Acesso em Ago./2015).

²⁵ Ghislaine Duque “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e meio ambiente* (UFPR). 2008, p. 133-140.

²⁶ Thiago Rodrigo de Paula Assis. Sociedade civil e institucionalização de políticas públicas: o caso do P1MC. Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 2010, p. 1-21.

“paradigmas de desenvolvimento”²⁸. Em nossa abordagem – reconhecendo e valorizando as evidentes transformações fomentadas pela Articulação, particularmente no que se refere à promoção do acesso à água –, chamaremos a atenção, distintamente, para a proximidade existente entre a práxis da *convivência* com o semiárido e a perspectiva de *combate à seca*, identificando o regionalismo como elemento comum em ambas as perspectivas.

Neste sentido, veremos que, *contra* as políticas de *combate à seca* e o seu discurso regionalista, a ASA operará sua práxis em contraposição ao regionalismo “dominante”, configurando o que qualificamos como “regionalismo de resistência”. A inversão assumida tem como horizonte a consolidação de uma representação do sertão seco não mais como espaço-problema, mas como espaço-possível, *locus* de uma vida comunitária, familiar, camponesa, onde as práticas tradicionais do “povo”, bem como os valores ético-políticos que as definem, se sobrepõem aos desmandos dos “coronéis” e dos latifundiários. Desenvolve-se, com efeito, uma representação do sertanejo enquanto sujeito inventivo, portador de soluções por seus próprios atributos sociais e culturais, reivindicando-se traços típicos do modo de vida camponês como elementos associados à *identidade regional* que se busca fortalecer.

O conceito de ideologia geográfica, no sentido atribuído por Antonio Carlos Robert Moraes²⁹, será mobilizado como meio para elucidar aspectos importantes da problemática em foco, permitindo-nos, ao longo da tese, equacionar – de forma mais precisa – a prática política e as representações subjacentes às contrapostas perspectivas em tensão. Enquadraremos a problemática a partir da consideração de que, enquanto ideologias geográficas, as ações das classes sociais envolvidas com a disputa em questão são configuradas através da convergência e imbricação de três momentos centrais: (1) *representação do espaço*; (2) *representação social*; e, por fim, (3) as *práticas político-interventivas*. Partimos da hipótese segundo a qual, no campo da disputa entre as ações de *convivência com o semiárido* e aquelas de *combate à seca*, a consideração das múltiplas relações entre os distintos momentos da tríade revela,

---

²⁷ Cf. Mariana Moreira Neto. *Outro Sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013 e Almir Moraes de Sá. *Os modos de dizer e de fazer (d)a convivência: enunciados e invenções de semiárido* [dissertação]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA, 2012.

²⁸ Cf., por exemplo, Flávio Lyra de Andrade e Paula Vanessa Mesquita Queiroz. *Articulação no semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: a influência da ASA na Construção de Políticas Públicas*. in Ângela Küster e Jaime Ferre Marti, organizadores. *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste no Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009; Roberto Marinho Alves da Silva. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento* [tese]. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006; Diego Bruno Silva de Oliveira. *O uso das tecnologias sociais hídricas na zona rural do semiárido paraibano: entre o combate à seca e a convivência com o semiárido* [dissertação]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, 2013.

²⁹ Cf. Antonio Carlos Robert Moraes. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005.

analiticamente, o espaço enquanto momento relevante na relação política do campesinato com classes sociais antagônicas no semiárido, conformando o solo sobre o qual os homens e mulheres se movimentam, adquirem consciência de sua posição social e lutam por seus interesses³⁰.

Com o propósito de definir, mais claramente, as bases teóricas sobre as quais nos apoiamos, realizaremos, a seguir, uma breve discussão sobre a relação entre espaço e política, problematizando o regionalismo enquanto ideologia geográfica. Com isto, esperamos evidenciar os caminhos a serem percorridos ao longo de nossa investigação, alicerçando, assim, o enfoque analítico escolhido. Contudo, a proposta de uma discussão sobre o regionalismo enquanto ideologia geográfica pressupõe um recorte teórico – seja pela natureza complexa do problema, que evoca múltiplos significados; seja pela abundância de referenciais empíricos sobre o regionalismo enquanto expressão política. Por isto, nos deteremos à apresentação de um lastro teórico-filosófico possível para o enquadramento analítico do tema, situando-o, em sua particularidade, em meio à relação entre poder, pensamento e classe social.

Espaço e ideologia

“O espaço (social) é um produto (social)”, afirmou Henri Lefebvre³¹. Com efeito, a centralidade da *atividade produtora* traz como corolário a ideia segundo a qual a produção do espaço social constitui-se um ato teleológico, envolvendo, portanto, uma *finalidade*, isto é, um movimento que se define como particularmente humano, simultaneamente coletivo e individual. Assim sendo, tal movimento pressupõe a *consciência*, a capacidade de pré-idear, de construção mental prévia da ação que se pretende executar³². O fundamento da dimensão teleológica da produção do espaço se encontra, neste sentido, no processo de *humanização do homem*, no contínuo movimento de dominação e apropriação da natureza, que, como consequência, passa a ser redefinida como natureza social, segunda natureza, sendo o *trabalho* uma mediação central. Assume-se, assim, o *trabalho* como atributo essencialmente humano, como elemento constitutivo da condição que difere os homens dos demais animais,

---

³⁰ Como demonstraremos mais detidamente adiante, inspiramo-nos, em tal elaboração, no conceito de ideologia em seu sentido gramsciano, qualificando-a, pois, enquanto “visão de mundo” inscrita na práxis humana, integrando ação e representação como unidade constitutiva da realidade histórica. Cf. Antonio Gramsci. *Concepção dialética da história*. 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, p. 16.

³¹ Henri Lefebvre. *A produção do Espaço*. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, tradutores. 2006, p. 36.

³² Antonio Carlos Robert Moraes. *A questão do sujeito na produção do espaço*. in *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 16.

dotando aqueles de particularidade. Pressupondo, neste sentido, o trabalho numa forma associada unicamente ao homem, Marx afirma, numa famosa passagem d'*O Capital*:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colméia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colméia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já esperava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente³³.

Reivindicando a perspectiva marxiana, o filósofo húngaro György Lukács qualifica o ato teleológico, presente no *trabalho*, como um momento constitutivo de um *salto ontológico*. Para este autor, não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antítese que o exclui. Na realidade, “as formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais”³⁴. Esse desenvolvimento, contudo, constitui-se um processo dialético (e, como tal, em movimento), que começa com um salto, com um pôr teleológico no *trabalho* para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza. É através do ato do pôr teleológico no *trabalho* que se apresenta o ser social em si. Entretanto, o desdobramento do processo histórico implica a transformação desse *ser-em-si* num *ser-para-si* e, portanto, “a superação tendencial das formas e dos conteúdos de ser meramente naturais em formas e conteúdos sociais cada vez mais puros, mais próprios”³⁵. Trata-se de um processo metabólico entre o homem e a natureza, “processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”³⁶ e, assim agindo sobre a natureza externa, transformando-a, ele modifica, simultaneamente, a si mesmo³⁷.

É como um momento da produção da própria existência humana que o espaço é produzido. Em outras palavras, o espaço surge como produto oriundo da história da humanidade, “reproduzindo-se ao longo do tempo histórico, e, em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade”³⁸. Consequentemente, as formas espaciais são um resultado concreto das projeções dos homens no processo contínuo de antropomorfização da superfície terrestre, processo este necessariamente

³³ Karl Marx. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 255-256.

³⁴ György Lukács. *Para uma ontologia do ser social I*. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider, tradutores. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 286-287.

³⁵ György Lukács. op. cit., p. 287.

³⁶ Karl Marx. op. cit., p. 255.

³⁷ Idem.

³⁸ Ana Fani Alessandri Carlos. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 40-41.

alimentado por pré-ideações que têm o próprio espaço vivenciado, o ambiente construído, como estímulo³⁹. A vida social é construída, assim, mediante um conjunto de relações sociais que, em movimento, desenham toda uma trama espaço-temporal, uma geografia dinâmica e complexa que tem nas mentes e mãos do homem sua gênese.

Evidencia-se, neste sentido, que a atividade produtora da vida e da própria realidade social encontra sua realização num espaço-tempo apropriável para a ação. Mais precisamente, como destaca a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos, se a natureza se coloca como condição essencial da qual o homem e depois o grupo humano retira o que necessita para viver, posiciona-se, simultaneamente, como um *meio* dessa atividade, realizando-se ao longo do processo histórico como *produto social* mantendo, contudo, seu sentido natural⁴⁰. Por isto, argumenta a autora, o espaço se define pelo movimento que o situa como *condição, meio e produto* da reprodução social ao longo do processo civilizatório, configurando-se, assim, como uma das produções da civilização⁴¹. Em poucas palavras,

O sentido do espaço está, portanto, associado à ação humana, à produção, ligando-se à noção de atividade e de trabalho, o que o situa no âmbito do processo de produção, do modo como o trabalho se divide a partir da hierarquização do grupo, de sua orientação, das relações de propriedade que comandam a divisão de seus frutos, a técnica e o conhecimento⁴².

Por este movimento, as formas espaciais socialmente produzidas respondem aos condicionamentos da estrutura econômica dominante. Isto significa que se, por um lado, a antropomorfização da natureza possui uma realidade própria em cada modo de produção, respondendo às suas condições específicas, por outro lado ela expressa uma universalidade. A universalidade desse processo encontra-se, exatamente, naquilo que Robert Moraes e Messias da Costa qualificaram como “valorização do espaço”, já que “em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço”⁴³. Os autores, ao empregar o termo *valorização do espaço*, referindo-se ao movimento contínuo de transformação da natureza em natureza socialmente produzida, reivindicam a perspectiva segundo a qual o *trabalho* – enquanto mediação central da produção da sociedade e do espaço

³⁹ Antonio Carlos Robert Moraes. op. cit., p. 22-23.

⁴⁰ Ana Fani Alessandri Carlos. op. cit., p. 24.

⁴¹ Idem.

⁴² Ana Fani Alessandri Carlos. op. cit., p. 24.

⁴³ Antonio Carlos Robert Moraes; Wanderley Messias da Costa. *Geografia Crítica: a valorização do Espaço*. 2a ed. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 122.

– é a fonte primordial do valor⁴⁴. Neste sentido, a relação sociedade-espço passa a ser entendida como uma relação valor-espço, precisamente por tal relação ser substantivada pelo trabalho humano⁴⁵. Por isso, “a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa criação de valor”⁴⁶. Sob esse ponto de vista,

[...] o desenvolvimento histórico é também uma progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície da terra. Essa acumulação, que desnaturaliza o espaço vai também complexizá-lo. Às desigualdades naturais da superfície da terra, sobrepõem-se as desigualdades de alocação de trabalho⁴⁷.

Ana Fani Alessandri Carlos destaca que, entre os indivíduos do grupo ou da sociedade, as normas diante do trabalho a ser realizado são constituídas por relações formais, reais, práticas simbólicas, o que nos obriga a pensar nas relações sociais que compõem esse processo. Como destacamos anteriormente, a produção material e também a produção dos indivíduos são determinadas socialmente, emergindo, conseqüentemente, o indivíduo e seus produtos como resultados da história, isto é, como frutos do processo incessante de constituição do humano. É por este motivo que a autora destaca a presença de uma dialética entre produção/reprodução da vida humana – produção/reprodução do espaço⁴⁸. Nessa perspectiva, a realidade social aparece como prática sócio-espacial, espaço-tempo da ação, levando-nos a localizar “o sentido e conteúdo dessa ação, na indissociabilidade entre a produção do espaço e a produção-reprodução da vida social”⁴⁹.

Constituindo-se um ato teleológico, a produção/valorização do espaço demanda o reconhecimento do estatuto ontológico da esfera da consciência e da subjetividade, o que nos

---

⁴⁴ A teoria do valor tem sua origem na Economia Política Clássica, possuindo contornos variáveis nas obras de W. Petty, Quesnay, Turgot, Adam Smith, David Ricardo, entre outros. Em seu projeto de realizar uma *Crítica à Economia Política*, Marx incorpora criticamente a teoria do valor, desenvolvida pelos teóricos que o precederam, sublinhando o seu caráter estritamente social. Através da teoria do *valor-trabalho*, em especial sob a influência de Smith e Ricardo, Marx “retirou o véu” das mercadorias, evidenciando as contradições relacionadas ao seu processo produtivo. Como um resultado de sua abordagem, o conceito de *mais-valia* foi formulado pelo filósofo alemão como uma expressão explicativa fundamental para o entendimento da origem do lucro e do processo de acumulação do capital e, portanto, como uma mediação teórica para explicitar as relações contraditórias entre as classes sociais sob o capitalismo.

⁴⁵ Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa. op. cit., p. 123.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Ibidem, p. 124.

⁴⁸ Ana Fani Alessandri Carlos. op. cit., p. 24.

⁴⁹ Idem.

leva aos meandros do imaginário humano⁵⁰. Estamos diante, pois, de um espaço produzido e, como tal, passível de apropriações simbólicas e interpretações. Esta dimensão simbólica, dialeticamente articulada à própria dimensão objetiva da produção do espaço, retroalimenta o movimento, veiculando projetos e interpretações, expressando a valorização subjetiva do espaço⁵¹. Com efeito, nas palavras de Ana Fani Alessandri Carlos, a problemática espacial esclarece o momento do processo de reprodução da sociedade, revelando, desde modo, as contradições desse movimento e iluminando os resíduos – momentos em que a vida reage e supera as contradições que emanam de sua produção. Por esta razão, “na produção do espaço ganha sentido e significado a vida do ser humano, de modo que a problemática espacial transcende a mera objetividade do processo”⁵². Deste modo, para a autora,

O caminho de análise impõe o questionamento das transformações da realidade e a pertinência/necessidade de superar conceitos, na indissociabilidade de dois conjuntos de problemas: de um lado a dimensão real e concreta do espaço vivido em suas cisões como produto prático da produção do espaço abstrato que se transforma na velocidade das condições impostas pela técnica (como movimento necessário à realização da acumulação); e, de outro, a constituição de um pensamento sobre o espaço, desvendando seus conteúdos na complexidade e unidade da vida social⁵³

O equacionamento da relação entre *consciência* e *ser social* mostra-se, neste sentido, de fundamental importância. A reflexão desenvolvida por Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, constitui-se, para tal projeto, uma referência inegável. Nesta obra, escrita entre 1845 e 1846 e publicada originalmente, em sua totalidade, em 1933, os autores demarcam um posicionamento distinto daquele que até então orientava a filosofia alemã, redefinindo os termos da relação sujeito-objeto e, conseqüentemente, reposicionando o homem enquanto criador de sua própria humanidade e agente transformador da natureza, mediante a atividade produtiva. Nesta obra, Marx e Engels afirmam seu ponto de partida como sendo “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação”⁵⁴. Com efeito, tendo a vida material dos homens como pressuposto, torna-se relevante desvelar a *produção dos meios de vida*, já que “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida

⁵⁰ Antonio Carlos Robert Moraes. A questão do sujeito na produção do espaço. in *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 24.

⁵¹ Ibidem, p. 25.

⁵² Ana Fani Alessandri Carlos. op. cit., p. 24.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Karl Marx e Friedrich Engels. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 86-87.

material”⁵⁵. Para tal, os homens dependem, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de produzir. Neste sentido, para os autores, este modo de produção é, muito mais,

[...] uma determinada forma de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem, como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção⁵⁶

Descortinar as relações estabelecidas pelos indivíduos determinados, enquanto produtores, considerando as relações sociais e políticas determinadas, define-se, neste sentido, como o horizonte teórico almejado. Neste horizonte, nas palavras de Marx e Engels, “é preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção”. Neste enfoque, o interesse da análise deve recair não na aparência das relações sociais na esfera da imaginação, mas nos sujeitos como realmente são, isto é, “tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio”⁵⁷.

A teoria marxiana tem como alicerce fundamental a obra de Friedrich Hegel. A centralidade do *trabalho*, como dimensão ontológica primordial para a constituição do humano, constitui-se um dos pressupostos hegelianos incorporados pelo seu discípulo alemão. Para Marx, em referência à obra *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel,

A grandeza da “*Fenomenologia*” hegeliana e de seu resultado final – a dialética, a negatividade enquanto princípio motor e gerador – é que Hegel toma, por um lado, a autoprodução do homem como um processo, a objetivação (*Vergegenständlichung*) como desobjetivação (*Entgegenständlichung*), como exteriorização (*Entäußerung*) e suprassunção (*Aufhebung*) dessa exteriorização; é que compreende a essência do *trabalho* e concebe o homem objetivo, verdadeiro, porque homem efetivo, como resultado de seu *próprio trabalho*⁵⁸.

⁵⁵ Ibidem, p. 87.

⁵⁶ Karl Marx e Friedrich Engels. op. cit., p. 87, grifos dos autores.

⁵⁷ Karl Marx e Friedrich Engels. op. cit., p. 93.

⁵⁸ Karl Marx. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123.

Entretanto, Marx pondera que Hegel vê apenas a positividade do trabalho, entendido como o “*vir-a-ser para si (Fürsichwerden) do homem no interior da exteriorização ou como homem exteriorizado*”⁵⁹, abdicando, por isto, de seu lado negativo, o trabalho *estranhado*.

O sociólogo Celso Frederico observa que a parcialidade desse enfoque é interpretada por Marx como uma decorrência necessária do fato de, em sua abordagem, Hegel “não distinguir a objetivação (as formas pelas quais o homem se exterioriza, realizando-se em seu fazer) da *alienação* (uma forma particular e degradada de objetivação)”⁶⁰. Frederico argumenta que, propondo uma dialética centrada em objetos reais, Marx, ao contrário, separa claramente o momento positivo da *objetivação* – aquele em que o homem exterioriza suas forças essenciais e se reconhece em suas obras – do momento negativo da *alienação*, quando, por razões históricas e sociais, o resultado de sua objetivação deixa de ser reconhecido. Com efeito, ao momento positivo da objetivação, Marx acrescenta um segundo momento, o da alienação, considerada como o momento disruptivo que separa o homem de sua essência, que o faz não se reconhecer em suas obras⁶¹.

A compreensão do duplo caráter que define a objetivação das forças essenciais do homem a partir do *trabalho* passa, nesta perspectiva, pelo entendimento da *humanização do homem* como um processo histórico, movimento produzido pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. A *consciência* é constituída, assim, neste movimento, não como “consciência pura”, mas, nas palavras de Marx e Engels, como consciência “contaminada” pela matéria, manifestando-se sob a forma de linguagem⁶². Esta, para os autores, é a “consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a *consciência*, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens”⁶³. Por isto, a consciência, desde o início, já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem os homens⁶⁴. Neste sentido, a produção de representações, ideias – em uma palavra, o universo simbólico – submete-se, numa perspectiva marxiana, ao primado ontológico da objetividade, constituindo-se este um momento da própria realidade material. Em síntese, “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com

---

⁵⁹ Ibidem, p. 124.

⁶⁰ Celso Frederico. *O jovem Marx (1943-44): as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 178.

⁶¹ Ibidem, p. 179.

⁶² Karl Marx e Friedrich Engels. op. cit., p. 34.

⁶³ Ibidem, p. 34-35.

⁶⁴ Ibidem, p. 35.

o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real”⁶⁵. Tal compreensão posiciona os homens (reais, ativos) como efetivos produtores de suas representações e ideias, estando estes condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas⁶⁶. Desvendando este movimento, em seu momento inicial, os autores afirmam:

A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade⁶⁷.

O aumento da produtividade, o incremento das necessidades e o aumento da população desenvolvem e aperfeiçoam a consciência, num processo social dinâmico que encontra na divisão do trabalho um elemento central. Para Marx e Engels, a divisão do trabalho, contudo, só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e espiritual. Somente a partir de então, a consciência *pode*, nas palavras dos teóricos, realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, “representar algo realmente sem representar algo real – a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’”⁶⁸

A filósofa Marilena Chauí destaca como uma herança de Hegel, no pensamento de Marx, a ideia de que a realidade é *história* e por isso é reflexiva, ou seja, realiza a reflexão. Isto significa que a existência social dos homens é um produto de contradições e que, “realizando uma volta completa sobre si mesma, pode conduzir à transformação desse modo de existência social”⁶⁹. A autora destaca que, em Hegel, “não havia a menor dificuldade para considerar o real capaz de reflexão, pois o real era o Espírito, o Espírito era sujeito e todo

---

⁶⁵ Ibidem, p. 93.

⁶⁶ Ibidem, p. 94.

⁶⁷ Ibidem, p. 35-36.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Marilena Chauí. *O que é ideologia*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 55.

sujeito era sujeito porque capaz de reflexão”⁷⁰. Na perspectiva marxiana, por outro lado, a reflexão advém não precisamente na matéria inerte, regida por relações mecânicas de causa e efeito, mas da “matéria social”, isto é, das relações sociais entendidas como relações de produção, “como o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam essas relações”⁷¹. Nas palavras de Marx e Engels,

A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico⁷².

A questão da *ideologia* insere-se, pois, nos termos de uma relação entre a *consciência* e o *ser consciente* definida pelo processo de vida real, pelas relações sociais de produção. Mais precisamente, a *ideologia* representa, neste sentido, uma representação invertida do ser consciente sobre si próprio e sobre o mundo, uma imagem comprometedora do seu significado real. Como numa câmara escura, o objeto não aparece *tal como ele é*, posicionando-se, aos olhos de quem vê, de cabeça para baixo. A metáfora da câmara escura ilustra tal inversão e, assim, embasa o sentido atribuído por Marx e Engels a determinadas formas de representação e ideias produzidas pelos homens, particularmente sob os moldes da produção capitalista.

O termo *ideologia*, utilizado por Marx e Engels, em sua obra escrita em 1845-46, tem uma origem precedente. Num primeiro momento, o termo foi utilizado por Destut de Tracy, em 1801, em seu tratado *Elementos de ideologia*, identificado como uma “ciência das ideias”, que se constituía como parte da zoologia. Napoleão utilizará o termo, posteriormente, em polêmica contra o próprio Destut de Tracy, tratando-o como um “ideólogo”, concebendo tal termo como equivalente a “metafísico abstrato”, alheio à realidade⁷³. Em sua obra introdutória sobre o tema, Marilena Chauí menciona que esse sentido pejorativo do termo ideologia veio, mais especificamente, de uma declaração de Napoleão, num discurso ao Conselho de Estado em 1812, quando afirmou que todas as desgraças que afligiam a França deveriam ser

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

⁷² Karl Marx e Friedrich Engels. op. cit., p. 94.

⁷³ Michael Löwy. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento, 8ª Edição, São Paulo, Cortez, 2003, p. 10.

atribuídas à ideologia, “(...) essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história” ⁷⁴. Com isso, afirma a autora, Bonaparte invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos: “eles, que se consideravam materialistas, realistas e anti-metafísicos, foram perversamente chamados de ‘tenebrosos metafísicos’” ⁷⁵.

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, conservam o sentido napoleônico do termo *ideologia*, associando-o a uma concepção invertida da realidade, a uma *falsa consciência*. O ideólogo, neste sentido, é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real, fazendo daquelas o verdadeiro motor da vida. Ao assim mobilizar o termo, os autores o vinculam, pois, a uma visão deturpada da própria realidade. Assim, “a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das idéias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante, um sistema de idéias condenadas a desconhecer sua relação real com a realidade” ⁷⁶. Para Marx e Engels, neste prisma,

[...] a ideologia é uma forma de *falsa consciência*, correspondendo a interesses de classe: mais precisamente, ela designa o conjunto das idéias especulativas e ilusórias (socialmente determinadas) que os homens formam sobre a realidade, através da moral, da religião, da metafísica, dos sistemas filosóficos, das doutrinas políticas e econômicas etc. ⁷⁷

Cabe reiterar que, na perspectiva marxiana, as ideias não são uma projeção imediata e necessariamente coerente do *real* na *consciência*. Tampouco tais ideias ou representações possuem uma existência autônoma, independente da realidade histórica. Estas são constituídas, isto sim, como um resultado de um processo social mediante o qual o *real* é significado, forjado, alimentado de sentido. Este processo é orientado por mediações que respondem, necessariamente, a interesses e perspectivas determinadas dos sujeitos sociais em relação e conflito. Por este viés, não se deve conceber as representações como algo deslocado da atividade real dos homens, isto é, do intercâmbio material que integra o processo social de produção da riqueza sob o capitalismo.

Pela inequívoca vinculação das representações à sua própria realidade social e histórica, o filósofo José Carlos Bruni ressalta que a abordagem sobre as ideologias pressupõe

⁷⁴ Marilena Chauí. op. cit., p. 29-30.

⁷⁵ Ibidem, p. 30.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Michael Löwy. op. cit., p. 10.

a articulação de três conceitos: *poder*, *pensamento* e *classe social*⁷⁸. O autor argumenta que seu fulcro é a idéia do saber enquanto forma de poder, tendo como base a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes. Na realidade, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual origina a ilusão da autonomia do pensamento e a separação entre classes dominadas cria as condições para a subordinação do pensamento aos interesses da classe dominante. Deste modo, o pensamento passa a exercer também uma função de dominação, na medida em que, pelo poder do pensamento justifica-se a necessidade de aceitação de certas idéias e certos valores que, por serem universais, se impõem à sociedade como um todo. Assim,

[...] o emprego sistemático do princípio da universalidade abstrata torna-se o recurso lógico fundamental da ideologia: com ele apaga-se justamente a particularidade, o lugar socialmente determinado de onde o discurso ideológico é proferido. Com isto, a divisão e a contradição sociais existentes de fato são apagadas: a sociedade é pensada enquanto unidade, passível de diferenciação interna, mas não dotada de uma negatividade intrínseca que opõe dominantes e dominados, exploradores e explorados, e que engendra sua luta, isto é, sua história⁷⁹.

Para além do sentido da ideologia enquanto “produção da ilusão”, isto é, operação mistificadora do real, o autor evidencia outra perspectiva, também presente no campo teórico-político marxista: a ideologia como “visão de mundo”. Neste viés, a consciência iludida é entendida como parte do real, deixando, por isto, de ser o objeto imediato da crítica que busca sua dissolução, passando a ser pensada em sua objetividade, como constituinte da própria realidade histórica, estando, assim, inscrita na práxis⁸⁰. Segundo Bruni, ação e representação, nesta compreensão, constituem uma unidade com a qual a totalidade da práxis humana pode ser pensada como histórica⁸¹. O princípio assumido é o de que está no nível da ideologia a tomada de consciência que os homens passam a ter sobre seus conflitos e posições, sendo a ideologia o modo de ver as coisas e de se relacionar praticamente com elas. Por isto, para o autor, reconhecendo a substância histórica das ideologias, isto é, sua realidade objetiva, o problema passa a ser a tentativa de compreender sua necessidade, sua permanência e as condições de sua transformação⁸².

⁷⁸ José Carlos Bruni. *Ideologia e Cultura. Ciências Sociais: coletânea de textos*. 1987, p. 86.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 87.

⁸⁰ José Carlos Bruni. *op. cit.*, p. 94.

⁸¹ *Idem*.

⁸² *Ibidem*, p. 95.

O pensamento de Antonio Gramsci define-se como um importante aporte referencial para a construção de um sentido positivo para o conceito de ideologia. Este autor dá à ideologia um “significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”⁸³. Neste entendimento do conceito, é estabelecida uma vinculação mais direta da ideologia à realidade histórica de sua produção, estando esta diretamente relacionada aos movimentos das forças sociais, sustentando e organizando interesses dos sujeitos. Como consequência, alarga-se o enfoque sobre o modo pelo qual, a partir dessas forças sociais, são construídas formas de intervenção na realidade⁸⁴. Neste caso, portanto, não se trata de situar a ideologia como um recurso operacional exclusivo das classes dominantes, em cada momento histórico, mas de considerá-la, em sua objetividade, como uma expressão de interesses de distintas classes sociais.

Para Gramsci, é necessário distinguir entre o que ele denominou de *ideologias historicamente orgânicas* e *ideologias arbitrárias*. As primeiras, necessárias a uma determinada estrutura, “têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.’”⁸⁵. As segundas, por sua vez, na medida em que são *arbitrárias*, “não criam senão ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc.”⁸⁶. Sendo assim, considerando-se uma relação entre forma e conteúdo, para o autor as forças materiais são definidas como o *conteúdo* e as ideologias são a *forma*, sendo esta distinção entre forma e conteúdo entendida como “puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”⁸⁷.

Evidencia-se, assim, que a questão da ideologia inscreve-se, na obra de Gramsci, como parte de uma questão teórica de grande relevância no campo teórico-político marxista: a relação entre estrutura e superestrutura. Para Gramsci, em particular, este era um problema central, levando o autor a afirmar que o problema de tal dicotomia “deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas”⁸⁸. Para o filósofo

⁸³ Antonio Gramsci. *Concepção dialética da história*. 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, p. 16.

⁸⁴ Nágela Aparecida Brandão e Edmundo Fernandes Dias. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. *Trabalho & Educação*, 2007, p. 82.

⁸⁵ Antonio Gramsci. op. cit., p. 62-63.

⁸⁶ Ibidem, p. 63.

⁸⁷ Antonio Gramsci. op. cit., p. 62-63.

⁸⁸ Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere* (vol. 3). 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 36.

Norberto Bobbio, o posicionamento de Gramsci, frente a tal dicotomia, se volta, precisamente, a um duplo embate. Por um lado, ao materialismo vulgar (ou economicismo), que reduz todo o movimento histórico ao momento estrutural. Por outro, ao idealismo, para quem o movimento histórico é atribuído às forças espirituais, independente das condições materiais em que atuam⁸⁹. Com efeito,

Ele (Gramsci) não esquece de modo algum as condições materiais, mas tem perfeita consciência de que elas, por si sós, não movem a história: o movimento da história depende da consciência que esse ou aquele grupo social tem acerca das possibilidades de ação e de luta que lhe são permitidas pelas condições objetivas dadas. Não é por acaso que Gramsci define a liberdade – hegelianamente – como consciência da necessidade. Com isso, ele quer dizer que a história do homem é história humana e não natural, já que não é história da necessidade cega, mas da necessidade reconhecida, aceita e utilizada⁹⁰.

Ao assim conceber a relação estrutura-superestrutura, elaborando uma crítica ao idealismo e ao materialismo vulgar, Gramsci ressalta a dimensão da ação política, da agência dos homens no fazer da própria história. Nas palavras de Bobbio, a relação entre estrutura e superestrutura – que, considerada de modo naturalista, é interpretada como relação de causa e efeito e leva ao fatalismo histórico – inverte-se, quando considerada do ponto de vista do sujeito ativo da história, da vontade coletiva⁹¹. Na base de tal inversão está a recusa, por Gramsci, da compreensão segundo a qual a economia encontra-se reduzida às relações técnicas de produção, redução esta feita, entre outros, por Bukharin e Achille Loria, que são duramente criticados nos *Cadernos do Cárcere*⁹². Recusando tal visão reducionista, o autor considera que as relações especificamente políticas das forças sociais dependerão de certas condições necessárias e suficientes para sua emergência, estando a *vontade* dos sujeitos submetida às condições dadas pela estrutura econômica, entendida sob o prisma da totalidade, isto é, como o conjunto das relações sociais.

Este “lugar ativo” do sujeito, na perspectiva gramsciana, resulta do próprio movimento de mudança na consciência política coletiva, alcançando seu maior desenvolvimento no momento definido por Gramsci como “catarse”. Este termo qualifica a passagem/movimento por meio do qual “o *particular* (o econômico-corporativo ou egoístico-passional) é

⁸⁹ Norberto Bobbio. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 75.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Ibidem, p. 60.

⁹² Carlos Nelson Coutinho. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 116.

dialeticamente superado no *universal* (o ético-político), superação que Gramsci considera uma determinação essencial da práxis política”⁹³. Trata-se, mais precisamente, do “momento da política”, em que a práxis humana põe em movimento a passagem das determinações objetivas à subjetividade criadora, produtora de “novas iniciativas”⁹⁴.

O movimento de passagem das determinações objetivas à subjetividade criadora, isto é, a ação efetiva na realidade, passa pela ideologia – entendida, em sua historicidade, como visão de mundo. Carlos Nelson Coutinho observa que, neste sentido, para Gramsci, a ideologia pode ser qualificada como uma “representação do ser que está na base da proposta de um dever ser”, constituindo-se, por isto, um momento fundamental da práxis⁹⁵. Para o marxista sardo, assim, independente de ser verdadeira ou não do ponto de vista epistemológico, uma teoria se torna ideologia quando se “apodera das massas”, isto é, quando alimenta uma ação efetiva sobre o real⁹⁶.

Analisando tal perspectiva, Norberto Bobbio observa que, ao contrário de Marx, para quem a ideologia aparecia *depois* das instituições, como justificação póstuma e mistificadora de um domínio de classe, para Gramsci a relação entre instituições e ideologias, ainda que no esquema de uma ação recíproca, aparece invertida, isto é, “tornam-se o momento primário da história, enquanto as instituições passam a ser o momento secundário”⁹⁷. Isto significa que,

Uma vez considerado o momento da sociedade civil como o momento através do qual se realiza a passagem da necessidade à liberdade, as ideologias – das quais a sociedade civil é a sede histórica – são vistas não mais apenas como justificação póstuma de um poder cuja formação histórica depende das condições materiais, mas como forças formadoras e criadoras de nova história, colaboradoras na formação de um poder que se vai constituindo, e não tanto como justificadoras de um poder já constituído⁹⁸.

Esta abordagem implica uma reconsideração do lugar social dos “dominados” que, ao invés de um *status* passivo, de determinados à assimilação da ideologia dominante, adquirem um estatuto potencial criativo, voltado à re-elaboração simbólica dos termos da própria dominação. Sobre essa mudança de perspectiva, resultante da re-elaboração gramsciana do conceito de ideologia, José Carlos Bruni complementa que, contrariamente à ideia de um poder ilimitado e absoluto da dominação, a perspectiva proposta por Gramsci reconhece a

---

⁹³ Ibidem, p. 121.

⁹⁴ Ibidem, p. 122.

⁹⁵ Ibidem, p. 10.

⁹⁶ Ibidem, p. 11.

⁹⁷ Norberto Bobbio. op. cit., p. 62.

⁹⁸ Norberto Bobbio. op. cit., p. 62.

“dialética da dominação, das formas de resistência à imposição, da re-elaboração das mensagens ideológicas da classe dominante, a ponto de produzir resultados às vezes opostos aos dos visados”⁹⁹. Assim concebida, a ideologia posiciona-se, na realidade social, em múltiplos pontos, emanando não apenas de um “centro” social irradiador (classe dominante), constituindo-se, isto sim, parte do movimento social de produção do *dever ser*, representando as contraditórias concepções de mundo dos distintos indivíduos, grupos e classes sociais.

Como consequência da reflexão aqui realizada, particularmente da abordagem gramsciana, dispomos de novos instrumentos para a compreensão de traços relativos à problemática da produção do espaço, em especial em sua dimensão subjetiva. Apresentamos, neste sentido, um aporte teórico que nos autoriza a estabelecer relações e encadeamentos entre a questão da ideologia e a produção do espaço, assumindo-se, pois, que a identificação e análise de tais relações podem elucidar aspectos relevantes dos processos sociais que, em seu movimento, expressam articulações que envolvem categorias como poder, pensamento e classe social.

Região e regionalismo

A relação entre espaço e política encontra, certamente, na categoria *região* uma das mais evidentes formas de expressão, estando tal relação inscrita em sua própria etimologia, que remete ao latim *regere*, que significa *dominar*, *reger*. A despeito disto, a região não se constitui, precisamente, uma categoria marxista fundamental, ainda que – como vimos, até aqui – o universo da prática política seja um instigante objeto teórico àqueles inspirados pelas teorias de Marx. Uma razão para este fato é apresentada por Ann R. Markusen. A autora argumenta que a teoria marxista está construída sob o referencial do modo de produção, deslocando-se desse aspecto geral para fenômenos específicos, o que impede os teóricos desta perspectiva analítica de trabalhar com um conceito como o de região sem buscar situá-lo nas categorias básicas de seu quadro de referência¹⁰⁰. Parte-se, na prática, do fato de que a região apresenta conotação de uma entidade *territorial* e não, fundamentalmente, *sociológica* – o que resulta no interesse marxista sobre as lutas inscritas nas regiões, buscando-se captar seus significados, causas, efeitos, etc., e não na investigação da entidade *per si*.

Parece-nos, neste sentido, que a incorporação do conceito de ideologia no âmbito da investigação sobre a produção do espaço, particularmente no que se refere à questão regional

⁹⁹ José Carlos Bruni. op. cit., p. 96.

¹⁰⁰ Ann R. Markusen. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates*, 1981, p. 61.

e do regionalismo, constitui-se um esforço de análise pertinente. Com este argumento, em concordância com Robert Moraes, assumimos a ideia segundo a qual seria possível nomear um campo no universo das ideologias como “geográfico”, precisamente por este expressar a consciência do espaço trabalhada num sentido político. Para o autor, este campo manifesta no universo das ideias a relação sociedade-espaço, constituindo-se como uma via privilegiada de vínculo do saber geográfico com a prática política¹⁰¹. Parte-se, assim, do princípio segundo o qual as ideologias geográficas alimentam, ao mesmo tempo, as políticas territoriais dos Estados e a autoconsciência que os diferentes grupos sociais possuem sobre seu espaço. Integrando como elemento ativo o universo político, as ideologias geográficas exprimem localizações e identidades, constituindo-se enquanto a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam o movimento de sua reconfiguração ou a acomodação dos grupos sociais nos espaços dados¹⁰².

O mesmo autor evidencia que os discursos sobre o espaço são distribuídos em diversos contextos, sendo operados a partir da imprensa, como também na literatura, no pensamento político, na pesquisa científica, etc. Como consequência, “em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo-se certos valores. Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço. Uma mentalidade acerca de seus temas. Um *horizonte espacial*, coletivo”¹⁰³. Institui-se, deste modo, um ordenamento espacial que, atravessando o campo das representações, incide direta ou indiretamente sobre a conflituosa dinâmica das relações sociais.

Neste processo, as escalas geográficas, *produzidas* sob o capitalismo, constituem-se uma dimensão importante no jogo político que acompanha o desenvolvimento deste modo de produção, solidificando e cristalizando os poderes hegemônicos e o movimento de dominação que acompanha este processo. As hierarquias entre as diversas escalas – “local”, “regional”, “nacional” e “global” – expressam, neste sentido, um equacionamento político do espaço que, ao mesmo tempo em que afirma e legitima processos sociais de dominação, limita e constrange eventuais expressões contra-hegemônicas¹⁰⁴. Com efeito, as hierarquizações

---

¹⁰¹ Antonio Carlos Robert Moraes. Uma nota sobre o conceito de ideologia. in *Ideologias geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 44.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Antonio Carlos Robert Moraes. Geografia e consciência do espaço. in *Ideologias geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 32-33, grifo nosso.

¹⁰⁴ Para a ideia de “produção de escalas geográficas”, aqui incorporada, embasamo-nos, particularmente, nas reflexões dos geógrafos Neil Smith e David Harvey sobre a espacialidade da política. Como aprofundaremos nas considerações finais desta tese, reconhecemos as escalas produzidas enquanto um campo de disputa política em que são tensionados interesses antagônicos e projetos contrapostos, refletindo e reafirmando as posições relativas das classes sociais em meio aos arranjos socioespaciais do capitalismo. Cf. David Harvey. Espaços de

estabelecidas dão “a impressão de que as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas” ¹⁰⁵. Constituindo-se uma particularidade deste processo, a região e o regionalismo ganham corpo no universo político e social. Expressando posicionamentos e interesses, situadas em meio a antagonismos entre classes, grupos sociais e indivíduos, tais categorias não apenas representam posições sociais e simbólicas determinadas, constituindo-se, mais do que isso, enquanto condutos eficazes mobilizados em meio às relações de poder que constituem a prática social e a produção do espaço enquanto processo teleológico.

Isto significa que, ao eleger e difundir os traços definidores da região (aspectos do ambiente, cultura, língua, sotaque, culinária, etc.), estabelecendo elos de identidade cultural assentados na proximidade geográfica, acaba-se por diluir o entendimento sobre a constituição da região como ato arbitrário – e, portanto, político –, levando, por outro lado, a uma compreensão, cada vez mais forte e descentralizada, da região como uma entidade da própria natureza. Isto implica a formação de um senso comum que encontra no espaço seu quadro referencial fundante, alcançando, no limite, a compreensão da cultura e da política como epifenômenos do ambiente.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, situando a constituição da *região* em meio a relações de poder, mais precisamente a um *campo de disputa*, ressalta que a sua delimitação resulta de um ato arbitrário, aspirando a substituição dos princípios práticos do juízo cotidiano por critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados na ciência. No entanto, destaca o autor, as classificações práticas estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais e, ademais, tais representações podem contribuir para produzir aquilo por elas descrito ou designado, isto é, a realidade objetiva. Em outras palavras, está em jogo, no processo classificatório, o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de “di-visão” que, “quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” ¹⁰⁶.

Considerando a dimensão arbitrária, do sentido classificatório que qualifica a *região*, o historiador Albuquerque Junior argumenta que definir a região implica, no limite, pensá-la

---

Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 107-110 e Neil Smith. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. in Antonio A. Arantes, organizador. *O espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 143-144.

¹⁰⁵ David Harvey. op. cit., p. 108.

¹⁰⁶ Pierre Bourdieu. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. in *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 113.

“como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza”¹⁰⁷. Com efeito, não estando inscrita na natureza enquanto um dado empírico da realidade, a região se define, na perspectiva do autor, enquanto uma *identidade espacial*, historicamente construída mediante critérios e objetivos específicos.

Yves Lacoste, em sua conhecida obra *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, realiza uma reflexão crítica sobre a “região geográfica” formulada pelo geógrafo francês Vidal de La Blache, sendo esta definida enquanto uma porção do espaço individualizada a partir da articulação dos fatos humanos e naturais que marcariam seu conteúdo¹⁰⁸. Entendendo a “região geográfica” como um “conceito-obstáculo”, por ter impedido “a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações”, Lacoste argumenta que a região lablacheana é imaginada como o fruto de uma sutil e lenta combinação das forças da Natureza e do Passado, sendo apresentada como a expressão de uma *permanência*, de uma autenticidade. Assim sendo, a região serve para a maioria das pessoas enquanto “um meio de ‘aí se encontrar’ dentro da confusão de outras organizações espaciais, de maior ou menor envergadura”. Diante disto, adverte o autor que, enquanto seria politicamente mais sadio e mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política, os geógrafos acreditam na ideia de que a região é um dado quase eterno, produto da geologia ou da história. Ao assim proceder,

Os geógrafos, de algum modo, acabaram por naturalizar as ideias de região: não falam eles das regiões calcáreas, de regiões gramíticas, de regiões frias, de regiões florestais? Eles utilizam a noção de região, que é fundamentalmente política, para designar todas as espécies de *conjuntos espaciais*, quer sejam topográficos, geológicos, climáticos, botânicos, demográficos, econômicos ou culturais¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Durval Muniz de Albuquerque Junior. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4a ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009, p. 35

¹⁰⁸ Elucidando o conceito de *região geográfica* de La Blache, Roberto Lobato Corrêa afirma que esta “abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam de modo harmonioso componentes humanos e natureza. A ideia de harmonia, de equilíbrio, evidente analogia organicista que Vidal de La Blache adota, constitui o resultado de um longo processo de evolução, de maturação da região, onde muitas obras do homem fixaram-se, ao mesmo tempo com grande força de permanência e incorporadas sem contradições ao quadro final da ação humana sobre a natureza”. Cf. Roberto Lobato Corrêa. *Região e organização espacial*. 7a ed. São Paulo: Ática, 2003, p. 28.

¹⁰⁹ Yves Lacoeste. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4a ed. Campinas: Papirus, 1997, p. 65-66.

Enquanto “forma espacial de organização”, a região pode se constituir, pelo eficaz efeito naturalizador que a acompanha, enquanto um poderoso instrumento de dominação política. Ao “se encontrarem” na região, as pessoas acatam o discurso performativo que embasa uma unidade social ancorada no espaço, o que fomenta o estabelecimento de laços entre os indivíduos com referência aos locais de origem e residência, derivando-se, daí, um conjunto de atributos socioculturais que demarcariam a unidade interna e, evidentemente, a diferença frente ao mundo extra-regional.

Antonio Carlos Robert Moraes, diante desta realidade, ressalta que essa “ilusão de identidade sem referência social objetiva” acaba tendo como efeito a diluição das desigualdades de classe. Gera-se, deste modo, uma “mentalidade corporativa de base espacial”, um “corporativismo regional” politicamente eficaz. Segundo o autor, tal eficácia advém do fato de esses valores servirem à fragmentação da organização popular, já que as “identidades restritas obstaculizam a soldagem dos interesses políticos dos dominados, em escalas maiores”¹¹⁰. Em outras palavras,

Observa-se que a identidade pelo espaço, ao mesmo tempo que cimenta concepções nacionais ao nível das classes dominantes, atua na dispersão dos dominados, em seu seccionamento no território. Para as elites, o nacional como horizonte geográfico, para as classes populares, o local ou no máximo o regional como perspectiva de espacialização. Portanto, a concepção do território unindo ou dividindo os sujeitos políticos¹¹¹.

No limite, deste modo, ao tornar os processos sociais qualidades do espaço, o discurso regional qualifica as relações entre pessoas e classes como relações entre lugares. Este fenômeno, qualificado teoricamente por Lacoste como “geografismo”, define-se, segundo o próprio autor, como a constituição de metáforas que “transformam em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre ou, mais exatamente, os nomes dados (pelos geógrafos) a territórios mais ou menos extensos”¹¹². O geógrafo francês alerta que, contudo, “esses malabarismos de estilo não são assim tão inocentes como podem parecer à primeira vista, pois eles permitem escamotear as diferenças e as contradições entre os diversos grupos sociais que se encontram nesses lugares ou sobre esses territórios”¹¹³.

---

¹¹⁰ Antonio Carlos Robert Moraes. Território e identidade na formação brasileira. in *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 101.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Yves Lacoste. op. cit., p. 66.

¹¹³ Yves Lacoste. op. cit., p. 65.

***

O breve percurso teórico, até aqui realizado, serve-nos como referência para a indicação dos caminhos que serão seguidos ao longo desta tese. Ressaltamos a consideração, aqui defendida, de que o universo das ideologias é integrado por um “campo geográfico”. Ao assim delimitar a problemática a ser discutida de agora em diante, esperamos elucidar dimensões de um campo de disputa entre “horizontes geográficos” distintos e que têm, ambos, o semiárido como referência fundamental. Incorporando o sentido gramsciano sobre o conceito de ideologia, problematizaremos os antagonismos entre as perspectivas da convivência com o semiárido e aquela de combate à seca como expressões opostas de uma *consciência do espaço* trabalhada num sentido político, como trunfo, por meio do regionalismo. De um lado, enquanto ideologia geográfica voltada à dominação política de classe, operada pelas elites agrário-regionais; de outro, como busca pela ruptura da estrutura de dominação oligárquica. Veremos que, sob as duas perspectivas, o regionalismo incide sobre a política tanto em escala intra-regional (configurando identidade e unidade), quanto extra-regional (como meio legitimador de reivindicações políticas junto ao Estado).

A reflexão proposta será desenvolvida em três capítulos. No primeiro deles, enfocando a realidade brasileira, veremos como, através do regionalismo, foi possível configurar uma representação espacial negativa sobre a porção semiárida do território nacional. Argumentaremos que, como consequência, através da consolidação da representação do Nordeste como “região-problema”, tendo esta região como imagens-força a seca e a miséria, foi justificado um conjunto de ações político-interventivas, empreendidas pelas mãos das elites agrário-regionais, cujos efeitos sociais expressam, claramente, a funcionalidade política do regionalismo como ideologia geográfica de dominação.

No segundo capítulo, discutiremos a relação entre campesinato e política. Inicialmente, problematizaremos tal relação no campo teórico-político, identificando os principais pontos de tensão relativos ao tema, mapeando diversos posicionamentos sobre o lugar social dos camponeses sob o capitalismo. Em seguida, evidenciaremos algumas expressões de resistência, na realidade brasileira, num contexto de redefinições econômicas e políticas. Argumentaremos que, em meio às importantes mudanças ocorridas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, foram redefinidos, simultaneamente, os traços das lutas camponesas e das organizações dedicadas à sua mediação política (Igreja, partidos políticos). Veremos que, do lado das agências de mediação, o desafio estava na busca pela adequação ao “novo campesinato”, em processo de libertação da grande propriedade e dos

seus rígidos vínculos de dependência clientelista, situando-se em meio aos novos traços de suas reivindicações e demandas, mediando, assim, a emergência de novas formas de consciência política e práticas organizativas. No que se refere ao campesinato, por sua vez, as novas condições econômicas e sociais abertas, resultantes da ruptura com antigas formas de dominação, impuseram a adaptação ao contexto sociopolítico emergente, abrindo espaço para a configuração de uma “nova cultura camponesa” que foi se sobrepondo à autoridade da cultura tradicional e abrindo espaço para a invenção e inovação cultural¹¹⁴.

O dinamismo na relação entre Estado e movimentos sociais, na realidade brasileira, constitui o tema geral de interesse no capítulo terceiro, sendo este o corte empreendido para abordarmos o processo de formação da ASA e construção da *convivência com o semiárido*. Situiremos a emergência da ASA em meio a um processo de mudanças político-institucionais resultantes do processo de abertura democrática, na década de 1980, passando o Estado a absorver demandas de “entidades da sociedade civil”, consolidando um campo composto por ONGs, movimentos sociais, redes solidárias, articulações, etc. voltado à aplicação do fundo estatal na execução de políticas públicas. Abordando este processo sob o foco da relação Estado-movimento social, defenderemos o argumento segundo o qual a ASA – em suas ações de convivência com o semiárido – mobiliza um conjunto de códigos ético-políticos forjados em décadas anteriores, particularmente entre os anos 1970 e 1980, num período de significativa emergência movimentalista. Naquele contexto, em pleno regime militar, foram abertos espaços para novas iniciativas de organização e participação política, por parte de uma população situada, até então, às margens dos canais político-institucionais existentes. Consequentemente, os padrões de ação e discursos das organizações e movimentos sociais passaram por um importante processo de redefinição, forjando-se um novo quadro de referências, fundado, a partir de então, em princípios como o da autonomia e do reconhecimento do “povo como sujeito da própria história”, princípios estes buscados através da valorização dos conhecimentos próprios dos sujeitos sociais, bem como mediante a negação de formas hierarquizadas e centralizadas de representação político-institucional. Argumentaremos, neste sentido, que – incorporando esse quadro de referências – a ASA estabelecerá, a partir da década de 1990, sua inserção na esfera estatal, criando meios de difundir “tecnologias alternativas” e promover novas formas de socialização da política entre os camponeses do semiárido brasileiro.

---

¹¹⁴ Em grande medida, referenciamo-nos, nesta reflexão, nos trabalhos do sociólogo José de Souza Martins. Sobre a tese da emergência de uma “nova cultura camponesa”, fruto das transformações acima referidas, cf., em específico, José de Souza Martins. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 22.

Nas considerações finais da tese, elencaremos os argumentos desenvolvidos ao longo do trabalho e aprofundaremos nossa abordagem sobre a *convivência com o semiárido* enquanto uma ideologia geográfica de base regionalista, estabelecida enquanto “consciência espacial” voltada à elaboração de um “outro semiárido”, dissociando-se da leitura negativa da região em prol de uma construção positiva, assumindo, assim, o semiárido como espaço de *convivência* e, como tal, de possibilidades. Neste sentido, refletindo sobre as contradições que envolvem a relação ASA-Estado, problematizaremos a espacialidade das ações políticas da Articulação em meio às limitações e constrangimentos impostos pela “política espacial” hegemônica.

CAPÍTULO 1 – NORDESTE, REGIÃO-PROBLEMA E O COMBATE À SECA: ideologia geográfica de um regionalismo de dominação

Ele nunca tinha ouvido falar em inferno. Estranhando a linguagem de sinhá Terta, pediu informações. Sinhá Vitória, distraída, aludiu vagamente a certo lugar ruim demais, e como o filho exigisse uma descrição, encolheu os ombros.
(...)

- Como é?

Sinhá Vitória falou em espetos quentes e fogueiras.

- A senhora viu?

Aí sinhá Vitória se zangou, achou-o insolente e aplicou-lhe um cocorote.

O menino saiu indignado com a injustiça, atravessou o terreiro, escondeu-se debaixo das catingueiras murchas, à beira da lagoa vazia.

“Vidas secas”, Graciliano Ramos.

Então, é isso que é o inferno! Nunca imaginei... Não se lembram? O enxofre, a fogueira, a grelha... Que brincadeira! Nada de grelha. O inferno... O inferno são os outros!

“Entre quatro paredes”, Jean Paul Sartre.

No Brasil, o termo “sertão” é associado, predominantemente, a um amplo repertório de imagens, representações. Terra rachada pelas longas estiagens, caatinga espinhosa, povoada por homens vestidos com gibão e protegidos do sol escaldante por chapéus de couro. Terra dos vaqueiros e das mulheres em suas longas caminhadas, equilibrando baldes d’água na cabeça. Lugar de cangaceiros, romeiros, homens lutadores. Homens desconfiados, brabos, marcados pela dureza de um ambiente hostil, árido, seco – infernal. O sertão é, enfim, este espaço de privações. Gado morto, terra de gente atingida pela seca, eventualmente também vitimizada pelas inundações desmedidas. Este sertão carrega, em si, um peso simbólico repleto de dor e sofrimento, mas também de esperança e fé. Do coronelismo e seus desmandos; do cangaço e seus personagens míticos. Sertão é, enfim, lugar de pessoas e paisagens exóticas, costumes e hábitos idiossincráticos. Parte do Brasil, sem dúvida, mas uma parte distinta – marcadamente peculiar. Parte distante, quase separada – lugar de onde se migra. Este sertão de sofrimento e privações encontra sua oposição no litoral, lugar de oportunidades, terra de promessa, de onde vem a ajuda, o socorro e, no limite, para onde se vai, em busca da construção de uma vida diferente, longe do flagelo.

Discutiremos, neste capítulo, essas imagens do sertão seco e árido enquanto uma construção simbólica que integra e alimenta projetos e políticas de intervenção pública na porção semiárida do território brasileiro. Veremos que o termo “sertão” carrega um sentido de “alteridade espacial” que se torna funcional para a construção de um projeto de dominação elaborado e constituído desde o não-sertão (litoral), lugar central. Nesta perspectiva, entendemos que a representação espacial – pelos sentidos que traz e propaga – se constitui um momento relevante na consolidação do domínio objetivo sobre o território, localizando os sujeitos sociais a partir de um determinado discurso hegemônico.

No caso em questão, veremos que esse discurso carrega um pressuposto naturalista que explica e qualifica a miséria do homem sertanejo pelos atributos naturais de sua região. O conceito geográfico de região é mobilizado enquanto instrumento legitimador desse discurso, integrando o processo de produção dessa *alteridade espacial negativa*. Neste espaço-outro, problemático, o homem é vítima da seca, da natureza. Na representação instauradora desse Nordeste *sertanejo*, o homem-vítima não é visto como *sujeito*, não é portador das potenciais soluções para as calamidades que o atingem, da mesma maneira que tais calamidades não são interpretadas como decorrência da própria sociedade em que o homem-vítima é parte. Veremos, com efeito, que as calamidades e a miséria, vistas como produtos da seca, passam a ser definidas como características identificadoras, traços essenciais dessa região. *Gerir* tal

condição natural – *combatendo* os seus efeitos – passa a ser a tarefa assumida pelos governantes e reivindicada pelas “elites regionais” que, guarnecidas pelo discurso naturalista, viabilizam a construção de grandes obras e projetos hídricos, sobretudo de instalação de açudes e barragens. Por este caminho, o Nordeste, tendo o sertão como referência fundante, passa a ser qualificado e instituído como região-problema.

1.1. Sertão: espaço-outro

O “sertão” é um termo que remete, de imediato, ao estranho. Lugar desconhecido e, como tal, desamparado. O seu sentido de “espaço outro”, propagado inicialmente no período colonial, para se referir aos “espaços vazios” do interior do Brasil, lugares a serem desbravados, passa a ser referido, posteriormente, a partir do final do século XIX, à porção de clima semiárido do território nacional. Conserva-se, contudo, num e noutro caso, um sentido de representação espacial que ressalta e evidencia a polaridade com o litoral, lugar civilizado, portador de qualidades que o sertão, por sua natureza, não dispõe.

Ressaltando essa polaridade, em particular do segundo momento, Albuquerque Júnior destaca que este sertão, que será tema de muitos discursos e trabalhos artísticos, torna-se uma questão arquetípica da cultura brasileira. Com efeito, essa questão emerge da própria discussão nacionalista em torno da cultura e sua relação com a civilização, sendo o litoral o espaço que representa o processo colonizador e desnacionalizador. O sertão, por sua vez, aparece como o lugar onde a nacionalidade se esconde, lugar livre das influências estrangeiras¹¹⁵. O sertão é aí muito mais um espaço substancial, emocional, do que um recorte territorial preciso, constituindo-se, nas palavras do autor,

[...] uma imagem-força que procura conjugar elementos geográficos, lingüísticos, culturais, modos de vida, bem como fatos históricos de interiorização como as bandeiras, as entradas, a mineração, a garimpagem, o cangaço, o latifúndio, o messianismo, as pequenas cidades, as secas, os êxodos etc. O sertão surge como a colagem dessas imagens, sempre vistas como exóticas, distantes da civilização litorânea. É uma ideia que remete ao interior, à alma, à essência do país, onde estariam escondidas suas raízes¹¹⁶.

“Colagem de imagens”, o sertão não se define precisamente como uma realidade natural. Como alerta Robert Moraes, enquanto uma realidade fáctico-material, a noção de

¹¹⁵ Durval Muniz de Albuquerque Júnior. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4a ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009, p. 67.

¹¹⁶ Durval Muniz de Albuquerque Júnior, op. cit., p. 67.

sertão não representa uma individualidade específica que o identifique como um ente telúrico dotado de particularidades intrínsecas, não podendo, assim, ser estabelecido como um tipo de meio natural singular, nem como uma modalidade própria de paisagem humanizada¹¹⁷. Em síntese, conforme o autor, o sertão não é um lugar preciso, mas uma “condição atribuída a variados e diferenciados lugares”. Trata-se, enfim, de um símbolo imposto a determinadas condições locais, sob certos contextos históricos.

O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar¹¹⁸.

Os traços que definem o sertão – suas imagens, símbolos, etc. – trazem como elementos de referência o seu outro, o não-sertão (litoral). Deste modo, como observou Nísia Trindade Lima, o sertão é concebido como um dos pólos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. Segundo a autora, no outro pólo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização¹¹⁹.

O processo classificatório que qualifica o sertão se institui, assim, como um ato valorativo mediante o qual, a partir do lugar *de onde* se fala – o não-sertão – é forjada e projetada a imagem do sertão, *para o qual e sobre o qual* se fala, predominantemente, enquanto seu negativo. Referenciando-se a partir do litoral, legitima-se o poder de classificação, poder este referendado pela posição geográfica central, de onde emana, com sentido de naturalidade, o atributo da universalidade. O pressuposto é o de que o não-sertão não é um lugar *tal qual* o sertão, mas uma espécie de lugar superior, transcendente, *atópico*. Podemos qualificar este ato classificatório valorativo como uma *tautologia espacial*¹²⁰, isto é,

¹¹⁷ Antonio Carlos Robert Moraes. Sertão: um “outro” geográfico. in *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 100.

¹¹⁸ Ibidem, p. 101.

¹¹⁹ Nísia Trindade de Lima. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999, p. 60.

¹²⁰ Na terminologia filosófica tradicional, *tautologia* significa genericamente “um discurso (em especial, uma definição) vicioso porquanto inútil, visto repetir na consequência, no predicado ou no *definiens* o conceito já contido no primeiro membro” (por exemplo: “todo solteiro é um não-casado”). Cf. Nicola Abbagnano. *Dicionário de Filosofia*. Alfredo Bosi, tradutor. 2aed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 939. Se, contudo, na terminologia filosófica esse discurso vicioso apresenta-se “inútil”, veremos que, no âmbito do exercício de representação espacial, seu uso responde a uma operação classificatória que traz efeitos sociais e políticos (por

um exercício lógico de representação do espaço fundamentado num sentido auto-referente, estabelecido a partir do centro (no caso, não-sertão – litoral).

Ilustrando esse tipo de procedimento classificatório, que traz em si pretensões de universalidade, Carlos Walter Porto-Gonçalves nos apresenta um exemplo pertinente e elucidativo. O autor observa que assim como cada um, de cada lugar do mundo, tem de assinalar em seu endereço eletrônico o país onde mora e de onde fala – *.br* (Brasil) ou *.ve* (Venezuela) ou *.mx* (México) ou *.cu* (Cuba) ou *.ar* (Argentina) ou *.co* (Colômbia) – aquele que fala a partir dos EUA não precisa adicionar *.us* ao seu endereço e, assim, “é como se falasse de lugar-nenhum tornando familiar que cada qual se veja, sempre, de um lugar determinado, enquanto haveria aqueles que falam como se fossem do mundo e não de nenhuma parte específica”. O autor observa ainda que, no Brasil, há o nordestino, o sulista e o nortista, mas não há o sudestino, nem o centro-oestista. Afinal, “o sudeste é o centro e, como tal, não é parte. É o todo! E a melhor dominação, sabemos, é aquela que, naturalizada, não aparece como tal” ¹²¹.

Na prática, seguindo esta lógica, o poder de classificação referenciado no não-sertão impõe, inevitavelmente, a condição subordinada do sertão, já que este se apresenta, como vimos, como uma projeção negativa. Tal subordinação não está fundamentalmente assentada em atributos naturais objetivos, definidos pelas qualidades próprias do espaço. Trata-se, na verdade, do resultado de um processo configurado por relações sociais desiguais e contraditórias e que manifesta essas desigualdades e contradições espacialmente. Em outras palavras, o sertão, enquanto representação espacial, se constitui como um momento do processo de objetivação, no espaço, de desigualdades produzidas sob o capitalismo, canalizando essas desigualdades e contradições na forma de relação centro-periferia. Assim sendo, o sertão pode ser compreendido como uma manifestação particular do discurso legitimador dessa relação, em escala nacional. Por esta razão, este processo não está desprovido de intencionalidades e interesses, integrando o complexo jogo de conflitos – e seu universo próprio de dominação e resistência política – que configura o capitalismo enquanto relação social.

Se, no plano da *lógica*, a *tautologia* pode ser definida como um vício de linguagem ou falácia argumentativa que resulta na afirmação da verdade do sujeito mediante sua própria

---

exemplo, legitimando e fomentando a execução de determinadas ações político-estatais), não sendo, portanto, desprovido de utilidade prática.

¹²¹ Carlos Walter Porto-Gonçalves. Apresentação da edição em português. in Edgardo Lander, organizador. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, p. 9-10.

repetição disfarçada no predicado¹²² – não podendo-se derivar daí, pois, um sentido explicativo satisfatório seja para o sujeito, seja para o predicado –, no plano da representação do espaço, por sua vez, o que estamos chamando de *tautologia espacial* é constituída como um exercício classificatório que institui e define a periferia por meio da própria projeção, em negativo, do centro, não podendo-se, do mesmo modo, derivar daí uma explicação coerente de nenhum dos dois termos. Observa-se, neste sentido, que o recurso à tautologia espacial reforça uma representação hierarquizada do espaço cujo alicerce se encontra, precisamente, nos termos da relação centro-periferia.

Isto evidencia a potencialidade das imagens criadas e forjadas sobre o espaço – suas representações – enquanto fator de dominação política. Por esta razão, como temos argumentado, parece-nos profícuo o esforço teórico de associar tais representações espaciais ao conceito de ideologia. Como vimos na introdução desta tese, as ideologias geográficas constituem-se como a substância das representações coletivas acerca dos lugares, posicionando os indivíduos, grupos e classes sociais, levando-os à transformação ou acomodação política. Desenvolvendo sua proposição sobre o tema, Robert Moraes circunscreve três modalidades de discursos abarcadas pelas ideologias geográficas:

- O discurso que veicula uma visão do espaço, do território, do lugar etc. Aqui os temas como o do “caráter” de uma dada área, ou o da “aptidão” de certas porções do planeta, ou ainda o do “destino” de determinados lugares, aparecem como bem ilustrativos. – O discurso que tenta colocar as questões sociais como qualidades do espaço. As teses do determinismo geográfico podem ser apresentadas aqui como uma grande exemplificação. O discurso diretamente normativo a respeito do espaço, em variadas escalas. Os planos e projetos que visam ordená-lo, destruí-lo, reconstruí-lo etc., servem como exemplo¹²³

As representações do espaço vinculadas às práticas políticas que elas orientam e legitimam, no âmbito das ideologias geográficas, estão diretamente conformadas pelo exercício de classificação que hierarquiza e qualifica o espaço. Este exercício é definido por um poder, que manifesta um ato de direito, isto é, a autoridade de circunscrever, impor e legitimar uma dada visão do mundo social. Segundo Bourdieu, este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um “acto de conhecimento, o

¹²² Nicolai Abbagnano, op. cit., p. 939.

¹²³ Antonio Carlos Robert Moraes. Uma nota sobre o conceito de ideologia. in *Ideologias geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 44-45.

qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que anuncia”¹²⁴. Com efeito,

O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conforme à natureza das coisas, “naturais”¹²⁵.

As imagens e representações passam a ser, assim, encarnadas como um dado objetivo da realidade, assimiladas como uma resultante da própria natureza. Como tal, apresentam-se enquanto verdade, operacionalizando e avalizando, assim, os processos sociais que as articulam e as acionam. Constituem-se, deste modo, essas imagens e representações, enquanto um discurso *naturalizador* de uma dada ordem social.

A lógica da naturalização de processos sociais, mediante a construção de imagens e representações sobre estes, está fortemente presente no desenvolvimento do capitalismo, em suas diversas manifestações histórico-geográficas particulares. Robert Moraes elabora uma reflexão sobre a espacialidade do capitalismo em seu processo de mundialização – isto é, expansão por todo o planeta e conseqüente incorporação dos lugares “singulares” à sua lógica. O autor observa, de início, que a história do capitalismo é, numa perspectiva geográfica, em si mesma, a história da expansão de determinadas relações sociais, que avançaram até abarcar todos os quadrantes do planeta. Pode-se observar, deste modo, uma história universal num âmbito global, o que permite entender a expansão progressiva e a mundialização do capital como atributos essenciais da espacialidade desse modo de produção¹²⁶.

No processo de expansão espacial do capitalismo, enquanto modo de produção, processo este necessariamente multi-escalar, ocorre uma forte articulação entre universalidade e singularidade, segundo o autor. Uma importante e eficaz característica da dominação capitalista é sua capacidade adaptativa à variação (natural e social) dos lugares, “no sentido em que a capacidade de inovação e de conviver com o diverso possibilitava a criação de estruturas específicas (no limite, singulares) que se integravam e reproduziam a lógica geral do sistema”¹²⁷. Assim,

¹²⁴ Pierre Bourdieu. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. in *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 114.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Antonio Carlos Robert Moraes. Geografia histórica do capitalismo. in *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 17-18.

¹²⁷ Antonio Carlos Robert Moraes. op. cit., p. 18.

A diversidade e variedade – natural e social – dos quadros terrestres devem ser avaliadas nesse contexto como um forte elemento interveniente na história territorial do capitalismo. Tendo como característica essencial de sua espacialidade a expansão constante, esse modo de produção tende a colocar cada vez mais lugares sob a órbita da lógica do capital¹²⁸.

A incorporação desses lugares se dá, cabe enfatizar, através de movimentos contraditórios, isto é, sem necessariamente implicar na dissolução completa e absoluta das particularidades presentes nas novas áreas assimiladas à sua lógica. Neste sentido, a expansividade intrínseca ao funcionamento do capitalismo “acarreta uma homogeneização diferenciadora dos lugares terrestres, que os torna mais iguais e mais diversos ao mesmo tempo”¹²⁹. As relações que constituem esse processo trazem, assim, rígidas hierarquias, manifestadas em trocas desiguais, intercâmbios injustos e posições diferenciadas¹³⁰.

Analizando historicamente este processo em escala global, Edgardo Lander ressalta que a consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal, até que estas fossem internalizadas como *formas naturais* de vida social, teve uma dimensão colonial e imperial de conquista e subordinação territorial, por parte das potências da Europa. As hierarquias e posições desiguais, constituídas nesse processo de expansão capitalista, são reafirmadas mediante a *naturalização* do domínio, justificado pela suposta superioridade cultural, econômica, social e territorial das potências dominantes¹³¹. Neste sentido,

[...] a “superioridade evidente” desse modelo de organização social – e de seus países, cultura, história e raça – fica demonstrada tanto pela conquista e submissão dos demais povos do mundo, como pela “superação” histórica das formas anteriores de organização social, uma vez que se logrou impor na Europa a plena hegemonia da organização liberal da vida sobre as múltiplas formas de resistência com as quais se enfrentou¹³².

Conforme o autor, essa visão de mundo tem como eixo articulador central a ideia de *modernidade* que, segundo afirma, captura complexamente quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso; 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a

---

¹²⁸ Ibidem, p. 21.

¹²⁹ Ibidem, p. 22.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Edgardo Lander. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. in *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, p. 31.

¹³² Ibidem, p. 33.

naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz frente aos demais conhecimentos existentes¹³³.

Essa realidade instauradora da *modernidade*, nas palavras de Aníbal Quijano, é o resultado de um processo “que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado¹³⁴ como um novo padrão de poder mundial”¹³⁵. Neste sentido, a chegada de Colombo na América inaugura dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. Dá-se início, assim, a um longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX com a organização da totalidade do espaço e do tempo em uma “grande narrativa universal”, na qual a Europa é simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal¹³⁶.

É mediante esse projeto modernizador que se evidencia a “superioridade” das formas de organização social estabelecidas a partir da sociedade liberal de mercado, onde os traços fundamentais de sua primazia ficam demonstrados tanto pela conquista e submissão dos demais povos do mundo¹³⁷, como pela “superação” histórica das formas anteriores de organização social¹³⁸. Segundo Boaventura de Sousa Santos, a idéia de “superação” das formas “primitivas” de organização social tem como base, de um lado, a conexão do racionalismo iluminista com o capitalismo liberal e individualista e, por outro, a presença do Estado moderno e democrático. Por este caminho, como consequência da chegada desta *comunidade estatal*, haveria a dissolução da comunidade anterior: a *comunidade étnica*¹³⁹. Para esta perspectiva,

---

¹³³ Idem.

¹³⁴ “Eurocentrismo é o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados (sic) do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América”. Cf. Anibal Quijano. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. in Edgardo Lander, organizador. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005, p. 246-247.

¹³⁵ Ibidem, p. 227.

¹³⁶ Edgardo Lander, op. cit., p. 26.

¹³⁷ Segundo Robert Moraes, o processo de valorização do espaço na colonização do território latino-americano estava calcado no entendimento de que a colônia era um “espaço a se ganhar”, a ser conquistado na missão civilizatória, englobando em seu seio populações autóctones enquanto um recurso natural a mais a ser apropriado na área colonizada. Cf. Antonio Carlos Robert Moraes. *Patrimônio natural, território e soberania*. in *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 37.

¹³⁸ Edgardo Lander, op. cit., p. 33.

¹³⁹ Boaventura de Sousa Santos. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 316.

[...] a racionalidade e a modernidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou melhor dizendo a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. (...) Sob essa codificação das relações entre europeu/não europeu, a raça é, sem dúvida, a categoria básica¹⁴⁰.

Nas palavras de Moraes, essa noção eurocêntrica de *cultura* “inscreve-se nesse processo de realização do imperialismo, o qual apresenta seus ‘códigos historicizantes’ sob a aparência de uma ‘universalidade neutra’”¹⁴¹. Neste prisma, a história caminha de forma linear e “na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles dominam”¹⁴². É nos termos dessa lógica que a modernidade ocidental produz a “não contemporaneidade do contemporâneo”, ou seja, não aceita a coexistência de formas sociais distintas em um mesmo momento histórico¹⁴³. Nesta concepção eurocêntrica da história, aquilo que se diferencia do padrão da sociedade liberal capitalista é compreendido como manifestação de um passado em vias de superação, como um resquício a ser removido pela instauração da modernidade ocidental. Assim, essa integração/submissão ao mundo eurocêntrico-ocidental impõe, inevitavelmente, “a adesão a um conjunto de valores culturais originados e comandados pela Europa, entre os quais se salienta a concordância com o controle político e econômico europeu do resto do mundo”¹⁴⁴. Tal domínio, visto como natural,

[...] ancorava-se numa visão evolutiva da história da humanidade que entendia a colonização ultramarina como uma expansão de agentes do processo social. A área central desse movimento era alçada nessa visão à condição de herdeira do mais elevado conhecimento humano, constituído ao longo de grandes etapas civilizacionais: a Grécia clássica, o império romano, a Cristandade medieval, e, finalmente, a Europa moderna¹⁴⁵.

Esse processo culmina no estabelecimento de uma *ordem* que encontra na forma nacional-estatal uma importante expressão. Serge Latouche argumenta que a estruturação das sociedades ocidentais em Estados nacionais constitui a base fundamental da identidade

¹⁴⁰ Anibal Quijano. op. cit., p. 238.

¹⁴¹ Antonio Carlos Robert Moraes. Ocidentalismo e história da geografia. in *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 42.

¹⁴² Boaventura de Sousa Santos. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 22.

¹⁴³ Boaventura de Sousa Santos. op. cit., p. 22.

¹⁴⁴ Antonio Carlos Robert Moraes. op. cit., p. 40.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 40-41.

nacional dos indivíduos membros, ao menos no nível imaginário. As sociedades ocidentais são, com efeito, primeiramente *sociedades políticas*. A força de tal concepção reside em seu alcance de impregnação no imaginário, o que, segundo o autor, a torna quase indestrutível, porque se afirma, precisamente, enquanto *natural e trans-histórica*¹⁴⁶. Assim, o Estado-nação encarna a condição de sujeito do direito internacional e, como tal, ele é soberano¹⁴⁷. Por outro lado, “As sociedades que não adotaram a forma nacional-estatal não têm existência jurídica; existem para ser descobertas, conquistadas e civilizadas”¹⁴⁸.

O Brasil, país constituído pela colonização portuguesa, teve a *conquista territorial* como elemento-base de seu processo colonizador. Neste sentido, a apropriação do espaço, exploração dos seus recursos naturais e a subordinação de suas populações originárias foram aspectos presentes da formação territorial em questão. Por isso, Robert Moraes defende a tese de que uma forte *visão territorialista* acompanha a concepção de país ao longo da formação nacional brasileira¹⁴⁹. O autor argumenta que não há nenhum elemento de unidade e identidade no território nacional brasileiro que preceda o colonizador. A unificação do território não se dava por características naturais bem definidas, sendo seus limites, na realidade, formados por um mosaico de biomas e ecossistemas. Do mesmo modo, não havia uma unidade cultural ou ética que configurasse a coesão da população autóctone, já que este território era ocupado por uma variedade ampla de povos diferenciados, dispersos e autônomos, falantes de línguas distintas distribuídas em vários troncos lingüísticos. Em síntese, “foi a instalação do colonizador que criou um elemento de unidade do Brasil como um território colonial do império português, como um conjunto de áreas de colonização que conformaram a América Portuguesa”¹⁵⁰.

¹⁴⁶ Serge Latouche. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 93.

¹⁴⁷ Partindo da ideia de que a relação das sociedades ocidentais com as periféricas, dominadas, se dá mediante a bipartição, fundada na distinção entre o *moderno* e seu “outro” (arcaico, atrasado, etc.), Sousa Santos elucida que, no campo do direito moderno, “[...] este lado da linha é determinado por aquilo que conta como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional. O legal e o ilegal são as duas únicas formas relevantes de existência perante a lei, e, por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal. Esta dicotomia central deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos. Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito”. Cf. Boaventura de Sousa Santos. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. in Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses, organizadores. *Epistemologias do Sul*. São Paulo, 2010.

¹⁴⁸ Serge Latouche, op. cit., p. 94.

¹⁴⁹ Antonio Carlos Robert Moraes. Ideologias geográficas na história brasileira. in *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 83.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 84.

Como parte desta *visão territorialista*, a afirmação da unidade e da autoridade estatal se deu tendo como base uma prioridade do *território* diante da *população*. Em outras palavras, a ideia da “construção do país” foi constitutiva da formação da nacionalidade brasileira, sendo o “povo” nada mais do que um *instrumento* de edificação do país, isto é, um *meio* na execução dos objetivos perseguidos pelas elites e pelo Estado, e não como a finalidade das ações. Sedimenta-se, assim, no plano das classes dominantes, uma ótica “de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares” ¹⁵¹. Neste sentido, a ideia da “construção do país” estava associada, nesta ótica, diretamente ao domínio do território pelo Estado, incorporando-se os *fundos territoriais* ao *território usado* ¹⁵².

Em meio ao processo de formação territorial do Brasil, brevemente descrito até aqui, o *sertão* constitui-se uma manifestação particular dessa *visão territorialista*, visão esta que apresenta, como vimos, pressupostos hierarquizantes e valorativos sobre os espaços aos quais se refere. Na prática, o termo já era utilizado, no período colonial, como qualificador de um espaço não-civilizado, ainda não suficientemente incorporado à dinâmica sócio-econômica nacional. Seriam, assim,

[...] os lugares da expansão futura, onde dominavam as características da originalidade natural, espaços habitados pelos “povos selvagens” e pelas populações isoladas que “vivem a margem da civilização”. Ao atribuir a condição de sertão a uma dada localidade já se assinalava o desejo de apropriá-la e inseri-la nos circuitos de produção de mercadorias, rompendo com seu isolamento e destruindo seus modos de vida tradicionais. E esse ato de conquista, violento por excelência, era justificado como parte da missão civilizadora de construir o país, sedimentando a civilização nessas terras ainda submetidas à barbárie ¹⁵³.

Parece-nos evidente, com efeito, que essa concepção hierarquizante e valorativa do espaço e da população a ele relacionada encontra forte correspondência com as formas de justificação e legitimação dos processos de dominação e ocupação colonial dos espaços periféricos, em escala global. Em outras palavras, neste caso, o sertão constitui uma

¹⁵¹ Antonio Carlos Robert Moraes. Território e identidade na formação brasileira. in *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Anablume, 2005, p. 98.

¹⁵² Antonio Carlos Robert Moraes. op. cit., p. 88. Sobre a distinção entre território e território usado, o autor afirma: “Para bem equacionar em termos geopolíticos a pioneira construção do poder estatal brasileiro é necessário diferenciar os conceitos de ‘território’ e de ‘território usado’, de modo a captar sua relação nesse processo. O território diz respeito à área do domínio político internacionalmente reconhecido como de soberania legítima de um Estado, principalmente pelos Estados vizinhos. O território usado, uma fração desse espaço, compreende os lugares economicamente integrados na lógica do sistema colonial, dotados de estruturas produtivas incorporadas pela colonização”. Cf. Ibidem, p. 86.

¹⁵³ Ibidem, p. 90.

manifestação, em escala nacional, de um modo de equacionar o espaço fundamentado numa lógica bipolar que separa os espaços marcados pela civilização, modernidade – em uma palavra, definidos pelo caráter da *universalidade* – daqueles dominados pela natureza, pelo costume, pelo atraso – isto é, definidos pelo atributo da *singularidade*. Sobre isto, Nísia Trindade de Lima observa:

É como se estivéssemos diante de um efeito especular dos sentimentos, motivados pelo contato com as sociedades que vivenciaram a modernização. Ou, se quisermos nos reportar à perspectiva do século XIX, um efeito da imagem das “nações civilizadas”. Teríamos, assim, a reprodução interna, na sociedade brasileira, das contradições experimentadas no contraste com aquelas sociedades¹⁵⁴.

Com efeito, parece-nos profícuo observar que essa forma de representação espacial bipolar, tautológica – presente tanto na relação dos impérios europeus com as colônias, quanto na relação do Estado nacional com seus fundos territoriais, como no caso brasileiro – marca também o desenvolvimento de outros estados nacionais periféricos.

O exemplo argentino pode ser elucidativo¹⁵⁵. Neste país, o termo *desierto* serve – tal como o *sertão*, no Brasil – como qualificador de um espaço-*outro*, caracterizado pela *distância* não apenas geográfica, mas também e, *sobretudo*, social e cultural. Trata-se, desde modo, de um espaço “vazio”, lugar apartado da civilização, da modernidade – no limite, da própria *sociedade*. Segundo Mariana Lois, analisando as imagens territoriais forjadas com base no conceito de *desierto*, o mesmo foi mobilizado, na Argentina, fundamentalmente para fazer referência aos espaços que se encontravam sob domínio indígena, em particular, do *Chaco argentino*¹⁵⁶, tendo sido amplamente utilizado também para aqueles situados na *Patagônia*¹⁵⁷. Para a autora, a conceituação *desierto* esconde um discurso legitimador de uma série de ações governamentais destinadas à apropriação e dominação dos espaços referidos, ao longo do período de consolidação do Estado-nação argentino. Na prática, subjacente ao termo, encontrava-se o propósito oficial de transformar o *desierto* em seu oposto – o não-*desierto* –, mediante um processo de ocupação e posterior imposição dos valores morais associados à civilização e o progresso. Neste sentido,

¹⁵⁴ Nísia Trindade de Lima, op. cit., p. 61.

¹⁵⁵ Antonio Carlos Robert Moraes. O sertão: um “outro geográfico”. in *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 108.

¹⁵⁶ O *chaco argentino*, definido pela forte presença indígena, integra a região do chamado *gran chaco*, que atravessa parte dos territórios da Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil.

¹⁵⁷ Carla Mariana Lois. La invención del desierto chaqueño: una aproximación a las formas de apropiación simbólica de los territorios del Chaco en los tiempos de formación y consolidación del estado nación argentino. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1999.

[...] cuando hablaban de "desierto" el énfasis estaba puesto en el referente empírico territorial: la ausencia de civilización era asumida como un "vacío" y legitimaba la conceptualización como "desierto", dotándolo de un sentido muy laxo que nada decía sobre los habitantes del lugar. De esta forma, ignorando la existencia de población indígena, es que se construye el vacío y, consecuentemente, el desierto. En torno a esta cuestión se fundamentan y se materializan los proyectos de apropiación territorial (de características militares) llevados adelante por el Estado: el criterio de apropiación – y de legitimación de la apropiación – suponía que ‘la estatalidad se impone sobre la nada’. Esto, significativamente, ponía fuera de la discusión la cuestión indígena y situaba al *desierto* como *escenario* óptimo para la civilización¹⁵⁸

Observa-se que a demarcação da *diferença*, no espaço, apresenta-se como um recurso retórico necessário para justificar, no limite, sua superação. Por meio de tal operação é que se constrói e se fortalece o sentido da *unidade*, em escala nacional, constituída pela homogeneização espacial mediante a imposição dos códigos e valores moderno-civilizacionais do centro. É válido evidenciar que a *região* – conceito clássico da Geografia – cumpre um papel central neste processo.

É com base em tal perspectiva classificatória que, tal como no caso do *desierto* argentino, o sertão brasileiro foi instituído como uma realidade geográfica. Num primeiro momento, que se refere ao contexto do Império e de afirmação do Estado nacional brasileiro, aparece como meio de imposição colonial da unidade territorial, mediante uma concepção genérica (sem uma delimitação geográfica precisa, específica), que o afirmava como um *outro* a ser ocupado, dominado e civilizado. Neste sentido, mais abstrato, sinônimo de *fundo territorial*, deveria ser incorporado pelo Estado, assimilado pelos seus valores e códigos institucionais¹⁵⁹. Esse “antigo regionalismo”, nas palavras de Albuquerque Junior, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, partia da concepção de que as diferenças entre os espaços do país, em formação, definiam-se como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. Nesta perspectiva, as variações de clima, de vegetação, de composição racial da

¹⁵⁸ Carla Mariana Lois. op. cit. s.p.

¹⁵⁹ “As partes do território não usadas pela economia colonial (agora nacional) podem ser qualificadas como “fundos territoriais” na perspectiva de uma geopolítica estatal. Manter o domínio e a integralidade destes fundos se apresenta como a principal tarefa posta para o novo Estado, e a forma monárquica de governo assumida já se constituía uma resposta a essa demanda primordial. Tratava-se de espaços para ocupação futura, lugares a serem incorporados pelo processo de expansão territorial não interrompido pela emancipação política. Tanto que a nova autoridade estatal vai se autodenominar como ‘império’ do Brasil, designação que como visto denota a motivação expansionista. O móvel da expansão repõe muitas determinações da conquista colonial na organização social do novo país”. Cf. Antonio Carlos Robert Moraes. Ideologias Geográficas na história brasileira. in *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 87.

população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Com efeito, as grandes distâncias, a deficiência nos meios de transporte e comunicação, o baixo índice de migrações internas entre Norte e Sul, tudo isso, argumenta o autor, tornava “estes espaços completamente desconhecidos entre si, verdadeiros mundos separados e diferentes que se olhavam com o mesmo olhar de estranhamento com que nos olhavam da Europa”¹⁶⁰.

Num segundo momento, a partir da década de 1920, desenvolveu-se um “novo regionalismo”, mais atrelado ao discurso de caráter nacionalista que, também com perspectivas de integração territorial, busca no “reconhecimento” das particularidades regionais um meio de realização. É, efetivamente, neste segundo momento que se constituiu o que Albuquerque Junior qualificou como a “invenção do Nordeste”, enquanto um espaço-outro, particular – em uma palavra, um “outro geográfico”. Este autor observa que, a partir da década de 1920, contexto de desenvolvimento da imprensa comercial, emerge a “curiosidade nacionalista”. Relatos de viagem, presentes em jornais, descreviam os lugares visitados, seus costumes, reconhecendo-se e demarcando-se suas diferenças e particularidades, referenciadas nos grandes centros.

Esses relatos fundam uma tradição, que é tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência, como centro do país. Tomar seus “costumes” como costumes nacionais e tomar os costumes das outras áreas como regionais, como estranhos. São Paulo, Rio de Janeiro ou Recife se colocam como centro distribuidor de sentido em nível nacional. As “diferenças” e “bizarrias” das outras áreas são marcadas como o rótulo do atraso, do arcaico, da imitação e da falta de raiz¹⁶¹.

Ainda que discordemos do autor em relação ao seu argumento de que essa “tradição” de tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência seja uma fundação do referido período¹⁶², consideramos profícua a identificação desse discurso (que qualificamos anteriormente como *tautologia espacial*) na relação estabelecida a partir de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, desde meados da década de 1920, com áreas periféricas.

Com esse “novo regionalismo”, pós-anos 1920, a seca passa a ser incorporada como elemento central da ideia de sertão. Neste caso, o sertão não seria, precisamente, o Nordeste

¹⁶⁰ Durval Muniz de Albuquerque Junior. op. cit., p. 53.

¹⁶¹ Ibidem, p. 54.

¹⁶² Como pudemos argumentar anteriormente, defendemos que esse tipo de procedimento classificatório, que hierarquiza e valora os espaços periféricos a partir de uma auto-referência do centro, apresenta-se como a base do discurso colonialista europeu, justificando e legitimando a dominação das colônias, bem como prossegue fomentando a constituição e afirmação dos estados nacionais periféricos, em sua relação com seus fundos territoriais, como ocorreu no Brasil (com a ideia de *sertão*) e na Argentina (com a ideia de *desierto*), segundo os exemplos mencionados.

(eventualmente chamado, numa classificação mais genérica, de “Norte”), mas, sobretudo, sua *porção seca*, atingida pelas intempéries climáticas, entendidas como causadoras dos danos sociais e do flagelo ali encontrados. Se, no contexto do Brasil imperial, o sertão qualificava, de forma genérica, as áreas “vazias” do território nacional, isto é, os espaços a serem ocupados – os *fundos territoriais*; no contexto nacionalista do “novo regionalismo”, o sertão continua representando um *espaço-outro*, no entanto, a partir de um recorte mais preciso. Trata-se, a partir de então, fundamentalmente, do Nordeste *seco*. Este Nordeste passa a representar o novo *sertão* do Brasil.

1.2. Aspectos ambientais do Sertão nordestino

A delimitação geográfica da região Nordeste é perpassada por controvérsias correspondentes aos diversos critérios adotados para sua definição. O geógrafo Manuel Correia de Andrade observa que, se analisarmos as tentativas realizadas até então, no sentido de particionar o país em regiões naturais, notaremos que, se alguns autores aceitam colocar no Nordeste apenas os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, outros incluem também o Piauí e o Maranhão, enquanto, por sua vez, outros adicionam ainda o Sergipe e parte da Bahia, geralmente até a altura do Recôncavo. Segundo o autor, o Conselho Nacional de Geografia (CNG), em 1941, classificou o Nordeste como a área que abrange do Maranhão até Alagoas, não tendo sido esta classificação totalmente aceita, por sua não incorporação pelas organizações governamentais. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) recorta, para seus fins de planejamento, uma área que abarca o estado do Maranhão até o norte de Minas Gerais, enquanto o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 1968, em sua regionalização, considerou como parte do Nordeste os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia¹⁶³.

Os aspectos ambientais constituem, aqui, um importante critério para a definição dos limites que qualificam o Nordeste, nas variadas regionalizações estabelecidas. Neste sentido, Andrade destaca que, nesta região, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, em sua manifestação no regime pluvial e exteriorizado na vegetação natural. Por isto é aceita uma distinção, desde o tempo colonial, entre a “Zona da

---

¹⁶³ Manuel Correia de Andrade. *A terra o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7aed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 36.

Mata”, “com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca –, do Sertão, também quente, porém, seco”. É nesta porção seca, semiárida, que, como nota o autor, ocorrem as famosas “secas periódicas que matam a vegetação, destroçam os animais e forçam os homens à migração”. A área de transição entre ambas, com trechos quase tão úmidos como o da Mata e outros tão secos como o do Sertão, é denominada de Agreste¹⁶⁴.

Província fitogeográfica das caatingas, onde dominam temperaturas médias anuais muito elevadas, a porção seca do Nordeste brasileiro é identificada pelo geógrafo Aziz Ab’Saber como uma das três grandes áreas semiáridas da América do Sul. Além dela, o autor menciona a região Guajira, na Venezuela e na Colômbia; e a diagonal seca do Cone Sul, que envolve trechos de aridez na Argentina, Chile e Equador. Segundo o autor, os atributos que dão similitude às regiões semiáridas são sempre de origem climática, hídrica e fitogeográfica: baixos níveis de umidade, escassez de chuvas anuais, irregularidade no ritmo das precipitações ao longo dos anos; prolongados períodos de carência hídrica; solos problemáticos tanto do ponto de vista físico quanto do geoquímico e ausência de rios perenes, sobretudo no que se refere às drenagens autóctones¹⁶⁵.

Tendo em foco essa porção seca do território nordestino, recentemente, em 2005, o Ministério da Integração Nacional revisou os critérios que definiam oficialmente o semiárido brasileiro. Antes, sob vigor da Lei nº 7.827, de 27 de dezembro de 1989, o semiárido era qualificado como “A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm¹⁶⁶”. Na cartilha oficial do Ministério da Integração Nacional, se apresenta como justificativa para a revisão “a insuficiência do índice pluviométrico como critério exclusivo da seleção dos municípios”. Assume-se, oficialmente, a posição segundo a qual não é a “falta de chuvas a responsável pela oferta insuficiente de água, mas sua má distribuição, associada a uma alta taxa de evapotranspiração que resultam no fenômeno da seca, a qual periodicamente assola a população da região”¹⁶⁷.

Com efeito, adicionam-se mais dois critérios técnicos para a identificação dos municípios enquanto integrantes do semiárido. Além da precipitação média anual inferior a

¹⁶⁴ Manuel Correia de Andrade. op. cit., p. 37.

¹⁶⁵ Aziz Ab’Saber. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, 1999, p. 7.

¹⁶⁶ BRASIL. “Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro”, Ministério da Integração Nacional, disponível em: http://www.integracao.gov.br/desenvolvimento_regional/publicacoes/delimitacao.asp. Cf. Anexos - Mapas – “Nova delimitação do semiárido”.

¹⁶⁷ BRASIL. “Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro”, Ministério da Integração Nacional, disponível em: http://www.integracao.gov.br/desenvolvimento_regional/publicacoes/delimitacao.asp

800 mm, antes exclusivo, consideram-se, agora, também o índice de aridez, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, bem como o risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Assim, além dos 1031 municípios até então considerados parte do semiárido, são inseridos mais 102, em razão da adoção dos novos critérios, passando o semiárido, segundo a classificação atualmente vigente, a ser composto por 1.133 municípios de nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe¹⁶⁸.

A área de abrangência do “novo” semiárido é de 969.589,4 km², abrigando cerca de 22 milhões de pessoas, o que representa 11% da população brasileira¹⁶⁹. Nesta porção do território nacional, as condições ambientais podem ser consideradas adversas. Ainda que possa alcançar uma média pluviométrica relativamente alta em alguns municípios, de 800 mm anual, a ocorrência das chuvas tende a estar concentrada em três ou quatro meses do ano, com freqüentes precipitações de grande impacto, em um ou dois dias, causando enchentes, erodindo os solos e comprometendo a produção agrícola.

Como observou Ghislaine Duque, é comum a ocorrência de longos períodos de estiagem, uma sucessão de anos de pluviosidade fraca ou muito fraca, causando esgotamento das reservas alimentares e de água, morte de animais, etc. Além disso, o volume hídrico perdido pela evapotranspiração é três ou quatro vezes superior àquele fornecido pela chuva, resultando, portanto, numa “perda considerável das reservas de água armazenadas a céu aberto e um importante ressecamento da superfície dos solos não cobertos”¹⁷⁰. Ab’Sáber destaca que, ali,

[...] o balanço da evapotranspiração é predominantemente negativo durante um intervalo da ordem de seis a nove meses por ano. O excesso de calor descompensa o nível e o volume das precipitações estacionais até fazer secar os cursos d’água à chegada da estação sem chuvas ou com muito pouca chuva. À medida em que as chuvas cessam, os restos de água existentes no solo se evaporam rápida e progressivamente. Os lençóis d’água subsuperficiais se aprofundam até que os próprios rios passam a alimentar os lençóis mais próximos de seus leitos¹⁷¹.

¹⁶⁸ BRASIL. “Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro”, Ministério da Integração Nacional, disponível em: http://www.integracao.gov.br/desenvolvimento_regional/publicacoes/delimitacao.asp

¹⁶⁹ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

¹⁷⁰ Ghislaine Duque. A Articulação do Semi-Árido brasileiro: camponeses unidos em rede para defender a convivência no Semi-Árido. in Bernardo Mançano Fernandes et. al., organizadores. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 304.

¹⁷¹ Aziz Ab’Sáber. op. cit., p. 14.

Essas condições ambientais respondem, assim, às características de uma região subdesértica paradoxal, já que é extensivamente servida por redes hidrográficas hierarquizadas, com drenagem aberta para o mar. Segundo o autor, por caminhos os mais diversos, os rios regionais saem das bordas das chapadas ou dos castelos d'água de velhos maciços em abóbada (Borborema), percorrem as extensas depressões interplanáticas, quentes e secas, e acabam chegando diretamente ao mar ou engrossando as águas do São Francisco ou do Parnaíba, grandes rios perenes que cruzam ou tangenciam a região. No entanto, para a infelicidade dos grupos humanos ali residentes, “o funcionamento hidrológico de todos os rios que nascem e correm dentro dos limites da área nuclear do domínio dos sertões depende do ritmo das estações seca e de chuvas, o que torna seus cursos d'água intermitentes e sazonais”¹⁷².

Observa-se, no que se refere ao regime pluviométrico, a existência de duas estações bem definidas, sendo uma chuvosa, compreendendo os meses de verão e outono, e outra seca, mais longa, referente aos meses de inverno e primavera. Nilo Bernardes qualifica esse tempo de estiagem como a “estação morta do sertão”, sendo esta marcada pelo momento em que “mesmo os grandes rios já estão reduzidos a poças descontínuas, e os homens e os animais lutam com a carência de água disponível”¹⁷³. Este é o período triste do sertão, nas palavras do autor, caracterizado pelo solo calcinado, a vegetação reduzida a uma “galharia ressequida e acizentada, com a paisagem apenas salpicada pelo verde dos cactus e das bromélias ou, em certos lugares, pelas copas espaçadas dos juazeiros”¹⁷⁴.

Se não vem a seca, tudo ocorre normalmente, com uma estação de fartura (ali conhecida como *inverno*) e outra de privações¹⁷⁵. Ilustrando com suas palavras o temor da seca que aflige o sertanejo, Nilo Bernardes afirma, com certo tom poético, que, no final da estação seca “até a própria natureza parece extremamente angustiada, contemplando o céu de um azul luminoso, pontilhado por raras e esparsas nuvens”¹⁷⁶. A incerteza da chegada da chuva é um sentimento angustiante pelo qual frequentemente passa o homem sertanejo. A possibilidade da estiagem “coloca em todas as mentes a grande pergunta, se realmente virá o inverno daquele ano, se já não se prenuncia uma nova calamidade, como frequentemente se registra no sertão”¹⁷⁷.

---

¹⁷² Ibidem, p. 13.

¹⁷³ Nilo Bernardes. As caatingas. *Estudos Avançados*. 1999, p. 74.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Manuel Correia de Andrade. op. cit., p. 57-58.

¹⁷⁶ Nilo Bernardes. op. cit., p. 74.

¹⁷⁷ Nilo Bernardes. op. cit., p. 74.

Frente à estiagem possível, o sertanejo, providente, guarda parte dos alimentos que adquire durante a estação chuvosa e recorre como alimentação suplementar para o gado ao restolho das culturas de milho e do algodão, sobretudo, assim como utiliza também as cactáceas nativas – o mandacarú, o facheiro, o xiquexique – e a macambira, na alimentação de animais¹⁷⁸. O renascimento do verde, no sertão, ocorre rapidamente após a chegada das firmes e regulares chuvas. Descrevendo essa transformação tão repentina, Bernardes afirma:

O panasco, o mimoso, ou outro capim, atapetam imediatamente os espaços abertos, os arbustos como que milagrosamente se cobrem de folhas e as árvores criam novas ramagens. Em breve, as flores mais variadas enfeitam o sertão, num verdadeiro afã da natureza de fazer esquecer a quadra mesquinha. Os rios e riachos passam a correr. Recrudescem as atividades agrícolas e pastoris. Homens e mulheres que foram para outras regiões em busca de trabalho, voltam para os seus roçados. Renascem, também, as esperanças; e o apego do sertanejo pela terra áspera se torna ainda mais arraigado¹⁷⁹.

Para além da própria questão da irregularidade pluviométrica, as atividades agrícolas são desfavorecidas também pela presença, na maior parte do semiárido, do subsolo do tipo *crystalino*, com camadas rasas de terra e baixa concentração de matéria orgânica. Estas atividades, que só se acentuaram na região com o progressivo aumento populacional, transformaram, por vezes completamente, a fisionomia original naqueles trechos onde as condições de solo e água são mais favoráveis. Por sua vez, o sistema tradicional de criação foi firmado nas áreas favoráveis ao pastoreio, os campos abertos, constituindo-se esta a principal atividade associada à conquista do interior¹⁸⁰.

Predominantemente, o semiárido é caracterizado por uma vegetação de baixo porte, com folhas caducas, muitas vezes reduzidas a espinhos, no caso das cactáceas, o que constitui uma forma natural de proteção contra a transpiração¹⁸¹. Este quadro, com baixa incidência de cobertura vegetal depositada sobre o solo, não facilita sua fertilização, restando para a atividade agrícola algumas áreas particulares, mais úmidas. Além das serras e encostas de maciços, que captam umidade, identificam-se alguns pontos de exceção à aridez também nos chamados *baixios* ou *várzeas*¹⁸², como também são denominados. Trata-se, nas palavras de

¹⁷⁸ Manuel Correia de Andrade. op. cit., p. 57.

¹⁷⁹ Nilo Bernardes. op. cit., p. 74.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Ghislaine Duque. op. cit., p. 304.

¹⁸² Como pudemos identificar em vários trabalhos de campo realizados em diversos municípios do semiárido paraibano, a denominação “*bage*”, sendo uma variação lingüística de “*várzea*”, é também bastante utilizada pela população sertaneja. Ab’Sáber observa que, nos sertões mais interiores, em pleno domínio das caatingas, a

Ab'Sáber, de um “enclave de tropicalidade no meio semiárido”. Neste enclave, encontra-se uma “ilha de paisagens úmidas, quentes ou subquentes, com solos de matas e sinais de antigas coberturas florestais, quebrando a continuidade dos sertões revestidos de caatingas”¹⁸³. Sobre essas porções úmidas, Bernardes observa:

Além da água, as margens dos rios e riachos ofereceram as terras de maior valor agrícola. Correndo espalhados e abundantes durante a época das chuvas, os cursos de água construíram largos *baixios*, em que o solo aluvial e a maior umidade da terra, contrastando com os *altos* (ou *centros*) de solos secos e pedregosos, favorecem os cultivos. Não raramente são os próprios leitos arenosos que comportam as culturas de *vazante*, praticadas logo que o fluxo diminui e, depois, *corta*. Quanto piores as condições do sertão, maior a dependência dos habitantes com relação aos baixios, mais rígida é a distribuição da população junto às ribeiras¹⁸⁴.

Em seu estudo sobre o *modo de vida* camponês sertanejo, Marta Inez Medeiros Marques identifica diferentes usos da terra, que correspondem a distintas condições ambientais do semiárido¹⁸⁵. A autora destaca que a terra geralmente utilizada para o gado (*terra de pasto*) é coberta por uma capoeira muito rala, que se apresenta um pouco mais densa somente nos pontos altos dos interflúvios, sendo este o local utilizado para retirada da madeira útil a diversos fins, como a lenha, o carvão e a feitura das casas e cercas. Por sua vez, a *terra de agricultura* ou *terra de trabalho* localiza-se nas várzeas, nas margens dos açudes e nos solos de pedimento. A *terra de lavoura* restringe-se, mais precisamente, às pequenas manchas de solo que apresentam relativa profundidade e por isso conservam melhor a umidade do semiárido. A extensão da “terra boa” disponível é, segundo argumenta Marques, um dos principais fatores determinantes das condições socioeconômicas da unidade camponesa¹⁸⁶. Numa perspectiva semelhante, Josué de Castro argumenta:

O aproveitamento pelo sertanejo destas manchas de terra de melhores condições edáficas, com maiores reservas de umidade e melhor riqueza

---

expressão *várzea* cedeu lugar para o termo *vazante*, que descrevia exatamente a faixa de terrenos ribeirinhos abrangidos pela rápida ascensão das águas no período chuvoso do ano. Segundo o autor, “Trata-se de um termo dotado de grande capacidade de evocação, aplicável à rotina da dinâmica hidrológica dos sertões secos”. Cf. Aziz Ab'Sáber. op. cit., p. 18.

¹⁸³ Ibidem, p. 17.

¹⁸⁴ Nilo Bernardes. op. cit., p. 75-76.

¹⁸⁵ Ainda que a autora, em seu estudo, tenha partido de uma realidade empírica mais específica – município de Ribeira, situado na microrregião do Cariri Oriental paraibano –, consideramos profícua, aqui, sua classificação sobre os distintos usos da terra, em particular, por tal classificação elucidar diferentes estratégias de produção camponesa conforme condições ambientais típicas do semiárido como um todo.

¹⁸⁶ Marta Inez Medeiros Marques. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB* [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994, p. 107.

humosa, para o seu roçado de subsistência, fez-se de maneira muito semelhante ao aproveitamento do oásis e dos *ueds* secos, dos vales e das estepes do Atlas e das bordas do Saara, por parte das populações serracenas que aí se estabeleceram quando da expansão do império árabe por todo o Norte da África. Tanto nos oásis africanos como nas vazantes nordestinas, vamos encontrar a mesma textura de culturas variadas num aproveitamento intensivo dessas limitadas zonas onde a água excepcionalmente se apresenta¹⁸⁷.

Andrade nota, contudo, que nessa região “as áreas úmidas mais favoráveis à atividade agrícola constituem uma pequena percentagem da superfície total (...). Por isso, é o sertão, ainda hoje, uma área onde predomina o criatório extensivo”¹⁸⁸. Este autor chama a atenção para o fato de que, no processo de ocupação da região semiárida, a agricultura desenvolveu-se ligada à pecuária, predominante, às sombras dos *currais*, devido à grande distância que separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas.

Ocupava a agricultura pequenas áreas, uma vez que era feita visando ao abastecimento da população de cada “curral”, e nos locais mais úmidos, mais favoráveis, onde os solos eram mais espessos, como os leitos dos rios e as lagoas secas; cultivavam também o leito do Rio São Francisco e seus afluentes, à proporção que o baixar das águas deixava descobertas as “praias” e ilhas; eram, portanto, culturas de vazante¹⁸⁹.

Segundo Emilia Moreira e Ivan Targino, a necessidade de abastecimento dos vaqueiros teria contribuído para o surgimento de uma produção alimentar baseada principalmente nas culturas do feijão e do milho no interior das fazendas e currais, sobretudo nas áreas de baixios, nos vales e leitos secos dos rios temporários que cortam a região. Para a autora, apesar dos condicionamentos naturais restritivos, a presença desta agricultura no interior semiárido pode ser explicada por alguns fatores: a) pelo isolamento geográfico do sertão em relação às demais regiões com melhores condições para a produção de alimentos; b) pela redução dos custos de reprodução de mão de obra; e c) pela complementaridade da produção de subsistência com a pecuária através da utilização, pelo gado, do restolho que ficava na terra após as colheitas das lavouras alimentares¹⁹⁰.

Esses pequenos roçados eram feitos, inicialmente, pelo próprio vaqueiro com a sua família ou agregados, uma vez que os proprietários não tinham preocupação direta com o

¹⁸⁷ Josué de Castro. *Geografia da fome*. 6a ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006, p. 174.

¹⁸⁸ Manuel Correia de Andrade. op. cit., p. 197.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 191.

¹⁹⁰ Emilia Moreira; Ivan Targino. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora UFPB, 1997, p. 77.

abastecimento de seus trabalhadores, cabendo a estes prover sua alimentação, dentro das condições que o meio natural lhes oferecia¹⁹¹.

Os limites entre a porção das propriedades destinadas à agricultura e à criação se definem a partir dos chamados “travessões” – formados por “cercas” de varas, espinhos ou pedras – que separam as áreas de cultivo e da circulação do gado¹⁹². Na perspectiva de Manuel Diégues Junior, coexistindo, embora não se associando, a agricultura e a pecuária estabeleceram um “sistema de viver”¹⁹³. Nas zonas destinadas predominantemente à criação, “o gado vive solto, enquanto a lavoura é cercada; de outro lado, nas zonas predominantemente ou tipicamente de lavoura, o gado é que permanece cercado. A esta separação de atividades é que se chama ‘travessão’”¹⁹⁴.

Este autor ressalta que os rebanhos tornaram-se responsáveis não apenas pela ocupação humana da região, mas também por sua caracterização social. Segundo afirma, “a pecuária dá fisionomia à região, quer marcando-lhe a vida econômica, quer norteando-lhe a feição cultural. Em torno do gado criam-se as condições que normalizam e caracterizam a vida regional”. Nesta perspectiva, a atividade da criação de gado influencia não apenas a forma de organização do espaço das propriedades rurais, constituindo-se também uma atividade relevante para a configuração de traços específicos de sociabilidade e organização econômica, sendo as “fazendas de criação” os núcleos onde essa influência mais claramente define a organização econômica e social.

A descrição geral, aqui realizada, sobre o semiárido brasileiro – ou, com certo grau de generalização, do Nordeste – apresenta, em síntese, uma porção do território brasileiro que tem o clima (e outros aspectos ambientais a este associados) como questão relevante para a sua identificação. Por seus próprios atributos naturais, o clima semiárido pode trazer, como vimos, certas condições adversas para a vida do homem sertanejo, sendo a mais conhecida delas a *estiagem* ou a *seca*, que altera significativamente a dinâmica produtiva e a reprodução social nas áreas por ela atingidas. Discutiremos, a seguir, o modo através do qual essas condições ambientais foram, na prática, mobilizadas como justificativa para ações estatais de intervenção, consolidando-se, a partir da imagem do flagelo e da miséria, um espaço para a ação do poder estatal na porção do semiárido brasileiro.

¹⁹¹ Manuel Correia de Andrade. op. cit., p. 191.

¹⁹² Andrade constata que “Nos últimos cinquenta anos, o arame farpado vem sendo empregado neste mister e é comum os grandes proprietários cercarem áreas de melhor pasto formando as ‘mangas’ que reservam para o seu gado”. Cf. Ibidem, p. 192.

¹⁹³ Manuel Diegues Junior. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960, p. 179.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 150.

Desse fenômeno natural, típico do clima correspondente, resultam, evidentemente, impactos produtivos e na reprodução das populações socialmente mais vulneráveis das áreas mais atingidas. Os efeitos da carência hídrica são concretamente sentidos pelos homens e mulheres que, além de terem comprometida sua produção agrícola e a própria criação do gado, passam a depender de reservatórios com quantidade insuficiente água, ou com qualidade imprópria para abastecimento doméstico.

Partindo desses efeitos concretos da estiagem, no semiárido brasileiro, se projetou a imagem do Nordeste, referenciando-se em sua porção seca, como “região problema” do Brasil. Enquanto *sertão*, sua incorporação ao território nacional aparecia como horizonte. Neste caso, contudo, tal incorporação estava diretamente associada a um fenômeno natural e dizia respeito, fundamentalmente, ao combate aos seus efeitos socialmente trágicos. A intervenção pública é tida como a solução necessária para os problemas encontrados, cabendo ao Estado trazer “soluções hídricas” ao Nordeste seco brasileiro. Assumiu-se, com efeito, a *açudagem* como prática interventiva mais comum e considerada a mais eficiente para solucionar os problemas dessa “região-problema”, prática esta alimentada e justificada, com empenho, pelas “elites regionais” e pelos representantes governamentais do Nordeste nos espaços público-institucionais do Estado.

Cabe, assim, problematizar os significados e efeitos dessa interpretação da seca, fenômeno natural, na formulação de políticas interventivas para o semiárido. Veremos, no próximo item, que a noção de *sertão* – espaço-outro, problemático – alimenta, também, os propósitos subjacentes às justificações oficiais para as medidas interventivas, construindo-se a região Nordeste a partir de um amplo repertório de ideologias geográficas, compondo uma representação do espaço que traz a miséria como traço constitutivo. As determinações sociais do processo são desconsideradas, sendo as calamidades consideradas um efeito do espaço, isto é, um atributo natural da “região-problema” do Brasil.

1.3. O combate à seca e o discurso regionalista: intervenções governamentais na “região problema”

Partindo dos aspectos naturais, até aqui discutidos, a geógrafa Iná Elias de Castro observa que, por suas especificidades ambientais, o semiárido tem sido apresentado historicamente pelo filtro de uma conscientização coletiva das dificuldades impostas por este meio, que depende dos azares climáticos. Segundo afirma, a natureza é considerada quase um ente metafísico, interpretada como um obstáculo intransponível a qualquer ideia de progresso

ou justiça social¹⁹⁵. Em outro trabalho, a autora argumenta que essa representação da região é dependente de um conjunto de imagens: caatinga ressequida, a indefectível carcaça de um boi e os retirantes, magros, com seus poucos pertences entrouxados e equilibrados sobre a cabeça. Em tal interpretação, “A culpa da miséria era dos céus e não dos homens. A estes cabia tentar minorar os seus efeitos com recursos técnicos e financeiros que, naturalmente, deveriam vir de onde eles existissem”¹⁹⁶.

Apesar de ser composta por zonas úmidas, particularmente no litoral, o Nordeste traz a seca como imagem associada ao seu entendimento corrente enquanto um recorte geográfico, constituindo-se esta sua marca essencial. Analisando relatos de viagem para a região, dos anos 1920, Albuquerque Junior nota que esse Nordeste seco é descrito de forma generalista, empregando-se uma “impressão” sobre uma dada porção específica, conhecida pelos viajantes, que passa a ser universalizada enquanto uma característica explicativa desse “Norte”, ou “Nordeste” como um todo. Reforçando-se esse estigma, forjando-se, assim, os supostos traços identitários da região, o que se descreve são aspectos, costumes encontrados em um Estado ou uma área, que são apresentados e descritos como “costumes do Norte ou do Nordeste” em oposição aos “costumes de São Paulo”¹⁹⁷. Como exemplo, o autor menciona uma nota de viagem ao Nordeste, em 1923, de um articulista do jornal O Estado de São Paulo:

[...] algo sabíamos por leitura sobre a terra do sofrimento, que tem prados só de urzes, tem montanhas de penhascos, habitações só de colmos, céu que nunca se encobre... chão que nunca recebe orvalho, rios que não têm água. *O Nordeste brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade que assolou em 1919*, determinado a fase decisiva das grandes obras contra as secas. [...] quando levas de esquálidos retirantes vieram curtir saudades infindas na operosidade do generoso seio sulino, quem sabe se ainda em dúvida, entre a miséria de lá e a abundância daqui...¹⁹⁸.

A seca de 1919 é qualificada pelo articulista como o evento responsável pela “divulgação” do Nordeste, sob tal designação. A “calamidade” é entendida, pois, como seu traço inerente – a referência fundante de sua identidade regional. Esta condição, contudo, não é vista como o efeito de processos históricos, sociais, mas como um resultado inevitável de

¹⁹⁵ Iná Elias de Castro. Seca *versus* seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. in Iná Elias de Castro et. al., organizadores. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 297.

¹⁹⁶ Iná Elias de Castro. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 59.

¹⁹⁷ Durval Muniz de Albuquerque Junior. op. cit., p. 55.

¹⁹⁸ O Estado de São Paulo, 10/08/1923, p. 2, c. 2 apud. ibidem, p. 55, grifo nosso.

uma determinação natural. Seguindo tal perspectiva naturalista, se fortaleceu, do mesmo modo, uma interpretação segundo a qual o “Norte” estava condenado pelo caráter mestiço de suas raças e a tropicalidade de seu clima. Albuquerque Junior, constatando a presença dessa interpretação naturalista, argumenta:

A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado etc. O discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos estados do Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão¹⁹⁹.

A imagem do horror acarretado pela seca alimenta, segundo o autor, a progressiva unificação dos interesses regionais, convertendo-se em um detonador de práticas políticas e econômicas que envolvem todos os Estados sujeitos a este fenômeno climático. Com a descrição desse quadro miserável, estabelece-se a imagem de uma região abandonada pelos poderes públicos, justificando, assim, a necessidade de inserção de suas demandas regionais em âmbito nacional, para reverter sua condição marginalizada e abandonada.

Nas palavras de Castro, o Nordeste, por suas próprias condições naturais, converte-se, assim, numa *questão*, o que significou sua legitimação, tanto em termos semânticos como em termos objetivos, enquanto tema para reflexão e como um problema a ser resolvido, em escala nacional. Segundo afirma, como elementos subjacentes à percepção dessa “questão” encontram-se, entre outras coisas, a pobreza de sua população, os baixos rendimentos agrícolas, pouca industrialização e poder da burguesia agrário-regional²⁰⁰. É válido considerar, como adverte a própria autora, que as imagens justificadoras do Nordeste enquanto *questão*, isto é, a seca e as calamidades a ela associadas, são projetadas em paralelo com a imagem de um *outro* Nordeste. Trata-se, aqui, daquele Nordeste *litorâneo* (não-sertanejo) e, como tal, promissor, que está associado ao dinamismo da economia açucareira, definindo-se como *locus* primordial da cultura nacional.

Esse paralelismo não nos parece casual, nem uma decorrência óbvia da segmentação do espaço regional em duas naturezas distintas, mas, pelo contrário, é significativo da ambivalência da história política da região, cuja

¹⁹⁹ Ibidem, p. 72.

²⁰⁰ Iná Elias de Castro. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 57.

oligarquia, enquanto se apropriava da imagem da pobreza, participava ativamente do bloco de poder do Estado²⁰¹.

Por este caminho, a seca é legitimada no cenário público como questão social, mobilizando forças políticas e discursos justificadores de intervenções práticas direcionadas a esta região que, por seus aspectos naturais constitutivos, consolida-se como uma “região-problema”. As condições naturais instituem, aqui, o lugar político do Nordeste/Norte diante do resto do país: a geografia dessa região-problema define, naturalmente, a situação miserável de sua gente. Como resultado, esse discurso, que toma a seca como mote, traça um elo de solidariedade entre os que se apresentam como porta-vozes desse “espaço sofredor”, aproximando “os grandes proprietários de terra da Zona da Mata dos comerciantes das cidades, e estes dos grandes produtores de algodão e criadores de gado”²⁰². Deste modo, a seca passa a ser propagada pelas elites regionais como uma questão a ser resolvida, em âmbito nacional, instaurando-se a ideia de que a sua resolução se daria através do seu *combate*. Em tal concepção, assume-se que *enfrentando* a seca o Estado atacaria o problema-raiz, causador dos principais males que atingem essa região-problema.

As elites regionais se posicionam em vinculação direta ao poder central do Estado, falando *pela* região, em nome dos interesses dessa “terra de sofrimentos”. Com efeito, essas oligarquias agrárias consolidaram, mediante esse discurso, um canal de acesso a recursos públicos através do alcance de espaços na estrutura central do Estado, mantendo seu poder, legitimando-se como mediadores entre a escala local (e seus *problemas*) e a nacional (e seus *recursos*).

Historicamente, como observou Iná Elias de Castro, o sucesso das estratégias de preservação do peso político dessa elite agrário-regional resulta de suas alianças na República Velha com as oligarquias do Centro-Sul e, posteriormente, com a burguesia industrial, materializada nas decisões do Legislativo, especialmente na histórica derrota dos projetos para superar a questão agrária, e na ocupação de postos na alta burguesia estatal²⁰³. Qualificando socialmente essa elite agrária, a autora afirma:

Estes atores tradicionais são tanto aqueles proprietários mais comprometidos com o monopólio da terra do que com a sua utilização como base produtiva, como aqueles cujas atividades econômicas são viabilizadas mais pela

²⁰¹ Ibidem, p. 60.

²⁰² Durval Muniz de Albuquerque Junior. op. cit., p. 73.

²⁰³ Iná Elias de Castro. *Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*. in Iná Elias de Castro et. al., organizadores. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 303.

existência de recursos subsidiados do que pela inserção competitiva no mercado, juntamente com o representante político de ambos, cujas decisões e ações se fazem para evitar alterações de fundo nas relações de produção, de poder e de disponibilidade de recursos financeiros²⁰⁴.

As antigas “fazendas de criação” constituem-se um importante berço para a formação das elites agrárias sertanejas. Sobre o tema, o importante estudo realizado por Marcus Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, publicado inicialmente na década de 1960, contém uma profícua reflexão. Os autores, analisando a realidade agrária do interior de Pernambuco, notam que “se formou no bolsão nordestino um sistema econômico pulverizado em fazendas mais ou menos autárquicas, descentrado de núcleos vigorosos de comando e decisão, mantendo tênue, quase capilar, sua rede primitiva de intercomunicações”²⁰⁵. Cada vez mais extensas, na medida em que a terra se torna rasa, dela emergindo o cascalho sertanejo, algumas dessas fazendas, conforme argumentam os autores, tomam o aspecto de povoados, que mais tarde se burocratizam em vilas e cidades.

Vilas e cidades que conservam o cheiro dos currais, a unidade de sua destinação econômica primordial. E que se mantêm, sem maior estranheza ou protesto, submissas ao senhor-patriarca, dono dos alpendres, das casas, das terras que as circundam. É o coronel. Pela força de seus poderes e domínios crescentes, ele se torna também senhor de povoados, de vilas, de cidades e de municípios. Dono também da riqueza, das terras, das boiadas. Dono até de gente. Essa situação como se prolonga no tempo, por força do relativo imobilismo social e cultural, e da rigidez da estrutura econômica²⁰⁶.

A influência política dos “coronéis” transcendia as dinâmicas locais, internas às fazendas de criação, constituindo-se daí um fenômeno mais amplo, marcante no período da Primeira República, estando suas raízes presentes no período imperial. Já neste período, segundo argumenta Maria Isaura Pereira de Queiroz, os municípios se definiam como “feudos políticos” que se transmitiam por herança – herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira informal²⁰⁷.

---

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Marcus Vilaça; Roberto Cavalcanti de Albuquerque. *Coronel, coronéis*. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 49.

²⁰⁶ Marcus Vilaça; Roberto Cavalcanti de Albuquerque. op. cit., p. 49.

²⁰⁷ Maria Isaura Pereira de Queiroz. O coronelismo numa interpretação sociológica. In Boris Fausto, organizador. *O Brasil republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 155.

Victor Nunes Leal, em seu clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado pela primeira vez em 1948, evidencia que a força eleitoral empresta ao “coronel” prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas²⁰⁸.

Analisando este quadro, Queiroz observa que a Constituição Brasileira de 1891 outorgou o direito de voto a todo o cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado, o que, supostamente, abria a possibilidade de livre expressão dos cidadãos através das eleições. Contudo, tal mudança não resultou em nada mais do que no aumento do número de eleitores que continuavam obedecendo aos mandantes políticos já existentes²⁰⁹.

Para José de Souza Martins, no plano político, a República concretizava a ampliação da cidadania implícita na abolição da escravatura, em 1888, levantando a interdição de direitos eleitorais para o liberto e ao mesmo tempo eliminava o preceito restritivo de renda líquida mínima para os diferentes graus de participação política, tanto na definição da elegibilidade quanto na de eleitor. Por outro lado, instituiu a restrição do voto aos analfabetos. Na prática,

Tais modificações, no entanto, não afetaram em absolutamente nada uma velha instituição, caracteristicamente de classe, que desde a Colônia arregimentava os grandes proprietários de terras e escravos, criando-lhes um séquito de subalternos que os tinham como interpostas pessoas entre o poder público e o poder privado dos poderosos²¹⁰.

Em argumento semelhante, Victor Nunes Leal afirma que, paradoxalmente, o privatismo típico do *coronelismo* é alimentado pelo poder público, no regime representativo, com sufrágio amplo, já que o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. Para este autor, é fundamental considerar, como

²⁰⁸ Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 45-46.

²⁰⁹ Maria Isaura Pereira de Queiroz. op. cit., p. 155.

²¹⁰ José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 45.

elemento explicativo essencial dessa dependência, a questão da propriedade da terra. Segundo afirma, “não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil”²¹¹.

Ainda no que se refere às relações entre os “coronéis” e os camponeses, um elemento importante identificado é a condição de “árbitros sociais” e “líderes políticos”, atribuída àqueles. Para o exercício de sua liderança, contavam com o serviço de milícias de capangas que, nas vastas extensões de suas terras, garantiam a ordem e domínio exercido. Os “coronéis”, além de proprietários de numerosos rebanhos, tornaram-se chefes patriarcais de famílias estendidas, englobando toda a parentela e inúmeros agregados, além de constantemente ampliadas pelos afilhados gerados nos muitos compadrios²¹². Tais figuras comandaram o processo político pelo controle quase completo, em suas áreas de influência, das eleições, consolidando-se, como o tempo, como “senhores absolutos”, incontestados, donos também do comércio e da indústria local²¹³.

O sociólogo César Barreira argumenta que o coronel-proprietário de terra, como “protetor”, “orientador” e “prestador de serviços”, exercia um tipo de dominação “natural, familiar e eterna”, adjetivações que compõem a base do poder tradicional no sertão. Segundo afirma o autor, como “peça” imemorial do jogo político do sertão, o coronel e a dominação substantiva que ele encarna tendem a adquirir um caráter de eternidade e a oferecer um modelo de “ordem social”, perpassada por traços de “mistério” e “desconhecimento”. Explicando sua tese, o autor afirma:

O mundo é difuso e misterioso e nele avultam o coronel e suas leis, o que facilita e torna também quase “natural” a reprodução da dominação. A “roupagem familiar do poder” no sertão é que possibilita a sua manutenção em cima de regras não conhecidas. A dominação não necessita nem se impõe só pela força, mas pela aceitação e reconhecimento, através de mecanismos ideológicos que tornam a realidade não perceptível por parte dos dominados²¹⁴.

²¹¹ Victor Nunes Leal. op. cit., p. 44.

²¹² “O compadrio ou o afilhadismo foram forças que logo se implantaram e se desenvolveram no Brasil como uma das nossas características culturais mais significativas. Tal como sucedeu em Portugal, também aqui no Brasil o compadrismo criou uma larga rede de relações sociais, não apenas de utilidade, mas igualmente de unidade. Daí a força que a família teve no Brasil e, no Brasil rural ainda tem. Só nos meios urbanos as transformações sociais vão desagregando essa força”. Cf. Manuel Diegues Junior. op. cit., p. 59.

²¹³ Marcus Vilaça; Roberto Cavalcanti de Albuquerque. op. cit., p. 26.

²¹⁴ César Barreira. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992, p. 18.

Este espaço de mistério em que se reproduz o poder mediador do fazendeiro, afirma o autor, é decorrente da ausência do Estado e das relações de dependência dos camponeses sertanejos a esses proprietários de terra. Neste cenário, os coronéis passam a absorver várias das funções que seriam estatais, mediante uma condição de legitimidade decorrente não apenas da sua situação econômica, mas, sobretudo, pelo “prestígio” e “honra” reconhecidos pelos camponeses. Com efeito, em certa medida, se projeta uma “aceitação social” em relação ao domínio exercido²¹⁵.

Andrade, contudo, chama a atenção para o fato de que numa “sociedade rural em que um pequeno grupo detinha o domínio da terra e explorava a grande maioria da população, exercendo sobre a mesma um forte controle, não poderia ser uma sociedade calma, pacífica e tranqüila”²¹⁶. Sintetizando essa realidade, o autor argumenta:

Os proprietários mantinham em suas terras um certo número de moradores que recebiam favores especiais e certos privilégios e que eram armados e usados como capangas nas lutas com vizinhos ou com os dependentes, e como eleitores nas ocasiões em que os cargos públicos eram disputados. Dispunham assim de um sistema de poder que evitava, ou pelo menos atenuava os choques violentos entre as classes e consolidava a sua influência, riqueza e prestígio²¹⁷.

Deste modo, o estado de “aceitação social” era o resultado do exercício de um *poder de classe*, um domínio praticado pela combinação entre força e consenso, coerção e consentimento. Segundo argumenta César Barreira, a violência passa a fazer parte da história do sertão e, nessa realidade, os “coronéis” representam a incorporação dessa violência²¹⁸. Para o autor, a violência da classe dominante do sertão se torna mais forte na medida em que as relações de trabalho sofrem alterações ou se modernizam e os camponeses tomam consciência do seu “grau de dependência” e percebem que o seu “nível de miséria” é diretamente proporcional ao “mando” do sertão²¹⁹.

Enquanto instrumentos mobilizados por essa elite agrária para o exercício do seu poder, Iná Elias de Castro identifica: (1) a *burocracia estatal*, que gere e organiza decisões e recursos nas escalas local, regional e nacional; (2) a *propriedade fundiária*, que, no Nordeste, como em outras partes do país, mais do que recurso para a produção é aval para financiamento, símbolo de *status* familiar, garantia de preservação na memória coletiva local

²¹⁵ Ibidem, p. 20.

²¹⁶ Manuel Correia de Andrade. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986, p. 19.

²¹⁷ Manuel Correia de Andrade. op. cit., p. 19.

²¹⁸ César Barreira. op. cit., p. 39.

²¹⁹ Ibidem, p. 38.

e regional da posição no alto da hierarquia do poder local; (3) o *mandonismo e a organização oligárquica*, que possibilitam a captura dos aparelhos formais do Estado, nas três esferas de poder e da administração da Federação, viabilizando a permanência e a resistência as mudanças institucionais²²⁰.

Essa elite, operando com tais instrumentos, recorre à *seca* como imagem–força que associa diretamente a miséria e a pobreza do camponês sertanejo à falta d’água. A solução do problema passa, pois, pelos investimentos públicos, oriundos da União, visando *socorrer* essa região carente. Justificada por esse discurso, a *açudagem* passou a ser a estratégia central, formulada e posta em prática, para *combater* os efeitos da estiagem.

Nesse contexto, tal como delimitou Roberto Marinho Alves da Silva, “A adoção de tecnologias da engenharia hidráulica para armazenamento de água – a chamada solução hídrica – catalisou a crença na possibilidade de combater a seca e aos seus efeitos”²²¹. Assim, “A tecnologia da irrigação passou então a ser vista e valorizada como um meio de contornar a escassez de um fator de produção necessário ao desenvolvimento das culturas agrícolas”²²².

Como observaram João Medeiros Filho e Itamar de Souza, essa preocupação emergiu, mais precisamente, após a seca de 1877, tendo adquirido forma e conquistado espaço nas decisões governamentais somente nas primeiras décadas do século XX. Os autores mencionam que, efetivamente, entre 1902 e 1906 que foram tomadas as primeiras providências oficiais no sentido de dotar o semiárido nordestino de uma estrutura hidráulica direcionada ao combate aos efeitos da seca. Para tal, no período, foram criadas três comissões: (1) *açudes e irrigação*; (2) *estudos e obras contra os efeitos das secas*; e, por último, a (3) *comissão de perfuração de poços*. Em 1909, diante do marasmo das iniciativas até então postas, o governo de Nilo Peçanha criou a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), tendo esta instituição atribuições bastante amplas, envolvendo estudos, construção de estradas, conservação de florestas, perfuração de poços, estímulo à pequena açudagem, realização de drenagem de vales úmidos e construção de açudes públicos com dinheiro da União²²³.

Os esforços dos técnicos não foram suficientes para o estabelecimento de uma ação efetiva do IOCS, tendo as ações deste sido reduzidas basicamente a construção de açudes

²²⁰ Iná Elias de Castro. op. cit., 304-305.

²²¹ Roberto Marinho Alves da Silva. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento [tese]. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2006, p. 183.

²²² Idem.

²²³ João Medeiros Filho; Itamar de Souza. *A seca no Nordeste: um falso problema: a política de combate às secas antes e depois da SUDENE*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 31.

públicos ou particulares. Além disso, os recursos e obras passaram a ser apropriados para atender interesses de caráter eleitoral por chefes políticos locais e regionais²²⁴. Esta perspectiva limitada da problemática da seca, que a reduz suas “soluções” à construção de açudes e poços, segue alimentando o discurso dos políticos, embasando suas proposições e projetos. Sobre esta permanência, os autores citados argumentam:

Ao longo da República Velha, a problemática da seca foi predominantemente (não exclusivamente) reduzida à falta de reservatórios para acumular água. Cristalizou-se, então, a mentalidade de que o problema da seca é apenas falta de água. Ainda hoje, nos meios mais conservadores, persiste esta mentalidade. Baseando-se neste pressuposto, as elites políticas e intelectuais do Nordeste passaram a fazer a apologia da grande e média açudagem²²⁵.

Refletindo sobre o período em discussão, Ab’Sáber adverte que, a partir de 1919, o apelo à perfuração de poços para a obtenção de água subterrânea em terras sertanejas tem longa e complicada história. Segundo afirma, ao longo do tempo, as solicitações para a abertura de poços em áreas sertanejas aumentaram significativamente, com atendimento relativamente protetivo e, muitas vezes, por influências políticas. O mesmo autor argumenta que os poços estabelecidos em propriedades particulares, propiciados por instituições oficiais, desde há muito foram considerados *poços perfurados em regime de cooperação*, o que acaba por constituir uma “complicada história de atendimentos político-oligárquico execráveis”²²⁶.

Na década de 1940, o IOCS passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), através do Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945. O período posterior à criação do DNOCS foi marcado por novas secas, ocorridas em 1951, 1953 e em 1958, tendo sido esta última a mais severa. Diante deste quadro, Medeiros Filho e Souza notam que, não obstante o Nordeste já possuir nesta última seca 6,7 milhões de metros cúbicos de água reunidos em mais de 200 açudes e barragens públicas, “o que se presenciou foi a repetição das tragédias anteriores: fome, miséria, morte dos rebanhos, invasão das cidades e emigração em massa”²²⁷. Os autores destacam que, no referido período, os açudes públicos eram construídos predominantemente dentro das fazendas dos “coronéis” e a água acumulada era destinada, prioritariamente, aos seus rebanhos e, só por um ato de benevolência, servia aos camponeses necessitados.

---

²²⁴ Ibidem, p. 33.

²²⁵ João Medeiros Filho; Itamar de Souza. op. cit., p. 33.

²²⁶ Aziz Ab’Sáber. op. cit., p. 53.

²²⁷ João Medeiros Filho; Itamar de Souza. op. cit., p. 39.

Marcel Bursztyn ressalta que o DNOCS cumpria um importante papel na continuidade das relações de reciprocidade características do “compromisso coronelista” entre o Estado e as elites²²⁸. O autor argumenta que, ao invés do poder oficialmente atribuído aos “coronéis”, como ocorreu no período imperial (Guarda Nacional), é do ponto de vista *econômico* que o Estado passa a assegurar a hegemonia desse grupo em escala local. Sendo tanto a pecuária como o algodão vulneráveis aos efeitos da seca, o Estado assegurava, mediante a construção de barragens, tanto a perenidade do gado dos latifundiários como a manutenção de um estoque de mão-de-obra cativa, capaz de garantir o fornecimento local de alimentos mesmo em épocas de estiagem através dos plantios de vazantes. Ao mesmo tempo, por intermédio da rede de estradas secundárias, construídas de forma a servir aos beneficiários dos açudes, o Estado sustentava a circulação da produção de mercado²²⁹. Neste sentido,

Como a ação do Estado se intensificava a cada seca, esta passou a ser desejável pelos políticos locais, já que, desta forma, poderiam obter os meios materiais para *comprar* sua importância política (distribuição dos fundos públicos condicionada à sua legitimação pela via eleitoral), além, é claro, de tirar proveito, individualmente, enquanto produtores beneficiados²³⁰.

Analisando esta realidade, Francisco de Oliveira também menciona que tais reservatórios serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas, assim chamadas as ribeiras das barragens. Para o autor,

O investimento do DNOCS reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes. O caso da perfuração de poços é semelhante: mediante acordos com os grandes proprietários, o DNOCS perfurou para encontrar água, que se destinava sobretudo à sustentação dos rebanhos. Não há, que a literatura registre, casos de poços públicos perfurados pelo DNOCS em todo o sertão nordestino, a não ser em algumas cidades, para fins de abastecimento de água potável²³¹.

²²⁸ Marcel Bursztyn. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 71.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Marcel Bursztyn. op. cit., loc. cit., grifo do autor.

²³¹ Francisco de Oliveira. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflito de classes*. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 54.

Além do benefício direto dos grandes proprietários, como decorrência da construção dessas obras hídricas, em suas fazendas, a intervenção público-estatal, no sertão/semiárido, resultou na criação de condições para a subordinação camponesa a processos típicos de acumulação primitiva, nos períodos das secas e das “emergências”, como eram denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agravava. Deslindando esses processos, Oliveira descreve que o recrutamento da mão-de-obra desocupada pela estiagem era feito *apenas depois* que os magros recursos dos pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, haviam se esgotado em duas ou três semeaduras, à espera das chuvas, e empregava-se na construção das barragens e das estradas. Os camponeses recebiam, pelo trabalho realizado, na maioria das vezes, sob a forma de produtos, isto é, fornecendo-se os alimentos – farinha, feijão e a carne-seca, esta nem sempre presente. Como um resultado do trabalho camponês, as barragens eram construídas nas propriedades dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios. Assim, mediante a utilização de recursos público-estatais, foram implantadas benfeitorias nas grandes propriedades e sua forma de financiamento chegou a se constituir em outro pilar da força e do poder político dos “coronéis”²³². Por isto,

[...] os períodos mais difíceis para a região tornavam-se os mais rentáveis para os latifundiários, que passavam a ser alvo da assistência do Estado sob a forma de obras públicas em suas terras. Os momentos em que o Estado intervinha, assalariando a mão-de-obra desmobilizada pela seca, não representava, no entanto, uma modificação nas relações de produção que pudesse ameaçar a estrutura tradicional do binômio latifúndio-minifúndio. Os trabalhadores engajados nas frentes recebiam, por seu trabalho, uma porção de alimentos (farinha e rapadura) e, eventualmente, uma soma insignificante em dinheiro. Após o final “institucional” da seca, os trabalhadores das frentes eram desmobilizados, devendo permanecer disponíveis, *in loco*, para o latifúndio²³³.

É válido ressaltar que o recrutamento dos camponeses atingidos pela seca, para a construção das obras hídricas, ocorre associado ao temor da ida, em massa, das multidões de retirantes dos sertões para as cidades. A contenção dos flagelados respondia, assim, também a uma preocupação urbana, revelando-se uma medida oficial para evitar a tomada das cidades pelos camponeses que, por sua fragilidade social (e, em algumas interpretações, pelos atributos próprios de sua *raça*), trariam a barbárie sertaneja ao litoral. Esta questão passou a

²³² Ibidem, p. 54-55.

²³³ Marcel Bursztyn. op. cit., p. 72.

ser considerada um grave problema social a partir do final do século XIX, mobilizando governantes, burgueses e a intelectualidade urbana na busca por soluções.

Frederico de Castro Neves, mencionando os efeitos da migração para Fortaleza, como consequência da seca de 1877, afirma que a cidade foi “invadida e ocupada por sertanejos em número quase quatro vezes maior que sua população”. Junto com os flagelados chegava, para as elites urbanas, o temor de saques, doenças, assassinatos, além do ataque à recatada moral das famílias provincianas. Segundo o autor, o problema, que já se apresentava naquela seca, ganha contornos de solução institucional somente em 1915, materializando-se nos chamados *campos de concentração*, abrigos destinados à recepção dos sertanejos-retirantes²³⁴.

Tendo como justificativa os cuidados às vítimas da seca (sobretudo, no que se refere à distribuição de alimentos e água), os campos de concentração aglutinavam, sob vigilância de soldados, os sertanejos migrantes em áreas marginais das cidades, geralmente próximas às estradas de ferro. Em espaços fechados, aos montes, os sertanejos morriam e padeciam de doenças, pela insalubridade e precariedade dos locais de abrigo. Estes “currais de bárbaros”, como qualificou Frederico de Castro Neves, recorrendo ao imaginário das elites do período, concentravam os migrantes que, isolados, não poderiam comprometer a ordem e o bom funcionamento das cidades, evitando-se, assim, que, com seus corpos, contaminassem física e moralmente a *urbe*, já com aspirações modernistas e orientada por uma perspectiva higienista²³⁵.

Nos discursos da elite urbana, a civilização, a razão e a moral – elementos constitutivos da cidade próspera e moderna – são confrontadas e ameaçadas pela barbárie, irracionalidade e a imoralidade dos sertanejos, flagelados, que passaram a ocupar o espaço urbano, em busca de socorros. A presença dos retirantes representava, assim, o contato geográfico indesejável do *sertão* com o *não sertão*, dando forma, no universo das elites, a um repertório de representações negativas sobre esse *espaço-outro*, atrasado e incivilizado. O contato passava, assim, a conformar o imaginário das elites da cidade que reconheciam a miséria do sertanejo como o resultado inevitável das condições naturais de seu local de

---

²³⁴ Frederico de Castro Neves. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Rev. Bras. Hist.*, 1995, p. 94.

²³⁵ Associando a existência dos campos de concentração, destinado aos retirantes da seca, ao higienismo emergente, em Fortaleza, no final do século XIX, Lidiany Soares Mota Travassos afirma: “À medida que a vida urbana tornava-se mais complexa e afeita às influências exteriores a exemplo das alterações feitas pelo governo francês, com suas remodelações em busca do aformoseamento da cidade, maior era a exigência de implementar a higiene dos espaços e a busca por uma higiene também para os corpos como uma norma de distinção social e decência”. Cf. Lidiany Soares Mota Travassos. *Uma história não contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza-Ceará*. Anais do V Colóquio de História “Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”, 2011, p. 719.

morada – por um lado, pelo clima; por outro, pelo seu distanciamento social e cultural da modernidade européia.

Naturaliza-se, por meio desse imaginário, um entendimento politicamente imobilizador, no que se refere ao campesinato, instituindo-se a ideia segundo a qual a miséria e a pobreza são determinações naturais resultantes da seca, portanto, desvinculadas da própria realidade social e das relações de classe em que os sertanejos estão historicamente enredados. A propriedade da terra, os vínculos históricos de dependência aos latifundiários, e, neste sentido, os processos sociais que configuraram a realidade da região são ignorados enquanto elementos explicativos para o flagelo e a vulnerabilidade dos retirantes. Por isto, estamos de acordo com Perruci, quando este afirma:

[...] a questão regional é uma construção ideológica da classe dominante dentro do processo de realização do capitalismo no Brasil, isto é, dentro do processo de exploração da força de trabalho pelo capital. Em outros termos, a “Questão Nordeste” aparece como um dos mecanismos ideológicos que funcionou como válvula justificadora da debilidade dos grupos dominantes locais, ao mesmo tempo em que serve de instrumento de dominação e de domesticação da força de trabalho, desviando-a ideologicamente da contradição fundamental existente entre as classes sociais²³⁶.

Por um lado, esse “regionalismo de dominação”, enquanto ideologia geográfica, obscurece as contradições sociais intra-regionais, colocando na natureza a causa da miséria a que estão submetidos os camponeses da região. Retirando da sociedade – e, em particular, da própria contradição de classes – a fonte explicativa das mazelas do sertão, esse regionalismo acaba por entificar a natureza, dotando-lhe de agência, retirando dos homens e mulheres a capacidade de atuação frente ao ambiente em que vivem. Nas palavras de Iná Elias de Castro, nessa visão regionalista, “a natureza semi-árida é o sujeito e a sociedade seu objeto, instituindo a perspectiva de uma sociedade vitimizada pelo seu meio”²³⁷. A autora argumenta que a seca como significante (expressão) adquire, assim, significado (conteúdo) no conjunto das relações sociais, no território de sua ocorrência e fora dele, tornando-se um signo que só poderá ser compreendido no contexto daquelas relações. Assim, na realidade em foco, o seu significado objetivo de fenômeno natural foi substituído progressivamente pela significação

²³⁶ Gadiel Perruci. A formação histórica do Nordeste e a Questão Regional. in Silvio Maranhão, organizador. *A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 26.

²³⁷ Iná Elias de Castro. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. in Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa, organizadores. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 105.

simbólica: “o signo da natureza foi suplantado e obscurecido pelo signo da tragédia, adquirindo um forte conteúdo social e político”²³⁸.

A incorporação da seca ao universo da política, no Brasil, estabelece, assim, a convergência e a imbricação de três momentos centrais: (1) *representação do espaço*; (2) *representação social*; e, por fim, (3) as *práticas político-interventivas*. Tal tríade se configura dialeticamente mediante uma relação em que os seus termos são interdependentes, o que exige, numa perspectiva analítica, a consideração das múltiplas determinações que os mobilizam. Neste sentido, as relações de classe que, na realidade analisada, resultam na afirmação de uma posição subordinada do campesinato, frente às oligarquias agrário-regionais, estão associadas a expressões subjetivas sobre o espaço – o que se evidencia, no caso em foco, na construção da ideia negativa de *sertão* e de Nordeste – como estratégia para naturalizar tal subordinação e o domínio político exercido. Ao mesmo tempo, como consequência da projeção dessa representação espacial negativa, na qual o sertão carrega o peso da barbárie e da miséria, se alicerçam ações políticas de intervenção no espaço considerado, constituindo-se o regionalismo enquanto estratégia legitimadora desse processo.

A identificação dessa tríade cumpre, para nós, um papel elucidativo dos processos sociais em análise no nosso trabalho. Considerando o nosso propósito de compreender algumas ações políticas de resistência camponesa, na porção semiárida do território brasileiro, entendemos como relevante, senão fundamental, equacionar a realidade estudada mediante os referidos momentos triádicos. A consideração das múltiplas relações entre os distintos momentos da tríade revela, analiticamente, o espaço enquanto momento relevante do conflituoso jogo que constitui a relação política do campesinato com classes sociais antagônicas no semiárido. Neste sentido, o espaço aparece não apenas como elemento objetivo de disputa (pela dimensão do monopólio da propriedade privada da terra e as variadas determinações políticas dele decorrentes), passando a ser mobilizado, também subjetivamente, como ideologia geográfica que institui uma posição subordinada do campesinato, sendo operacional para conformar e naturalizar uma lógica de dominação política de classe.

---

²³⁸ Ibidem, p. 119.

CAPÍTULO 2 – CAMPESINATO E POLÍTICA: Expressões de resistência na realidade brasileira

*Todo paisaje de la Tierra está hecho a la medida del hombre,
puesto que el hombre habrá de servir siempre de módulo en
todo lo que concierne a la Tierra. Lo que debe saberse es
para qué hombres está hecho el paisaje, para qué ojos, para
qué sueños, para que empeños.*

“Visión de América”, Alejo Carpentier.

*Cuando vayas a los campos,
no te apartes del camino,
que puedes pisar el sueño
de los abuelos dormidos.*

“Campesinos”, Atahualpa Yupanqui.

Argumentamos, até aqui, que o entendimento de importantes dimensões dos processos sociais analisados em nosso trabalho – em particular, os antagonismos entre as ações de *combate à seca* e aquelas de *convivência com o semiárido* – passa pela compreensão da relação, dialeticamente configurada, entre os termos da tríade (1) *representação do espaço*; (2) *representação social*; e (3) as *práticas político-interventivas*. Vimos, assim, que as ações público-estatais dirigidas ao semiárido, tendo como enfoque as obras de *combate à seca*, são referendadas e amparadas por um discurso regionalista - qualificado, nesta tese, enquanto uma ideologia geográfica. Vimos que sua dimensão ideológica reside, concretamente, na legitimação fomentada à posição mediadora das elites agrário-regionais, que, através da obtenção e mobilização de recursos públicos, em nome da região-problema, se assumem portadoras das “soluções hídricas” levadas à porção semiárida do território brasileiro.

Por meio de tal visão, os camponeses sertanejos são qualificados como vítimas do ambiente em que vivem, consolidando-se a interpretação da miséria enquanto um efeito das secas e, portanto, da natureza. Constituindo-se esse regionalismo uma ideologia geográfica, dele resulta uma representação social que, no caso em questão, esvazia a agência do campesinato, isto é, a sua capacidade de construir soluções aos problemas e adversidades por que passa. Deste modo, em tal visão, nas situações-limite das ocorrências das secas, aos camponeses resta nada mais do que uma posição subalterna de recebedores das assistências trazidas pelos representantes oficiais da “região-problema”, as elites agrário-regionais. Por esta razão, neste viés, os vínculos do campesinato com a política são, significativamente, negativos, marcados pela presença do clientelismo paternalista (em que as “assistências” são, com frequência, associadas ao favor), obscurecendo os antagonismos de classe e naturalizando os termos da dominação a eles subjacentes.

A visão negativa no que se refere à relação entre o campesinato e a política – como aquela resultante dos processos sociais acima apontados – encontra, ademais, amplo embasamento ou ressonância em posições consagradas no âmbito acadêmico, estando presente também nas orientações teóricas e na prática política de organizações, movimentos e partidos de esquerda. No presente capítulo, aprofundaremos alguns dos pressupostos de tais posições, identificando manifestações histórico-concretas na realidade brasileira. Para a defesa deste percurso analítico, partimos da tese do sociólogo José de Souza Martins, que

considera a existência, na história nacional, de um *descompasso* entre a concreta ação do campesinato enquanto sujeito político e seu enquadramento teórico, assumindo-se, com efeito, que a possibilidade da presença camponesa na política foi subestimada ou ignorada, tanto na academia, quanto na prática das organizações e partidos políticos²³⁹.

A discussão proposta será organizada em duas partes. Na primeira delas, seguiremos um breve excursus teórico sobre a relação entre campesinato e a política, particularmente no campo do pensamento marxista. Através desta reflexão, esperamos identificar os principais pontos de tensão relativos ao tema, mapeando, assim, diversos posicionamentos sobre o lugar social dos camponeses sob o capitalismo. O nosso foco sobre o pensamento marxista justifica-se pela forte continuidade das polêmicas e divergências *teóricas* no campo *político*, isto é, no universo da prática das organizações e partidos atuantes na realidade brasileira. Neste sentido, a identificação, na teoria, dos pressupostos e argumentos assumidos, nas diferentes interpretações, constitui-se um momento relevante para a apreensão da própria ação concreta do campesinato, bem como das organizações e movimentos a ele relacionados.

Na segunda parte do capítulo, tendo traçado este percurso teórico, nos dedicaremos à reflexão sobre a emergência de algumas expressões de luta e resistência política do campesinato, na realidade brasileira, num contexto de amplas e significativas transformações – seja na esfera econômica, seja no âmbito das organizações e agências de mediação política (Igreja, partidos de esquerda, sindicatos, etc.). Esta reflexão nos permitirá identificar algumas matrizes políticas do que, posteriormente, se constituirá como alicerce organizativo para as ações de *convivência com o semiárido*, tema central desta tese.

2.1. **Marxismo, campesinato e classe social: um percurso teórico**

Uma polêmica de inegável alcance, dentro do marxismo, é aquela relativa às classes sociais. Isto se deve, em grande medida, ao fato de que inexiste, na vasta e seminal obra de Karl Marx, uma sistemática e acabada “teoria das classes sociais”. As poucas páginas escritas, no capítulo de *O Capital*, livro terceiro, intitulado “classes sociais”, evidenciam este fato²⁴⁰. Entretanto, tendo como interesse o entendimento de processos sociais e econômicos, em especial nas sociedades capitalistas, Marx utilizou inúmeras vezes, em seus trabalhos, os

²³⁹ Cf. José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes; 1981.

²⁴⁰ Cf. Karl Marx. *O capital: crítica da economia política* (livro III, v. 3, t.2). São Paulo: Nova Cultural, 1986, p. 317-318.

conceitos ou os termos “classe social” e “luta de classes”, remetendo a compreensões nem sempre claramente similares e correspondentes. Isto resultou numa diversidade de posicionamentos e formulações posteriores sobre o tema, por parte dos marxistas, tendo como base esses trechos e fragmentos. Também a questão do campesinato, nas obras do filósofo alemão, suscitou interpretações controversas, alimentando importantes debates e polêmicas ainda hoje existentes.

Tendo como propósito evidenciar as nuances constitutivas das concepções de classe presentes na obra de Marx, o historiador Oswaldo Coggiola considera importante, em primeiro lugar, compreender o problema “como um aspecto de uma concepção de conjunto materialista e dialética”. Materialista, “pois a base objetiva da existência das diversas classes é a sua relação com os meios de produção numa determinada fase histórica do desenvolvimento das forças produtivas sociais”; dialética, “pois só é possível considerar objetivamente as classes sociais no seu devir histórico, determinado pelo seu antagonismo irreconciliável com outras classes”²⁴¹. Deste modo, para o autor, “A dialética da objetividade e da subjetividade, sobre a base das suas condições materiais de existência, é o elemento central da história das classes sociais”²⁴².

Nas análises marxistas²⁴³, de diversos modos, a objetividade e a subjetividade – enquanto momentos definidores do lugar social das classes, no capitalismo – tiveram pesos distintos, nem sempre respondendo a uma perspectiva dialética. A negligência em relação à dimensão subjetiva – ao “momento da política” – alimenta, por vezes, compreensões segundo as quais a classe é explicada, basicamente, pela posição ocupada pelos sujeitos na estrutura das relações sociais de produção. Levada ao limite, esta perspectiva resultou em abordagens estáticas dos processos sociais, encontrando sua forma mais elaborada no estruturalismo e no marxismo de matiz positivista²⁴⁴.

O historiador marxista Edward Palmer Thompson, profundo crítico a essa corrente, ressalta seu caráter determinista e estático. Tal entendimento, afirma o autor, deriva de uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Neste sentido, a classe “é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma

---

²⁴¹ Oswaldo Coggiola. *Marxismo e classe operária na atualidade. Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo*, 1994, p. 143.

²⁴² Idem.

²⁴³ O termo “marxista” será utilizado, aqui, não como menção a Karl Marx, mas aos autores que se embasaram em suas teorias e abordagens. Para referências específicas ao próprio Marx e sua teoria, utilizaremos o termo “marxiano”.

²⁴⁴ Para uma análise crítica à presença do positivismo no marxismo, cf. Michael Löwy. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção”²⁴⁵. Desta perspectiva deriva o entendimento de que da classe adviria um comportamento político esperado, uma consciência correspondente à sua posição objetiva, manifestando seus interesses reais – manifestação esta que nem sempre ocorre. Neste caso, a não correspondência entre a posição determinada dos trabalhadores nas relações sociais de produção e sua expressão consciente, no comportamento político dos homens e mulheres reais, é definida como um problema de “falsa-consciência”, equacionando-se, assim, os processos sociais não como eles realmente são, mas como eles deveriam ser²⁴⁶. Analisando o problema da “falsa consciência”, o autor argumenta:

En una de sus formas (generalmente leninista), bastante extendida, esto proporciona una fácil justificación para la política de “sustitución”: es decir, la “vanguardia” que sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses (y conciencia) de ésta. Si ocurriera que “ésta” no tuviera conciencia alguna, sea lo que fuere lo que tenga, es una “falsa conciencia”.

Em contraposição a tal entendimento estático dos processos sociais, Thompson propõe um enquadramento *histórico* do problema da classe, enfocando no papel da subjetividade enquanto relevante referência analítica para sua definição e compreensão de suas expressões políticas. Aqui, mais do que um lugar específico nas relações sociais de produção, interessa saber *como* os sujeitos sociais agem diante de sua posição na realidade em que vivem. Em outras palavras, cabe apreender e elucidar os antagonismos, os conflitos, bem como os valores e tradições que definem a consciência de classe, sendo a própria dinâmica da luta de classes a referência para sua definição.

Para o autor, as pessoas se encontram, na realidade, em uma sociedade estruturada de modos determinados (crucialmente, mas não exclusivamente, em relações de produção), experimentam a exploração, identificam pontos de interesses antagônicos, começam a lutar por estas questões e, no próprio processo de luta, descobrem-se como classe, conhecendo tal descoberta enquanto consciência de classe. Por esta razão, a classe e a consciência de classe

---

²⁴⁵ Edward Palmer Thompson. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 10.

²⁴⁶ Para uma crítica à noção de *falsa consciência*, cf. Edward Palmer Thompson. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. in Thompson, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

são sempre as últimas e não as primeiras fases do processo real histórico²⁴⁷. Em outra obra, o autor delimita:

As formações de classe [...] surgem no cruzamento da determinação e da auto-atividade: a classe operária “se fez a si mesma tanto quanto foi feita”. Não podemos colocar “classe” aqui e “consciência de classe” ali, como duas entidades separadas uma vindo depois da outra, já que ambas devem ser consideradas conjuntamente – a experiência da determinação e o “tratamento” desta de maneiras conscientes. Nem podemos deduzir a classe de uma “seção” estática (já que é um *vir-a-ser* no tempo), nem como uma função de um modo de produção, já que as formações de classe e a consciência de classe (embora sujeitas a determinadas pressões) se desenvolvem num processo inacabado de *relação* – de luta com outras classes – no tempo²⁴⁸.

A crítica thompsoniana à perspectiva estática sobre as classes sociais não resulta, parece-nos claro, em um *subjetivismo* – isto é, uma compreensão que abdica da relevância ontológica do econômico como momento do processo de luta e de formação de classes. O autor, reivindicando a dialética objetividade-subjetividade, a que temos feito referência, em entrevista publicada em sua obra *Tradición, revuelta y consciencia de clase*, chega a afirmar: “yo no soy de ningún modo un crítico total del marxismo estructural. Ningún marxista puede no ser estructuralista, en cierto sentido”²⁴⁹. Seu posicionamento situa-se numa compreensão segundo a qual a relação entre o momento estrutural e o superestrutural deve ser equacionada dialeticamente, apreendendo-se a luta de classes como referencial analítico fundante de sua própria definição, isto é, como expressão política de uma experiência concreta de exploração²⁵⁰.

Entretanto, outra fonte teórica de críticas ao estruturalismo – o pós-modernismo – não seguirá o mesmo caminho. A abdicação da dimensão estrutural, objetiva, pode ser encontrada em vertentes pós-modernas que, em nome de uma negação ao estruturalismo-marxista – ao qual, mesmo autores marxistas, como o próprio Thompson, dedicaram duras e incisivas

²⁴⁷ Edward Palmer Thompson. La sociedad inglesa Del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? in Edward Palmer Thompson. *Tradición, Revuelta y consciencia de clase: estudios sobre La crisis de la sociedad preindustrial*. 2a ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 37.

²⁴⁸ Edward Palmer Thompson. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1981, p. 121, grifos do autor.

²⁴⁹ Edward Palmer Thompson. Una entrevista. in Edward Palmer Thompson. *Tradición, Revuelta y consciencia de clase: estudios sobre La crisis de la sociedad preindustrial*. 2a ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 310.

²⁵⁰ Sobre esta perspectiva na obra do historiador inglês, cf. Edward Palmer Thompson. Exploração. in Edward Palmer Thompson. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002, p.11-38.

críticas²⁵¹ – rejeitam a estrutura como momento relevante na análise dos processos sociais. Neste caso, não se trata de um esforço analítico por um preciso equacionamento da relação dialética estrutura-superestrutura, como um caminho para elucidar os processos sociais analisados. Trata-se, isto sim, de abdicar dos termos de tal relação, por sua suposta irrelevância na atualidade – tanto no plano ontológico, quanto epistemológico. A obra de Marx e seu método materialista histórico-dialético, neste sentido, são entendidos como obsoletos para a compreensão do mundo “pós-moderno”, na medida em que a solidez e a radicalidade do capitalismo teriam ganhado ímpeto para “desfazer o marxismo no ar”²⁵².

Para Sousa Santos, um dos autores que evocam tal perspectiva, a década de 1980 inaugura o cenário para a emergência de um pós-marxismo, parte de um movimento teórico anti-reducionista, anti-determinista e processualista. Nas palavras do autor, com efeito, “a atribuição da primazia explicativa dos fatores econômicos (a economia, as classes sociais), o chamado reducionismo economicista, é fortemente criticada”, seja porque se considera o determinismo em geral insustentável, seja porque se considera errada a versão marxista do determinismo²⁵³.

A associação imediata, estabelecida pelo autor, entre a chamada “primazia econômica” e “determinismo” resulta de uma interpretação segundo a qual a consideração do primado ontológico da estrutura implica, necessariamente, a negação do momento superestrutural. Um anti-determinismo dessa natureza só pode ser levado adiante, neste sentido, através da rejeição completa do papel da estrutura e da redefinição do plano analítico, abdicando-se dos problemas teóricos e do temário nele contidos (classe social, exploração econômica, consciência, ideologia, etc.), substituindo-os por questões situadas mais precisamente no campo da subjetividade (identidade, discurso, imagem, etc.), remetendo, em grande medida, à escala do indivíduo ou, no máximo, a identidades grupais motivadas por vinculações de ordem cultural, incluindo-se, aqui, as estéticas²⁵⁴.

---

²⁵¹ Cabe ressaltar que o historiador inglês dedicou uma obra inteira a tal empreendimento: Cf. Edward Palmer Thompson. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

²⁵² Boaventura de Sousa Santos. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 29.

²⁵³ Ibidem, p. 31.

²⁵⁴ Nas palavras de Michel Mafessoli, por exemplo, “[...] o que melhor poderia caracterizar a pós-modernidade era o vínculo que estava sendo estabelecido entre a ética e a estética. O que pretendia dizer com isso é que eu via o novo vínculo social (*ethos*) surgindo a partir da emoção compartilhada ou do sentimento coletivo. Portanto, em vez de ver aí uma frivolidade qualquer à disposição de alguns, vanguarda, boêmia artística, talvez estivéssemos mais inspirados se descobríssemos nessa coletivização dos sentimentos um dos fatores essenciais da vida social que está em vias de (re)nascido nas sociedades contemporâneas”. Cf. Michel Maffesoli. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 3a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. I. Cabe mencionar que, para perspectiva qualificada por Sousa Santos como “pós-marxista”, estaríamos, na

Cabe identificar um aspecto, a nosso ver, questionável da abordagem de Sousa Santos sobre o problema em foco. Trata-se da opção assumida pelo autor de enquadrar como estruturalista, reducionista, etc. toda uma tradição de pensamento que tem, no seu interior, pensadores dedicados à formulação de uma crítica teórica consistente a tais orientações, a exemplo de E. P. Thompson (já citado), Antonio Gramsci e György Lukács. A razão disto, como vimos, deriva da interpretação do materialismo histórico-dialético, *in totum*, como uma teoria determinista da história. Citando este aspecto, em crítica ao autor português, José Paulo Netto afirma:

[...] o que Sousa Santos não assinala concretamente é o conteúdo antipositivista e anti-reducionista que especialmente Lukács, batendo forte contra o *marxismo vulgar* da Segunda Internacional, introduz no debate; a ausência dessa sinalização contribui para explicar por que Sousa Santos parece ignorar que o combate aos vários reducionismos (de natureza econômica, notadamente) surge precisamente nos anos 20, bem antes de qualquer “pós-marxismo”; sua chave formulou-a Lukács na frase de abertura do ensaio sobre Rosa Luxemburgo: “*É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história o que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa*”²⁵⁵

Se, como vimos, Thompson e Lukács seguem esse percurso, cabe mencionar que eles não são os únicos. Antonio Gramsci se destaca como um profundo crítico antieconomicista, voltando-se precisamente contra as concepções teóricas reducionistas que tratavam os homens e mulheres reais como meros vetores da estrutura e a política como simples epifenômeno do econômico. As críticas dedicadas nos *Cadernos do Cárcere* ao mecanicismo de Nicolai Bukharin, no que se refere à questão da ideologia, demonstram, claramente, tal posição gramsciana. O marxista sardo contrapõe-se, neste caso, à perspectiva do intelectual bolchevique, que, em sua abordagem, estabelece uma relação mecânica entre a dimensão propriamente técnica das forças produtivas e o desenvolvimento social. Sinteticamente, o entendimento do autor russo é o de que a estrutura econômica determina diretamente a

---

realidade, diante de um novo sujeito – distinto daquele moderno, contemplado nas teorias inspiradas em Marx. O fim do século XX nos apresenta um sujeito “descentrado”, “multifacetado”, “fragmentado”, “plural”. Nas palavras de Stuart Hall, isto se deve às próprias transformações externas ao sujeito: “[...] as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais”. Cf. Stuart Hall. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 12. Na pós-modernidade, portanto, as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe: “a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas”. Ibidem, p. 20-21.

²⁵⁵ José Paulo Netto. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. in José Paulo Netto. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 229, grifo do autor.

estrutura político-social. Em oposição a tal perspectiva, Gramsci rejeita qualquer concepção fenomenologista da ideologia, que a enquadraria como mero “aparecer” da estrutura, a entendendo em sua realidade, concebida de modo não-mecânico em relação à esfera econômica²⁵⁶.

Michel Löwy, ainda sobre Gramsci, argumenta que, na sua tentativa de reconstrução do marxismo e do comunismo, o autor dos *Cadernos* submete a uma crítica radical a doutrina predominante na Terceira internacional, que tem como uma das manifestações justamente o livro de Nikolai Bukharin dedicado ao materialismo histórico²⁵⁷. Löwy observa que a crítica de Gramsci incide sobre o caráter positivista da obra, inspirado num conceito de ciência advindo das ciências naturais²⁵⁸. Como resultado, a compreensão de Bukharin da história não é dialética, estando aprisionada a uma visão meramente evolucionista e, portanto, reducionista²⁵⁹.

Como argumentamos na introdução desta tese, a *filosofia da práxis* gramsciana não admite qualquer possibilidade de leitura mecanicista da relação entre estrutura e superestrutura, enfatizando, isto sim, a passagem das determinações objetivas à subjetividade criadora, ao momento originário de “novas iniciativas”. Articulando necessidade e liberdade, causalidade e teleologia – portanto, sem negar a importância ontológica do momento da objetividade – Gramsci “indica seu ineliminável vínculo com a iniciativa do(s) sujeito(s) e, portanto, com a liberdade”²⁶⁰, escapando, pois, de tentações deterministas e reducionistas que alcançou *parte* das fileiras marxistas.

É, por um lado, sobre este solo crítico ao estruturalismo (segundo o qual as classes são equacionadas enquanto meras determinações mecânicas e estáticas das estruturas) e, por outro, ao pós-modernismo (para quem a análise das identidades políticas fundadas na

²⁵⁶ Para uma análise sobre o conceito de ideologia, em Gramsci, frente aos embates teóricos, assumidos pelo autor, ao idealismo e economicismo, cf. Nara Roberta. A ideologia na visão gramsciana em meio a dois combates. *Cadernos cemarx*, 2009, p. 77-96.

²⁵⁷ Cf. Nicolai Ivanovich Bukharin. *Teoria do materialismo histórico: manual popular de sociologia marxista*. São Paulo: Caramuru, 1933.

²⁵⁸ Uma discussão específica das críticas de Gramsci e Lukács dirigidas à Bukharin pode ser encontrada em Álvaro Bianchi. Lukács, Gramsci e a crítica ao “Ensaio Popular” de Bukharin. *Debates Contemporâneos*. 2005, p. 182-186.

²⁵⁹ Cf. Michel Löwy. O pensamento heterodoxo. *Folha de São Paulo*. 21 de novembro de 1999. Este autor lembra ainda do fato de que a crítica empreendida por Gramsci era compartilhada por Lukács e Karl Korsch. Segundo o autor, “Gramsci praticamente não conhecia os trabalhos de Lukács; e este último só descobriu o marxista italiano a partir dos anos 60. Mas, numa entrevista de julho de 1971 – pouco antes de sua morte – para a revista inglesa ‘New Left Review’, o filósofo húngaro reconhece que ele, Karl Korsch e Antonio Gramsci haviam tentado lutar, cada um à sua maneira, contra o positivismo e o mecanicismo que o movimento comunista havia herdado da Segunda Internacional. Lukács acrescenta o seguinte comentário retrospectivo: ‘Gramsci era o melhor entre nós’”.

²⁶⁰ Carlos Nelson Coutinho. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 122.

experiência comum de exploração, subordinação econômica, etc. se constitui um esforço teórico anacrônico, em tempos de sujeito “descentrado”) que discutiremos, de agora em diante, a questão do campesinato como classe, numa perspectiva marxista.

Tendo em vista esse horizonte, cabe, em princípio, mencionar o capítulo de *O Capital*, na seção sétima do Livro III, intitulado “classes sociais”. Neste breve esboço, de pouco mais de uma página, sobre o problema das classes sociais, Marx elabora uma classificação que, a nosso ver, pode ser o ponto de partida para problematizar sinteticamente o lugar social do campesinato enquanto classe em sua obra. No fragmento em questão, enfocando a *classe em si*, seu caráter fundamentalmente objetivo, Marx delimita as “três grandes classes” do capitalismo:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista²⁶¹.

Se situássemos o campesinato em tal classificação, não teríamos uma conformidade *precisa* em quaisquer das três “grandes classes”. Apesar de trabalhadores, os camponeses não recebem salário e não são desprovidos dos meios de produção, na medida em que detêm a posse/propriedade da terra. Ainda que detenham seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, etc.) – o que lhes confere uma autonomia relativa frente às classes com as quais se relacionam na esfera econômica –, os camponeses não se constituem parte da burguesia, na medida em que não exploram o trabalho alheio, não extraem mais-valia. Restaria, neste caso, posicionar os camponeses enquanto integrantes da classe dos proprietários de terras – opção que, a nosso ver, também é carregada de problemas.

Parece-nos pertinente considerar que o enquadramento analítico das “três grandes classes” define-se, nesta obra, como um momento da análise do processo global da produção capitalista, respondendo, pois, ao específico *nível de análise* que confere inteligibilidade aos problemas nele contidos. Sendo, por outro lado, o nosso enfoque analítico a relação entre o campesinato e a política, numa perspectiva materialista-dialética, trata-se, esta, de uma classificação pouco elucidativa. Isto porque a classe dos proprietários de terra incluiria, necessariamente, grandes latifundiários com os quais, historicamente, os camponeses estabelecem uma relação de subordinação econômica e de antagonismo no campo político,

---

²⁶¹ Karl Marx.op. cit., p. 317.

obscurando-se, assim, em nome de critérios classificatórios “objetivos”, os limites que definem os conflitos expressos no campo da superestrutura. Por esta razão, uma operação analítica de classificação baseada, unicamente, “no rendimento e suas fontes” posicionaria o campesinato como uma categoria social necessariamente *deslocada* ou, na melhor das hipóteses, de identificação *imprecisa*.

Com efeito, para uma análise do “problema camponês”, numa orientação materialista-dialética, consideramos que o campesinato se apresenta como classe, precisamente, no cruzamento entre a determinação (objetiva) e a auto-atividade (subjetiva), isto é, na passagem da necessidade para a liberdade, do econômico para o “momento ético-político”.

Reconhecendo a relação objetividade-subjetividade, como fundamento do materialismo histórico-dialético, é possível encontrar, na obra do filósofo alemão, uma ênfase variável entre ambos os pares, em distintas obras. Esta é a base, a nosso ver, para a existência de sensíveis diferenças, em diferentes obras, na interpretação de Marx sobre os camponeses e sua relação com a política.

No *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, por exemplo, Marx menciona o campesinato, qualificando-o como parte integrante potencial do proletariado²⁶², assumindo a posição segundo a qual a sociedade capitalista “divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado”²⁶³. A relação com os meios de produção (sua posse ou não) demarca, aqui, o sentido predominante de classe empregado, isto é, serve de referente fundamental para qualificar os sujeitos sociais, seu papel na sociedade e seu lugar na história.

É, contudo, no *18 brumário*, de 1852, que encontraremos, talvez, a referência mais pertinente para uma reflexão materialista-dialética sobre o campesinato enquanto classe e sua relação com a política. Neste trabalho, observa-se uma concepção mais enfocada no “momento político”, isto é, no conflito enquanto referente definidor de classe – enquanto movimento que ressalta seus traços constitutivos. Definindo-se como um dos principais trabalhos históricos do filósofo alemão, o *18 brumário* expressa o esforço analítico de Marx pela compreensão da luta de classes em seu movimento e sua dinâmica. Mais precisamente,

²⁶² “As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes os que vivem de rendas [*rentiers*], artesãos e camponeses, *caem nas fileiras do proletariado (...)*”. Cf. Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto comunista*. Alvaro Pina, tradutor. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 47, grifo nosso.

²⁶³ Ibidem, p. 41. Em nota para a edição inglesa do *Manifesto*, de 1888, afirma: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. Cf. ibidem, p. 40, nota 1.

trata-se de uma análise do modo pelo qual a luta de classes na França criou circunstâncias e condições para que Luís Bonaparte assumisse o poder em dezembro de 1851.

O historiador Lincoln Secco observa que, nesta obra, Marx pretende fazer uma história das lutas de classes e suas representações, enfocando um evento histórico específico, dedicando-se, por isto, à definição das classes que compõem o jogo da política: burguesia financeira, burguesia industrial, campesinato, pequena burguesia, proletariado e lumpemproletariado²⁶⁴. O filósofo alemão enfatiza que Bonaparte encontrou o apoio inesperado da “massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia que se precipitaram de golpe sobre a cena política”²⁶⁵. Bonaparte representou, pois, uma classe: “e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses”²⁶⁶.

As incisivas e duras críticas, feitas por Marx, ao campesinato francês da segunda metade do século XIX, são conhecidas. Para o autor, os camponeses eram, na realidade, “incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma Convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados”²⁶⁷. O autor destaca que cada família camponesa é “quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade”²⁶⁸. Encontram-se, pois, sob forte condição de isolamento: “Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família”²⁶⁹. Em outras palavras, “A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas”²⁷⁰.

Ao mesmo tempo, de maneira distinta ao *Manifesto* – no qual não há menção à possibilidade de atuação política do campesinato e, ademais, não se encontra qualquer referência aos camponeses como classe social –, no *18 brumário* Marx considera a possibilidade de atuação política dos camponeses. Nesta famosa passagem, o autor afirma:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os

²⁶⁴ Lincoln Secco. O teatro da política (O 18 brumário de Luis Bonaparte). *Revista Marxista – núcleo de estudos d'O Capital*. 2013, p. 12-27.

²⁶⁵ Karl Marx. *O 18 brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 29.

²⁶⁶ Ibidem, p. 126.

²⁶⁷ Ibidem, p. 128.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe²⁷¹.

Ao eleger, aqui, como critério definidor de classe social a ação política fundamentada na oposição ancorada no modo de vida, interesse e cultura, Marx reconhece a relevância da subjetividade como referência para a definição da classe, atribuindo-lhe, em certo sentido, um caráter histórico-político. Contudo, disto não resulta um entendimento subjetivista do processo social investigado – uma rejeição da estrutura²⁷². As “condições econômicas” e o “modo de vida”²⁷³, citados por Marx, remetem, claramente, ao momento estrutural – sendo este, contudo, colocado em movimento na consciência dos homens e mulheres reais, mediante suas próprias ações, configurando uma “comunidade”, estabelecendo uma “ligação nacional” que os opõem a outras classes.

As breves referências que fizemos, até aqui, a algumas das obras de Marx – onde consta a questão das classes e/ou o “problema camponês” – são suficientes para sustentar nosso argumento segundo o qual não há na teoria marxiana um lugar rígido e definitivo para os camponeses. Somando-se a isso, podemos considerar ainda outro elemento de ordem histórica. Trata-se do intrigante contato tardio do filósofo alemão com a realidade agrária russa pré-revolucionária, contato este que, sem dúvida, o levou a uma profunda reflexão sobre

²⁷¹ Idem.

²⁷² Evocando uma leitura dialético-materialista do *18 brumário*, o sociólogo Adriano Codato chama a atenção para a emergência de interpretações subjetivistas – e, inclusive, pós-modernas – desta obra, tendo como pressuposta a ideia de que o filósofo alemão teria suprimido qualquer menção à “economia”, dotando a dimensão política de total autonomia diante da estrutura. Este é o caso, citado pelo autor, de teóricos como Terrell Carver, que estabeleceu uma análise da obra partindo da relação entre o *estilo do texto* e a *visão política* de Marx, e James Martin, que enfocou na defesa de que Marx, no *18 brumário*, trata a política como ação performativa, como uma disputa sobre significados, e não apenas um duelo em torno de interesses materiais. Cf. Adriano Nervo Codato. O *18 brumário*, política e pós-modernismo. *Lua Nova: revista de cultura e política*. 2004, p. 85-116. Para uma leitura dos argumentos de tais autores, citados por Codato, cf. Terrell Carver. *Imagery/Writing, imagination/politics: reading Marx through the eighteenth brumaire*. in James Martin & Mark Cowling, editors. *Marx's Eighteenth Brumaire: (post)modern interpretation*. London: Pluto Press, 2002; James Martin. *Performing politics: class, ideology and discourse in Marx's Eighteenth Brumaire*. in James Martin & Mark Cowling, editors. *Marx's Eighteenth Brumaire: (post)modern interpretation*. London: Pluto Press, 2002.

²⁷³ Cabe, aqui, ressaltar que o conceito de “modo de vida”, em Marx, está fortemente associado à atividade produtiva, material. Na *Ideologia Alemã*, em passagem já citada nesta tese, os autores afirmam: “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção”. Cf. Karl Marx e Friedrich Engels. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 87, grifo dos autores.

as bases ocidentais de suas teorias e sobre o lugar político do campesinato no processo de construção do socialismo.

As correspondências trocadas com uma militante russa, em 1881, expuseram questões relevantes para a reflexão deste autor sobre o “destino do campesinato” no processo revolucionário. Tendo como referência analítica fundamental os países centrais – particularmente a Inglaterra –, fortemente industrializados e com um alto contingente de proletários urbanos, Marx identificava nas cidades o *locus* revolucionário por excelência. A liberação dos camponeses da propriedade fundiária e sua consequente proletarização (a “queda” nas fileiras do proletariado²⁷⁴) definiam-se, para o autor, como momentos necessários para processos de organização política e atuação coletiva dos trabalhadores frente à burguesia industrial. A luta de classes, assim entendida, expressava a “missão histórica” do proletariado no movimento de emancipação de toda a sociedade.

A Rússia, contudo, apresentava um cenário bastante distinto da realidade inglesa, tendo uma população agrária bastante significativa e alocada em comunas rurais, os *Mir*, com processos organizativos descentralizados, o que levou militantes socialistas a depositarem em tais comunas a crença na possibilidade de uma transição direta para o socialismo – isto é, sem a passagem pelo processo de industrialização que caracterizou os países centrais estudados por Marx²⁷⁵. Esta foi a questão central que motivou a carta escrita por Vera Sassoulitch, dirigida ao filósofo alemão, em fevereiro de 1881: se, em *O capital*, Marx “dera a entender que a Rússia agrária teria que atravessar todas as etapas da exploração industrial capitalista para que pudesse vir a ter esperanças de uma revolução”²⁷⁶. Na prática, tratava-se, por parte de Vera Sassoulitch, de descobrir se na concepção de Marx a desintegração da comuna russa era ou não um requisito para o avanço do processo revolucionário naquele país, isto é, se o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente desestruturação do *Mir* era uma etapa necessária sob o ponto de vista revolucionário na Rússia²⁷⁷. Os diversos rascunhos que

²⁷⁴ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto comunista*. Alvaro Pina, tradutor. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 47.

²⁷⁵ O Dicionário do Pensamento Marxista apresenta a comuna russa ou *Mir* como “uma antiga comunidade de camponeses russos na qual a terra era de propriedade inalienável da *obshchina*, ou comuna, e periodicamente redistribuída em lotes às famílias pertencentes à comuna, em geral de acordo com o número de adultos do sexo masculino existente em cada família”. Havia, naquele contexto, uma importante concepção segundo a qual a comuna poderia ser a instituição embrionária de uma sociedade igualitária descentralizada, defendida inicialmente por Alexander Herzen e, posteriormente, por teóricos articulados na famosa corrente de pensamento que ficou conhecida como *Populismo Revolucionário*. Cf. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores; 1988. Comuna Russa; p. 71.

²⁷⁶ Edmundo Wilson. Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 328.

²⁷⁷ Nas palavras de Malagodi, “A resposta a esta questão implicava uma decisão prática imediata, e esta era uma questão crucial para aquele momento: saber se havia uma estratégia de transformação social a partir do próprio campesinato, ou se a aposta de transformação social deveria toda ela estar concentrada a perspectiva do

restaram²⁷⁸ indicam a dificuldade que Marx teve para responder essa questão: “o próprio Marx não tinha muita certeza a respeito dos rumos históricos de sociedades em que prevaleciam ainda populações camponesas, como era o caso da Rússia de seu tempo”²⁷⁹.

Edgard Malagodi argumenta sobre essa questão que, em termos econômicos, o campesinato russo encontrava-se ameaçado pelo avanço do capitalismo. Diante disso, destacavam-se dois aspectos na preocupação de Sassoulitch, com conteúdos teóricos diferentes: (1) de um lado, o desenvolvimento econômico da própria comuna camponesa russa e sua resistência à desagregação em função dos efeitos do desenvolvimento capitalista; (2) de outro lado, a perspectiva socialista, o desenvolvimento para o socialismo, através da superação social e política da dominação capitalista²⁸⁰. O autor afirma que estas duas questões estão coladas, pelo próprio ponto de partida da autora, que sofrera já a influência do pensamento de Marx, que naquela época influenciava todo o movimento de oposição na Rússia. Duas marcas já haviam sido assentadas: o processo econômico em curso, tendente ao capitalismo, e o futuro da sociedade, que deveria marchar inexoravelmente para o socialismo. Deste modo,

Parecia, portanto, que a própria influência da leitura de Marx, e neste momento é particularmente a obra maior de Marx, *O Capital*, cujo primeiro tomo havia aparecido no início da década de 1870, na Rússia, estava condicionando um tipo de resposta. Assim, a tendência do movimento socialista russo seria aceitar a inexorabilidade do desenvolvimento capitalista no campo, no estilo da Europa ocidental, e assumir as consequências deste fato²⁸¹.

Assim, remetendo-se a duas citações d’*O Capital*, Marx reafirma, respondendo Vera Sassoulitch, que, em sua análise sobre a gênese da produção capitalista, ele aponta para a separação radical do produtor de seus meios de produção, assumindo que a base de toda essa evolução é a expropriação do campesinato. Por este caminho, o autor ratifica a tendencial transformação da propriedade privada, fundada sobre o trabalho pessoal, em propriedade capitalista, assentada na exploração do trabalho de outro, pela via do assalariamento²⁸².

---

desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, seguida pela futura mobilização do proletariado”. Cf. Edgar Malagodi. Marx e os camponeses russos. *Raízes*. 2005, p. 108.

²⁷⁸ Cf. Karl Marx. Rascunhos da carta à Vera Sassoulitch de 1881. Edgar Malagodi e Rogério Silva Bezerra, tradutores. *Raízes*. 2005, p. 110-123.

²⁷⁹ José de Souza Martins. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 152.

²⁸⁰ Edgar Malagodi. A correspondência de Marx com Vera Sassoulitch. *Raízes*. 2003, p. 11.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Cf. *Carta de Marx à Vera Sassoulitch* citada na íntegra em ibidem, p. 14.

Entretanto, ajustando sua teoria à realidade russa, Marx argumenta: “Neste movimento ocidental trata-se da transformação de uma forma de propriedade privada em uma outra forma de propriedade privada. Entre os camponeses russos teríamos, ao contrário, que transformar sua propriedade comum em propriedade privada”²⁸³. Deste modo, nas palavras de Marx:

A análise exposta no “Capital” não oferece, portanto, razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que dela realizei, e cujos materiais busquei nas fontes originais, me convenceram que esta comuna é o ponto de apoio da regeneração social na Rússia, mas que, para que possa funcionar como tal, seria preciso eliminar primeiramente as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e, em seguida, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo²⁸⁴.

Um ano mais tarde, em 1882, no prefácio da segunda edição russa do *Manifesto Comunista*, traduzido pela própria Vera Sassoulitch, Marx expõe, para os leitores daquele país, a pergunta para ele feita por Vera: poderá a comuna russa “transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente?”²⁸⁵. Assim, frente à pergunta exposta, conclui afirmando que a única resposta a isto que é possível é esta: “se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista”²⁸⁶.

A digressão, aqui realizada, sobre o contato de Marx com a realidade agrária russa, serve-nos como evidência de que, de fato, o campesinato, na teoria marxiana, não pode ser entendido como um problema simples. Na mesma perspectiva, a referência aos distintos modos de situar os camponeses na sociedade capitalista, em diferentes obras, demonstra que a possibilidade de sua atuação política, sob o capitalismo, é igualmente controversa nos escritos do autor.

É, com efeito, sobre este “solo movediço” que se desenvolverão importantes polêmicas, nas fileiras marxistas, ao longo do final do século XIX e primeira metade do século XX, destacando-se, entre elas, o embate entre os chamados “populistas russos”, liderados por Alexander Chayanov e os “marxistas”, tendo Vladimir Ilitch Lênin e Karl Kautsky como principais representantes. No centro das divergências entre as correntes estava

---

²⁸³ Edgard Malagodi op. cit., p. 14.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 73.

²⁸⁶ Idem.

o papel do campesinato na política, em particular na Rússia – país que, como vimos, carregava fortes especificidades frente aos países ocidentais.

Lênin e Kautsky previam, como resultado do desenvolvimento capitalista na agricultura, a natural desintegração social do campesinato sob o capitalismo. Lênin, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*; e Kautsky, através de seu livro *A questão agrária*, ambos publicados em 1889, compartilhavam o pressuposto segundo o qual o avanço do capitalismo no campo se daria mediante o uso generalizado de relações *especificamente capitalistas* de produção, o que geraria um processo de *diferenciação interna* no campesinato, dando origem a duas classes sociais distintas: os pequenos capitalistas (camponeses abastados), e os camponeses pobres, proletarizados. Esse processo teria, portanto, como ponto de chegada a desintegração do campesinato através de dois caminhos: ou o camponês transforma-se em capitalista ou em assalariado.

Uma forte oposição às teses formuladas e defendidas por Lênin e Kautsky foi desenvolvida por Chayanov. Este autor, membro da *Escola de Organização da Produção*, trouxe uma importante contribuição ao debate teórico e político sobre o campesinato, desvendando as especificidades de seu comportamento econômico e revelando os processos internos de funcionamento das unidades familiares de produção na agricultura²⁸⁷. Os seus estudos sobre o campesinato acabaram por transcender, contudo, a dimensão puramente técnico-agronômica, alcançando, por suas implicações, a esfera política. A partir de 1927, Chayanov foi acusado pelos bolcheviques de defender a propriedade individual, sendo preso em 1930 e, após um período de exílio na Ásia Central, voltou à prisão e foi condenado ao fuzilamento em 1937²⁸⁸.

Em seus estudos, dedicados à elucidação do funcionamento interno da unidade de produção familiar camponesa, o autor chegou a uma importante formulação. Trata-se da identificação de um balanço entre trabalho e consumo na unidade produtiva camponesa, isto é, uma relação entre o esforço exigido para a realização de um trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Segundo Chayanov, à família camponesa interessa,

²⁸⁷ Explicitando seus propósitos, Chayanov afirmou: “Simplemente aspiramos a comprender que es la unidad económica campesina desde un punto de vista organizativo. ¿Cuál es la morfología de este aparato productivo? Nos interesa saber cómo se logra aquí la naturaleza proporcional de las partes, cómo se logra aquí el equilibrio orgánico, cuáles son los mecanismos de la circulación y la recuperación del capital en el sentido de la economía privada, cuáles son los métodos para determinar el grado de satisfacción y de provecho, y cómo reacciona frente a las influencias de los factores externos, naturales y económicos que aceptamos como dados”. Cf. Alexander Vasilevich Chayanov. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión; 1974, p. 36.

²⁸⁸ Paulo Afonso Francisco de Carvalho. Biografia sumária de Chayanov. in Horacio Martins de Carvalho, organizador. *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014, p. 37.

fundamentalmente, a busca pelo equilíbrio entre os dois elementos e, enquanto este não é alcançado, prossegue-se atividade econômica. Quando, por outro lado, a família “atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia dos seus efeitos econômicos”²⁸⁹. Deste modo, este ponto de equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a *penosidade do trabalho* familiar camponês é alcançado, de um lado, pelas condições específicas reais de produção da unidade, sua situação de mercado, e pela localização da unidade em relação aos mercados; e de outro, pelo tamanho e composição da família e a premência de suas necessidades que determinam a avaliação do consumo. Deste modo, todo acréscimo de produtividade do trabalho tem como consequência a obtenção da mesma quantidade de produtos com menos trabalho²⁹⁰.

Sinteticamente, o ponto central de divergência entre as teorias de Alexander Chayanov e aquelas de Lênin e Kautsky é o fato de que o primeiro desenvolveu, como vimos, uma análise voltada ao comportamento econômico da família camponesa, considerada, neste sentido, como uma unidade de produção detentora de uma lógica própria, distinta daquela capitalista. Por sua vez, os teóricos marxistas da Segunda Internacional, inspirados pelas conclusões e pelos referenciais ocidentais d’*O Capital*, não reconheciam uma “especificidade camponesa” e tampouco consideravam sua potencialidade política, precisamente por seu vínculo à propriedade e seu inevitável afastamento às relações de produção fabris.

Um importante avanço nos estudos sobre o campesinato ocorre, no século XX, a partir dos trabalhos do sociólogo russo Theodor Shanin. Influenciado pela teoria chayanoviana e, ao mesmo tempo, pelos escritos históricos de Marx, este autor contribuiu significativamente na elucidação das especificidades e complexidades inerentes às “sociedades camponesas”, sem perder de vista a consideração do seu comportamento político, que se mostrou bastante ativo ao longo do século XX²⁹¹. Shanin destaca quatro características fundamentais do campesinato que podem ser encontradas em diferentes contextos histórico-geográficos mundiais²⁹²: o

²⁸⁹ Alexander Vasilevich Chayanov. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. in Silva, José Graziano da; Stolcke, Verena, organizadores. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 193.

²⁹⁰ Ibidem, p. 138.

²⁹¹ Basta mencionar a incontestável participação camponesa nas Revoluções Cubana (1959), Mexicana (1910), Russa (1917), Chinesa (1945), Argelina (1962) e na própria Guerra do Vietnã (1955-1975). Para uma análise específica sobre a atuação militar-camponesa em eventos insurrecionais e revolucionários, cf. Eric Wolf. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Global, 1984.

²⁹² Marta Inez Medeiros Marques evidencia que, em trabalho posterior, “Campesinos y sociedades campesinas”, publicado em 1983, ao invés de quatro, Shanin menciona seis características fundamentais, desdobrando algumas delas de modo a enfatizar seus vínculos e sua relação com a dinâmica e reprodução social camponesas, bem como com a forma específica como o campesinato reage a mudanças estruturais. Cf. Marta Inez Medeiros Marques. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. in Paulino,

cultivo da terra; a unidade de produção familiar; a comunidade de aldeia como unidade básica de organização social e sua posição como classe mais baixa da sociedade²⁹³. Se a definição de elementos específicos da estrutura social camponesa constituiu-se uma importante contribuição teórica de Shanin, acreditamos que o seu esforço em prol do entendimento dos traços políticos do campesinato revela-se ainda mais profícuo. Neste esforço, o autor associa a participação ativa do campesinato na política às discussões marxistas sobre classe, problematizando a validade das tendências teóricas que restringem suas análises à dimensão estrutural dos processos sociais. Neste sentido, para o autor,

Si adoptamos el criterio de definir la clase en base a las relaciones con los medios de producción, o a las situaciones de poder, o la capacidad de organizar la producción, el campesinado caería, en una sociedad en proceso de industrialización, o bien en un grupo enorme y amorfo de “los gobernados”, o en un grupo de “clases medias” más amorfo aún. El campesinado desaparece como entidad cualitativamente diferenciada. Esto llevó a la mayoría de los científicos sociales marxistas a atacar el problema del campesinado considerándole como un residuo de la sociedad precapitalista en proceso de desaparición – “no existente, históricamente hablando” –. Sin embargo, cuando una parte sustancial de la población se mantiene al margen del concepto de sociedad como un todo, la definición en uso parece ser tristemente inadecuada, aun ofreciendo a cambio el consuelo de un vistazo al futuro. Las discrepancias entre predicciones y realizaciones parecen ser el resultado inevitable de trabajar con un modelo así²⁹⁴.

Assim, Shanin evoca a dimensão superestrutural como elemento relevante na definição de classe e na apreensão analítica do campesinato. Esta posição, já presente em seus escritos mais antigos²⁹⁵, encontra-se fortalecida em exposições recentes do autor, como na conferência proferida no *Simpósio Internacional de Geografia Agrária* (SINGA), realizado no Brasil, em 2007. Neste evento, o autor apresenta uma definição de classe fortemente inspirada no *18 Brumário*: “as classes lutam entre si por objetivos específicos e assim se definem enquanto tal”²⁹⁶, reconhecendo, então, que “a questão não é simplesmente uma questão da posição da classe ou de sua situação objetiva em dada circunstância analítica, mas diz respeito

---

Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson, organizadores. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 51.

²⁹³ Theodor Shanin. El campesinado como factor político. in Shanin, Theodor, organizador. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 11-12.

²⁹⁴ Ibidem, p. 288-289.

²⁹⁵ Cf. Ibidem e Theodor Shanin. *La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1990-1923)*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

²⁹⁶ Theodor Shanin. Lições camponesas. in Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson, organizadores. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 36.

ao que as pessoas fazem”²⁹⁷. Sua resposta sobre se os camponeses constituem-se ou não como uma classe depende, segundo afirma, de outra pergunta: “o que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. *Porque é no fazer que as classes são definidas*”²⁹⁸. Sendo este o sentido definidor das classes, evidencia-se, com efeito, a posição segundo a qual:

A lo largo de la historia, el campesinado ha actuado políticamente muchas veces como una entidad social de clase. Además, dentro de las sociedades industriales, ha demostrado poseer cohesión en su acción política, y no sólo en su enfrentamiento con los terratenientes tradicionales en combates trasnochados de tipo precapitalista; los intereses comunes compartidos por los campesinos los han impulsado también a sostener conflictos políticos con los grandes terratenientes capitalistas, con varios de los diferentes grupos urbanos y con el Estado moderno²⁹⁹.

Parece-nos evidente, aqui, a aproximação de Shanin das formulações sobre classe do historiador marxista inglês E. P. Thompson, já mencionado neste capítulo. Este autor, também compartilhando com Shanin a influência do *18 Brumário*, assume que a classe não se define como uma “‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”³⁰⁰. A classe constitui-se, nesta perspectiva, uma formação social e cultural que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, de forma independente das relações com outras classes. Seu enfoque recai, com efeito, sobre a dinâmica do conflito. Sinteticamente,

Quando falamos de uma classe estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistemas de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento³⁰¹.

A dialética objetividade-subjetividade é posta, pois, em movimento, numa compreensão da ação política como uma expressão consciente, ativa, informada por uma

---

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Theodor Shanin. op. cit., p. 36, grifo nosso.

²⁹⁹ Theodor Shanin. *La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Russia 1990-1923)*. Madrid: Alianza Editorial; 1983, p. 289.

³⁰⁰ Edward Palmer Thompson. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 9.

³⁰¹ Edward Palmer Thompson. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In Thompson, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 169.

experiência objetiva, o que permite a delimitação dos antagonismos, demarcando-se os interesses e os posicionamentos no campo social.

Esta definição e os pressupostos nela contidos – assentados no ponto de vista do materialismo histórico-dialético – constituem-se, neste sentido, um importante alicerce teórico para o desenvolvimento de nossa análise de agora em diante. Tendo atravessado, pois, este breve panorama teórico sobre o campesinato e seu lugar social sobre o capitalismo, nos dedicaremos, a seguir, a uma discussão sobre a atuação política do campesinato na história recente brasileira, considerando sua luta enquanto uma expressão de resistência a processos múltiplos de subordinação econômica e política que marcaram, historicamente, a existência dos camponeses na sociedade brasileira.

2.2. O campesinato e a política na realidade brasileira

As *expressões políticas* do campesinato e o seu *lugar social* sob o capitalismo, particularmente no Brasil, constituem-se os temas centrais aos quais nos dedicaremos no presente item. Abdicaremos do esforço de abarcar a diversidade de eventos e movimentos, na história brasileira, relacionados direta ou indiretamente aos camponeses. Além de tal exercício escapar aos nossos propósitos, as particularidades históricas e os traços constitutivos de cada um dos eventos e movimentos exigiriam, naturalmente, um tipo de apreensão que não seria possível empreender no espaço que aqui dispomos. Contudo, mobilizando alguns referenciais históricos específicos, esperamos ressaltar um conjunto de transformações relativas à realidade sociopolítica do campesinato, transformações estas observáveis, sobretudo, entre o fim de século XIX e a segunda metade do século XX. Veremos que o período em destaque é atravessado por importantes processos de ruptura de antigas relações de dominação e dependência camponesa aos proprietários de terra, em várias dimensões, reestruturando-se, conseqüentemente, o lugar dos camponeses na sociedade e suas formas de manifestação e consciência política.

2.2.1. Expressões primordiais de resistência camponesa no sertão dos “coronéis”

O sociólogo Octávio Ianni, em sua obra *Sociologia e sociedade no Brasil*, observa a presença de dois marcantes elementos que cruzam a “mentalidade do homem simples”: a *violência* e o *misticismo*. Para o autor, estes aspectos são as duas tônicas e os dois pólos da

existência dos homens comuns, que vivem no campo e na cidade, na fazenda e na fábrica³⁰². O autor argumenta que é sob a ingenuidade e como parte mesma dessa “consciência ingênua” que perpassam os traços de misticismo e da violência e, como coordenadas do seu mundo, estes elementos surgem e ressurgem nos instantes mais diversos, isolados ou em conjuntos, constituindo-se os temas fundamentais da existência dos homens comuns.

Ao considerarmos a realidade sertaneja – aquela do coronelismo e das antigas fazendas de criação; do cangaço e dos capangas; dos missionários andantes e dos profetas – vemos que a violência e o misticismo são termos que costuram, de forma significativa, o tecido de relações tradicionais tão historicamente marcantes no semiárido. A religiosidade camponesa, em suas particularidades, é reveladora de parte deste universo, nem sempre se ajustando de forma precisa àquele da institucionalidade oficial da Igreja, constituindo seus próprios códigos e práticas.

O historiador Luiz Bernardo Pericás evidencia que o *campo religioso*, o *meio econômico* e os *aspectos culturais* mais amplos definiram e moldaram, significativamente, os principais traços das relações entre os distintos atores sociais no sertão nordestino. Neste sentido, pode ser encontrada uma profunda influência mútua entre a estrutura social (e seus conflitos intrínsecos) e a religião³⁰³. Segundo o autor, a religião (seja a institucionalizada, seja aquela de caráter popular) utiliza os instrumentos socialmente acessíveis do contexto em que está situada, operando e realizando suas proposições dentro das limitações do contexto social em questão. A religião popular, com efeito, pode operar numa sociedade já estruturada ou, por outro lado, pode agir ao longo do processo, sendo ela própria parte da conformação de um ambiente social mais complexo. Particularizando sua análise para a realidade sertaneja, o autor afirma que o que se constatou foi uma religião vinda de fora, impondo-se gradativamente e se modificando ao longo do tempo. Estamos tratando, neste caso, de uma religião católica híbrida, “popular, milenarista, milagreira, messiânica, de santos cristãos e, certamente, mutante, maleável, modificada e influenciada por signos e símbolos místicos africanos e indígenas: constantes intercâmbios culturais”³⁰⁴. O autor destaca que a religião, ademais,

[...] não atua de maneira estática dentro de uma sociedade de classes, mas, pelo contrário, também se relaciona (muitas vezes promiscuamente) com

³⁰² Octavio Ianni. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 88.

³⁰³ Luiz Bernardo Pericás. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 167.

³⁰⁴ Ibidem, p. 168.

seus distintos graus de poder, de dominações e de interesses contraditórios. Em outras palavras, ela se movimenta dentro de uma estrutura de dominação social classista conflitiva, ainda que ela tenha, certamente, suas sutilezas e seja heterogênea em muitos de seus aspectos³⁰⁵.

No campo sertanejo, o caráter conflitivo ao qual se referiu o autor é bastante marcante. O tradicional sertão do “coronelismo” e das fazendas de criação é, em sua história, fortemente marcado pela existência de relações conflituosas, cimentadas por compromissos e contendas, alianças e antagonismos, constituindo aquilo que o antropólogo John Comerford denominou de *sociabilidade agonística*³⁰⁶. O *agônico* – traço subjacente do conflito, estando este manifesto ou em estado de latência – conforma os vínculos e rupturas sociais entre os sertanejos. É neste ambiente que emergem as disputas entre famílias, resultando em ciclos de assassinatos e vinganças, que prosseguem no tempo, desenhando um cenário por vezes sangrento, frequentemente perpassado por certos traços místicos e misteriosos³⁰⁷. Em sua obra *Os Sertões*, publicada pela primeira vez em 1902, Euclides da Cunha observa que as lutas de famílias são “uma variante apenas de tantas outras, que ali surgem, intermináveis, comprometendo as próprias descendências que esposam as desavenças dos avós, criando uma quase predisposição fisiológica e tornando hereditários os rancores e vinganças”³⁰⁸.

Em meio à realidade sertaneja de meados do século XIX, ganha relevo, entre tantos, um conflito familiar no Ceará, iniciado em 1833. A disputa entre os Maciéis e os Araújo foi marcada como “uma luta sem trégua nem quartel, em que todos os meios eram lícitos desde que atingissem seu fim: o extermínio dos inimigos”³⁰⁹. Esta disputa teve como resultado o massacre da família Maciel, ocorrido após a promessa não cumprida pelos Araújo, de que, após um forte conflito armado, com a rendição daqueles, não haveria mortes. Neste massacre, foi assassinado Miguel Mendes Maciel, avô daquele que se tornou o mais conhecido líder messiânico brasileiro, Antônio Vicente Mendes Maciel, tornando-se popularmente conhecido como Antônio Conselheiro.

³⁰⁵ Luiz Bernardo Pericás. op. cit., p. 168.

³⁰⁶ John Cunha Comerford. *Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, passim.

³⁰⁷ “Famosas são as disputas por terras, por domínio político ou até por motivos supostamente fúteis dos Nogueiras, Carvalhos e Saturninos contra os Pereiras e Ferreiras; dos Moraes contra os Cabral e Garanhuns; dos Calheiros e Cavalcanti Lins contra os Omenas da Silva; dos Fortes Nunes contra os Malta em Alagoas; dos Alencar contra os Sampaio, em Pernambuco; dos Limão contra os Calado; dos Montes contra os Feitosas; e dos Ferraz contra os Novaes, entre outros”. Cf. Luiz Bernardo Pericás. op. cit., p. 28. Para uma análise antropológica sobre o tema, cf. Ana Claudia Marques. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

³⁰⁸ Euclides da Cunha. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 117.

³⁰⁹ Edmundo Moniz. *Canudos: a luta pela terra*. 9a ed. São Paulo: Global, 2001, p. 21.

Em sua infância e juventude atribuladas, Antônio Maciel conviveu com uma realidade tecida por violência e fé. A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma que Antônio Maciel tornou-se a princípio um romeiro, sendo provável que então tenha atravessado o Ceará, em direção à Bahia. Segundo menciona a autora, são escassas as notícias sobre esse período de sua vida, que vai de 1867 até 1873. É, contudo, em 1873 que Antônio Maciel aparece no norte da Bahia, município de Itapucuru, missionando por conta própria, passando a ser documentado pela obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha³¹⁰.

Neste período, vivia de esmolas, possuindo o mínimo necessário para a sobrevivência. Além de se dedicar às pregações, novenas e procissões, Antônio Maciel construía capelas, reparava muros de cemitérios³¹¹ e queimava em autos-de-fé tudo aquilo que lhe parecia não se conformar com sua perspectiva religiosa. Sua fama crescia pelos sertões e sua presença, nos lugarejos, atraía a atenção da população, ansiosa por vê-lo e para ouvir suas palavras. Assim, foi atraindo seguidores e, junto deles, buscou fixação na comarca de Itapicuru, com a fundação do Arraial do Bom Jesus, que logo se tornou “quase uma cidade”, tendo ali permanecido por cerca de doze anos³¹². Queiroz afirma que sua fama de manso e sereno pregador vai dando lugar, em certas situações, à imagem de agressividade, tendo Antônio Maciel colecionado algumas desavenças tanto com as autoridades locais, quanto com as eclesiásticas, muitas vezes por motivos banais. Diante de suas desavenças, os fiéis seguidores o defendiam, estando estes sempre dispostos a resolver as questões, inclusive belicosamente.

A proclamação da República fê-lo endurecer nesta fase; opondo-se-lhe, abertamente, encarando-a como o prenúncio do fim do mundo, “deixou a vila de Bom Jesus, quase por ele edificada”, enveredando um dia sertão afora seguido dos fiéis, procurando no deserto dos chapadões desolados pela seca um local propício para instalar a Nova Jerusalém, onde os privilegiados pudessem esperar tranquilos o anunciado Juízo Final, furtando-se ao republicando governo do Anticristo³¹³.

Tais caminhadas levaram Antônio Conselheiro e seus fiéis a Canudos, velha fazenda de gado abandonada nas margens do Vaza-Barris, onde se instalaram, dando-lhe o nome de

³¹⁰ Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 2003, p. 226.

³¹¹ Sobre isto, descreve Euclides da Cunha: “Coerente com a missão a que se devotara, ordenava, depois destas homilias, penitências que de ordinário redundavam em benefício das localidades. Reconstruíam-se templos abatidos; renovavam-se cemitérios em abandono; erigiam-se construções novas e elegantes. Os pedreiros e carpinteiros trabalhavam de graça; os abastados forneciam, grátis, os materiais indispensáveis; o povo carregava pedras. Durante dias seguidos, na azáfama piedosa, se agitavam os operários cujos salários se averbavam nos céus”. Cf. op. cit., p. 130.

³¹² Maria Isaura Pereira de Queiroz. op. cit., p. 226.

³¹³ Maria Isaura Pereira de Queiroz. op. cit., p. 226.

Arraial de Belo Monte. Em suas calorosas pregações, além de revelar e instigar esperanças milenaristas em relação ao retorno de D. Sebastião³¹⁴, Conselheiro qualificava a República como o reinado do Anticristo, como “indício seguro de que o fim do mundo não tardava e contaminara já a própria Igreja Romana, que não escapava também de suas objurgatórias”³¹⁵. Com o retorno de Dom Sebastião, Canudos se converteria, então, num universo sagrado, na nova terra de *Canaã*, no paraíso terrestre.

Como evidencia Martins, a nova monarquia de Canudos seria a monarquia dos redimidos, instituída antes das trevas, com o retorno de Dom Sebastião. Conselheiro passou a ser entendido, efetivamente, como uma ameaça no momento em que rasgou os editais da Câmara de Bom Conselho que determinavam a cobrança de impostos. A partir deste momento, “o quadro de interpretação da situação dos camponeses de Canudos terá muito pouco a ver com Conselheiro e seus seguidores. O caso de Canudos foi reinterpretado à luz do temor republicano, sobretudo militar, de restauração da monarquia”³¹⁶. Nas palavras do autor,

Antônio Conselheiro e seus adeptos foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército em 1896-1897, com base na acusação de que eram monarquistas. Esse era na verdade o crime político maior que se podia cometer então. O Exército sentia-se o guardião da República, que fora proclamada pelo Marechal Deodoro em 1889, numa espécie de golpe não só contra monarquia, mas basicamente contra os republicanos civis, constituídos pela nova e próspera fração de classe dos fazendeiros de café de São Paulo, que desde os últimos anos do Império vinha assumindo uma participação cada vez maior no governo³¹⁷.

Ainda que tenham sido apresentadas e violentamente combatidas pelas forças militares como se fossem tentativas de restauração monárquica, esse “monarquismo sertanejo” não tinha nada a ver com a monarquia dos Braganças, extinta em 1889. Na verdade, argumenta Martins, para os sertanejos, as grandes mudanças que alcançavam radicalmente suas vidas *pareciam* decorrência da implantação da República, da instauração da *lei do cão*, da desordem³¹⁸. Concretamente, “as mudanças que atingiam diretamente os

---

³¹⁴ “O povo do interior nordestino achava que algum dia o rei de Portugal, D. Sebastião, sairia das ondas do mar com todo o seu exército e entraria no Sertão para salvá-los das injustiças e da miséria. O sebastianismo sertanejo – que misturava a história do monarca lusitano com São Sebastião, o santo católico, confundindo os dois personagens num só homem –, portanto, unia, numa mesma figura mítica, o poder terreno e celestial. A salvação estaria num indivíduo que ao mesmo tempo evocasse uma casta ‘superior’ (a nobreza), com o poder invisível, místico e sobrenatural da religião”. Cf. Luiz Bernardo Pericás. op. cit., p. 166.

³¹⁵ Maria Isaura Pereira de Queiroz. op. cit., loc. cit.

³¹⁶ José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 53.

³¹⁷ Ibidem, p. 52.

³¹⁸ José de Souza Martins. op. cit., p. 41.

camponeses diziam respeito à posse da terra e essas mudanças de imediato tinham pouco a ver com a alteração do regime político”³¹⁹.

Duas são as transformações ocorridas, a que se refere o autor: de um lado, a abolição da escravidão negra um ano antes do fim da República, em maio de 1888 e, por outro lado, a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Martins observa que, antevendo o fim da escravidão, que decorria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura³²⁰.

Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituiu um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado. Nesse meio tempo, ter-se-ia multiplicado o número de posseiros em todo o país. A Lei de terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra camponeses da época, aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses³²¹.

Deste modo, conforme argumenta o autor, a República encontra alteradas as bases da ordem social – o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade, o regime das sesmarias, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O *monopólio da classe sobre o trabalhador escravo* se transfigura no *monopólio de classe sobre a terra*. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras. Com efeito, o monopólio de classe sobre a terra define um novo lugar social para o campesinato, libertando-o da grande propriedade, ao mesmo tempo em que o subjugava a ela. Na prática,

[...] as modificações do regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria³²².

---

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Idem.

³²¹ Ibidem, p. 41-42.

³²² José de Souza Martins. op. cit., p. 43.

Neste contexto, o campo sertanejo era caracterizado pela existência de uma considerável quantidade de pequenas propriedades espalhadas e pulverizadas. Diante disto, como ressalta Pericás, uma atitude comum dos proprietários de terras mais poderosos era a apropriação de terras e de pequenas fazendas pela força das armas e pela sua compra dos sertanejos endividados. Assim, um pequeno número de latifundiários anexava as propriedades que encontravam, configurando o espaço econômico regional ao seu favor e controlando, política e economicamente, muitos camponeses que permaneciam em seu alcance. Neste sentido, estabeleceram-se vínculos de dependência, relações fundadas na troca de favores e no clientelismo entre os proprietários (“coronéis”) e seus agregados e dependentes³²³. É sobre este universo de relações que emerge outro fenômeno que, junto com o messianismo, constitui-se uma importante expressão característica do conjunto de transformações históricas ocorridas na passagem do século XIX para o século XX: o banditismo do *cangaço*.

A palavra “*cangaço*” deriva do termo “*canga*”, utensílio de madeira presente nos *carros de boi*, cuja função é a de manter os animais emparelhados, lado a lado, viabilizando, assim, a aração do solo. Pericás destaca que, frente a outros utensílios dos *carros de boi*, como os cambões, chavelhas, tiradeiras, brochas, tamoeiras e correias de chifre, a canga se destaca por seu tamanho, formato e função. É por esta razão que uma peça tão característica de um elemento de tão grande importância econômica no interior nordestino torna-se simbólico no imaginário popular sertanejo. Segundo o autor, há algumas alusões mais comuns relacionadas de forma específica à canga. Na primeira, compara-se a subordinação dos cangaceiros aos “coronéis”, que supostamente imporiam seu domínio sobre seus dependentes, como se fosse um instrumento de prisão e tortura (uma cangalha sobre o lombo do boi). No segundo sentido, estabelece-se a associação entre a canga e os apetrechos que os cangaceiros traziam pendurado no corpo. Outra alusão, contudo, justifica mais claramente a relação do termo “*cangaço*” com a “*canga*”: a função desta de aproximar os animais, que ficavam juntos uns aos outros, unidos pelo instrumento de madeira³²⁴.

De fato, a ideia de *unidade* que o termo remete parece elucidativa para qualificar o banditismo sertanejo. Sendo este um fenômeno já existente nos tempos coloniais, não tendo necessariamente relação com o *jaguncismo* e a atividade de guarda-costas, o banditismo torna-se, efetivamente, significativo com o “coronelismo” da República. Os jagunços eram, em grande parte, trabalhadores, moradores e agregados das fazendas, tendo eles como obrigação a garantia da proteção ao fazendeiro e às terras sob seu domínio. Sob tal função,

³²³ Luiz Bernardo Pericás. op. cit., p. 27.

³²⁴ Ibidem, p. 16.

esses trabalhadores tornam-se importantes agentes tensionadores da *agonística sociabilidade* sertaneja, conduzindo ativamente e levando adiante as memoráveis lutas entre famílias e entre “coronéis”.

O *jagunço rebelde* ou *independente* também se fazia presente nesta realidade, seja praticando serviços de aluguel (crimes de encomenda), seja atuando na proteção e nas lutas de interesse direto dos fazendeiros. Martins argumenta que as fontes básicas desse banditismo sertanejo estavam no conflito familiar, nas lutas pela terra, nos crimes de honra e na vingança. O autor afirma que os sertanejos envolvidos com o banditismo geralmente eram sitiantes, posseiros, pequenos lavradores e criadores, esbulhados em seus direitos, submetidos a expulsões, violências diretas dos jagunços dos coronéis, bem como as violências da polícia local comandada pelos “coronéis”. Lograda a vingança, era comum a entrada em bandos e a própria conversão em *cangaceiro*³²⁵.

O banditismo agrestino e sertanejo constitui-se, com efeito, um fenômeno complexo, imbricado por influências não apenas de ordem econômica e política, sendo também entrelaçado pela engrenagem policial e jurídica regional. Pericás argumenta que a estrutura agrária sertaneja funciona como forte elo entre a base econômica mais ampla e a superestrutura, encontrando-se nela uma série de variáveis que, postas em diálogo, contribuem para a compreensão do banditismo rural nordestino. Para produzir um painel mais rico sobre a questão, o autor sugere a consideração da influência das culturas endógena e exógena (indígena, portuguesa, a elaborada dentro do ambiente sertanejo em evolução e a trazida dos grandes centros do país, e até mesmo do exterior), bem como o ambiente político e institucional, com as deliberações do Estado em nível estadual e nacional, durante o período da República Velha³²⁶.

Neste sentido, Martins vê no *messianismo* e no *cangaço* a própria definição dos limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo, da forma peculiar de poder da República Velha que se personificava diante do camponês rebelado. Para o autor, tanto o messianismo quanto o cangaço indicam, na realidade, uma situação de desordem nos tradicionais vínculos de dependência no sertão. Neste sentido, a apropriação da terra pelos grandes fazendeiros passa a ser condição da sujeição do trabalho livre, isto é, instrumento para a subordinação camponesa na forma de extração de mais trabalho³²⁷. Diante disto, a característica violência pessoal e direta, que confrontava os camponeses entre si e entre eles e

³²⁵ José de Souza Martins. op. cit., p. 59.

³²⁶ Luiz Bernardo Pericás. op. cit., p. 29-30.

³²⁷ José de Souza Martins. op. cit., p. 62.-63.

os fazendeiros, começa a se transformar numa resistência de classe. Por mais limitadas que possam parecer, em razão de sua ocorrência sob os limites da dominação oligárquica, o autor defende que o messianismo e o cangaço podem ser entendidos como manifestações primordiais de libertação, no sentido da manifestação de uma vontade própria, isto é, o germe de uma expressão classista sob os sertões dos “coronéis”.

2.2.2. Expressões classistas nas lutas camponesas em um cenário de transformações

A vinculação entre *campesinato* e *conservadorismo* é, sem dúvida, bastante corrente. Guardiões da tradição, sujeitos portadores de costumes e hábitos distintos daqueles urbanos, os camponeses são interpretados, no limite, como o avesso da civilização, manifestação social de seu outro; o passado, o resquício, o que está em vias de superação, o anacrônico na modernidade. José de Souza Martins menciona que, na própria tradição antropológica e sociológica, esses sujeitos quase sempre foram tratados como depositários e agentes de culturas tradicionais, portadores irremediáveis do tradicionalismo conservador, sendo concebidos, assim, como vítimas e patrocinadores do atraso³²⁸. O autor identifica que essa interpretação encontra-se presente tanto na direita, quanto na esquerda. Na direita, em sua compreensão do campesinato como presumível aliado, base social da tradição conservadora e da oposição ao liberalismo e ao racionalismo. Na esquerda, pela sua leitura dos camponeses enquanto inimigos reais embutidos em aliados ocasionais, por sua suposta condição de defensores da propriedade privada e, enquanto tais, inimigos da socialização da produção.

Contudo, a ideia da passividade e submissão do campesinato não encontra um evidente respaldo na realidade histórica brasileira, podendo-se destacar, historicamente, variadas e significativas formas e manifestações de luta e resistência política, em distintas regiões do país. Sobre isto, em outra obra, Martins ressalta que a maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina, durando de 1912 a 1916. Contando com a participação de 20 mil rebeldes, Contestado mobilizou metade do efetivo do Exército brasileiro em 1914, tendo deixado um saldo de pelo menos três mil mortos. A Guerra de Canudos, também camponesa, envolveu, entre 1896 e 1897, metade do exército e milhares de camponeses, resultando na morte de cerca de cinco mil pessoas e em marcantes momentos de derrota para as forças militares. Por sua vez, a Revolta de Trombas e Formoso, entre 1950 e

---

³²⁸ José de Souza Martins. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 17.

1957, implantou um território livre dominado por camponeses, no Estado de Goiás. Além destas, podem ser elencadas como revoltas camponesas, em certa medida: a Cabanagem (Pará), a Balaiada (no Maranhão e no Piauí), além da própria emergência das Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960³²⁹.

Os traços insubordinados do campesinato são ressaltados também fora do Brasil, visíveis em sua participação direta ou indireta em grandes revoluções sociais ocorridas ao longo do século XX. Este é o caso das revoluções Mexicana, Russa, Chinesa, Vietnamita, Cubana, além das guerras de libertação na África e na própria Revolução Francesa, no século XVIII, que tece na base, destruindo a velha ordem política, uma revolução camponesa³³⁰.

Tudo isto, para Martins, sugere a necessidade de uma radical mudança de perspectiva sobre o campesinato: a de pensá-lo como *inovador*, exatamente como o oposto do que tem sido pensado, dentro e fora do Brasil. Diante disto, o autor argumenta que o caminho para refletir sobre o tema é o de “examinar as transformações que modificam as velhas relações sociais, que atenuam ou destroem a autoridade da cultura tradicional e que abrem espaço para a invenção cultural”³³¹. Por este argumento, um olhar histórico sobre as mudanças políticas identificadas torna-se pertinente, de maneira que a inovação cultural apareça na sua natureza política, como fonte de uma legitimidade alternativa. As mudanças às quais se refere o autor estão situadas, segundo afirma, em três dimensões da realidade: econômica, política e religiosa.

Martins argumenta que, no âmbito econômico, se evidencia uma mudança nas relações de trabalho, resultando na expulsão dos trabalhadores residentes das grandes fazendas – de café e de cana de açúcar, por exemplo – diminuindo-se, assim, a quantidade de trabalhadores assalariados temporários. Tal fenômeno ocorre simultaneamente à transformação nas próprias relações de propriedade, passando o latifúndio a atingir tamanhos descomunais, não dependendo mais de concessões de uso da terra aos trabalhadores (como a parceria, o arrendamento, o colonato, a moradia) e de relações clientelísticas para efetivar a posse. Na esfera política, o esvaziamento dos currais eleitorais constituiu-se um fenômeno relevante, tendo se reduzido significativamente o número de trabalhadores residentes, submetidos diretamente aos vínculos de dependência pessoal e às relações de favor dos fazendeiros. Como consequência, as antigas práticas do clientelismo político e a subjugação da consciência

³²⁹ José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 26.

³³⁰ José de Souza Martins. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 17.

³³¹ *Ibidem*, p. 18.

dos trabalhadores passam a ser redefinidas, em particular nas áreas de expansão da grande propriedade. Nestas áreas, a expansão do latifúndio é acompanhada pela expulsão dos camponeses, num processo de “ruptura dolorosa, mas libertadora”³³².

No universo religioso, por sua vez, o catolicismo foi atravessado por intensas e profundas transformações. Estas dizem respeito a uma mudança de orientação da Igreja de um *catolicismo cativo*, instrumentalizado pela autoridade e pelos interesses dos grandes proprietários de terras, para uma posição direcionada à mediação política da inovação cultural emergente desse novo campesinato liberto. Explicando este processo de mudança institucional da Igreja, Martins identifica a íntima relação desta instituição com os interesses dominantes dos latifundiários, assumindo, ao mesmo tempo, uma posição de apêndice do Estado, mesmo depois da proclamação da República, quando dele se separou legalmente. Na prática, no topo da hierarquia institucional, os bispos encontravam-se cooptados pelo Estado; na base, os padres foram cooptados pelos latifundiários³³³. O autor argumenta que quando se abre o conflito entre a Igreja e o Estado, nos anos 1960, aquela oscilou entre duas alternativas desastrosas: por um lado, assumir a modernização proposta pelo Estado autoritário, que incluía uma reforma agrária contra as oligarquias, priorizando a posição moderna e autoritária contra a agrário-oligárquica; por outro lado, optar pelo oligarquismo localista e agrário, reforçando a política arcaica dos latifundiários. Diante de tais caminhos, optou por um terceiro, isto é, o encontro de uma fonte alternativa, que estava na massa dos excluídos, posseiros, trabalhadores rurais, expulsos pela grande propriedade, migrantes moradores pobres das periferias, quase sempre vindos do campo. É por este caminho que uma nova tarefa se impõe à Igreja, “a de mediar a inovação cultural, as novas formas de consciência resultantes da ruptura das velhas relações de dominação e exploração”³³⁴.

Em sua análise sobre a relação da Igreja Católica com movimentos camponeses do Brasil e do Peru, entre 1964 e 1986, a historiadora Zilda Iokoi identifica no pós-guerra um importante momento de ruptura da Igreja latino-americana com suas matrizes européias, ruptura esta que a teria levado a um processo de auto-realização e crescente integração às culturas locais, particularmente às classes subalternas³³⁵. Tal mudança coincide, historicamente, com o afastamento de parcelas significativas da população que não encontravam motivação para suas necessidades religiosas nas cerimônias litúrgicas e, além

³³² José de Souza Martins. op. cit., p. 18-19.

³³³ Ibidem, p. 20.

³³⁴ José de Souza Martins. op. cit., p. 21.

³³⁵ Zilda Márcia Gricoli Iokoi. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo. Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 22.

disso, na relação com os membros da hierarquia eclesiástica. Esta reconfiguração institucional da Igreja manifestou-se claramente a partir do *Concílio Vaticano II*, que permitiu a emergência de novas formas de expressão institucional, dentro da Igreja e em sua relação com a sociedade. Segundo Mitidiero Junior, o *Concílio Vaticano II* pode ser compreendido como um marco histórico da Igreja, porque foi o momento em que esta instituição teve sua maior abertura para incorporar interpretações, análises e conceitos explicativos da realidade, abrindo espaço para o surgimento da *Teologia da Libertação* e para formas de ação da Igreja junto à população oprimida e aos movimentos sociais³³⁶.

Iokoi argumenta que essa nova forma de olhar o mundo, um novo tomar partido da Igreja, gerou uma importante tensão interna na instituição, tensão esta produzida pela emergência de uma concepção que não separava a “Palavra de Deus” de sua relação com o homem concreto e passava a analisar o desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos – econômico, político, cultural e religioso. Neste sentido, a redefinição estabelecida amplia o foco da Igreja de um olhar exclusivo para as classes dominantes para outros setores, encontrando as classes subalternas em condições subumanas de vida³³⁷.

Em síntese, a partir da reorientação da Igreja, sua postura institucional é redefinida frente à sociedade, estabelecendo-se, neste movimento, um novo olhar sobre a relação entre a teologia e a realidade. Na prática, consolida-se uma perspectiva voltada preferencialmente aos pobres, interpretando-se a teologia cristã à luz das desigualdades sociais, buscando-se, no mundo terreno, a superação das injustiças. Possuindo grande força na América Latina, essa perspectiva teve alguns teólogos de destaque para a sua formulação, estando entre eles: o peruano Gustavo Gutierrez; o salvadorenho Jon Sobrino; o uruguaio Juan Luis Segundo; e o brasileiro Leonardo Boff.

Nas palavras de Mitidiero Junior, a utopia do Reino de Deus passa a ser pensada, por esses e outros teólogos, como etapas de transformações sociais necessárias na realidade terrena. Por esta razão, “A Teologia da Libertação nasce, portanto, da tentativa e do engajamento de parte dos setores eclesiais para *territorializar a Igreja*, dando uma feição mais real e objetiva à missão dessa instituição no mundo”³³⁸. Segundo o autor,

A teologia tornou-se o discurso, e a ideia de libertação, a prática. No que diz respeito a uma teoria da ação social, o binômio teologia *versus* prática

³³⁶ Marco Antonio Mitidiero Junior. *A ação territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba*. Curitiba: Editora CRV, 2010, p. 61.

³³⁷ Zilda Márcia Grícoli Iokoi. op. cit., p. 22-23.

³³⁸ Marco Antonio Mitidiero Junior. op. cit., p. 53.

transformadora pretende-se realizar, ou seja, a teologia serve como incentivadora das ações sociais transformadoras, serve como “fermento” subjetivo, cultural e simbólico dos sujeitos na luta pela libertação. Na verdade, esse discurso teológico produz manifestações de luta, ao contrapor a teologia tradicional, centrada na salvação individual e no conformismo político, à ação comunitária contestatória das condições sociais perversas. É, em primeira instância, um discurso que se *verbaliza*, na mesma medida em que possui forte referencial territorial³³⁹.

Essa *teologia libertadora* encontrava, no campo, uma clientela ainda submetida a uma estrutura tradicional de poder não calcada no reconhecimento das relações contratuais de trabalho, de reconhecimento da individualidade civil do trabalhador. Martins destaca que predominava, na verdade, uma estrutura de dependência pessoal, da relação patrão-cliente, do favor e da autoridade, da anulação coercitiva da vontade pessoal do trabalhador rural. Segundo o sociólogo, “O catolicismo do sertanejo e camponês ainda se apresentava como *lealdade* ao padre e ao bispo, que eram para ele a Igreja, do mesmo modo que sua vontade política derivava da lealdade ao patrão, ao fazendeiro”³⁴⁰.

O autor argumenta que a *Declaração dos Bispos do Nordeste*, publicada em 1956, representou a confluência desses vários fatores históricos, que permitiam um salto na teoria e na prática da pastoral social. Neste momento, o conceito de *desenvolvimento* passa a compor o repertório do pensamento episcopal, considerando-se, a partir de então, que as relações de trabalho no meio rural, a situação dos trabalhadores do campo, as más condições de vida, começam a ser entendidas como resultantes da falta de desenvolvimento econômico. Sob este prisma, o planejamento governamental adequado e a alocação eficiente de recursos públicos são vistos como estratégias necessárias à superação dos problemas sociais. Com tal orientação, a *Declaração dos Bispos do Nordeste* (1956), produto de estudos e reflexões realizadas em conjunto com técnicos do governo, integra o processo que resultou na *Operação Nordeste* e, posteriormente, na própria criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959.

É com base nessa orientação que os bispos, em diferentes ocasiões, denunciarão e combaterão a chamada “indústria da seca”. Esse foi o nome que se deu, na época, aos procedimentos das oligarquias regionais, que aproveitavam o drama da seca periódica para obter sempre mais recursos do governo federal e que serviam basicamente para manutenção do clientelismo político, nunca para atender as necessidades reais das vítimas³⁴¹.

³³⁹ Ibidem, p. 54.

³⁴⁰ José de Souza Martins. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 41-42.

³⁴¹ Ibidem, p. 44.

A dominação clientelística e os vínculos de dependência entre os camponeses e os fazendeiros, que resultavam em formas diversas de sujeição pessoal, definem-se como alvo importante da ação pastoral da Igreja, que se dedica à promoção e reconhecimento dos *direitos* dos trabalhadores, frequentemente ignorado nas tradicionais relações entre patrões e empregados. Com efeito, é como resultado do rompimento dos vínculos de dependência que esse campesinato liberto passa a incorporar uma “nova cultura”, nas palavras de Martins. Nesta *nova cultura camponesa*, o centro está no trabalho e suas dificuldades e não mais na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação do cativo, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho. Demarcando e aprofundando as diferenças, até aqui mencionadas, o autor afirma:

Antes, o favor (e a retribuição do favor como agradecimento e obrigação moral) aparecia como obrigação da propriedade, obrigação de quem tem em relação a quem não tem. As transformações econômicas que levaram à expropriação e à expulsão dos trabalhadores rurais, e ao fim das regras e obrigações do favor, desmoralizaram a propriedade economicamente e o proprietário politicamente. É nesse plano que a concepção de pobre ganhou força e sentido novo: são pobres os excluídos do direito ao favor (e não exclusivamente do direito à terra, como pressupõe um materialismo vulgar nem sempre compreendido pelos trabalhadores³⁴².

Martins ressalta que, tanto na Igreja como fora dela, a década de 1950 anuncia para o campesinato o que se poderia chamar de *tutela esclarecida*, com certo traço iluminista. Tratava-se, argumenta o autor, de um amplo movimento, envolvendo diversos grupos e forças sociais, dedicados à libertação do país da tutela das oligarquias e do atraso econômico, social e político a ela diretamente associados. Simultaneamente, por outro lado, surgiram lutas populares espontâneas, posteriormente dirigidas por grupos que lhes deram o dimensionamento propriamente político e que representavam, do mesmo modo, o rompimento, de baixo para cima, dos tradicionais vínculos clientelistas, das relações de dominação e de propriedade³⁴³.

A convergência de ambos os movimentos de negação ao tradicionalismo oligárquico, no campo brasileiro, abre espaço para o aparecimento de novas demandas reivindicativas e um novo horizonte de atuação política, que se manifesta através de novas expressões de luta e estratégias organizativas. Até a década de 1940, período marcado pelo domínio clientelista e

³⁴² José de Souza Martins. op. cit., p. 22.

³⁴³ Ibidem, p. 46.

oligárquico, predominavam o messianismo e o cangaço enquanto forma dominante de organização e expressão de rebeldia camponesa. A partir dos anos 1950, por sua vez, o sindicalismo rural se apresentará como importante forma de organização e luta política do campesinato, ainda que em convivência com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência³⁴⁴.

Em meio a esse processo, um marco de significativa relevância é a emergência das *Ligas Camponesas*, a partir das décadas de 1950 e 1960, no Nordeste brasileiro, particularmente na Zona da Mata. Constituindo-se como o epicentro político desse movimento que acabou se expandindo por vários estados do país, o caso do Engenho Galiléia, localizado no município pernambucano de Vitória de Santo Antão, merece destaque.

Analisando mais detidamente as relações de trabalho existentes na produção canavieira no período das *Ligas Camponesas*, Fernando Azevedo explica que a relação de trabalho então predominante, desde a abolição da escravatura, era a do “morador”, na qual o trabalhador reside no engenho ou fazenda e tem direito a um sítio ou roçado, para montar uma cultura de subsistência baseada na “lavoura branca” (geralmente, milho, mandioca e feijão), como parte constitutiva da “morada”³⁴⁵. O autor ressalta que o trabalhador tinha a obrigação de prestar dois ou três dias de serviço por semana ao engenho ou fazenda (“condição”), sendo remunerado abaixo da tabela vigente para os assalariados rurais permanentes (mas sem direito à morada) ou temporários. Ao lado do *morador de condição*, existia a figura do *foreiro*, um pequeno rendeiro que arrendava um lote, geralmente nas áreas mais distantes dos engenhos e fazendas, pagando em dinheiro (foro) pela sua utilização. Tinha também a obrigação, tanto como o *morador*, de conceder alguns dias de trabalho gratuito para o engenho, em torno de 10 a 20 dias por ano, podendo substituir a prestação desse serviço por uma terceira pessoa. Tratava-se, neste caso, do *cambão*.

Manuel Correia de Andrade observa que o *Engenho Galiléia*, como outros engenhos de cana-de-açúcar localizados em áreas marginais, distantes das usinas, ficou de “fogo morto” no período de 1931-40, quando os preços de açúcar eram baixos. Neste momento, os proprietários passaram a “forar” suas terras a pessoas que cultivavam frutas e cereais destinados a abastecer Recife e demais centros nordestinos³⁴⁶. O autor afirma que, neste sentido, os proprietários passaram a viver na cidade, da renda da terra, sem trabalhar na

³⁴⁴ José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 67.

³⁴⁵ Fernando Antônio Azevedo. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1982, p. 44-45.

³⁴⁶ Manuel Correia de Andrade. *A terra o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7a ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2005, p. 306.

propriedade e, quando muito, visitando-a esporadicamente. Estes proprietários contavam com o trabalho de um “feitor”, homem de sua confiança, que cobrava os “foros” anuais, fiscalizava a prestação do “cambão” ou da “condição” e servia de intermediário entre o proprietário ausente e os que lavravam a terra.

Com o fim da guerra de 1939-45, o preço do açúcar aumentou e a abertura de estradas provocou a ampliação da capacidade das usinas que foram reequipadas e passaram a se expandir para as terras marginais. Tal expansão foi efetivada à custa do desaparecimento dos antigos bangüês – os senhores de engenho tornavam-se fornecedores de cana – e com o sacrifício dos *foreiros* que eram expulsos dos seus sítios a fim de que os canaviais das usinas se expandissem pelas terras que cultivavam, às vezes, há dezenas de anos³⁴⁷.

Azevedo ressalta que esses contingentes expropriados ou se deslocaram para as terras menos férteis e afastadas da Zona da Mata, nas linhas limítrofes com o Agreste, recriando assim um campesinato marginal com a sua dupla função de produtor de alimentos e exército agrário de reserva; ou se proletarizavam de maneira irreversível, migrando para as cidades e vilas circunvizinhas aos engenhos e usinas, onde se tornaram trabalhadores *volantes*. Os foreiros que não foram expulsos ou despejados tornaram-se *moradores de condição*, sujeitos ao pagamento crescente na forma de dias de trabalho nos canaviais, com pagamento de salário inferior ao dos trabalhadores externos à fazenda³⁴⁸.

Andrade destaca que foi o agravamento desta situação que motivou a organização dos arrendatários do *Engenho de Galiléia*, sob a direção do próprio feitor, Zezé da Galiléia, em busca dos seus direitos. Receberam, pois, o apoio de um advogado, representante do Partido Socialista na Câmara Estadual de Pernambuco: Francisco Julião. Este, utilizando do seu mandato, dedicou-se a combater o *cambão* e o *foro*, estimulando a organização dos camponeses e sua conscientização política. Além da legalização da *Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco*, em 1955, que ficou conhecida como *Ligas Camponesas*, Julião viabilizou a desapropriação do engenho de Galiléia, evitando, assim, a expulsão dos camponeses organizados³⁴⁹.

O modelo organizativo das *Ligas* de Galiléia propagou-se pelo Nordeste brasileiro onde os problemas eram similares, chegando, na década de 1960, a 26 municípios pernambucanos da Mata, Sertão e Agreste. As *Ligas Camponesas* ganharam corpo rapidamente também no vizinho estado da Paraíba, onde surgiram grandes núcleos nos

³⁴⁷ Manuel Correia de Andrade. op. cit., loc. cit.

³⁴⁸ Fernando Antônio Azevedo. op. cit., p. 51.

³⁴⁹ Manuel Correia de Andrade. op. cit., loc. cit.

municípios de Santa Rita, Sapé, Mamanguape, Guarabira, Pirpirituba, Cruz do Espírito Santo, entre outros. Destaca-se, neste estado, o núcleo de Sapé, que contou com aproximadamente 7000 associados³⁵⁰. Na Paraíba, assim como em Pernambuco, as transformações nas relações de produção do sistema canavieiro também se fizeram presentes, tendo como fundamento – assim como em outros estados, no mesmo período – a expropriação e expulsão dos camponeses. Segundo Benevides, alteravam-se as relações de produção no mesmo instante em que se agravava a exploração dos camponeses marginalizados perante as leis do trabalho. Além disso, “À completa ausência da legislação trabalhista no campo paraibano aliou-se a competição da produção de cana de açúcar de São Paulo, cujos índices de produtividade eram muito superiores aos do Nordeste”³⁵¹. Neste sentido,

Implantaram-se, no campo paraibano, novas relações de produção, incluindo-se o início da mecanização da lavoura com base no trator e nos implementos agrícolas, mas manteve-se o aumento horizontal do espaço para a pecuária extensiva. Em qualquer dos casos ocorreria a expulsão do morador e a expropriação do foreiro, com a substituição do trabalho permanente pelo temporário³⁵².

Em outras palavras, “O setor agrícola aliou-se ao setor industrial da lavoura canavieira [...], regularizando a acumulação do capital e contrapondo a terra para o trabalho com a terra para o negócio”³⁵³. Com isto, ampliava-se a necessidade de organização entre os camponeses e, ao mesmo tempo, estavam oferecidas as condições para o aumento da participação de organizações sociais neste processo. Como ressalta Martins, antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora, efetivamente, passa a ser a terra: “é a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros”³⁵⁴. O sociólogo argumenta que a mediação do escravismo disfarçava anteriormente esse confronto, fazendo do mestiço livre um aliado da escravidão, um excluído da escravidão, um liberto. Com o fim do trabalho escravo e os processos sociais subseqüentes, foi se revelando a contradição que separava os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses. Evidencia-se, gradativamente, a oposição, identificada por Martins, entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*, revelando, de forma precisa, aspectos subjacentes aos

---

³⁵⁰ Ibidem, p. 307.

³⁵¹ Cezar Benevides. *Camponeses em marcha*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985, p. 29.

³⁵² Idem.

³⁵³ Ibidem, p. 91.

³⁵⁴ José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 63.

antagonismos e conflitos entre camponeses e proprietários de terras/capitalistas, como aqueles até aqui discutidos³⁵⁵.

A partir de ampla pesquisa sobre conflitos de terra na Amazônia Legal, Martins baseia-se no pressuposto de que temos no Brasil uma clara oposição entre regimes distintos de propriedade: de um lado, o regime da propriedade capitalista; de outro, o da propriedade familiar. O regime de propriedade capitalista tem como base a exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, sob domínio do capitalista. A terra representa, nesta perspectiva, um instrumento de dominação. Por outro lado, a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio: não é propriedade capitalista, é propriedade do trabalhador. Para este, a reprodução de suas condições de vida não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra: o trabalhador-lavrador não recebe lucro. Os ganhos obtidos são, pois, fruto do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho³⁵⁶. Tal distinção revela-se na duplicidade dos interesses acerca do domínio da terra, isto é, naquilo que motiva a apropriação/posse sobre um bem natural, uma determinada fração do planeta:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por um alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura³⁵⁷.

As distintas lógicas agrupadas em cada um dos pólos do par *terra de negócio* e *terra de trabalho* manifestam-se nos termos “camponês” e “latifundiário”, servindo, ambos, para representar a própria realidade objetiva, isto é, a lógica da produção, reprodução social e a expressão política dos diferentes e antagônicos sujeitos aos quais se referem. O mesmo autor identificou a emergência, de ambos os termos, no universo teórico e político brasileiro, especialmente a partir da década de 1950, servindo, particularmente, para qualificar e definir

³⁵⁵ José de Souza Martins. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 58.

³⁵⁶ Ibidem, p. 59-60.

³⁵⁷ Ibidem, p. 60.

aspectos da realidade conflituosa que eclodia no campo naquele período. Ainda que seja acompanhado por problemas³⁵⁸, inegavelmente, os qualificadores “camponês” e “campesinato”, correntes em outros países da América Latina, serviram, em certa medida, para expressar uma perspectiva diferente daqueles trabalhadores do campo que, até então, eram qualificados por termos geralmente depreciativos. Sobre este aspecto, Martins menciona que as palavras que serviam para definir os homens e mulheres que viviam no campo, fora das povoações e das cidades (*caipira, caiçara, tabarel, caboclo*, etc.), trazem um duplo sentido, referindo-se “aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos. Às vezes querem dizer também ‘preguiçoso’, que não gosta do trabalho”. Por esta razão, a palavra “camponês” expressa não apenas um novo nome, como argumenta o autor, mas também o seu *lugar social*, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à cidade, mas na própria estrutura da sociedade, qualificando também a designação de um novo destino histórico³⁵⁹.

Como foi visto até aqui, a relação entre o campesinato e a política constitui um tema carregado de controvérsias e polêmicas. No âmbito teórico, o tema é atravessado por distintas e antagônicas posições, que, em tensão, problematizam tanto a validade do enquadramento analítico desses sujeitos sociais, no campo científico, quanto a consideração de sua potência política frente à realidade de subordinação em que estão envolvidos. A esta “negação teórica” do campesinato, soma-se a corrente representação do *campo* – e, particularmente, como analisamos no primeiro capítulo, do *sertão* – enquanto *espaço-problema*, submetido à cidade, ao centro. Vivendo em um espaço de barbárie, porção incivilizada no território nacional, os camponeses daí oriundos são considerados, por sua natureza, como socialmente anacrônicos, isto é, como resquício em vias de desaparecimento e, como tais, desprovidos de legitimidade para o exercício autônomo da agência política. No presente capítulo, frente a esta “condição subordinada”, buscamos ressaltar algumas expressões de resistência camponesa, situando-as num contexto de amplas e significativas transformações na esfera econômica e no universo político nacional. Nesta realidade, a atuação política do campesinato – revelada por suas lutas, seus movimentos, os conflitos em que se envolve – passa ser redefinida, abrindo novos e

---

³⁵⁸ “O transplante da concepção de camponês de outras realidades históricas, particularmente da realidade russa dos fins do século XIX e do começo do século XX, para enquadrar e explicar a situação e as lutas no meio rural brasileiro, destes tempos recentes, é procedimento que apresenta suas dificuldades. O destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de um entendimento estrangeiro de destino do camponês (como estranha é a própria palavra nova que o designa) e que não corresponde à sua realidade, às contradições que vive, ao destino real que nasce de fato dessas contradições e não da imaginação política”. Cf. José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 23.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 22.

dinâmicos horizontes de atuação e demandando, por esta razão, renovados esforços para sua apreensão analítica.

CAPÍTULO 3 - OS PASSOS DA ASA BRASIL SOBRE O CHÃO DO POVO: Os horizontes da autonomia e a convivência com o semiárido

(...)

*Quanto cabemos dentro de nós?
Ir é ser. Não parar é ter razão.*

“Qualquer caminho leva a toda parte”, Fernando Pessoa.

As práticas político-interventivas, configuradas sob a perspectiva da convivência com o semiárido, constituem-se o foco da análise a ser realizada neste capítulo. Partindo deste panorama, discutiremos o processo de formação da ASA, considerando-o parte da consolidação de um dinâmico enredamento das organizações e movimentos sociais, na estrutura estatal, tendo em vista a materialização de um projeto político antagônico àquele assentado na perspectiva de “combate à seca”. A execução de políticas públicas, assumida pela ASA, responde às demandas concretas de acesso à água, por parte da população economicamente carente do semiárido. Neste sentido, atuando na construção de cisternas de placas e outras tecnologias de captação hídrica, a Articulação mobiliza um conjunto de princípios e práticas movimentalistas, em suas ações cotidianas, cujas matrizes são identificáveis, como procuraremos demonstrar, nos movimentos populares que ganharam fôlego nos anos 1970 e 1980, no Brasil.

A emergência movimentalista deste período, qualificado por Francisco de Oliveira como a “era das invenções”³⁶⁰, resultou na configuração de um “campo ético-político”³⁶¹ que, no contexto autoritário da ditadura militar, abriu espaços para novas iniciativas de organização e participação política, por parte de uma população situada, até então, às margens dos canais político-institucionais existentes. Com efeito, foram significativamente redefinidos os padrões de ação e discursos das organizações e movimentos sociais, forjando-se um novo quadro de referências, fundado, a partir de então, em princípios como o da autonomia, buscados através da valorização dos conhecimentos próprios dos sujeitos sociais, bem como mediante a negação de formas hierarquizadas e centralizadas de representação político-institucional. Nos anos 1980 e 1990, com a abertura democrática, abre-se espaço para a emergência de uma postura mais corporativo-integrativa na atuação de organizações fortemente ativas no período anterior, o que leva à consolidação de toda uma estrutura organizativa voltada à administração do fundo público e seu direcionamento às demandas

---

³⁶⁰ Cf. Francisco de Oliveira. O momento Lênin. *Novos Estudos*. 2006 e Francisco de Oliveira. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. in Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek, organizadores. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, em particular p. 15-25.

³⁶¹ Cf. Ana Maria Doimo. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-1970*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p. 126.

populares. Sobre este solo, a ASA é formada como articulação política, estabelecendo, a partir da década de 1990, uma relação dinâmica com o Estado, transitando entre momentos de tensão e de pleno alinhamento. Tomando tal relação como referência analítica, considerando o dinamismo que a constitui e as contradições que integram este processo, focalizaremos, em nossa abordagem, a dimensão político-organizativa da Articulação, evidenciando suas ações cotidianas em prol da construção e disseminação das tecnologias de captação hídrica às populações sertanejas e, ademais, nas manifestações públicas (atos de protesto, campanhas, etc.) organizadas, frente ao Estado, em defesa da convivência com o semiárido.

3.1. As bases movimentalistas da ASA: o *campo ético-político* dos movimentos populares

Vimos, no segundo capítulo, que o conjunto amplo e significativo de mudanças de ordem econômica e política – ocorridas desde o final do século XIX, passando pela primeira metade do século XX – redefiniu, a um só tempo, os traços das lutas camponesas e das organizações dedicadas à sua mediação política (Igreja, partidos políticos, etc.). Por um lado, para as agências de mediação, tratava-se de buscar uma adequação a um “novo campesinato”, liberto da propriedade e dos seus rígidos vínculos de dependência clientelista, situando-se em meio aos novos traços de suas reivindicações e demandas, mediando, assim, a emergência de novas formas de consciência política e práticas organizativas. Por outro lado, essas novas condições econômicas e sociais, resultantes da ruptura com antigas formas de dominação, impuseram ao campesinato a adaptação ao contexto sociopolítico emergente, abrindo espaço para a configuração de uma “nova cultura camponesa” que foi se sobrepondo à autoridade da cultura tradicional e abrindo espaço para a invenção e inovação cultural³⁶².

Como parte deste processo, o antagonismo entre *terra de trabalho* e *terra de negócio*, nas palavras de Martins³⁶³, expressou, de forma significativa, os termos dos movimentos camponeses das décadas de 1950 e 1960. A luta pela reforma agrária agrupou, no período em destaque, um amplo leque de insatisfações acumuladas historicamente pelo campesinato, resultando no fortalecimento do sindicalismo rural e na emergência de um vigoroso movimento político de inegável alcance histórico – as ligas camponesas. Frente ao

³⁶² Remetemos, mais uma vez, às palavras de Martins, para quem, nesta *nova cultura camponesa*, “o centro está no trabalho e suas dificuldades e não mais na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação do cativo, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho”. Cf. José de Souza Martins. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 22.

³⁶³ José de Souza Martins. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 58.

tradicionalismo oligárquico, marcante nas relações de trabalho e nos vínculos sociais pretéritos, expressivos no campo brasileiro, as ligas possibilitaram a configuração de uma importante práxis de resistência política, definindo, explicitamente, as lógicas antagônicas em torno do uso da propriedade da terra no país. Este movimento, na prática, situou os camponeses numa escala política mais ampla, trazendo à luz as dimensões mais profundas da expropriação, da exploração e da violência por eles sofridas sob a antiga tutela do “coronel”³⁶⁴.

O golpe de 1964, a despeito do seu caráter centralizador – em oposição, pois, aos interesses oligárquicos das elites regionais³⁶⁵ –, impediu o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos camponeses e trabalhadores rurais, que ingressavam maciçamente no cenário político nacional³⁶⁶. Neste sentido, o governo dos militares atuou com a perspectiva de atenuar os conflitos agrários, realizando desapropriações de terras somente em casos de grande tensão, promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento empresarial e capitalista da agricultura brasileira³⁶⁷. Martins ressalta que, apesar da intensa repressão e da censura, os conflitos multiplicaram-se rapidamente em todas as regiões do país, envolvendo não apenas camponeses, mas também os povos indígenas, que tiveram suas terras invadidas de modo alarmante³⁶⁸.

Ao mesmo tempo, nas cidades, as contradições se avolumavam face à política estatal centralizadora e adversa aos trabalhadores, particularmente no fim do chamado “milagre econômico”, impulsionando a formação de movimentos sociais urbanos e o ressurgimento dos movimentos operário e de bairro que, até o início da década de 1960, estavam significativamente submetidos à tutela estatal e, conseqüentemente, imersos no clientelismo e assistencialismo governamental³⁶⁹. Como argumentou Ilse Scherer-Warren, os movimentos

³⁶⁴ José de Souza Martins. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 82.

³⁶⁵ “A história política do Brasil republicano tem sido uma dramática história de oscilações entre a centralização política e o fortalecimento do Estado, de um lado, e a descentralização política e o fortalecimento das oligarquias, de outro. Na prática, esses têm sido períodos de ditadura (com domínio militar direto ou, ao menos, franca dominação militar) sucedidos por períodos de abertura política e de governos civis fortemente comprometidos ou mesmo dominados pelas oligarquias rurais. De um lado, as ditaduras e os governos fortes apoiados no fortalecimento da unidade e do Estado nacional, centralizado. De outro lado, os governos civis apoiados na descentralização política e no fortalecimento da federação, isto é, dos estados e dos municípios. Esquemáticamente, é como se a história fosse pendular, o pêndulo oscilando entre militares, de um lado, e oligarquias, de outro: a nação, de um lado, e as províncias e municípios, de outro”. Cf. José de Souza Martins. *Não há terra para se plantar neste verão (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 72.

³⁶⁶ José de Souza Martins. *A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 21.

³⁶⁷ Ibidem, p. 22.

³⁶⁸ Ibidem, p. 23-24.

³⁶⁹ Ana Maria Doimo. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 29.

sociais urbanos, representados até 1964 pelas Associações de Amigos de Bairro e Sociedades de Amigos de Bairro (as SABs), se caracterizavam, inicialmente, pelo seu recrutamento clientelístico, pela cooptação de suas lideranças pelo Estado, pelo encaminhamento de reivindicações segundo esquemas populistas e paternalistas. A partir de 1964, segundo a autora, mesmo essas formas de organização viram seus canais de participação reprimidos. É, enfim, na década de 1970 que novos movimentos de bairro começam a tomar força, organizados em sua maioria como CEBs, sendo esta a única forma de organização possível naquela conjuntura política que via com suspeita os antigos canais de mobilização³⁷⁰.

Segundo Vinícius Brant, o bloqueio dos canais institucionais de representação popular – como os partidos políticos, as câmaras legislativas, os sindicatos e associações de massas – acabou estimulando o uso dos laços primários de solidariedade na sobrevivência diária da população. Para o autor, as relações de vizinhança, parentesco, compadrio ou amizade, permitiam a proteção imediata dos indivíduos diante de um clima social de medo. Com efeito, os laços de solidariedade comunitária, tecidos em meio a este cenário repressivo, deram forma a vários movimentos de base³⁷¹. Como parte deste processo,

Associações comunitárias, grupos políticos de crescimento molecular, comissões de fábrica, movimentos culturais, clubes de mães ou de jovens, grupos de oposição sindical, tendências estudantis, enfim, uma variada gama de movimentos localizados e dispersos fundamentava-se na confiança direta entre os seus membros e na consciência de seu desamparo diante das instituições mais vastas³⁷²

A luta pela autonomia e por direitos passa a se fortalecer, neste contexto, através de estratégias renovadas de ação, rompendo-se com padrões clássicos de reivindicação, que tinham como referência, unicamente, o operariado urbano-industrial. Neste momento, o “povo como sujeito de sua própria história” emerge como importante horizonte de ação em um momento de intensas redefinições, entre as quais a do lugar central da agência política, deslocando-se da classe operária *strictu sensu* para um sujeito social difuso, ambíguo, multifacetado³⁷³. Categorias mais genéricas, descoladas dos esquemas teóricos clássicos do

³⁷⁰ Ilse Scherer-Warren. O caráter dos novos movimentos sociais. in Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke, organizadores. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 41-42.

³⁷¹ Brant, Vinícius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. in Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant. *São Paulo: o povo em movimento*. 3a ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 13.

³⁷² Ibidem, p. 13-14.

³⁷³ “(...) inaugura-se uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, pela qual não havia mais lugar nem para o culto do ‘Estado-nação’, que prometia o desenvolvimento pela eficácia instrumental-administrativa do

marxismo, vão ganhando espaço no vocabulário da militância dos movimentos sociais do período, entrando em cena, assim, um conjunto de problemáticas, demandas e questões associadas à exclusão, marginalidade social, pobreza, etc.

Mitidiero Junior argumenta que as matrizes de inspiração teológico-libertadoras e os grupos influenciados pelo marxismo entram em choque em razão da “insistência do marxismo ortodoxo em reconhecer apenas no proletariado o sujeito capaz de adquirir uma ‘consciência de classe’, portanto de compreender a exploração da qual é vítima”³⁷⁴. Se os esforços marxistas estavam voltados basicamente ao proletariado, afirma o autor, para os “teólogos da libertação”, “são os pobres, oprimidos de diferentes ordens e grupos sociais, os sujeitos históricos de mudanças na ordem social injusta, isto é, proletariados, camponeses, indigentes, índios, negros, mulheres, enfim, todas as minorias”³⁷⁵. Nas palavras de Eder Sader, essas minorias são pensadas não apenas como “gentis” que deveriam ser convertidos, mas especialmente como encarnação do Espírito, cuja religiosidade espontânea é valorizada como premissa para a atividade pastoral³⁷⁶.

Se, por um lado, a rejeição aos particularismos, assumida pela ala progressista da Igreja, levava a uma ação voltada ao reconhecimento do Estado militar e do próprio capitalismo como responsáveis pela desigualdade social e miséria de amplos setores da sociedade; por outro lado, do ponto de vista teórico, inevitavelmente, a militância pastoral se defrontava “com as limitações reconhecidas da categoria ‘pobre’, e da generalidade de uma concepção de pobre e de pobreza que era a herança conceitual nutrente da caridade cristã”³⁷⁷. Na prática, constituindo-se uma categoria vaga e genérica, aglutinava, em seus limites, sujeitos socialmente diversos entre si, sendo, por isso, a imprecisão conceitual um risco inevitável³⁷⁸.

---

planejamento compreensivo, nem tampouco pela ação das “vanguardas”, que previam combate o imperialismo e o latifúndio pela conscientização das massas amorfas, passivas e indiferentes”. Cf. Ana Maria Doimo. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-1970*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p. 75.

³⁷⁴ Mitidiero Junior, Marco Antônio. *A ação territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba*. Curitiba: Editora CRV, 2010, p. 79.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Eder Sader. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 163.

³⁷⁷ José de Souza Martins. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 4a ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 53.

³⁷⁸ Exemplificando o problema, na realidade do trabalho pastoral na Amazônia, Martins relata: “Nas situações-limite da pastoral da fronteira, ‘pobre’ era uma categoria pobre, insuficiente, e disso os bispos estavam conscientes. Porque ali havia uma diversidade de ‘pobres’, que se encaixavam mal nessa categoria espremida: havia os índios procedentes de tantos e diversificados universos culturais; havia posseiros retardatários de um processo histórico residual e lento; havia os novos colonos dos núcleos de colonização públicos e privados. E havia a sua contrapartida: havia o ‘novo’ latifúndio das grandes empresas capitalistas que agregavam aos seus

Eder Sader, em seu importante estudo sobre a emergência desses “novos personagens” no cenário político brasileiro, argumenta que a novidade destes sujeitos estaria, precisamente, no seu caráter coletivo e descentralizado³⁷⁹. Se, antes, os indivíduos encontravam-se dispersos e privatizados, passaram eles, nos movimentos emergentes no período, a se identificarem coletivamente. Ao mesmo tempo, ainda que expressando suas demandas e construindo suas ações coletivamente, estes sujeitos políticos em ascensão não se assumiam portadores da universalidade a partir de uma organização determinada e entendida como vetor único da transformação política e da emancipação social. Tratava-se, fundamentalmente, de sujeitos não claramente ajustados aos modelos “tradicionais” de institucionalidade política³⁸⁰.

Com argumento similar, Hartmut Kärner identifica que a perda de confiança nas organizações e nas formas de atuação política tradicionais teria resultado na substituição das agências clássicas (em particular, partidos políticos e sindicatos) por formas de organização que consideravam e davam um maior peso para a subjetividade, no sentido da autonomia dos interesses parciais e dos grupos, em face da uniformidade e do formato coletivo de um sujeito revolucionário clássico³⁸¹. Em outras palavras, estaríamos diante de transformações, na arena política, caracterizadas pela emergência de novas demandas e formas de problematização da ordem social, que passaram a configurar canais de expressão distintos daqueles até então considerados os espaços legítimos de representação institucional.

Martins, alargando a escala de análise ao âmbito regional latino-americano, nota que os golpes de Estado dos anos 1960 e 1970 evidenciaram o desencontro entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Como consequência, tornou-se claro que o descompasso sugeria que a injustiça social do modelo de desenvolvimento econômico globalizado, nos países pobres, só seria viável através de um sistema político repressivo, que cerceasse as liberdades civis e contivesse o protesto social daqueles a quem restou a condição de marginalidade³⁸². Por este caminho, intensificou-se, no caso brasileiro, o processo de acumulação capitalista e inserção da economia brasileira ao mundo globalizado, ajustando-se

---

instrumentos de poder e riqueza a propriedade da terra; havia os pistoleiros; havia o Estado que patrocinava e legitimava o matrimônio contraditório da terra com o capital”. Cf. José de Souza Martins. loc. cit.

³⁷⁹ Eder Sader. op. cit., p. 10.

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ Hartmut Kärner. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. in Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke, organizadores. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 33-34.

³⁸² Nas palavras de Paul Singer: “O processo político e o processo econômico sempre se condicionam mutuamente, mas esse intercondicionamento foi particularmente intenso durante o regime militar por ser um regime de força, que tornava o processo político opaco, com a imprensa sob censura, inclusive no terreno da economia”. Cf. Paul Singer. O processo econômico. in Daniel Aarão Reis, coordenador. *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 199.

o país às dinâmicas de um novo liberalismo econômico com amplas implicações sociais e políticas, sendo a desvalorização do trabalho uma das mais graves³⁸³. Na realidade,

Essa ampla desvalorização do trabalho foi o meio de tornar o Brasil competitivo em face de economias mais modernas, desenvolvidas e tecnificadas. Foi também o meio de desencadear mecanismos de mercado como reguladores do protesto social. Portanto, um conjunto de fatores econômicos e políticos engendrou a *metamorfose de parte da classe trabalhadora em excluídos. E, portanto, à diluição da identidade de trabalhador na figura do trabalhador familiar ciclicamente excluído*³⁸⁴.

Analisando o período que foco, Ilse Scherer-Warrer menciona que a crise na organização política, imediatamente após o golpe militar de 1964, pode representar, de forma mais geral, o marco de separação entre o que comumente se denomina “movimentos sociais tradicionais” e o surgimento de novas formas de organização ou o novo caráter de algumas das antigas organizações populares³⁸⁵. Aprofundando os termos da distinção, a autora argumenta que, como característica desses “novos” movimentos, observa-se seu esforço para romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta das bases no nível da reflexão, da decisão e da execução, estreitando, assim, a distância entre a base dos movimentos e sua direção. Assim sendo, esses “novos” movimentos reivindicam a autonomia frente ao Estado e partidos políticos, qualificando a *cidadania* como um direito do povo, numa situação de um capitalismo particularmente excludente³⁸⁶.

A novidade, neste caso, expressa a diversificação da realidade social e experimentação de formas degradadas de vida, resultado dos processos econômicos em cena no período pós-1964. Como advertiu Martins, a mudança social acabou por sobrepor o *excluído* ao *trabalhador*, trazendo para o primeiro plano a família, a desagregação familiar, o mendigo, a criança de rua, o desempregado, o morador precário, o sem-terra³⁸⁷. A particularidade social dos “excluídos”, argumenta o autor, é o fato de não constituírem-se protagonistas e nem realizadores de uma contradição interna no processo produtivo. Na realidade, encontram-se à margem do processo de reprodução ampliada do capital, na medida em que a reprodução se

³⁸³ José de Souza Martins. op. cit., p. 33-34.

³⁸⁴ José de Souza Martins. op. cit., p. 34.

³⁸⁵ Ilse Scherer-Warrer. O caráter dos novos movimentos sociais. in Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke, organizadores. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 42.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ José de Souza Martins. op. cit., loc. cit.

dá sem sua participação direta, distintamente do *trabalhador*, que integra, por dentro, tal processo. Por esta razão, as ações reivindicatórias dos marginalizados, e em seu nome, são de ordem integrativa, buscando sua inserção na sociedade que o marginalizou³⁸⁸.

A *dispersão* e a *volatilidade* são características que qualificam esses sujeitos sociais, segundo os argumentos apresentados por Ana Maria Doimo. A autora defende que, constituindo uma base social dispersa, não vinculada a qualquer relação social fundamental, os “excluídos” acabaram ocupando, por assim dizer, uma posição liminar entre o *Estado*, o *mercado* e a *cultura*. Neste sentido, ao encontrarem-se desprendidos do processo produtivo e do mercado de trabalho, eles caíram num universo pulverizado de carências – ora referidas ao Estado, ora ao mercado e ora aos padrões culturais. Revela-se, como consequência, um estado que a autora qualifica como de *anomia ideológica*, definido pela ambigüidade dos conflitos e o seu caráter virtualmente pendular e volátil³⁸⁹.

Com argumento semelhante, Martins afirma que o “excluído” é duplamente capturado pela sociedade que o rejeita. Por um lado, como consumidor, ainda que marginal, já que suas necessidades estão limitadas ao que pode ser satisfeito pelos resíduos do sistema. Por esta razão, suas necessidades não o lançam *para além* do atual, resultando na afirmação da sociedade de consumo, seus valores e ideais. Por outro lado, é capturado porque, segundo compreende o autor, de seu imaginário includente e cúmplice decorrem formas de protesto social que se pautam pela demanda de realização dos valores e possibilidades reprodutivos da sociedade que o marginaliza³⁹⁰. Com efeito, neste universo sociopolítico ideologicamente *anômico*,

a) Ora o Estado é contestado em razão das dificuldades de acesso ao sistema de decisões, ora é legitimado porque dele se espera função provedora; b) ora a acumulação privada e o mercado são contestados por seu perfil excludente, ora são requeridos para que irriguem o fundo público, do qual dependem para o atendimento de suas carências. Ademais, por estar sujeita a agenciamentos de toda ordem, inclusive por instituições que se estruturam por valores morais ou mesmo privatistas, ora pode integrar movimentos virtuosos, estabelecidos pelo diálogo com a cultura da igualdade e dos direitos de cidadania, ora pode dar origem a organizações perversas que se estabelecem na interação com o mundo da violência e da intolerância³⁹¹.

³⁸⁸ Ibidem, p. 38.

³⁸⁹ Ana Maria Doimo. op. cit., p. 62.

³⁹⁰ José de Souza Martins. op. cit., p. 34.

³⁹¹ Ana Maria Doimo. op. cit., loc. cit.

Por sua complexidade e aspectos correspondentes, as reivindicações políticas desses “sujeitos difusos” chamaram a atenção da intelectualidade acadêmica, que desenvolveu toda uma produção teórica enfocada no desvendamento dos novos traços das ações que emergiam. Com o seu olhar voltado para os trabalhos sobre os movimentos urbanos, Vera da Silva Telles aponta alguns elementos socialmente relevantes que surpreenderam os intelectuais acadêmicos e estimulou análises científicas: (1) uma “sociedade civil” que se movimentava, inesperadamente, num contexto caracterizado pela normatividade tecnocrática e repressora que despolitizava e privatizava a vida social; (2) a emergência de novos atores quando isso parecia pouco provável de acontecer; (3) práticas político-organizativas que se desdobravam em espaços inusitados, à margem dos canais tidos como próprios para sua articulação. Por tudo isso, e em meio a esse processo, os trabalhadores e marginalizados pareciam demonstrar uma considerável capacidade de auto-organização e autodeterminação, surpreendentemente, diante do Estado repressor, que surgia em 1964³⁹².

Ana Maria Doimo argumenta que os militantes envolvidos nos movimentos populares do período em foco, ao interpretar as coordenadas estruturais do seu tempo, ao processar as novas influências intelectuais e correntes européias de pensamento, ao estabelecer um diálogo crítico com a tradicional cultura autoritária brasileira, bem como ao resgatar e re-valorizar outros traços da tradição cultural (comunidade, relações interpessoais, etc.), esses atores “recuperaram de tal sorte a capacidade ativa do ‘povo’ que conseguiram não só colocá-lo no centro da elaboração teórica como promovê-lo a personagem central da vida política”³⁹³. Assim, segundo a autora, diante do Estado, das instituições de representação política, das vanguardas e de qualquer controle centralizado, a voz do “povo” começa paradoxalmente a ser ouvida ainda no início da década de 70, “durante o período mais recrudescido do regime militar – o mesmo que havia, desde 1964, subordinado a nação à coerção do Estado e eliminado o povo em nome de outra ideologia, a da ‘segurança nacional’”³⁹⁴.

Em seu diagnóstico, Doimo observa que, processando a emergente crise do marxismo frente às derrotas impostas pela repressão, segmentos da intelectualidade se debruçam sobre a obra de Gramsci e descobrem o conceito de sociedade civil e o valor político do senso comum³⁹⁵. Ao mesmo tempo, segmentos da esquerda incorporam a “filosofia da práxis”

³⁹² Vera da Silva Telles. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. in Ilse Scherer-Warren e Paulo J. Krischke, organizadores. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 55.

³⁹³ Ibidem, p. 79.

³⁹⁴ Ibidem, p. 76.

³⁹⁵ Essa “reaparição da sociedade civil”, nas palavras de Vera Telles, se dá não mais como tradicionalmente ocorreu na prática e no pensamento político brasileiro, isto é, enquanto evidência de sua impotência, por onde se

gramsciana e saem a campo para construir “trincheiras” para a “guerra de posições”. Cabe destacar também a influência exercida pela obra do pedagogo Paulo Freire, promovendo-se, através de seus métodos de “educação popular”, estratégias de aproximação com as populações das periferias urbanas e do campo, agregando “novos valores ético-políticos como a ‘democracia de base’ e a ‘autonomia’, dentro da metáfora do ‘povo como sujeito da própria história’”³⁹⁶. Neste mesmo momento, a Igreja Católica, apoiada nas reformas internas decorrentes do Concílio Vaticano II, abre-se, concretamente, para novas experiências organizativas e teológicas, posicionando-se em prol da autonomia das organizações de base contra o avanço da racionalidade estatal. Como consequência, surge um ecumenismo de perfil secularizado, de abrangência nacional e internacional, disposto a dar sua contribuição para experiências de “desenvolvimento participativo” no âmbito da sociedade civil, dando origem, com efeito, às chamadas organizações não-governamentais, amplamente estimuladas, a partir de então, como um novo formato de participação sócio-política³⁹⁷.

Eder Sader identifica o conjunto de transformações na postura militante dos movimentos populares das décadas de 1970/80 como parte de redefinições institucionais internas às próprias agências de mediação dedicadas à significação e orientação dos processos sociais em curso no período. Essas agências conformam o que o autor qualificou como “matrizes discursivas” e vivenciaram, no período em destaque, uma realidade de crise institucional que abria caminho para um conjunto de novas elaborações e relações com os sujeitos para os quais se voltavam. Sader assume a ideia de que os sujeitos não produzem livremente seus discursos, recorrendo, por isso, a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais. Inseridas neste universo, embora participando da cultura instituída, tais agências expressam práticas de resistência e elaboram projetos de ruptura, abrindo espaço para a constituição de experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo³⁹⁸. Com efeito,

As matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência, o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (da situação, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos. Mas não são simples ideias:

---

justificava e se exigia a ação de um “Estado protagônico”, sujeito exclusivo de uma ação capaz de eficácia histórica: “A sociedade reaparece como lugar da política, ou melhor, como alternativa política frente ao Estado”. Cf. Vera da Silva Telles. op. cit., p. 60.

³⁹⁶ Ana Maria Doimo. op. cit., p. 129-130.

³⁹⁷ Ibidem, p. 76.

³⁹⁸ Eder Sader. op. cit, p. 142.

sua produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas³⁹⁹.

Este autor identifica, para o período em questão, três “matrizes discursivas” centrais, elaboradoras de sentido e significação para as ações dos movimentos sociais: a Igreja, os sindicatos e as esquerdas seculares de influência marxista. Como resultado da crise, mencionada pelo autor, da Igreja Católica, que perdia influência junto ao povo, surgiam as CEBs. De grupos de esquerda desarticulados politicamente pela ditadura, surgiam “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surgia um “novo sindicalismo”. Comparando as três “matrizes discursivas”, Sader argumenta que tanto a sua incidência social quanto a consistência argumentativa são significativamente desiguais. Neste sentido, a “matriz discursiva” da Teologia da Libertação, presente nas CEBs, tem suas raízes mais profundas na cultura popular, beneficiando-se do “reconhecimento imediato” através da religiosidade do povo. Por sua vez, a matriz marxista, não dispondo da mesma base, enfrentava uma significativa crise, resultado de uma desarticulação política, trazendo, por outro lado, um consistente aporte teórico sobre o tema da exploração e da luta anticapitalista. Enquanto isso, a matriz sindicalista retira sua força do seu lugar institucional, isto é, do seio dos conflitos trabalhistas onde estabelece seu agenciamento político. Com efeito, os movimentos sociais “se constituem recorrendo a tais matrizes, que são adaptadas a cada situação e mescladas também entre si na produção das falas, personagens e horizontes que se mostraram no final dos anos 70”⁴⁰⁰.

Fazendo parte deste corpo de movimentos que emergia a partir dos anos de 1970, as ONGs cumpriram um importante papel na organização e fortalecimento dos movimentos populares brasileiros, projetando-se, de forma significativa, para as décadas seguintes. Sua atuação se confundia, em certa medida, com o trabalho exercido pelos movimentos sociais – seja por seus propósitos, seja pelas estratégias voltadas à mobilização e organização das camadas populares. Mostrava-se evidente, no período citado, o caráter movimentalista de grande parte dessas organizações, tendo elas atuado na luta contra o regime militar e em prol da democratização do país. Assim como os movimentos populares, as ONGs também atuavam por fora dos canais convencionais de participação política, não se pautando por critérios tradicionais de representação, direcionando suas ações, ao mesmo tempo, sobre uma base social dispersa e indefinida⁴⁰¹.

---

³⁹⁹ Ibidem, p. 143.

⁴⁰⁰ Eder Sader. op. cit., p. 145.

⁴⁰¹ Ana Maria Doimo. op. cit., p. 152.

Com base no breve panorama, aqui apresentado, sobre a emergência movimentalista dos anos 1970/80, parece-nos profícuo situar o conjunto de ações, discursos e práticas sociais, engendradas sob a perspectiva do “povo como sujeito de sua própria história”, enquanto iniciativas constitutivas de um “campo ético-político”, seguindo a proposta de Ana Maria Doimo⁴⁰². Este campo, como vimos, fundamenta-se na redefinição de padrões de ação e discursos que orientavam, até então, as práticas sociais das organizações e movimentos, forjando-se, neste sentido, um novo quadro de referências, isto é, um conjunto de códigos ético-políticos alicerçados em princípios como o da autonomia, buscados através da valorização dos conhecimentos próprios dos sujeitos sociais, bem como a negação de formas hierarquizadas e centralizadas de representação político-institucional.

Os códigos ético-políticos desenvolvidos como parte do referido campo passam a informar as práticas dos movimentos sociais e organizações, instituindo-se, como consequência, discursos e estratégias organizativas adequadas aos princípios democrático-populares assumidos. Neste sentido, na prática, são desenvolvidas e estimuladas iniciativas como a organização de espaços coletivos de deliberação (assembléias, encontros, fóruns, etc.), disseminação de dinâmicas voltadas à troca de experiências e divulgação dos “saberes populares”, elaboração de meios alternativos de comunicação (boletins, cartilhas, etc.), entre outras formas descentralizadas de articulação política e difusão de conhecimentos.

O esforço de identificação e caracterização deste campo ético-político movimentalista, que temos empreendido, justifica-se, nesta tese, pela presença de alguns de seus traços fundamentais no discurso e na prática cotidiana dos integrantes da ASA Brasil, como buscaremos demonstrar no próximo item. Problematicando esta hipótese, identificaremos estes traços e discorreremos sobre algumas possíveis causas e implicações resultantes dessa presença na configuração das estratégias voltadas à construção da convivência com o semiárido.

3.2. O processo de formação da ASA e os horizontes da autonomia

---

⁴⁰² Ana Maria Doimo. op. cit., p. 123-150. Segundo a autora, “Perceber o MP (Movimento Popular) como um campo ético-político significa, pois, captar a recorrência de uma linguagem comum, seu *ethos*: uma espécie de simbolismo verbal provedor do sentimento de pertença a um mesmo espaço compartilhado, ainda que diverso quanto à base social e quanto às demandas formuladas. Saber ‘quem sou eu’, num campo de múltiplos movimentos dispersos no tempo e no espaço, significa, enfim, reconhecer-se como parte de um conjunto igualmente compartilhado de valores que indicam ‘como devo agir’ e ‘para onde vou’”. Cf. Ibidem, p. 126.

Partimos, neste item, do argumento segundo o qual o processo de formação da ASA se dá mediante a incorporação de um quadro de referências forjado ao longo das décadas de 1970/1980, num contexto de redefinições institucionais no âmbito de organizações e movimentos sociais brasileiros em sua relação com o Estado. Naquele momento, como vimos, tratava-se de construir canais descentralizados e alternativos de representação política direcionados à mobilização de um “novo” sujeito social emergente, sujeito este informado por experiências concretas de exclusão, violência, pobreza e miséria – seja no campo, seja na cidade. Com efeito, definindo-se este sujeito como o protagonista de um potencial projeto político disruptivo, num contexto autoritário, as agências de mediação, dedicadas à organização das camadas populares, bem como ao direcionamento de suas demandas para canais de expressão político-movimentalistas, buscaram desenvolver formas de aproximação com o “povo”, instituindo um conjunto de “códigos ético-políticos” adequados às condições então vigentes.

É como parte deste processo que emergiu, no período em destaque, um conjunto amplo e diverso de movimentos populares que expressaram reivindicações apontando para a autonomia enquanto um horizonte fundamental. Por um lado, autonomia referida ao Estado – marcado tanto pelo histórico clientelismo paternalista do período pré-1964, quanto pelo autoritarismo centralizador do regime ditatorial. Por outro, a autonomia almejada defrontava-se com os tradicionais canais de representação política e à institucionalidade associada aos partidos, ao sindicalismo e à Igreja católica tradicional. Por estes caminhos, e como parte de um conjunto de reformas internas às “matrizes discursivas” do sindicalismo, catolicismo, bem como de setores mais ortodoxos ligados ao marxismo, a busca pelo desenvolvimento de formas organizativas voltadas à aproximação com o “povo” acabaram por configurar um campo ético-político inovador, encontrando na dimensão da vida cotidiana do “excluído” um referencial fundamental para a luta desenvolvida nos anos 1970 e 1980. Naquele momento, o horizonte político da autonomia mobilizava o campo ético-político movimentalista fundamentalmente pelas “bases”, definindo, assim, um posicionamento politicamente descentralizador que levava ao acirramento das tensões entre sociedade civil e Estado, já postas pelo próprio regime autoritário.

Christian Mirza, em seu estudo dedicado ao entendimento da relação entre movimentos sociais e Estado na América Latina, observa que as democracias restauradas após os períodos autoritários, sobretudo na etapa imediatamente posterior ao fim das ditaduras, se associaram à emergência de novos atores sociais e ao ressurgimento simultâneo dos

movimentos sociais “tradicionais”, que passaram a assumir papéis mais ativos e protagonísticos⁴⁰³. Pouco tempo depois, no início dos anos 1980, em vários países latino-americanos se assistiu ao gradativo refluxo da ação social coletiva, o retrocesso de mobilizações e protestos, bem como a redução da centralidade do movimento social a favor do retorno ao primeiro plano dos partidos políticos, absorvendo os núcleos mais militantes e ativos dos setores sociais, deslocando, assim, o eixo da ação coletiva, subordinando as lógicas e estratégias dos movimentos sociais àquelas emanadas da matriz político-institucional do Estado⁴⁰⁴.

A partir dos anos 1990, segundo o autor, a ação social coletiva adquiriu uma natureza mais sociopolítica, ocupando o espaço da política institucional de modo muito mais forte do que nas décadas anteriores. A partir de então, as instituições democráticas, recentemente restabelecidas, foram submetidas a uma interpelação mais direta, voltada não apenas para apaziguar as demandas por salário, terra, emprego, etc., mas, sobretudo, pelo intento de restabelecer e questionar certa ordem definida na esfera do poder político. Por isto, para Mirza, entre outras razões, torna-se mais explícita a correlação entre ação social coletiva e sistemas políticos, estreitando-se as relações entre movimentos sociais e Estado. Neste sentido, configura-se uma intersecção de ambos os espaços do público, que são redefinidos pela emergência do que o autor qualificou como uma “cidadania organizada”, formal ou informalmente, que passa a re-significar o valor da participação na democracia⁴⁰⁵.

É como parte deste processo que se deu, a partir dos anos 1990, a disseminação de ONGs, no Brasil, voltadas ao direcionamento dos fundos estatais para demandas sociais das camadas populares, resultando no estreitamento de vínculos com o Estado para mediar a execução de políticas públicas. Ao mesmo tempo, esta tendência responde também às novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades” organizadas, com a intermediação dessas organizações, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes, também se contando com a própria

⁴⁰³ Christian Adel Mirza. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006, p. 41.

⁴⁰⁴ No caso brasileiro, a consolidação do Partido dos Trabalhadores (PT) parece-nos um exemplo elucidativo. Sobre a formação deste partido e suas relações com os movimentos populares e sindicatos que o precederam, cf. Pedro Floriano Ribeiro. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Edufscar, 2010 e Lincoln Secco. *História do PT: 1978-2010*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

⁴⁰⁵ Cf. Christian Adel Mirza. op. cit., p. 42-43.

iniciativa privada⁴⁰⁶. É, precisamente, neste contexto e sobre estas bases que surge a ASA Brasil.

Discutindo, a seguir, o processo de formação da ASA, argumentaremos que sua trajetória política é perpassada por momentos de tensão e alinhamento em relação ao Estado. Veremos que as transições entre os distintos pólos (tensão/alinhamento) alimentam a reivindicação por autonomia, por parte dos integrantes da Articulação, sob uma dupla perspectiva. Por um lado, naqueles momentos de pleno funcionamento da parceria entre ASA e Estado, na execução das políticas públicas para a convivência com o semiárido, evidenciam-se, predominantemente, a autonomia conquistada *pelos camponeses*, como resultado das ações estabelecidas, isto é, como um efeito da implantação das políticas de convivência com o semiárido. A quebra de antigas relações clientelistas de dependência política do campesinato frente às oligarquias locais e regionais, como decorrência da construção das cisternas e outras alternativas de captação de água, é ressaltada, valorizando-se as conquistas obtidas pelas políticas públicas realizadas. Neste caso, os traços movimentalistas da Articulação manifestam-se, predominantemente, num âmbito *interno*, isto é, no trabalho cotidiano dos seus membros junto aos camponeses do semiárido. Deste modo, em tempos de pleno alinhamento da ASA com o Estado, as expressões político-movimentalistas são identificáveis na estrutura e dinâmicas organizativas assumidas pela Articulação, no vocabulário do quadro técnico e de militância, nas estratégias de transmissão de conhecimentos e informações, nas orientações voltadas à viabilização de “trocas de experiências” e aproximação com o “povo”, etc. Veremos ainda que esta perspectiva se evidenciou, em particular, nos dois mandatos da gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), manifestando uma maior coesão entre o discurso governamental oficial e o dos integrantes da Articulação.

Por outro lado, nos momentos de relativa tensão com o Estado – expressos, sobretudo, na forma de atos de protesto, textos publicados em boletins, além de campanhas informativas⁴⁰⁷ – a militância e o quadro técnico da ASA manifestam uma perspectiva da autonomia referida à própria Articulação *frente ao Estado*, num viés que qualificamos como “autonomia de movimento”. Neste caso, sobretudo quando as políticas de convivência com o

⁴⁰⁶ Maria da Glória Marcondes Gohn. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 34.

⁴⁰⁷ Podemos mencionar dois exemplos: (1) a campanha “Não troque seu voto por água”, lançada em 2012, com o propósito de valorizar a autonomia dos camponeses sobre o voto; e (2) “Cisternas de Plástico: somos contra!”, tendo esta como objetivo alertar a sociedade para os riscos e problemas decorrentes da incorporação das cisternas de polietileno no âmbito das políticas de convivência com o semiárido, medida realizada sob a gestão da presidenta Dilma Rousseff.

semiárido estão sob ameaça, no universo político institucional, como ocorreu em alguns momentos do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT), os traços movimentalistas da Articulação se expressam *publicamente*, ressaltando-se, nos discursos e práticas do quadro da ASA, a capacidade de mobilizar e organizar politicamente o campesinato do semiárido para pressionar e enfrentar o Estado como meio de garantia das políticas de convivência com o semiárido.

3.2.1. Das articulações à institucionalização da ASA

A ASA constitui-se um momento particular de um processo político-organizativo mais antigo, processo este perpassado pelo amplo acúmulo de experiências e conhecimentos sobre a realidade do semiárido. Pelo menos desde os anos 1980, como forma de resistir às políticas oficiais de “combate à seca”, assentadas nas grandes intervenções hídricas, um conjunto de ONGs, grupos de assessoria técnica, movimentos sociais, coletivos, associações, sindicatos e grupos religiosos atuavam em prol da criação e disseminação de tecnologias e práticas alternativas para lidar, de forma descentralizada, com a problemática da seca. Estas experiências, mediante uma perspectiva que valorizava os “saberes locais”, passaram, aos poucos, a se constituir um referencial concreto que apontava para a possibilidade de redefinir, efetivamente, as políticas públicas dirigidas aos sertanejos nos adversos períodos de estiagem.

As calamidades resultantes da seca ocorrida entre 1991-1993 – marcada por saques, perdas irreparáveis nas lavouras, bem como a morte de animais e pela migração de camponeses⁴⁰⁸ – expressaram as insuficiências das políticas públicas oficiais de “combate à seca”, então vigentes, e abriu espaço para a mobilização política das organizações e movimentos que já atuavam em escala local ou regional pela construção da convivência com o semiárido. Diante do quadro preocupante, fruto de um período de três anos seguidos de estiagem, a articulação das organizações existentes e a troca de conhecimentos sobre as experiências acumuladas localmente foram o caminho encontrado para uma busca efetiva por soluções.

Em 1991, foi realizado o Fórum Pernambucano de Enfrentamento à Problemática da Seca, o *Fórum Seca*, constituindo-se este uma importante iniciativa para articular estratégias

---

⁴⁰⁸ Roberto Marinho da Silva et. al., citando dados da Sudene, afirmam que “[...] em setembro de 1993, a seca atingia 70% da região Nordeste, com uma área de 1.162.603 km², abrangendo 1611 municípios, com uma população rural de 11.027.703 habitantes”. Cf. Roberto Marinho da Silva; Maria Célia de Carvalho Formiga; Maria Helena Spyrides Cunha. Trabalhadores rurais na seca de 1992-1993 no RN: políticas públicas e luta pela sobrevivência. X Encontro Nacional de Estudos Populacionais; 1996: Anais Eletrônicos; 2011. p. 337-362.

de convivência com a seca e fomentar a mobilização política das organizações atuantes no semiárido na busca coletiva por políticas públicas⁴⁰⁹. Ao mesmo tempo, no início da década de 1990, a Paraíba já era um importante *lócus* de delineamento de estratégias e ações de convivência com o semiárido. Neste estado, o importante trabalho empreendido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴¹⁰, em especial nas mesorregiões da Mata Paraibana e Sertão, somava-se à ativa militância dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) articulados no Pólo Sindical da Borborema e de ONGs como a Assessoria de Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), atuantes na mesorregião do Agreste.

Agravando-se o quadro da estiagem iniciada em 1991, centenas de camponeses do semiárido, articulados por 112 organizações e movimentos, ocuparam, em 1993, a sede da Sudene, em Recife-PE. O objetivo da ocupação era, fundamentalmente, pressionar o Estado para a obtenção de soluções definitivas às dificuldades de abastecimento e acesso à água. Como consequência, a articulação dessas entidades possibilitou a realização de um seminário, em maio de 1993, criando-se, assim, o *Fórum Nordeste* – um espaço destinado à elaboração conjunta de um “programa de ações permanentes, apontando medidas a serem executadas pelo governo para garantir o ‘desenvolvimento sustentável’ do semiárido”⁴¹¹.

No mesmo ano, em 1993, foi realizado um seminário sobre a convivência com a seca em Campina Grande-PB, contando com a participação das seguintes entidades: Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR)/Central Única dos Trabalhadores (CUT-PB); Centro de Ação Cultural (CENTRAC); Centro de Educação Popular e Formação Social

⁴⁰⁹ Em boletim de divulgação da ASA, ressalta-se, a partir de entrevistas com lideranças da própria organização, a relevância o *Fórum Seca* no processo de configuração da articulação: “‘As articulações em Pernambuco se iniciam antes da existência da ASA, no início dos anos 1990, com a necessidade de se discutir políticas públicas para o Semiárido’, explica um dos coordenadores da Articulação do Semiárido Pernambucano (ASA/PE), Reginaldo Alves. ‘As mobilizações em Pernambuco como o Fórum Seca foram muito importantes para a formação da ASA. Foi nesse tempo que a semente foi plantada’, conta José Patriota, secretário da Articulação Regional do Estado de Pernambuco”. Cf. ASA Pernambuco. *Começo de Conversa*(Boletim). Jan./2010. Ano 01, n. 1.

⁴¹⁰ A CPT Nacional foi criada em 1975, no Encontro da Pastoral da Amazônia, em Goiânia-GO, tendo este evento sido organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na Paraíba, em 1976, foi criada a Pastoral Rural, que, em 1988, neste estado, transformou-se em Comissão Pastoral da Terra (CPT). Refletindo sobre a particularidade da ação desta entidade, na Paraíba, Moreira e Targino afirmam: “A postura da CPT na Paraíba tem-se pautado na defesa intransigente dos pobres da terra. Seu trabalho não se resume ao simples ‘apoio à luta’. Ele é bem mais amplo e embute: a prestação de serviço de assessoria jurídica; a denúncia de violência; o acompanhamento quase diário dos trabalhadores em conflito; a divulgação dos fatos em nível local, nacional e internacional; a organização das romarias da terra; o trabalho de formação da consciência política dos trabalhadores e uma assistência infraestrutural (alimentação, transporte, colchões, lonas) por ocasião dos acampamentos, além de assistência médica e cobertura financeira quando se faz necessário”. Cf. Emilia Moreira e Ivan Targino. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora UFPB, 1997, p. 306.

⁴¹¹ Ghislaine Duque. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e meio ambiente* (UFPR). 2008, p. 136.

(CEPFS); Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC); Programa de Promoção e Ação Comunitária (PROPAC)⁴¹².

Foi a partir deste seminário que surgiu, já em 1993, a Articulação no Semiárido Paraibano (ASA Paraíba). A primeira coordenação da ASA-PB foi integrada pela CPT-Sertão, Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais (DETR/CUT), Pólo Sindical do Agreste e do Brejo, PATAC, CENTRAC, Serviço de Educação Popular (SEDUP) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR)⁴¹³.

Neste cenário, o antagonismo de perspectivas entre as organizações que atuavam no semiárido e as políticas oficiais de “combate à seca” vai se tornando mais evidente. A “indústria da seca”, a troca de água por voto, a reprodução de uma imagem fatalista sobre a realidade do semiárido, entre outros aspectos que definiam o quadro político dessa porção do país, particularmente nos períodos de estiagem, passaram a ser duramente criticados pelas organizações e movimentos sociais. Com efeito, frente às políticas governamentais estabelecidas até a década de 1990, que consistiam em ações paliativas e de “caráter emergencial”, os camponeses e suas organizações criavam meios de estabelecer estratégias permanentes. Neste sentido, as mobilizações políticas, sobretudo em 1993, somadas às diversas lutas populares e estratégias mais localizadas, “apontaram para a necessidade de mudanças profundas da política agrária e agrícola da região, bem como nas estruturas de dominação que são reforçadas nas épocas de estiagem”⁴¹⁴. Analisando os efeitos políticos das alternativas de convivência com o semiárido, Waldir Carneiro, integrante do PATAC e membro da coordenação estadual da ASA Paraíba, afirma:

E aí a perspectiva é sempre de quebrar essa lógica da concentração. Então, água no semiárido é poder econômico e poder político. Quem tinha água, a SUDENE financiava, o cara fazia, você ia pegar a água, “então é o seguinte... a troca é do voto”. Eu me deparei, nessa seca aí de 1993, o vereador era dono de carro pipa e esse carro pipa ganhava do governo do Estado para botar água e o motorista ia lá levando a água, com o caminhão dele locado, mas ele ia na porta do carona. Ou seja, quando chega para botar para a família, mesmo que ele nem abra a boca, todo mundo sabe que o caminhão é dele e ele está ali. Então, o poder político de coronelismo se firmou também nesse domínio da água na região, muito fortemente. Então, distribuir a água de forma que cada família tenha a sua é uma questão de você trabalhar a democratização do acesso. [...] Ontem as pessoas estavam

⁴¹² Flávio Lyra de Andrade e Paula Vanessa Mesquita Queiroz. Articulação no semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: a influência da ASA na Construção de Políticas Públicas. in Ângela Küster e Jaime Ferre Marti, organizadores. *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste no Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 34.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Roberto Marinho da Silva et. al. op. cit., p. 339.

muito atreladas, não podiam nem dizer em quem votavam, senão não tinham água, senão não tinha emergência⁴¹⁵.

Neste sentido, na medida em que reivindicavam e formulavam soluções mais eficazes às dificuldades enfrentadas, os camponeses e suas organizações passavam a questionar uma lógica de desenvolvimento econômico e social alicerçada na grande propriedade e na concentração de poder nas mãos dos latifundiários. Ao configurar alternativas que apontavam para a desconcentração hídrica, mediante a construção de estratégias políticas e tecnologias alternativas, as organizações e movimentos sociais desenhavam, efetivamente, uma forma distinta de lidar com a problemática da seca, deslocando o lugar de sua “solução” das elites agrário-regionais para os próprios camponeses. Se as políticas de “combate à seca”, como vimos no primeiro capítulo desta tese, apoiavam-se numa representação social dos sertanejos enquanto vítimas da natureza, sob a construção da “convivência com o semiárido”, por sua vez, a potencialidade social dos camponeses era evidenciada, entendendo-se, neste sentido, que através de sua organização política e de práticas sociais inspiradas pelos seus “saberes tradicionais”, estes sujeitos poderiam, enfim, se afirmar como “sujeitos de sua própria história”.

Por este caminho, a explicitação dos dois pólos referidos à problemática da seca – *combate* versus *convivência* – passou a expressar, no início da década de 1990, posicionamentos sociais antagônicos, tendo a água (sua concentração ou desconcentração) como a base de sua definição. Neste sentido, a luta pela desconcentração hídrica implicava a redefinição das relações de poder entre os camponeses e as elites agrárias locais e regionais, o que exigia para as organizações e movimentos sociais a construção de uma agenda concreta de alternativas a serem implantadas e disseminadas no semiárido. Diante disto, o propósito assumido foi o de construir um projeto coletivo de base camponesa, mobilizando ações e construindo tecnologias, respeitando as especificidades de ordem ambiental que constituem o semiárido brasileiro, articulando-se a ideia da “convivência entre o homem e o meio ambiente árido, com o desenvolvimento de novas tecnologias de captação e armazenamento de água de chuva, o manejo sustentado da caatinga, as tecnologias alternativas de produção, a educação contextualizada, entre outros”⁴¹⁶.

⁴¹⁵ Waldir Cordeiro. PATAC e Coordenação Estadual ASA Paraíba, em entrevista concedida ao autor em abr./2014.

⁴¹⁶ Mariana Moreira Neto. *Outro Sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013, p. 116.

Um salto importante para o fortalecimento da articulação do conjunto de organizações que promoviam estratégias de convivência com o semiárido ocorre durante a realização da 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca – COP 3, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no ano de 1999, em Recife-PE. Foi no âmbito deste evento que as organizações existentes, em cada estado da federação, se articularam, dando origem à ASA Brasil.

Na verdade, quando a gente fala “se criou a ASA” é “se institucionalizou”. Porque, na verdade, as organizações que estavam ali já trabalhavam com cisternas e com convivência com o semiárido há pelo menos dez, vinte anos. E qual era a grande questão? Como é que essas organizações que trabalhavam com o mesmo foco poderiam se unir para que juntas elas tivessem mais força para, junto ao poder público, ter outros poderes para poder desencadear os processos que achavam interessantes.⁴¹⁷

Neste sentido, mobilizando experiências acumuladas de entidades e organizações dos diversos estados atingidos pelos efeitos da estiagem, camponeses e organizações integraram-se à COP 3 e promoveram o Fórum Paralelo da Sociedade Civil. Na ocasião, foi escrito o documento intitulado Declaração do Semiárido, que passou a representar a síntese das propostas e concepções em relação aos problemas encontrados, apontando algumas perspectivas de soluções⁴¹⁸. Dois elementos foram considerados essenciais para as transformações almejadas: “A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido” e “a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção”⁴¹⁹. Além disso, o documento apresenta seis princípios fundamentais que passariam a servir, a partir de então, como balizadores das ações dos integrantes da ASA: “conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados”⁴²⁰.

O Fórum Paralelo da Sociedade Civil foi formado por organizações, entidades e órgãos de diversos tipos, tendo em comum o esforço compartilhado para o desenvolvimento de ações direcionadas ao fortalecimento da convivência com o semiárido. Participaram deste evento grupos ligados a Igrejas Católicas e Evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, movimentos sociais rurais e urbanos, Agências de Cooperação nacionais e internacionais, Fundo das Nações Unidas para a Infância

⁴¹⁷ Fernanda Cruz, Assessoria de Comunicação, ASA Brasil, em entrevista concedida ao autor em ago./2011.

⁴¹⁸ Cf. Anexos – Documentos – “Declaração do Semiárido”.

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ Idem.

(Unicef), Comitê de Oxford de Combate à Fome (Oxfam) e Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED). Segundo Rodrigo de Paula Assis, percebe-se, a partir deste momento, “uma publicização da convivência com o semiárido, fazendo com que esse tema passe da esfera particular para a esfera pública” ⁴²¹.

Na COP 3, a publicização da problemática da convivência com o semiárido se estabelece mediante o resgate do acúmulo de experiências desenvolvidas por cada uma das organizações e entidades participantes do Fórum Paralelo da Sociedade Civil. Essas organizações elegeram, pois, as cisternas de placas como a ação mais importante para alicerçar as discussões e proposições para o estabelecimento de estratégias de convivência com o semiárido. Possuindo um baixo custo para sua construção e manutenção, a cisterna de placas possibilita a captação de água dos telhados das casas, em épocas de chuva, a partir da instalação de canos e de um reservatório com capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água (ver Foto 1, Foto 2, Foto 3 e Foto 4). Esta tecnologia possibilitava às famílias beneficiárias o acesso, em períodos de estiagem, à água limpa e de boa qualidade para o abastecimento doméstico, superando a necessidade das longas caminhadas para a busca desse bem natural. Apoiando-se no baixo custo de sua reprodução e dos benefícios resultantes desta tecnologia, as organizações articuladas na ASA delinearão uma proposta concreta, assumindo o propósito de construir um milhão de cisternas no semiárido brasileiro.

Diante do propósito assumido, tornou-se necessário fortalecer a articulação das entidades que integraram o *Fórum Paralelo da Sociedade Civil*. Com este objetivo, tais organizações realizaram um encontro, em fevereiro de 2000, em Igarassu-PE, onde redigiram a Carta de Princípios da articulação que estava se formando e discutiram aspectos organizativos e políticos da ASA ⁴²². Neste momento, formou-se um Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração de um Programa para a construção de um milhão de cisternas, atendendo, assim, aos encaminhamentos definidos no *Fórum Paralelo*. Deste modo, surge o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC).

---

⁴²¹ Thiago Rodrigo de Paula Assis. Sociedade civil e institucionalização de políticas públicas: o caso do P1MC. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER; 25-28 julho 2010; Campo Grande; BR. Campo Grande: Anais Eletrônicos; 2010, p. 7.

⁴²² Cf. Anexos – Documentos – “Carta de princípios da ASA”.

Foto 1– Processo de construção da cisterna – a base e as paredes. Foto: ASA Brasil.

Foto 2 – Processo de construção da cisterna – a estrutura de apoio da parte superior. Foto: ASA Brasil.

Foto 3 – O processo de construção da cisterna – disposição das placas e acabamento. Foto: ASA Brasil.

Foto 4 – A entrega da cisterna para a família beneficiada. Foto: ASA Brasil.

A construção das primeiras cisternas, através do P1MC, se deu como resultado de um convênio junto ao Ministério do Meio Ambiente, ainda sob gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000, para o atendimento a 500 famílias. Em 2001, outro convênio foi firmado, desta vez com a Agência Nacional de Águas (ANA), para atender 12.400 famílias⁴²³. Como a ASA não possuía formalização jurídica, tendo se constituído, até então, como uma articulação política, os convênios foram assinados pela Diaconia, uma ONG ligada às igrejas evangélicas, sediada em Pernambuco. Rodrigo de Paula Assis observa que, até aquele momento,

[...] a Articulação ainda era formada por um número reduzido de organizações, não possuindo maior aproximação com estados como Minas Gerais, Espírito Santo e Maranhão [...]. Mesmo nos estados do Nordeste a organização ainda não era expressiva, com estados como Sergipe ainda não integrando a ASA. Conforme declaração de um dos entrevistados, articulações estaduais só existiam no Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, com configurações e número de organizações diferenciados⁴²⁴.

Um passo importante foi, então, fortalecer as articulações políticas, em cada um dos estados do semiárido brasileiro, canalizando as experiências existentes de convivência com o semiárido para o interior da ASA. Como resultado desse esforço, o trabalho executado pela ASA, a partir dos primeiros convênios, foi bem sucedido e resultou no fortalecimento da Articulação e no reconhecimento público de sua capacidade para a execução de um programa de grande alcance como o P1MC. Fomentando a construção de cisternas de placas, de forma eficiente, num contexto de seca aguda, no semiárido brasileiro, a ASA obteve rapidamente o reconhecimento da relevância social de seu trabalho, ganhando prêmios e firmando novas parcerias⁴²⁵. Entre estas novas parcerias, a Articulação estreitou laços com órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – parcerias estas intermediadas pela Unicef.

A transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luiz Inácio Lula da Silva foi marcada pela consolidação da ASA enquanto organização política, estruturada de forma a possibilitar a expansão do alcance de suas ações. As experiências iniciais com os convênios realizados junto ao Ministério do Meio Ambiente ratificaram a viabilidade do P1MC, em particular pelo baixo custo de implantação das cisternas, o equivalente a R\$

⁴²³ Informação obtida a partir do Contrato de Parceria entre a ASA e a FEBRABAN, disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/RespSocial/Acordo.pdf> (Acesso em ago./2015).

⁴²⁴ Thiago Rodrigo de Paula Assis. op. cit., p. 14.

⁴²⁵ A lista de prêmios obtidos pela ASA pode ser consultada em http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/premios#categoria_img (Acesso em ago./2015).

2.080,00 por cada cisterna construída, incluindo-se, aqui, as diversas despesas com programa (construção dos reservatórios, capacitação, comunicação, mobilização social, etc.).

A chegada de Lula na presidência da república, em 2003, intensificou ainda mais a relação da ASA com o Estado. Estabeleceu-se, a partir de então, uma parceria direta da Articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), inicialmente através do Programa Fome Zero, prevendo-se o repasse inicial de 32 milhões de reais, para a construção de 22.040 cisternas de placas no semiárido⁴²⁶. Com o propósito de viabilizar, juridicamente, a assinatura do termo de parceria junto ao Governo Federal, a ASA criou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), com sede em Recife-PE.

A experiência anterior, dos convênios com a ANA e com o Ministério do Meio Ambiente, havia mostrado aos integrantes da ASA que era preciso fortalecer, em termos de infraestrutura, as Unidades de Gestão Microrregionais (UGMs), como são chamadas as organizações que compõem a ASA, atuantes na construção das cisternas em escala microrregional. Cabia, mais especificamente, dotar as UGMs de uma infraestrutura física e logística capaz de viabilizar o alargamento do campo de ação da ASA no âmbito do P1MC. Diante da impossibilidade do apoio do Estado para um financiamento desta natureza, em razão de um impedimento legal, a ASA recorreu ao apoio da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Deste modo, tal como observou Rodrigo de Paula Assis, esse contexto de negociação do P1MC junto ao governo Lula “marca uma diferente institucionalização do programa, que deixa de ser uma ação isolada apoiada pela Agência Nacional de Águas, para figurar como um programa no âmbito da política de maior destaque desse governo”⁴²⁷.

Por este caminho, a ASA se consolidou enquanto uma articulação política direcionada à promoção de experiências de convivência com o semiárido brasileiro. Mediante um lento e gradativo processo de articulação, perpassado por momentos de pressão política (sendo a ocupação do prédio da Sudene, em 1993, um importante exemplo), as centenas de organizações, com suas experiências particulares, configuraram um espaço de convergência, por meio do qual compartilharam estratégias e unificaram suas metodologias de trabalho. Isso resultou na redefinição do campo de ação política das organizações, expandindo o alcance das experiências existentes e viabilizando o significativo aumento no número de camponeses envolvidos. Tal expansão resulta do estabelecimento de vínculos diretos com o Estado brasileiro, transformando a ASA numa articulação política com uma institucionalidade

⁴²⁶ Thiago Rodrigo de Paula Assis. op. cit., p. 18.

⁴²⁷ Ibidem, p. 19.

própria, contando com uma estrutura organizativa adequada à execução direta de políticas públicas⁴²⁸.

3.2.2. A estrutura organizativa da ASA e seus códigos ético-políticos

A estrutura e a dinâmica organizativa da ASA são o resultado do acúmulo de experiências das organizações que a constituem. Cada uma delas, atuando a partir de demandas específicas, desenvolveu, ao longo de sua própria história, instrumentos e estratégias organizativas como forma de viabilizar a construção de meios para a convivência com o semiárido. O esforço para o estabelecimento da Articulação trouxe, para o conjunto das organizações, a necessidade da coexistência de demandas diversas que integram a realidade do campesinato do semiárido. Assim, as organizações e movimentos sociais que já atuavam em diversas áreas (educação popular/contextualizada, extensão rural, estocagem de sementes, apicultura, captação hídrica, feiras agroecológicas, saúde e alimentação, etc.) conceberam a ASA enquanto um espaço de convergência, isto é, como meio de potencializar as ações particulares desenvolvidas mediante o reconhecimento de seu solo comum: a própria realidade do semiárido.

Com efeito, a criação da ASA enquanto um fórum mais amplo não poderia prescindir os espaços específicos, referentes às demandas particulares. Por esta razão, as redes temáticas adquiriram, no processo organizativo da ASA, uma relevância significativa⁴²⁹. Diante da diversidade de demandas em que atuam as organizações e movimentos sociais que compõem a ASA, as redes temáticas aglutinam camponeses a partir de grupos de interesse, formando-se, assim, comissões organizadas em torno de cada eixo-temático que o grupo deve dedicar-se prioritariamente. Neste processo, cada comissão se encarrega da realização das práticas relacionadas ao seu grupo, fomentando seu desenvolvimento, desprendendo esforços no

---

⁴²⁸ É importante destacar que isto não implica a aceitação integral do “modelo” de política pública, proposta pela ASA, por parte do Governo Lula. A perspectiva das grandes obras, que orientou os projetos desenvolvimentistas da segunda metade do século XX, fortemente criticados pela ASA, está representada na gestão de Lula a partir do ambicioso projeto de transposição das águas de Rio São Francisco, empreendido pelo Ministério da Integração Nacional, projeto ao qual a ASA se opõe fortemente. Sobre oposição da ASA ao projeto de transposição do Rio São Francisco, cf. “*O abastecimento da população do Semiárido brasileiro: uma chance perdida*”, João Suassuna, disponível em: http://www.asabrasil.org.br/portal/informacoes.asp?cod_clipping=1562 (Acesso em Set./2013).

⁴²⁹ Na Paraíba, as redes possuem uma relevância ainda maior. Neste estado, essa forma de organização remonta à década de 1990, emergindo simultaneamente à organização dos primeiros assentamentos rurais na mesorregião do Alto Sertão Paraibano. Neste cenário, a *rede água* é a mais antiga na região, tendo surgido entre 1996 e 1997. Na Mesorregião do Agreste Paraibano, simultaneamente, se desenvolveu o trabalho com as redes temáticas a partir de organizações como a AS-PTA e Pólo Sindical da Borborema.

sentido de dar visibilidade aos problemas encontrados, viabilizando a construção de estratégias para superá-los. Cada rede temática possui, assim, sua própria dinâmica, com oficinas, reuniões, atividades técnicas e encontros próprios. Ao mesmo tempo, no âmbito mais amplo da ASA, cada rede temática encontrará um espaço institucional importante para viabilizar a projeção de suas demandas específicas para o conjunto da Articulação, sendo, para isto, um espaço fundamental os *encontros*, realizados nas escalas microrregional, estadual e nacional⁴³⁰.

Sendo um meio de articulação do conjunto das experiências desenvolvidas, os *encontros* criam condições para a definição de posturas, orientação de práticas, delineamento de estratégias e afirmação de uma coesão coletiva em torno de interesses compartilhados. Nesta perspectiva, estes eventos são carregados de conteúdo político, representando um momento chave na configuração de oposições ao agronegócio, aos transgênicos, aos agrotóxicos, à “indústria da seca”, às grandes obras de intervenção hídricas, etc. Sobre os *encontros*, Cynthia de Carvalho, referenciando-se na Festa da Semente da Paixão⁴³¹, organizada pela ASA, destaca estes eventos como espaços sociais de diálogo, mas também de fortalecimento cultural e das redes sociais que estão sendo construídas⁴³². Ademais, segundo a autora, esses eventos têm propiciado um debate crítico e participativo dos agricultores de diversas regiões, com a crescente participação das mulheres e dos jovens, na formulação de propostas de políticas públicas⁴³³.

Um elemento de grande importância nas ações da ASA – e, inclusive, nos *encontros* – é o fato de que os instrumentos pedagógicos que as sustentam estão fundamentados no incentivo a processos participativos de trocas de experiências, construção coletiva do

⁴³⁰ São diversos os encontros organizados pela ASA. O principal deles é o Encontro Nacional da ASA - Enconasa, realizado a cada dois anos, tendo como propósito promover a discussão e avaliação das políticas públicas voltadas para o semiárido e o fortalecimento das experiências e práticas alternativas empreendidas pela Articulação. Além do Enconasa, são realizados encontros mais específicos e em âmbito estadual ou regional, como a Festa da Semente da Paixão, realizada na Paraíba, articulando camponeses e fomentando a valorização e sistematização de experiências de conservação de sementes crioulas. A ASA também participa diretamente da organização do Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, importante evento de abrangência nacional, que se constitui um momento político fundamental de organização das experiências e práticas agroecológicas brasileiras.

⁴³¹ A Festa das Sementes da Paixão, promovida pela *rede sementes*, da ASA Paraíba, é um evento que tem como propósito promover o encontro dos “guardiões das sementes”, camponeses dedicados ao armazenamento, seleção e multiplicação das “sementes crioulas”, ambientalmente adaptadas às condições locais, através dos Bancos de Sementes Comunitários (BSCs). No encontro, os camponeses têm a oportunidade de trocar experiências e posicionarem-se politicamente em defesa da produção agroecológica e reprodução de sementes crioulas, entendidas como um “patrimônio genético”.

⁴³² Cynthia Xavier de Carvalho. Agroecologia, movimento social e campesinato no Agreste da Paraíba [tese]. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Departamento de Sociologia, 2008, p. 153.

⁴³³ Idem.

conhecimento, promoção de intercâmbios⁴³⁴, bem como a processos horizontalizados de sistematização e divulgação de experiências exitosas de convivência com semiárido⁴³⁵. Nesta perspectiva,

O que faz a diferença no caso da ASA é que, graças a uma ampla articulação, estas tecnologias e outras são difundidas em todo o semiárido brasileiro, obedecendo a um processo pedagógico que transforma os (as) produtores (as) em experimentadores (as) e divulgadores (as), despertando sua autonomia e autoestima, suscitando sua iniciativa, libertando as famílias camponesas da velha dependência do assistencialismo, ou seja, criando as condições da sustentabilidade do processo de criação, experimentação e replicação de tecnologias⁴³⁶.

A existência desses espaços de interação e intercâmbio, que possibilitam a troca de experiências entre os integrantes das redes temáticas, indica que os limites que separam os grupos que constituem as redes são maleáveis. Tais limites se reconfiguram temporariamente no momento dos *encontros*, permitindo a “troca de saberes” entre os envolvidos com as diversas *redes*, favorecendo a construção de uma “visão de conjunto” das questões que integram os debates e apresentações de experiências, por parte dos participantes, bem como o planejamento de atividades integradas. Ao mesmo tempo, na medida em que algumas *redes* são de âmbito regional e mesmo nacional, é possível discutir e tomar conhecimento acerca de questões relacionadas aos diversos níveis de abrangência de cada grupo, o que leva os camponeses a transitarem por problemáticas que vão além daquelas eminentemente locais. Neste processo, as próprias práticas dos camponeses são re-significadas, entendidas não como simples atividades pontuais e localizadas, mas enquanto uma manifestação de um amplo processo que ocorre sob formas distintas – formas estas que definem as especificidades de cada *rede* – e em escalas espaciais diversas e articuladas. Tudo isto contribui significativamente para o fortalecimento das atividades realizadas em cada uma das *redes*, em particular; e, ao mesmo tempo, de todas elas, em conjunto.

Analisando essa forma de organização, tomando como referência a mesorregião do Alto Sertão Paraibano, Valéria de Marcos observa que “cada uma destas *redes* possui

⁴³⁴ Como parte desse processo, as *visitas de intercâmbio* constituem-se uma importante estratégia de transmissão de conhecimentos e experiências entre os camponeses vinculados à ASA. Estas possibilitam o contato, *in loco*, com práticas agrícolas ou experiências alternativas. Tais visitas são realizadas, sobretudo, em áreas de produção de assentamentos ou comunidades rurais, feiras, sedes de associações e cooperativas, universidades e centros educacionais relacionados à agricultura.

⁴³⁵ Ghislaine Duque. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e meio ambiente (UFPR)*, 2008, p. 139.

⁴³⁶ Idem.

composição, área de abrangência, princípios, missão e atividades determinadas, mas todas têm como função principal a implementação de atividades que visam a auto-sustentabilidade camponesa no semiárido”⁴³⁷. Na Paraíba, por exemplo, tais atividades são gestadas a partir de diversas redes, tais como: *rede abelha* (apicultura), *redes de cultivos agroecológicos* (produção e comercialização agroecológica a partir de feiras e outros canais alternativos), *redes sementes* (estocagem e distribuição de sementes crioulas), *rede saúde e alimentação* (produção de plantas medicinais e remédios caseiros) e *rede água* (estratégias de captação hídrica e desenvolvimento de tecnologias alternativas).

A *rede água* adquiriu, na história da ASA, uma importância singular. Articulando experiências diversas de convivência com a seca, mediante o uso e desenvolvimento de tecnologias alternativas, esta rede constituiu um amplo repertório de tecnologias de captação de água da chuva voltada para consumo doméstico (bombas artesanais, cisterna de placa calçada⁴³⁸, cisterna de placas⁴³⁹, etc.) e, ao mesmo tempo, para a produção de alimentos (barragens subterrâneas⁴⁴⁰, barragens sucessivas⁴⁴¹, barreiro de salvação⁴⁴², etc.)⁴⁴³. Tal repertório passou a adquirir maior centralidade ao longo da história da ASA, em particular a partir da relação estabelecida com o Estado, mediante criação de dois programas: o P1MC, já citado, e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)⁴⁴⁴, sendo o primeiro, criado em 2003, destinado a aglutinar as ações e tecnologias alternativas relacionadas à captação de água para uso doméstico e o segundo, lançado em 2007, dirigido à promoção daquelas alternativas de captação de água para produção de alimentos.

Os elementos até aqui expostos indicam que as ações da ASA são orientadas por um esforço dirigido à materialização de um projeto político alicerçado no modo de vida e na

⁴³⁷ Valéria de Marcos. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do Alto Sertão Paraibano. XIV Encontro Nacional de Geógrafos – ENG; 16-21 julho 2006; Rio Branco; BR. Rio Branco: Anais Eletrônicos; 2006, p. 2, grifo da autora.

⁴³⁸ Consiste em uma calçada de cimento, inclinada, com uma área de 110m², próximo à residência, com uma cerca ao redor para evitar a entrada de animais, servindo para captar a água da chuva que cai sobre a mesma.

⁴³⁹ Possibilita a captação de água dos telhados das casas, em épocas de chuva, a partir da instalação de canos e de um reservatório.

⁴⁴⁰ Tecnologia alternativa que permite a captação e armazenamento das águas pluviais, para uso produtivo, sem inundar as áreas de plantio.

⁴⁴¹ São formadas a partir de paredes de alvenaria construídas no leito dos rios temporários, com o propósito de perenizá-los em épocas de seca.

⁴⁴² Pequenas barragens utilizadas para a captação e armazenamento de água de chuva, que passa a ser destinada a pequenos cultivos.

⁴⁴³ Para informações mais detalhadas sobre essas e outras tecnologias alternativas em desenvolvimento no semiárido, cf.: Roberto Marinho Alves da Silva. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento [tese]. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável; 2006, p. 230 e Roberto Malvezzi. *Semi-árido – uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007, p. 107-119.

⁴⁴⁴ O número “1” representa a terra a ser utilizada no processo produtivo em bases “sustentáveis” e o “2” indica as duas formas de uso da água que o programa contempla: abastecimento doméstico e produção agropecuária.

cultura camponesa. Para isso, a ASA delineia estratégias de ação que viabilizam a reprodução social dos camponeses sob melhores condições, levando em conta as características ambientais e as dinâmicas sociais do semiárido brasileiro. Nesta perspectiva, mostra-se favorável ao fortalecimento de uma lógica específica de relacionamento com o ambiente e, ao mesmo tempo, de uma condição de classe, por seus específicos traços econômicos e culturais. Esta lógica de reprodução social, apoiada pela ASA, passa a ser afirmada, como vimos, com vistas à superação de mecanismos de dependência e subordinação aos quais os camponeses são frequentemente submetidos, alimentando alternativas dirigidas ao alcance de sua autonomia.

Desde a criação do P1MC – o que implicou o estabelecimento de uma parceria formalizada com o Estado brasileiro, sob gestão do então presidente Lula – a grande demanda pela construção de cisternas, pela ASA, exigiu uma significativa reestruturação organizativa desta entidade. Transformada em política pública, a distribuição das cisternas de placas exigiu um considerável alargamento da abrangência espacial dessa Articulação, de modo a garantir o alcance de todos os 1133 municípios do semiárido brasileiro. Isto se deu, por um lado, mediante o estabelecimento de articulações políticas com movimentos sociais, associações, Igrejas, sindicatos e coletivos que atuavam em escala local e regional, e, por outro, através do aprimoramento da estrutura organizativa da ASA, forjando-se novos mecanismos para a gestão dos recursos, execução dos projetos e articulação política.

Tal redefinição ocorre a partir da criação da Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) responsável pela gestão dos recursos e efetivação do P1MC. Contando com recursos não apenas do Governo Federal, mas também da iniciativa privada, a AP1MC é composta por uma sede, localizada em Recife-PE, de onde são distribuídos os recursos direcionados à execução do Programa. A sede da AP1MC é também utilizada para realização de reuniões de lideranças da ASA, constituindo-se, pois, como um espaço de deliberação política entre lideranças da Articulação.

Tendo a sede da AP1MC como núcleo central, a construção das cisternas, pela ASA, se estabelece a partir de arranjo político bastante específico. Para viabilizar a realização do Programa, a ASA criou *comissões municipais* compostas de no mínimo três organizações (igrejas, clube de mães, associações, sindicatos, etc.) que atuam, mais diretamente, em escala local. Tais comissões são o “braço” da ASA, em escala local, compostas pelos camponeses beneficiários dos Programas da ASA (P1MC e P1+2), organizados nessas pequenas

associações, igrejas, sindicatos, etc. Em especial nos casos em que os municípios não possuem organizações dispostas a integrar a ASA, nas áreas a serem beneficiárias, a Articulação estimula a sua formação, de modo a garantir a execução dos programas. Assim, como resultado, pode-se observar a criação de inúmeras organizações e coletivos de camponeses, em locais antes desprovidos de qualquer processo organizativo-institucional (Foto 5).

Foto 5- Integrantes do Coletivo ASA Cariri Oriental Paraibano (CASACO), criado com parte do P1MC. Na ocasião, os membros do Casaco participavam de um ato em defesa às políticas de convivência com o semiárido, realizado na cidade de Campina Grande-PB. Foto: Thiago A. Santos. Mar./2014.

Essas organizações e coletivos, no nível comunitário, são denominadas Unidades Executoras Locais (UEL). Tais unidades são articuladas, em escala regional, pelas chamadas Unidades de Gestão Microrregionais (UGMs), sendo estas compostas por organizações de maior abrangência espacial (ONGs, movimentos, pastorais rurais, grupos organizados de sindicatos e associações, etc.). As organizações que fazem parte das UGMs, em cada estado da federação, estabelecem elos, entre si, em reuniões, nas quais são debatidas e encaminhadas questões relativas aos programas executados pela ASA. Além disso, nos fóruns comuns das UGMs podem ser organizados e articulados atos políticos, manifestações, campanhas, entre outras ações de abrangência estadual ou nacional.

Em escala estadual, são eleitos, por estado, um coordenador executivo e um coordenador executivo suplente, com mandato de dois anos, sendo estes representantes oriundos das organizações e movimentos sociais que compõem as UGMs. Os coordenadores executivos estaduais reúnem-se, periodicamente, na sede da ASA Brasil, em Recife-PE. Aos coordenadores executivos cabe também a função de dirigir a AP1MC nos estados que os mesmos representam.

A construção das cisternas, empreendida pelas UELs, articuladas pelas UGMs, é acompanhada por uma ampla capacitação que abrange os diversos envolvidos com o P1MC, atendendo às demandas de informações nas diversas etapas do processo. Estão previstos os seguintes treinamentos: Capacitação das Equipes das Unidades Gestoras; Multiplicadores em Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH); Capacitação em Gestão Administrativo-Financeira; Capacitação dos Pedreiros Instrutores; Capacitação de Pedreiros; e Capacitação em Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semiárido (GRH)⁴⁴⁵.

O curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semiárido (GRH) constitui-se uma das principais capacitações, entre as previstas. Trata-se, sem dúvida, de um importante momento de formação política dos beneficiários do P1MC, ressaltando-se questões relativas à cidadania e à conquista de direitos. O curso de GRH é realizado após um primeiro contato da equipe da ASA na comunidade a ser atendida pelo Programa, algo que dura cerca de uma semana. Este primeiro contato envolve a articulação dos membros da comunidade, transmissão das primeiras informações sobre as cisternas, estabelecimento de um cadastro de interessados, análise da demanda por cisternas, etc.. Aqueles que se adequarem aos critérios e tiverem interesse são convidados para o curso de GRH, com duração de dois dias. Sobre o processo de formação que constitui o curso, Francineide Barbosa de Oliveira, integrante do Coletivo ASA Cariri Oriental (Casaco), afirma:

Eu sou apaixonada pela hora de fazer as primeiras mobilizações. Você chegar na comunidade, você marca uma reunião, para tal comunidade... agora tudo está sendo ainda através do P1MC e P1+2, que são os dois programas que estão fixos, a gente trabalhando. Mas a gente avisa, chega aquele dia, e está o pessoal lá. Faz a explanação todinha, faz uma reunião bem feita... o que é o projeto de convivência com o semiárido, de onde vem,

⁴⁴⁵ Informação obtida a partir de Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Cf. Brasil. Tribunal de Contas da União. *Avaliação da Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água* / Tribunal de Contas da União; Relator Ministro Guilherme Palmeira. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006.

tudo. *Isso é que faz com que o povo acredite no seu pedaço de chão, acredite em você mesmo, tire aquela ilusão de cidade, de que quem vive bem é quem vive engravatado, essas coisas. A gente tem que valorizar o homem do campo, a mulher do campo, o trabalho do campo... e dar confiança.* E, assim, é uma das coisas mais gostosas que eu faço, que eu gosto, é de estar com o povo. Eu adoro⁴⁴⁶.

“Estar com o povo” é aproximar-se de suas carências, qualificá-las como demandas e traduzi-las no campo da cidadania e dos direitos. O trabalho realizado, com efeito, dá confiança, faz o povo “acreditar no seu pedaço de chão”, em si mesmo – em uma palavra: em sua própria *potencialidade*. O curso de GRH é realizado por uma equipe da UGM e possui uma dinâmica que mescla a dimensão política com uma formação técnica e pedagógica sobre a convivência com o semiárido e questões referidas à cidadania e direitos.

As *místicas*, muito presentes nas ações de formação política de vários movimentos sociais brasileiros (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, Via Campesina, etc.), são amplamente utilizadas nos cursos de GRH realizados pela ASA. O modo de vida camponês, sua cultura e especificidades sociais são referenciais para leituras bíblicas realizadas com esforços de contextualização à realidade do campo e às dificuldades enfrentadas pelos camponeses⁴⁴⁷. As dinâmicas de grupo, também mobilizadas, trazem, por sua vez, um clima de descontração que estabelece ou fortalece os laços entre os camponeses presentes (ver Foto 6 e Foto 7). Pequenos filmes e vídeos de curta duração atraem a atenção dos participantes da capacitação, gerando debates sobre temas como agrotóxico, agroecologia, uso adequado da água, agricultura camponesa, entre outros. Cruzam-se, aqui, referências pessoais, exemplos, relatos e opiniões sobre cada um dos eixos temáticos abordados, criando-se, assim, o espaço de convergência política e de identificação, por parte dos camponeses, com as problemáticas discutidas. Ao mesmo tempo, informações técnicas sobre a construção

⁴⁴⁶ Francineide Barbosa de Oliveira, Coletivo ASA Cariri Oriental Paraibano (CASACO), em entrevista concedida ao autor em fev./2013, grifo nosso.

⁴⁴⁷ O antropólogo John Cunha Commerford, em seu estudo sobre dinâmicas organizativas camponesas, apresenta uma descrição profícua sobre as *reuniões*, identificando o forte cruzamento entre as dimensões religiosa e política: “Para que haja um engajamento coletivo (que se reflete na intensidade das vozes e na coordenação dos movimentos), é necessário ter *orações* e *canções* conhecidas e com carga emocional, além de alguém (da *coordenação*) que ‘puxe’, mas que não se destaque a ponto de descaracterizar o caráter coletivo do procedimento em questão. Essas etapas podem implicar uma movimentação do conjunto dos participantes, como levantar-se juntos ou bater palmas no mesmo ritmo. As *canções* costumam ser ‘canções da luta’, com letras que se referem por exemplo à luta pela terra e pela reforma agrária, à vida difícil do trabalhador rural, à busca de um mundo mais justo etc.”. Cf. John Cunha Commerford. Reunindo: as *reuniões* de trabalhadores rurais como formas de sociabilidade. in *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999, p. 55.

Foto 6 – Momento de oração no início do Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) - Comunidade Malhadinha, Jericó-PB. Foto: Thiago A. Santos. Mar./2013.

Foto 7 - Roteiro de apresentação dos integrantes da ASA sobre o P1MC, no Curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) - Comunidade Malhadinha, Jericó-PB. Foto: Thiago A. Santos. Mar./2013.

das cisternas e sobre os cuidados necessários à sua manutenção são transmitidas aos presentes⁴⁴⁸.

A estrutura organizativa da ASA e as metodologias de inserção nas comunidades camponesas do semiárido, até aqui mencionadas, parecem abrir, efetivamente, um espaço de ação de largo alcance, especialmente através do estabelecimento do P1MC, a partir do primeiro mandato do governo Lula. Ao mesmo tempo, cabe considerar que a profissionalização no processo de construção das cisternas, viabilizada pela transferência de recursos para a execução de políticas públicas de convivência com o semiárido, cria as condições logísticas necessárias para uma rápida e efetiva expansão do campo de ação das organizações e movimentos que a integram, possibilitando o contato com comunidades camponesas situadas em localidades distantes das cidades, comunidades estas frequentemente enredadas nas estruturas clientelistas dos poderes locais. Tratados sempre com esforço de contextualização, os temas e problemáticas que justificam o contato das equipes da ASA com os camponeses, somados com a própria materialidade das cisternas, atraem os integrantes das comunidades para os cursos, formalizando-se, como consequência, uma perspectiva institucional da política, perspectiva esta que destitui as elites locais da condição de portadoras das “soluções”, tradicionalmente oferecidas nas comunidades enquanto um favor pessoal.

Como resultado das ações desenvolvidas pela ASA, desde o período de gestão do ex-presidente Lula, foram construídas, até o momento, 578.336 cisternas de placas para armazenamento de água voltada ao consumo doméstico, 87.881 cisternas para captação de água para produção de alimentos, além de 1.542 reservatórios para coleta de água da chuva em escolas do semiárido⁴⁴⁹. Só na Paraíba, até agora, foram construídas mais de cinco mil cisternas, atendendo a uma parcela bastante significativa da população rural deste estado⁴⁵⁰.

⁴⁴⁸ As informações sobre a dinâmica dos cursos de GRH, acima citadas, foram adquiridas através de entrevistas e trabalho de campo realizado em março de 2013, na Comunidade Malhadinha, localizada na zona rural do município de Jericó-PB. Neste trabalho de campo, tivemos a oportunidade de participar de uma mobilização para a construção de cisternas do P1MC, realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida (STR Aparecida).

⁴⁴⁹ A construção dos reservatórios para captação de água em escolas integra o Projeto Cisternas nas Escolas, gestado pela ASA desde 2009, através de parceria com o MDS, tendo como objetivo levar água para as escolas rurais do Semiárido, utilizando a cisterna de 52 mil litros como tecnologia social para armazenamento da água da chuva. Este projeto abrange escolas distribuídas nos nove estados do semiárido, alcançando também aldeias indígenas e comunidades quilombolas. A construção das cisternas nas escolas possui grande relevância social, particularmente por garantir o pleno funcionamento deste espaço de aprendizagem mesmo nos períodos mais secos do ano. Informações disponíveis em: <http://www.asabrazil.org.br/acoes/cisternas-nas-escolas> (Acesso em Set./2015). Os dados numéricos sobre a construção de cisternas no semiárido encontram-se disponíveis em: <http://www.asabrazil.org.br/> (Acesso em Set./2015).

⁴⁵⁰ Cf. Anexo – Mapas – “Distribuição das tecnologias sociais hídricas no semiárido do estado da Paraíba” e “Percentual da população rural atendida por cisternas de placa nos municípios do semiárido paraibano”.

Além de terem participado de todo o processo de formação que integra a construção das cisternas, quase três milhões de pessoas do semiárido brasileiro⁴⁵¹, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, passaram a ter acesso à água de qualidade, como decorrência das ações de convivência com o semiárido, desvinculando-se daquelas formas precárias de coleta de água de que dependiam. Sobre este aspecto, os depoimentos que obtivemos, através de entrevistas realizadas em comunidades rurais e assentamentos do semiárido paraibano, demonstram grande satisfação dos camponeses com a aquisição destes reservatórios, particularmente no que se refere à qualidade da água armazenada, em comparação com os açudes, rios e barreiros, antes utilizados como fonte de abastecimento hídrico.

Segundo Antonio Lucas, residente no Assentamento Acauã, Aparecida-PB, “Era sofrimento. A gente tomava água ali do rio, de cacimba. Botava num galão. Era ruim, água velha salobra”⁴⁵². Francisca Lourenço, do mesmo assentamento, ressalta: “A gente cavava na areia, fazia a cacimba. Todo dia que a gente ia, cavava uma cacimba, pra num beber a água que tinha do outro dia”⁴⁵³. Os camponeses entrevistados demonstraram consciência dos riscos aos quais estavam submetidos nos tempos de dependência às águas de açudes, rios e barreiros, associando, com frequência, o consumo da água dessas fontes à incidência de doenças:

Era ruim. A gente bebia água velha sebosa de rio. Principalmente esse rio que pega aí, Rio Piranhas, Rio do Peixe. E tudo pega esgoto, né? E hoje a gente bebe água limpa, tratada. Da cisterna é limpa... quando a telha ta lavadinha, você põe os canos, põe uma peneira pra água já sair limpinha... bebe até o fim limpa. [...] De primeiro só via gente com dor de barriga, com diarreia. E hoje é difícil gente com diarreia aqui⁴⁵⁴.

Ademais, as dificuldades relativas ao transporte da água dessas fontes foram destacadas em vários depoimentos que obtivemos. As longas caminhadas, sob o sol escaldante do semiárido, faziam parte da rotina dos sertanejos, constituindo-se a coleta da água um processo penoso, sofrido. Nas palavras de um dos nossos entrevistados:

Antes das cisternas eu pegava (a água) de animal, no jumento. Levava o jumento, ia pro açude, enchia lá, trazia pra casa e de tarde fazia outro caminho... o sofrimento era esse. Às vezes pegava aqui no rio também, cavava aquelas cacimbas, esperava criar água. E trazia pro consumo da casa, pra lavar um prato. Não era pra gente beber, mas tinha muitos que bebiam

⁴⁵¹ Se considerarmos uma média de quatro pessoas por família beneficiada.

⁴⁵² Antonio Lucas, Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Mar./2013.

⁴⁵³ Francisca Lourenço, Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Mar./2013.

⁴⁵⁴ Antonino Pereira da Silva, Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Mar./2013.

essa água desse rio aí. Muitos traziam nessas garrafas de coca, não tem? Era em fileira de cabra aqui nesse meio do mundo, atrás de água. Quem tinha animal, carregava em animal, quem não tinha, carregava no galão. Não sei se você já viu o cabra carregando água no galão... Dois baldes e um pau no ombro, puxando água de lá pra cá. Eu fiz isso muito, do açude pra casa. [...] E tem mais! Tinha que fazer economia pra não gastar essa água todinha, porque é longe! Daqui no açude é quase uma légua, né? Só as ladeiras que têm pro cabra subir! Era sofrimento, menino!⁴⁵⁵

Com a disseminação das tecnologias de captação hídrica nas comunidades rurais e assentamentos do semiárido, fomentada pela ASA, tornou-se uma prática comum a distribuição de água das cisternas entre os membros das próprias comunidades, estreitando-se laços comunitários de solidariedade entre aqueles já beneficiados pelas tecnologias construídas e os camponeses até então desprovidos destes reservatórios. Segundo um dos nossos entrevistados, residente no sítio Curral do Meio, município de São João do Cariri-PB,

Nós tínhamos água aqui nesse rio Taperoá, mas é água pesada, grossa. O cabra consegue tomar, mas é complicado. Depois dessa cisterna... a derradeira chuva que deu foi em 2011, logo no começo... eu fui segurando, segurando, segurando e nunca faltou! E eu dei água muita. Tinha cabra aqui que não tinha e hoje tem a cisterna. Eu dei muita lata de água pra esse povo, pros vizinhos aí. Esse povo aí mesmo não tinha. Mas fizeram. Agora nós temos água boa, graças a deus!⁴⁵⁶

Atestando a existência de tais laços de solidariedade comunitária, tendo a água como elo, um entrevistado de outra comunidade nos afirmou: “Antigamente nós bebíamos do rio, mas depois a água foi ficando ruim, não presta mais pra beber, aí teve uns que fizeram a cisterna primeiro, sabe? Antes de sair essa minha, eu pegava na cisterna do meu vizinho ali”⁴⁵⁷. A prática de distribuição de água das cisternas, em tempos de seca, demonstra a clara preferência dos camponeses por esta fonte de abastecimento frente às outras formas de coleta (rios, açudes e barreiros). Neste caso, é possível observar que as cisternas inserem-se na dinâmica de sociabilidade comunitária como um recurso a ser mobilizado, em tempos críticos, diminuindo, assim, a necessidade dos camponeses de se recorrer às ajudas externas, particularmente àquelas oferecidas pelos políticos locais.

Cabe enfatizar que a ASA, em seu processo de organização, buscou configurar meios de fortalecer os vínculos de sociabilidade nas comunidades em que atua, incentivando práticas solidárias e criando mecanismos de proteção social fundados em princípios e estratégias

⁴⁵⁵ José Ivan do Santos, Assentamento Acauã, Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Mar./2013.

⁴⁵⁶ Adelson, Sítio Curral do Meio, São João do Cariri-PB, em entrevista concedida ao autor em Fev./2014.

⁴⁵⁷ Virgílio Bezerra de Araújo, Sítio Poço das Pedras, São João do Cariri-PB, em entrevista concedida ao autor em Fev./2014.

orientados à valorização da autonomia camponesa. Um exemplo desta perspectiva é a promoção dos *fundos rotativos solidários* (FRS), constituindo-se este um mecanismo alternativo de financiamento, gestado por grupos temáticos, redes e associações comunitárias. Quando a demanda dos camponeses pelas cisternas era maior do que a oferta disponível, no nível comunitário, a ASA organizava grupos de interesse, sorteava as cisternas a serem construídas e incentivava a contribuição financeira mensal dos demais interessados, de modo a garantir que, gradativamente, todos os camponeses dispusessem de suas próprias cisternas. Segundo Duque, como resultado, além da aprendizagem adquirida pelos camponeses, no que se refere à gestão coletiva de recursos, evidencia-se ainda o incentivo à organização da comunidade, à autonomia e cidadania de seus membros⁴⁵⁸. Nas palavras da autora, os camponeses passam a descobrir “sua capacidade de decidir seu próprio destino e, abandonando a atitude dependente dos tempos do clientelismo, se tornam protagonistas, inclusive na formulação de políticas públicas mais adaptadas”⁴⁵⁹. Segundo Waldir Cordeiro, membro do PATAC e integrante da coordenação estadual da ASA Paraíba,

A lógica é a seguinte: é considerando que o fundo rotativo não é uma penalidade para a família, mas é uma motivação a mais para a organização... as pessoas, onde nunca teve reuniões, passa a ter para discutir como e que vai arrecadar recurso para o fundo rotativo, para onde é que ele vai, qual o critério para ser apoiado, para o que ele vai servir... então, ele cria uma dinâmica local⁴⁶⁰.

Apesar de reconhecer a relevância dessa forma de gestão de recursos, na escala comunitária, o Estado, contudo, passou a bloquear oficialmente este tipo de contribuição a partir de 2006, com a publicação de um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU). Neste documento, constatando-se “a vinculação do recebimento da cisterna à participação do beneficiário em fundos rotativos”⁴⁶¹, se considerou que estes “não se compatibilizam com as características do público-alvo definido e podem representar um obstáculo para que as famílias mais necessitadas tenham acesso aos benefícios dessa política pública”⁴⁶². No entendimento de Waldir Carneiro, integrante da ASA, na compreensão do TCU, “você corria

⁴⁵⁸ Ghislaine Duque. Da abertura democrática à democratização efetiva: a experiência da Articulação do Semi-Árido na Paraíba. VII Simpósio Observanordeste – 1985-2006: maioria democrática?; 03-04 maio 2006; Recife; BR. Recife: Anais Eletrônicos; 2007, p. 5.

⁴⁵⁹ Idem.

⁴⁶⁰ Waldir Cordeiro. PATAC e Coordenação Estadual ASA Paraíba, em entrevista concedida ao autor em abr./2014.

⁴⁶¹ Brasil. Tribunal de Contas da União. *Avaliação da Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água* / Tribunal de Contas da União; Relator Ministro Guilherme Palmeira. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006, p. 22.

⁴⁶² Idem.

o risco de, exigindo o fundo rotativo, alguma família dizer, ‘não, eu não quero participar do fundo rotativo’, então vai ficar de fora. Então, isso aí é legítimo”⁴⁶³. No entanto, diante desta posição, o membro da coordenação estadual da ASA Paraíba argumenta: “só que a dinâmica já era exatamente essa: nenhuma família que não queria entrar no fundo rotativo deixou de receber, mas [o fundo servia] para uma compreensão política mais ampla”⁴⁶⁴. Frente ao impasse colocado pela posição oficial do TCU, as organizações integrantes da ASA interromperam os trabalhos com os Fundos Rotativos com recursos oriundos do governo, mantendo-os, contudo, através das verbas de cooperação com entidades privadas (ONGs, organizações religiosas, etc.), deslocando-os para outras atividades distintas daquelas diretamente abarcadas pelos programas executados pela ASA⁴⁶⁵. O estreitamento da relação com o Estado, neste caso, evidenciou uma contradição entre uma perspectiva movimentalista de condução dos recursos obtidos e a racionalidade estatal, resultando na imposição de limitações à reprodução de uma prática tradicionalmente utilizada por organizações e movimentos atuantes em comunidades rurais brasileiras⁴⁶⁶.

Com base no que foi até aqui discutido, consideramos que a ASA desenvolve-se, pois, estabelecendo uma intrínseca relação entre a dimensão político-organizativa e a própria realidade concreta em que atua. A sua configuração como um “espaço de convergência” – seja a partir das *redes*, seja por meio da formação de uma institucionalidade apropriada à execução de políticas públicas, pela construção das *comissões municipais*, UGMs, UELs, etc. – responde, claramente, às demandas objetivas que os integrantes da Articulação buscaram, a cada momento, solucionar. Por esta razão, observa-se um forte dinamismo na estrutura de organização desta entidade, tendo como efeito uma considerável adaptabilidade às mudanças conjunturais nas relações estabelecidas com o Estado.

⁴⁶³ Waldir Cordeiro. PATAC e Coordenação Estadual ASA Paraíba, em entrevista concedida ao autor em abr./2014.

⁴⁶⁴ Waldir Cordeiro. PATAC e Coordenação Estadual ASA Paraíba, em entrevista concedida ao autor em abr./2014.

⁴⁶⁵ Em trabalho de campo realizado no município de Soledade-PB, identificamos, por exemplo, o uso dos *fundos rotativos solidários* para aquisição de materiais de construção, fogões artesanais, além de compra de telas de proteção para canteiros de produção agrícola.

⁴⁶⁶ No Brasil, os *fundos rotativos solidários*, na forma atualmente conhecida, têm uma história que se remete aos 1970 e 1980, assumindo uma dimensão mais concreta junto aos movimentos sociais em parceria com entidades de apoio a atividades comunitárias em geral. Nos anos 1990, esta forma de organização ganha impulso a partir do incentivo de entidades como a Misereor, Cáritas e outras, que começaram a exigir que projetos por elas financiados tivessem um retorno de recursos. No que se refere à ASA, particularmente, a mobilização dos *fundos rotativos* se dá a partir de 1993, quando os mesmos são direcionados à reprodução de cisternas no semiárido brasileiro. As primeiras experiências com os fundos rotativos, pelas mãos da ASA, foram desenvolvidas no município de Soledade-PB. Informações disponíveis na *Cartilha dos Fundos Rotativos Solidários: contribuição sobre histórico, construção e gestão*, disponível em <http://camp.org.br/files/2014/07/Cartilha-Fundos-Solidarios-Reg-Sul.pdf> (Acesso em Ago./2015).

Ao mesmo tempo em que demonstrou, ao longo de sua história, uma forte capacidade de adequação à racionalidade estatal, na condição de executora de políticas públicas, a ASA manteve, como vimos, importantes traços movimentalistas em suas ações em prol da convivência com o semiárido, tanto pelas formas de organização adotadas (redes, fundos rotativos solidários, encontros, etc.), quanto pelos valores ético-políticos assumidos – destacando-se, entre estes, a busca pela construção de formas de autonomia camponesa, o esforço pela valorização dos conhecimentos populares e o incentivo às práticas associativas.

Se, como vimos até aqui, ao longo dos dois mandatos do ex-presidente Lula, os traços movimentalistas da ASA são evidenciados *nas ações cotidianas* de seus integrantes, concentrando-se nas formas de organização e nas estratégias adotadas para a execução dos seus programas, a sucessão presidencial, ocorrida em 2011, demandará a *expressão pública mais marcada* do seu caráter movimentalista, através de ações de protesto, campanhas, declarações, etc. Isto porque, como discutiremos no próximo item, a relação estabelecida entre a ASA e o governo Dilma será marcada por momentos mais ou menos recorrentes de tensão, exigindo posicionamentos públicos mais incisivos, por parte da Articulação, como condição para manter as conquistas obtidas e seguir fortalecendo suas ações de convivência com o semiárido.

3.2.3. A relação ASA-Estado e o horizonte da autonomia de movimento

A chegada de Dilma Rousseff (PT) à presidência da república, como sucessora de Lula, em 2011, trouxe consigo um conjunto de desafios a serem enfrentados por aqueles que, como parte da ASA, dedicavam-se às ações de convivência com o semiárido. Como resultado da consistente relação de parceria estabelecida entre a ASA e o Governo Lula, entre 2003 e 2010, a posse da presidenta foi recebida com otimismo pelos integrantes da Articulação, que esperavam a manutenção da relação de proximidade com o Estado. Por ocasião do segundo turno das eleições presidenciais, quando Dilma disputava o pleito com o candidato José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a ASA divulgou uma Carta Aberta à População Brasileira declarando, explicitamente, apoio à Dilma, tendo em vista que sua candidatura apontava, mais fortemente, para a possibilidade de assegurar os “espaços de diálogo construídos à luz dos esforços de diversas organizações, movimentos sociais e famílias agricultoras, que permanentemente lutam por uma vida digna no semiárido” ⁴⁶⁷.

---

⁴⁶⁷ Cf. Anexos – Documentos – “Carta aberta à população brasileira – ASA Brasil”, 16/10/2010.

Uma primeira medida importante de Dilma foi, em Julho de 2011, a criação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, mais conhecido como “Água para Todos”, destinado a promover a “universalização do acesso à água para consumo humano em áreas rurais do semiárido, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social”⁴⁶⁸. Além disso, o Programa tem como propósito levar água para a produção agrícola e alimentar. O “Água para Todos” faz parte das ações do Plano “Brasil Sem Miséria” e atende prioritariamente as famílias sem acesso à água que estejam cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único).

Entretanto, em menos de um ano de mandato, a relação da ASA com o Governo Dilma já foi atravessada por uma importante tensão. Após denúncias de desvio de dinheiro destinado a ONGs, envolvendo um de seus ministros, a presidenta decidiu aumentar a rigidez no repasse de recursos públicos para as organizações da sociedade civil. Para tal, rompeu parcerias estabelecidas e estimulou o fortalecimento dos vínculos com estados e prefeituras na execução das políticas públicas⁴⁶⁹. Embora não estivesse envolvida com os supostos casos de corrupção que motivaram a quebra da parceria entre governo e organizações da sociedade civil, a ASA sofreu diretamente o impacto da decisão, sendo informada que seus programas (P1MC e P1+2) haviam sido interrompidos.

A informação da quebra da parceria com a Articulação veio em uma reunião, realizada com participação de lideranças da ASA e de representantes do governo, no dia 8 de Dezembro de 2011. Na ocasião, além da quebra da parceria, o governo anunciou a adoção de um novo padrão de cisternas, feitas de polietileno, a serem distribuídas por estados e prefeituras, com recursos do Ministério da Integração Nacional (MIN), ficando a fabricação sob responsabilidade da empresa Acqualimp, filial brasileira da empresa mexicana Dalka.

Na prática, essa decisão implicava, diretamente, a interrupção do repasse de recursos para a execução dos programas da ASA e, deste modo, o próprio desmantelamento das ações que estavam em andamento, pelas mãos da Articulação, no semiárido brasileiro. A adoção das cisternas de polietileno, mais frequentemente chamadas de “cisternas de plástico”, indicava, ao mesmo tempo, uma mudança clara de postura do governo diante das organizações que atuavam com experiências de convivência com o semiárido, na medida em que, diante de todo

⁴⁶⁸ Informação disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/inclusao-produtiva-rural/agua-para-todos> (Acesso em Set./2013).

⁴⁶⁹ Sobre o caso, cf. “Varredura do Governo derruba 13% dos convênios com ONGs”, Portal Terra, 07/02/2012, disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/varredura-do-governo-derruba-13-dos-convenios-com-ongs.54090a43aa1da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html> (Acesso em set./2013).

o processo organizativo e de formação que caracteriza a instalação das cisternas de placas, pela ASA, optava-se por uma solução exógena que abria, novamente, a possibilidade de apropriação, por parte das tradicionais oligarquias locais, das políticas públicas dirigidas ao semiárido. Isto porque a própria fabricação da cisterna de polietileno ficaria, a partir de então, sob responsabilidade empresarial, cabendo aos camponeses a posição de recebedores passivos do reservatório, retirando-se de cena as organizações e movimentos sociais e, conseqüentemente, suas metodologias de ação voltadas ao fortalecimento da autonomia e a promoção da cidadania entre os beneficiários.

A reação a essas medidas, pela ASA, foi imediata. No dia seguinte, em carta divulgada no site da Articulação, a informação da quebra da parceria entre a ASA e o Governo foi transmitida como um chamado à mobilização:

[...] O que o governo Dilma está propondo é apagar uma das mais belas e exitosas experiências de participação social e construção de cidadania pelos os [sic] que sempre foram marginalizados, mas, tomaram a história em suas mãos e trouxeram para o centro do debate, o conceito e as iniciativas de convivência com o Semiárido. [...] Enquanto rede, *precisamos nos articular nos estados e municípios num movimento que dê conta de visibilizar para o governo a estratégia errônea, injusta e desrespeitosa que vem tratando a ASA, a sociedade civil organizada do Semiárido brasileiro [...]. Precisamos, cada organização, entrar em contato com as famílias, comissões municipais, lideranças, parlamentares, governadores e demais parceiros que acreditam e reconhecem a ação da ASA na construção de um semiárido mais justo para as famílias*⁴⁷⁰.

O conteúdo da carta revela, claramente, um apelo movimentalista, expressando a consciência da potencialidade política da Articulação. O chamado para cada organização “entrar em contato com as famílias, comissões municipais, lideranças, parlamentares, governadores e demais parceiros” coloca em movimento uma estrutura político-organizativa desenvolvida ao longo da trajetória de luta e organização anterior aos anos 1990, bem como dos momentos de positiva relação com o Estado, como ocorreu nas duas gestões do governo Lula. O novo contexto exigia a expressão pública da insatisfação, por parte da ASA, frente ao rompimento da parceria, estabelecido por Dilma, demandando capacidade de organizar os camponeses e de manifestar suas insatisfações por canais político-movimentalistas. Neste sentido, a perspectiva da mobilização e a própria consciência da significativa potencialidade política da ASA para tal empreendimento foram expostas, com tom irônico, por uma

⁴⁷⁰ “Governo Federal rompe com a ASA Brasil, com o P1MC e com o P1+2”, Carta divulgada pela ASA, disponível em: <http://www.abong.org.br/noticias.php?id=4672> (Acesso em Set./2013), grifo nosso.

importante liderança da Articulação, Roberto Malvezzi, quando afirmou, naquele contexto de crise:

Vamos conversar com os milhões de beneficiados envolvidos na convivência com o semiárido. Eles vão entender as razões da presidente e da ministra e vão retribuir com a generosidade que lhes é peculiar. O povo do semiárido jamais esquecerá que, no Natal de 2011, ganhou como presente da presidente Dilma Rousseff, uma cisterna de plástico⁴⁷¹.

Iniciou-se, assim, um intenso processo de articulação com o propósito de mobilizar integrantes das organizações que compunham a ASA e os camponeses beneficiados por seus programas para que, juntos, realizassem um grande ato de protesto, marcado para o dia 20 de Dezembro de 2011, na cidade de Petrolina-PE. Neste sentido, integrantes das organizações, sindicatos e movimentos que atuavam como UGMs e as comissões municipais, criadas inicialmente com a perspectiva de viabilizar a execução dos programas da ASA, encarregaram-se de organizar e articular os camponeses, inseridos em suas áreas de atuação, para reivindicar nas ruas o retorno da parceria entre a ASA e o Governo Federal. A articulação se deu mediante a realização de visitas a comunidades e ligações telefônicas para representantes e membros das associações, sindicatos, grupos de mulheres, líderes comunitários, coletivos, grupos de jovens, padres e outros agentes de atuação mais local. Descrevendo este processo e a preocupação com o ataque aos programas da ASA, Maria A. F. de Sousa, integrante do STR Aparecida-PB, nos afirmou:

Acho que foi um momento difícil pra todo mundo, foi um momento muito triste, porque por alguns minutos, por alguns dias, a gente pensou que tudo fosse pelo ralo, e que toda aquela bandeira de luta que a ASA defende, ela estaria ali se acabando por causa de uma decisão que não tinha a ver com a situação, e a gente tentou, a gente fez mobilizações, reuniões nas comunidades, fazendo uma relação de comunicação com os municípios, às comissões municipais, para se reunir a aí planejar essa mobilização que foi em Petrolina⁴⁷².

Como encaminhamento para o ato, foi solicitado aos camponeses participantes que escrevessem cartas dirigidas diretamente à presidenta Dilma, ressaltando os benefícios decorrentes da construção das cisternas de placas, solicitando a renovação da parceria entre ASA e Governo Federal. Essas cartas, entregues à presidenta, serviriam como recurso

⁴⁷¹ “Dilma: presente natalino aos Nordestinos”, Roberto Malvezzi (CPT/ASA), Adital, Dez./2013. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=63437> (Acesso em Set./2013).

⁴⁷² Maria A. F. de Sousa, STR Aparecida-PB, em entrevista concedida ao autor em Mar./2013.

adicional de pressão que se somaria a própria manifestação nas ruas de Petrolina-PE. Um dos camponeses participantes do protesto, Geraldo Gabriel da Silva, relatou-nos, em entrevista, como recebeu o chamado à mobilização:

Eu recebi o convite da irmã Natália, que faz tempo que ela trabalha com esse negócio das cisternas, sabe? Mandaram convite pra mim, pra várias comunidades. [...] Saiu dois ônibus de Aparecida (PB) com o pessoal pra lá. A gente saiu de madrugada e viajamos a noite quase toda... Chegamos lá o dia já tinha amanhecido. Aí depois desse protesto foi que a presidente resolveu continuar com esse programa das cisternas de placas⁴⁷³

O resultado da mobilização e do intenso processo de articulação foi um ato, com cerca de 15 mil pessoas de diversos municípios do semiárido brasileiro que, em marcha, atravessaram os municípios de Juazeiro-BA e Petrolina-PE⁴⁷⁴. Três dias depois do ato, foi realizada uma reunião em Brasília contando com a presença de lideranças da ASA e representantes do Governo Federal. Nesta reunião, ficou encaminhada a assinatura de um aditivo que garantia a permanência do repasse de recursos para as políticas de convivência com o semiárido, executadas pela Articulação, e foi agendada uma nova reunião para discutir a elaboração de um novo termo de parceria, garantindo-se, assim, a continuidade no repasse de recursos públicos para, através da ASA, ser aplicados nas ações de convivência com o semiárido⁴⁷⁵. Sobre o protesto, Neilda Pereira, então integrante da coordenação nacional da ASA, avaliou:

Pra mim foi um momento onde reafirmamos e mostramos que a nossa capacidade de mobilização vai muito além do que a gente imagina, no sentido de que a manifestação em Petrolina não só reafirmou como *mostrou claramente que a ASA é forte porque é formada por agricultores e agricultoras, organizações locais e, principalmente, por pessoas que acreditam na força do Semiárido*. Além disso, representou um momento de união e de construção coletiva. As pessoas estavam ali sabendo da importância daquele momento e lutando para que essa ação aconteça no Semiárido. Então o meu sentimento é de que conseguimos reafirmar *[a importância da nossa ação]* e, sobretudo, dizer à sociedade que acreditamos num outro Semiárido, que estamos construindo um semiárido digno, justo e sustentável com as famílias agricultoras dessa região⁴⁷⁶.

⁴⁷³ Geraldo Gabriel da Silva, Comunidade Malhadinha, Jericó-PB, em entrevista concedida ao autor em Mar./2013.

⁴⁷⁴ Cf. “*Quinze mil pessoas unidas pela continuidade das ações da ASA*”, ASA Brasil. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7165 (Acesso em Set./2013).

⁴⁷⁵ Cf. “*Assinatura de aditivo com o MDS garante execução dos programas da ASA*”, ASA Brasil. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7168 (Acesso em Set./2013).

⁴⁷⁶ Cf. “*‘Petrolina foi apenas o começo’, diz coordenadora da ASA*”, ASA Brasil. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_NOTICIA=7164 (Acesso em Set./2013), grifo nosso.

Evidencia-se, neste sentido, a perspectiva segundo a qual o ato de protesto *mostrou* a força da ASA, resultado de sua própria formação, isto é, de sua base camponesa e suas organizações locais. Representando um momento de *união e construção coletiva*, o ato de Petrolina foi formado por pessoas que “estavam ali sabendo da importância daquele momento e lutando para que essa ação (os programas da ASA) aconteça no semiárido”. A dimensão *pública*, neste caso, foi considerada fundamental, na medida em que, com o protesto, foi possível, além de *mostrar* a força da ASA, também “reafirmar e, sobretudo, dizer à sociedade que acreditamos num outro semiárido”.

O recuo do governo e a retomada da parceria com a ASA não implicaram, contudo, numa revisão das decisões tomadas em relação às cisternas de plástico. A posição oficial assumida era, pois, ambivalente. Por um lado, através do Ministério da Integração Nacional (MIN), reafirmavam-se aproximações com estados e municípios para a distribuição das cisternas de plástico, a despeito das manifestações contrárias da ASA. Por outro lado, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), renovavam-se os laços com a Articulação para que, simultaneamente à instalação das cisternas de plástico, fossem construídas as cisternas de placas.

Diante desta posição ambivalente, a ASA – mantendo-se no interior do campo institucional da parceria estabelecida – passa a fortalecer, paralelamente, a campanha política, iniciada em novembro de 2011, denominada “Cisternas de Plástico PVC: Somos Contra!”⁴⁷⁷. Esta campanha, demarcando um claro antagonismo frente à opção governamental pelas cisternas de plástico, assume como propósito “alertar a sociedade brasileira sobre o impacto e efeitos negativos da disseminação dessas cisternas para o fortalecimento da estratégia de convivência com o Semiárido, no qual temos investido nossos esforços nos últimos anos”⁴⁷⁸. Deste modo, os integrantes da Articulação iniciaram um grande esforço para a divulgação (por meio de panfletos, eventos, publicações em redes sociais e participação em programas de rádio) dos problemas associados às cisternas de plástico, entre os quais se evidenciando: (1) ausência de qualquer processo organizativo/educativo no recebimento dos reservatórios pelas famílias, na medida em que as mesmas são entregues prontas; (2) as empresas passam a substituir a sociedade civil no processo de fabricação das cisternas; (3) todo recurso será

⁴⁷⁷ Para mais informações sobre esta campanha, cf. ASA. “Acervo - Cisternas de plástico/PVC – Somos Contra!”, em http://www.asabrasil.org.br/acervo/campanhas?artigo_id=288 (Acesso em Ago./2015).

⁴⁷⁸ Cf. Anexos – Documentos – “Carta de Orientação aos Estados”.

repassado às mãos de poucos empresários, não sendo investidos diretamente na região; (4) custo superior das cisternas de plástico em relação às cisternas de placas⁴⁷⁹.

Com base em tal posição crítica, diversas manifestações contra as cisternas de plástico foram realizadas, desde então, por organizações ligadas à ASA, constituindo-se esta, até o momento, uma fonte clara de tensão entre a Articulação e o Governo Federal. Como uma expressão dessas ações de resistência às cisternas de plástico pode ser mencionada a mobilização que resultou no bloqueio da implantação destes reservatórios no município de Soledade-PB. Em 24 de maio de 2013, numa audiência pública realizada na Câmara dos Vereadores do município, contando com a participação de representantes do DNOCS e da empresa vencedora da licitação para a distribuição de cisternas de polietileno (JM Engenharia e Construtores), camponeses vinculados ao Coletivo Regional das Organizações da Agricultura Familiar do Cariri, Curimataú e Seridó Paraibano, grupo formado a partir da atuação da ASA, organizaram-se e conseguiram barrar a chegada de 94 cisternas de polietileno no município⁴⁸⁰.

Na audiência pública, os camponeses argumentaram que, ao contrário das cisternas de polietileno, o processo de implantação das cisternas de placas gerava renda no próprio município (por meio da aquisição de materiais de construção, pela formação de pedreiros, etc.), melhor se adaptando à realidade do semiárido por sua estrutura de concreto e pela facilidade de manutenção. Diante das manifestações dos presentes, e suas posições críticas às cisternas de plástico, o então prefeito José Bento (PT) solicitou que a ASA Paraíba entregasse um documento formalizando a sua negativa e se comprometendo a buscar parcerias para garantir, por suas próprias mãos, a construção de cisternas de placas, atendendo à demanda do município. Sobre o evento, José Bento, que possui uma trajetória pessoal ligada às ações de convivência com o semiárido, nos afirmou:

No dia da audiência pública eu fui para lá e fiquei só ouvindo. Eu queria ouvir a posição do pessoal. Estava lá o DNOCS, trouxeram uma assessoria para comentar a importância da cisterna [de plástico], essa coisa toda, e no final a gente deu o veredito junto com a comunidade. Eu disse: “olhe, eu estou de acordo com a sociedade, com todo esse trabalho, com todos os argumentos possíveis e não podemos aceitar essas cisternas de plástico aqui no município”. [...] Por que a gente ia substituir [as cisternas de placas] por cisternas de plástico? E, depois, seria uma incoerência muito grande. A gente começou as cisternas de placas e você vai agora implantar cisternas de

⁴⁷⁹ Cf. Anexos – Documentos – “Cisternas de plástico PVC: somos contra! Solução ou armadilha?”.

⁴⁸⁰ Cf. “*Pressão popular barra construção de Cisternas de Plástico em Soledade na Paraíba*”, IRPAA Convivência com o Semiárido, 27/05/2013, disponível em: <http://www.irpaa.org/noticias/701/pressao-popular-barra-construcao-de-cisternas-de-plastico-em-soledade-na-paraiba> (Acesso em Ago./2015).

plástico, desconstruindo todo esse trabalho que vem nessa direção? E não é a cisterna em si. É o processo de mobilização que é o mais importante desse contexto, dessa luta toda, porque não é simplesmente construir uma cisterna e deixar. Fica ali, junto com a cisterna, todo um processo de mobilização e de novo entendimento sobre a cisterna, que a cisterna é um instrumento pedagógico de trabalho que redunde no beneficiamento, mas, acima de tudo, no fortalecimento do processo organizativo, porque lá continua a discussão⁴⁸¹.

O processo de mobilização e as ações que resultaram na suspensão da distribuição das cisternas de plástico, em Soledade, se constituíram uma referência na luta pela defesa das políticas de convivência com o semiárido, frente às ações operadas pelo DNOCS, com recursos do Ministério da Integração Nacional (MIN).

Com a mesma perspectiva crítica à distribuição das cisternas de plástico, outra ação de destaque foi realizada, desta vez no município de Juazeiro-BA. Em Outubro de 2013, cerca de quatro mil camponeses ocuparam a sede da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – Codevasp, órgão responsável pela distribuição de cisternas de polietileno no semiárido. A ocupação foi feita por militantes do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), bem como sindicatos e redes de organizações, incluindo-se a própria ASA. Além de evidenciar a importância dos programas gestados pela Articulação, o ato deu visibilidade à insatisfação coletiva em relação à continuidade da difusão das cisternas de polietileno, feita pela CODEVASP. Na ocasião do protesto, em ato simbólico, os camponeses, utilizando-se de ferramentas de trabalho, destruíram uma cisterna de polietileno (Foto 8)⁴⁸².

A continuidade da distribuição das cisternas de plástico também foi criticada em um protesto realizado em Campina Grande-PB, em 28 de Março de 2014⁴⁸³. Realizado em alusão ao Dia da Água (22 de Março), o evento teve início no período da manhã, em um teatro da cidade, com a explanação de uma liderança da ASA, que situou as ações de convivência com o semiárido no contexto de domínio político das oligarquias promotoras da “indústria da seca”. O caráter político das ações da Articulação foi valorizado, também, numa encenação realizada pelos próprios camponeses e militantes. Os atores da peça, reproduzindo situações

⁴⁸¹ José Bento, ex-prefeito do município de Soledade-PB, em entrevista concedida ao autor em Ago./2014.

⁴⁸² “*Em protesto, cisterna de plástico é destruída na sede da Codevasp, em Juazeiro (BA)*”, IRPAA Convivência com o Semiárido, 16/10/2013, disponível em: <http://www.irpaa.org/noticias/811/em-protesto-cisterna-de-plastico-e-destruida-na-sede-da-codevasp-em-juazeiro-ba> (Acesso em Ago./2015).

⁴⁸³ Além de participarmos do protesto, tivemos a oportunidade de fazer parte de uma reunião de preparação do ato, realizada na manhã do dia 23 de Março de 2014, na sede do PATAC, em Campina Grande-PB. Nesta reunião, contando com a presença de lideranças de organizações da ASA, foram encaminhadas as últimas questões de planejamento, além de divididas algumas funções e distribuídas tarefas entre os presentes.

típicas do seu próprio cotidiano, representaram o processo de mobilização de uma família camponesa a ser beneficiada pelo P1MC, expondo situações cômicas e problematizando as posteriores conquistas decorrentes da aquisição da cisterna por parte da família beneficiada⁴⁸⁴. Em seguida, no fim da manhã, centenas de camponeses e militantes das organizações da ASA ocuparam as ruas de Campina Grande, com cartazes e carros de som, alertando a população sobre os problemas que acompanham a distribuição das cisternas de polietileno e suas implicações políticas para o semiárido. Como parte do protesto, os manifestantes simularam um cortejo fúnebre de uma cisterna de plástico (Foto 10), cujo enterro simbólico foi representado pela cobertura da mesma com uma lona preta, no fim do ato, seguida de uma comemoração dos presentes com uma ciranda, ao redor do “defunto”⁴⁸⁵.

Os atos e manifestações em questão, ao expressar um conjunto de insatisfações coletivas com certas medidas e decisões adotadas pelo Governo Dilma, projetam para a esfera pública um posicionamento político da Articulação. Por um lado, parece-nos claro que a estrutura organizativa da Articulação – em UGMs, organizações locais, redes, etc. – possibilita uma rápida e eficiente mobilização dos camponeses do semiárido, através de uma consistente articulação de múltiplas escalas. Por outro, a própria existência concreta das tecnologias de captação hídrica, desenvolvidas pela ASA, constitui-se uma suficiente justificativa para a participação dos camponeses em atos de protesto e ações de reivindicação organizadas pela Articulação. Disto resulta, a nosso ver, a considerável capacidade de mobilização política da ASA, revelando-se esta organização um corpo institucional de evidente potência movimentalista.

---

⁴⁸⁴ A utilização da linguagem teatral como forma de representação da realidade camponesa e de abordar determinadas problemáticas de interesse às organizações e movimentos sociais (combate ao machismo, relações clientelistas com proprietários de terra, violência, falta d'água, etc.) é uma prática comum nos eventos organizados pela ASA. Pudemos observar, em trabalhos de campo, o recurso a tal metodologia de ação, por exemplo, nos momentos que antecederam a IV e V Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia, realizadas, respectivamente, em Solânea-PB (08/03/2013) e Massaranduba-PB (14/03/2014). Nestas marchas, sobre um palco, temas de interesse foram problematizados, em forma teatral, constituindo-se momentos descontraídos e divertidos. Como parte da dinâmica dos referidos atos, após o “momento teatral”, as camponesas saíram em marcha, portando bandeiras cor lilás (em referência à luta feminista), denunciando a violência contra a mulher e lembrando, com cartazes e imagens, importantes personagens da luta pela terra no Brasil, como a sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em Alagoa Grande-PB, em 1983. A Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia é realizada anualmente, em geral na semana de comemoração do Dia da Mulher (8 de Março), mobilizando milhares de camponesas de diversos municípios do semiárido.

⁴⁸⁵ Para uma referência a esta manifestação, cf. “*Mobilização alusiva ao Dia Mundial da Água celebra conquistas dos 21 anos da Articulação do Semiárido Paraibano*”, AS-PTA, 31/03/2014, disponível em: <http://aspta.org.br/2014/03/mobilizacao-alusiva-ao-dia-mundial-da-agua-celebra-conquistas-dos-21-anos-da-articulacao-do-semiarido-paraibano/>

Foto 8 – Destruição de cisterna de plástico em ocupação da Codevasp. Juazeiro-BA. Foto: IRPAA/ASA. Out./2013.

Foto 9 – Cisterna de plástico transportada em caminhão do Ministério da Integração Nacional (MIN). Cacimba de Dentro-PB. Foto: Thiago A. Santos. Mar./2014.

Foto 10 – Simulação de um cortejo fúnebre de uma cisterna de plástico. Ato de protesto realizado em Campina Grande-PB. Foto: Thiago A. Santos. Mar./2014.

Foto 11 – Cartaz destacando a rejeição às cisternas de plástico por camponeses do município de Aroeiras-PB. Ato de protesto realizado em Campina Grande-PB. Foto: Thiago A. Santos. Mar./2014.

Ainda que algumas posições adotadas pela presidenta Dilma Rousseff, em seu primeiro mandato presidencial, tenham motivado importantes ações críticas, de protesto, por parte da ASA, o cenário eleitoral de 2014 redefiniu as relações entre a candidata petista e a Articulação. Na ocasião, diante da possibilidade de vitória do candidato Aécio Neves (PSDB), os integrantes da ASA se posicionaram publicamente favoráveis à reeleição de Dilma, temendo o fim das políticas de convivência com o semiárido, em caso de vitória do *psdbista*.

A primeira exposição da ASA se deu através de uma Carta, publicada em 10/10/2014, intitulada “Pelas vidas e pela dignidade do semiárido, apoiamos Dilma”. A carta se inicia com uma breve apresentação da história da Articulação, situando sua formação num contexto político e social de grande estiagem, em que as soluções eram trazidas sob a perspectiva de “combate à seca”. Naquele período, segundo o documento, as ações oficiais “desconheciam o protagonismo dos agricultores e das agricultoras, sua capacidade de produzir conhecimentos e de tomar a frente dos seus destinos” ⁴⁸⁶. Ao mesmo tempo, as ações de “combate à seca” eram, na prática, ineficientes, na medida em que, em decorrência das secas, “a morte era comum na região, especialmente a morte de crianças” ⁴⁸⁷. Diante daquele quadro, as organizações da sociedade civil no semiárido, articuladas na ASA, tiveram a coragem de lançar ao Brasil “uma crítica severa e forte ao modelo de ‘combate à seca’ montado no tripé ‘coronelismo, enxada e voto’⁴⁸⁸, e propor ações simples, de baixos custos e eficientes para uma política pública na perspectiva da convivência com o Semiárido” ⁴⁸⁹. Neste sentido, o documento afirma que “foi nestes últimos 12 anos, nos governos Lula e Dilma [...], que a ASA e suas organizações tiveram a oportunidade de propor várias ações que, assumidas hoje como políticas de governo e até mesmo como Políticas Públicas, transformam a realidade na região” ⁴⁹⁰. Um dos resultados da parceria estabelecida é evidenciado no documento: a perspectiva do alcance da marca histórica de um milhão de cisternas construídas até o fim do ano (2014), o que equivale ao acúmulo de dezesseis bilhões de litros de água potável, disponível para cerca de cinco milhões de pessoas. Com efeito,

É isso que explica o fato de – entre 2010 até o final de 2013 – o Semiárido ter atravessado a maior estiagem dos últimos 30 anos, e em alguns lugares, dos últimos 60 anos, e não ter tido nem uma só morte humana decorrente da seca, embora tenhamos nos deparado com morte de animais, dizimação de

⁴⁸⁶ Cf. Anexos – Documentos – *Pelas vidas e dignidade no Semiárido, apoiamos Dilma*, 10/10/2014.

⁴⁸⁷ Idem.

⁴⁸⁸ Nota-se, aqui, a referência à importante obra de Victor Nunes Leal. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴⁸⁹ Cf. Anexos – Documentos – *Pelas vidas e dignidade no Semiárido, apoiamos Dilma*, 10/10/2014.

⁴⁹⁰ Idem.

sementes e outros problemas. Esse resultado, a ASA credita à sua própria ação e aos programas e políticas governamentais dirigidos ao Semiárido, entre os quais se pode enumerar: Bolsa Família, Bolsa Estiagem, Seguro Safra, Cisternas de Consumo Humano, Cisternas e Tecnologias Sociais para captação de água para produção, ações na perspectiva da agroecologia, assistência técnica, crédito adequado, início da política de sementes crioulas, eletrificação rural, Minha Casa Minha Vida Rural, aumento real no valor do salário mínimo, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, abertura de escolas, Institutos Federais e campi de universidades públicas nos municípios rurais, entre muitos outros⁴⁹¹.

É, neste sentido, “pela continuidade do projeto que aí está sendo construído”⁴⁹² que a Articulação se manifesta, através do documento, em favor da reeleição de Dilma Rousseff. Após a exposição dos referidos argumentos, apresentando-se algumas razões ao posicionamento político adotado, inicia-se, na carta, uma reflexão crítica às opiniões xenófobas que se tornaram recorrentes naquele contexto de disputa eleitoral, sobretudo em redes sociais, muitas das quais associando a preferência por Dilma, no Nordeste, à ignorância de sua população. No mesmo período, uma declaração proferida por Fernando Henrique Cardoso (FHC), ex-presidente da República (PSDB), gerou polêmica, por seu suposto conteúdo preconceituoso. Em entrevista à imprensa, FHC afirmou: “O PT está fincado nos menos informados, que coincide de ser os mais pobres. Não é porque são pobres que apóiam o PT, é porque são menos informados”⁴⁹³. Em seguida, completou: “Essa caminhada do PT dos centros urbanos para os grotões é um sinal preocupante do ponto de vista do PT porque é um sinal de perda de seiva ele estar apoiado em setores da sociedade que são, sobretudo, menos informados”⁴⁹⁴.

Em provável alusão à declaração de FHC, emitida quatro dias antes da publicação da carta, a ASA manifesta repúdio às “afirmações de todos aqueles e aquelas que caracterizam o Semiárido e o Nordeste como lugar de povo desinformado e incapaz, desmerecem nosso voto e expressam por meios de comunicação seus preconceitos e desconhecimento da realidade”⁴⁹⁵. Além disso, no documento, se lamenta que “quem traz tamanha carga de preconceito

⁴⁹¹ Cf. Anexos – Documentos – “*Pelas vidas e dignidade no Semiárido, apoiamos Dilma*”, 10/10/2014.

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ “PT cresceu nos grotões porque tem voto dos menos informados, diz FHC”, Portal UOL, 06/10/2014, disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/fhc-pt-cresceu-nos-grotoes-porque-tem-voto-dos-pobres-menos-informados.htm> (Acesso em Ago./2015).

⁴⁹⁴ Idem.

⁴⁹⁵ Cf. Anexos – Documentos – “*Pelas vidas e dignidade no Semiárido, apoiamos Dilma*”, 10/10/2014.

contra nossa região, *seja justamente quem teve a oportunidade fazer diferente e preferiu apostar na velha política do ‘combate à seca’*”⁴⁹⁶.

Na conclusão do documento, algumas reivindicações são dirigidas à Dilma. Após se afirmar que o “voto do povo do Semiárido é um voto inteligente, que expressa sua vontade, sua história e seus processos de convivência com a região”⁴⁹⁷, na carta se evidencia que “ampliar e consolidar significa também que o processo de convivência ainda exige muitas outras ações e políticas que precisam ser assumidas pela Presidenta Dilma”⁴⁹⁸, incluindo-se, aqui, a Reforma Agrária, democratização dos meios de comunicação, controle no uso de agrotóxicos, entre outras ações que deveriam ser incorporadas, segundo a ASA, no programa de governo da candidata do PT. Por fim, manifestadas as demandas consideradas relevantes pela a Articulação, o documento é finalizado com um chamado para que “todas as organizações, famílias e pessoas que aqui vivem, e que tiveram suas trajetórias mudadas nos últimos anos, a ocupar as ruas e as urnas por mais vida e mais dignidade no Semiárido”⁴⁹⁹.

No dia 21 de outubro, a ASA materializou seu chamado às ruas, em apoio à Dilma, através de mais um grande ato público, realizado novamente nas ruas das cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA. Contudo, se aquele de 2011, diante da ameaça de quebra de parceria entre a ASA e o governo, era um ato crítico à Dilma; este, por outro lado, expressava apoio à sua candidatura, valorizando-se as conquistas para o semiárido, advindas do seu primeiro mandato⁵⁰⁰.

Este ato teve início pela manhã, em Juazeiro-BA, de onde os cerca de 30 mil camponeses saíram em marcha, portando bandeiras e cartazes, evidenciando, em seus discursos e escritos, a importância das políticas públicas de convivência com o semiárido, gestadas pela ASA (Foto 12). Após uma caminhada pela cidade, os participantes concentraram-se na área central de Petrolina, diante de um grande palco montado exclusivamente para o ato. Ali, discursaram lideranças de movimentos sociais ligados à Articulação, além de alguns políticos dedicados, direta ou indiretamente, à problemática da convivência com o semiárido.

---

⁴⁹⁶ Idem, grifo nosso.

⁴⁹⁷ Cf. Anexos – Documentos – “*Pelas vidas e dignidade no Semiárido, apoiamos Dilma*”, 10/10/2014.

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ Idem.

⁵⁰⁰ As informações referentes a este ato, aqui contidas, além das fontes secundárias (publicações da imprensa e da própria ASA), foram obtidas através de trabalho de campo, realizado em Petrolina-PE/Juazeiro-BA, em 21/10/2014. Neste, além da observação direta e de conversas informais com participantes do ato, pudemos fazer registros fotográficos e gravar os discursos de Dilma Rousseff, da ministra do MDS, Tereza Campello, bem como de militantes e representantes de organizações e movimentos que integram a ASA.

Foto 12 – Segurando um cartaz com a frase “Somos nordestinos de Coração Valente”, em referência a um *slogan* de campanha da candidata Dilma Rousseff, milhares de camponeses marchando sobre a ponte de Juazeiro-BA/Petrolina-PE.
Foto: Thiago A. Santos. Out./2014.

Foto 13– Saudação de Dilma Rousseff aos milhares de camponeses presentes no ato em seu apoio. Petrolina-PE. Foto Thiago A. Santos.Out./2014.

Discursaram no ato a então ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, além da própria Dilma Rousseff (Foto 13). Na cerimônia, representantes da ASA entregaram um presente à candidata e, em seguida, uma carta contendo alguns “pontos de exigência”, que foram lidos diante de Dilma e da platéia. O clima era de homenagens e pleno apoio. Os “pontos de exigência” foram aqueles já anteriormente assumidos pela própria Carta de Apoio, publicada pela ASA cerca de uma semana antes do ato⁵⁰¹.

Tereza Campello, anunciada pelos militantes presentes como “a ministra dos movimentos sociais”, evidenciou, em seu discurso, a existência de dois projetos para o semiárido, representado pelas duas candidaturas em disputa: o primeiro deles, assentado na perspectiva de “combate à seca”, é, em suas palavras, liderado por Aécio Neves e FHC, tendo se concretizado na estiagem dos anos 2000, 2001 e 2002. Este projeto resultou em êxodo, saques, sofrimento e desesperança, segundo a ministra. Por outro lado, para Campello, o projeto representado por Lula e Dilma, em vigor no presente, é aquele da “convivência com o semiárido”:

[...] nós não queremos lutar contra a seca, não tem como lutar contra a seca, mas *tem como construir cisternas, sim, para conviver com a seca*; tem como fazer parceria com as entidades aqui do Nordeste, como é a ASA, como é a Contag, como é Fetraf, como são os movimentos sindicais, *tem como estar com vocês construindo um novo projeto de desenvolvimento*⁵⁰².

A demarcação das opostas posições, entre os dois projetos voltados ao semiárido, também marcou o discurso de Dilma Rousseff. Neste caso, além das contradições programáticas entre os dois projetos, a candidata evidenciou, em suas palavras, uma distinção quanto ao modo de lidar com o semiárido e com o Nordeste, ratificando, em seu discurso, o acirramento da polaridade regional. Em sua fala, Dilma recorreu aos sentimentos regionalistas dos presentes, valorizando a “identidade do semiárido”, estabelecendo uma oposição entre a região e os “tucanos”, qualificados como alheios àquela realidade⁵⁰³. Isto se torna evidente já na abertura de seu discurso:

Bom dia e boa tarde, semiárido! Bom dia pra todos vocês aqui! Pra mim é mais do que uma honra, é um imenso orgulho estar aqui com vocês do semiárido. *É um imenso orgulho porque nós, juntos, estamos mudando a*

⁵⁰¹ Cf. Anexos – Documentos – “Pelas vidas e dignidade no Semiárido, apoiamos Dilma”, 10/10/2014.

⁵⁰² Discurso da ministra do MDS, Tereza Campello, em ato organizado pela ASA, em apoio à reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Petrolina-PE, 21/10/2014, grifo nosso.

⁵⁰³ Cabe mencionar que o *slogan* do evento foi “Dilma pelo semiárido”.

*realidade do semiárido. Então, eu quero dizer pra vocês, um “viva” aqui para esta região, que é uma das regiões mais importantes deste país, apesar do que acham os tucanos! Porque os tucanos falaram que os meus votos, os votos que eu recebi no semiárido, no Nordeste [...] eram de pessoas ignorantes. Nós somos ignorantes, porque nós ignoramos os tucanos! Nós não reconhecemos nos tucanos alguém que fez uma política a favor de nenhum estado brasileiro, muito menos do Nordeste*⁵⁰⁴.

Situando-se como *parte* da região, “porque nós, juntos, estamos mudando a realidade do semiárido”, Dilma ratifica os limites que definem sua posição e aquela dos “tucanos”, em referência aos *psdbistas*, operando uma distinção entre um lado, que desenvolveu políticas *pela região*, e outro, que não é reconhecido como realizador de “uma política a favor de nenhum estado brasileiro, muito menos do Nordeste”⁵⁰⁵. A candidata prossegue sua explanação afirmando que *eles*, que têm uma visão ultrapassada do Brasil, “não sabem que o Brasil e esta região do Brasil estão mudando pelo braço, a garra, o esforço de seu próprio povo e pelas oportunidades que os governos do presidente Lula e o meu governo fizeram aqui no semiárido”⁵⁰⁶. Após discorrer sobre algumas conquistas e políticas surgidas ou fortalecidas em seu primeiro mandato presidencial, a candidata concluiu sua fala fazendo uma referência à relação estabelecida entre seu governo e a ASA. Sobre isto, afirmou:

Eu tenho muito orgulho dessa parceria que nós fizemos aqui com todos os movimentos sociais que estão aqui representados. Tenho orgulho do um milhão de cisternas que nós construímos com a ASA, que nós construímos aqui. É uma realização e eu sei que vocês sempre tiveram garra, sempre lutaram, sempre defenderam uma vida melhor para suas famílias⁵⁰⁷.

Contando com forte aclamação dos presentes, a candidata petista se despediu de Petrolina, seguindo sua programação de campanha, em viagem a outras cidades⁵⁰⁸. Enquanto isto, dezenas de ônibus retornaram aos diversos municípios do semiárido, repletos de

⁵⁰⁴ Discurso da então candidata à presidência da República (Brasil), Dilma Rousseff, em ato organizado pela ASA, em apoio à sua reeleição. Petrolina-PE, 21/10/2014.

⁵⁰⁵ O discurso de Dilma Rousseff, em Petrolina, teve considerável repercussão na imprensa brasileira. Cf., por exemplo: “‘Somos ignorantes porque ignoramos os tucanos’, diz Dilma no Nordeste”, Folha de São Paulo, 21/10/2014, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1535877-somos-ignorantes-porque-ignoramos-os-tucanos-diz-dilma-no-nordeste.shtml> (Acesso em Ago./2015); “ONGs parceiras reforçam eventos de Dilma em Pernambuco”, O Globo, 22/10/2014, disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/ongs-parceiras-reforcam-eventos-de-dilma-em-pernambuco-14320551> (Acesso Ago./2015).

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ Discurso da então candidata à presidência da República (Brasil), Dilma Rousseff, em ato organizado pela ASA, em apoio à sua reeleição. Petrolina-PE, 21/10/2014, grifo nosso.

⁵⁰⁸ Ainda no mesmo dia, Dilma se dirigiu a uma fábrica da Jeep, empresa automobilística do grupo Fiat, em Goiania-PE, onde dividiu o palanque com o ex-presidente Lula.

camponeses, vestidos de vermelho, portando bandeiras de suas organizações e movimentos, além de adesivos e demais materiais de campanha⁵⁰⁹.

A considerável adesão dos camponeses ao ato, somada à própria presença de Dilma Rousseff e da ministra Tereza Campello, em Petrolina, representou um importante momento de manifestação pública de apoio ao governo petista, por parte dos movimentos sociais atuantes no semiárido⁵¹⁰. Tal como nos demais atos, organizados pela ASA, foi colocada em movimento a estrutura organizativa da Articulação, servindo esta a uma rápida e efetiva mobilização de camponeses oriundos de diversos municípios. Ademais, como parte deste processo, recorreu-se, como importante justificativa de mobilização, às conquistas concretas distribuídas pela porção mais seca do território nacional, que materializaram, nas comunidades, alternativas eficazes à convivência com o semiárido nos adversos tempos de estiagem.

Por fim, parece-nos relevante considerar que, neste contexto, a atuação da ASA – sua imersão em um complexo e contraditório jogo relacional com o Estado e com agentes privados – transcende os limites desta relação em particular. Como vimos neste capítulo, os enredamentos institucionais da ASA como governos petistas ocorrem, mais fortemente, em um cenário de adensamento dos vínculos entre sociedade civil e Estado, sob uma perspectiva de abertura das instituições democráticas à participação popular em ações político-propositivas, configurando-se, como consequência, aquilo que Adel Mirza qualificou como “cidadania organizada”⁵¹¹.

O Governo Lula (PT) – que demarca o momento a partir do qual os programas da ASA são convertidos em políticas públicas – representa um referencial importante na montagem deste cenário, ainda presente sob a gestão de Dilma Rousseff. Marcado pela redefinição dos termos da relação dos movimentos sociais com a institucionalidade estatal, o quadro em foco suscita interpretações diversas e contraditórias quanto aos limites ou potencialidades advindas do contexto político-integrativo aos movimentos sociais. Neste contexto, o problema da autonomia dos movimentos sociais, de grande impulso nos anos 1970/1980, volta a alimentar amplas controvérsias político-teóricas no campo das ciências sociais.

⁵⁰⁹ Segundo informações obtidas através de lideranças da ASA, só da Paraíba dirigiram-se à Petrolina-PE 25 ônibus, transportando 1050 pessoas.

⁵¹⁰ No dia 26/10/2014, a candidata Dilma Rousseff foi reeleita presidenta do Brasil, tendo obtido 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do seu oponente, Aécio Neves, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

⁵¹¹ Christian Adel Mirza. op. cit., p. 34.

Em famoso ensaio sobre o tema, referenciando-se nos dois mandatos do Governo Lula, o sociólogo Francisco de Oliveira elabora uma frutífera reflexão, apoiando-se no aporte teórico gramsciano, como recurso interpretativo ao desvendamento da “esfinge lulista” ⁵¹². A tese do autor é a de que estamos diante de uma “hegemonia às avessas”, típica da era da globalização. Esta hegemonia *sui generis* se caracterizaria pela concessão, por parte das classes dominantes, da “direção moral” da sociedade para as classes dominadas, mantendo o “mito da capacidade popular para vencer seu temível adversário, enquanto legitima a desenfreada exploração pelo capitalismo mais impiedoso” ⁵¹³. Segundo Oliveira, a longa “era da invenção” – período de emergência movimentalista dos anos 1970 e 1980 – forneceu “a direção moral da sociedade brasileira na resistência à ditadura e alçou a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política” ⁵¹⁴. Sob os governos petistas ⁵¹⁵, por outro lado, ocorre a “despolitização da gestão da pobreza e desigualdade” ⁵¹⁶, que passam a ser tratadas como “problemas de administração” ⁵¹⁷. Com efeito,

Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, de modo direto ou indireto, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula ⁵¹⁸.

⁵¹² A parte do livro que contém seu ensaio foi intitulada “Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro!”, em referência ao famoso enigma da esfinge, descrito mitologicamente como um monstro com cabeça de mulher, peito e patas de leão, com asas como uma ave de rapina. Segundo a mitologia, este monstro “foi enviado por Hera contra Tebas para castigar a cidade pelo crime de Laio, que amara o filho de Pélops, Crisipo, em amores culpados. Estabeleceu-se numa montanha situada a oeste de Tebas, nas proximidades da cidade. Daí, assolava a região devorando os seres humanos que lhe passavam ao alcance. Sobretudo, apresentava enigmas aos viajantes, que não os conseguiam decifrar. Então, matava-os. Somente Édipo conseguiu responder-lhe. Desesperado, o monstro atirou-se de um rochedo e matou-se” Cf. Dicionário da Mitologia Grega e Romana. 5a ed. Rio de Janeiro; 2005. Esfinge; p. 149.

⁵¹³ Francisco de Oliveira. Hegemonia às avessas. in Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibeke Rizek, organizadores. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 24.

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ O autor circunscreve sua análise aos dois mandatos do ex-presidente Lula. Contudo, parece-nos válido extrapolar sua tese também para o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, tendo em vista a manutenção dos vínculos estabelecidos pelo seu antecessor entre as organizações da sociedade civil e a institucionalidade estatal.

⁵¹⁶ Francisco de Oliveira. op. cit., loc. cit.

⁵¹⁷ Idem.

⁵¹⁸ Ibidem, p. 26.

O sociólogo argumenta que, escondida sob “conjunto de aparências” subjaz outra coisa “para a qual ainda não temos nome nem, talvez, conceito” ⁵¹⁹. Reivindicando a elaboração de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*⁵²⁰, Oliveira explica que o consentimento sempre foi “o produto de um conflito de classes em que os dominantes, ao elaborarem sua ideologia, que se converte em ideologia dominante, trabalham a construção das classes dominadas a sua imagem e semelhança” ⁵²¹. Sob o arranjo político-institucional analisado pelo autor, estamos em face de uma nova dominação: “os dominados realizam a ‘revolução moral’ [...] que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada” ⁵²². Neste sentido, Oliveira conclui, definindo o caráter “avesso” da hegemonia em foco:

Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista⁵²³.

Compartilhando com Oliveira o esforço de compreensão dessa realidade, o cientista político André Singer apresenta importantes contribuições à problemática em análise. Este autor, qualificando o fenômeno do “lulismo”, observa que emerge no cenário brasileiro uma nova orientação ideológica, antes ausente do tabuleiro político nacional. Nas palavras de Singer, “o lulismo, ao executar o programa de *combate à desigualdade dentro da ordem*, confeccionou uma nova via ideológica, com a união de bandeiras que não pareciam combinar” ⁵²⁴. Segundo o autor, aprofundando sua hipótese, os mandatos de FHC deixaram como legado um pacto com a burguesia que envolvia juros altos, liberdade de movimento dos capitais e contenção dos gastos públicos. Diante disto, “a continuidade [no Governo Lula] do pacote ‘FHC’ foi posta pela burguesia como condição de não haver ‘guerra’ de classes e conseqüente risco de o governo ser acusado de destruir o Real⁵²⁵” ⁵²⁶. Incorporando tal legado, assumindo o pacto político nele contido, o ex-presidente petista “vocalizou, então, o

⁵¹⁹ Francisco de Oliveira. op. cit., loc. cit..

⁵²⁰ Karl Marx e Friedrich Engels. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁵²¹ Francisco de Oliveira. op. cit., loc. cit.

⁵²² Idem.

⁵²³ Idem.

⁵²⁴ André Singer. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*. 2009, p. 96, grifo do autor.

⁵²⁵ Neste ponto, Singer faz referência ao Plano Real – programa criado em 1994, por FHC, com o propósito de estabilizar a economia e controlar a inflação.

⁵²⁶ Ibidem, p. 97.

discurso conservador de que o seu governo não adotaria qualquer plano que pusesse em risco a estabilidade, preferindo administrar a economia com a ‘prudência de uma dona de casa’”⁵²⁷. Contudo, nas palavras do autor, o “pulo do gato de Lula”, distinguindo-o de FHC, foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, “construir uma substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, *corresponde nada mais nada menos que à realização de um completo programa de classe*”⁵²⁸. Neste sentido, o cientista político observa que, além de medidas de alcance geral,

[...] que propiciaram a ativação de setores antes inexistentes na economia (por exemplo, clínicas dentárias para a baixa renda), *uma série de programas focalizados, como o Luz para todos (de eletrificação rural), regularização das propriedades quilombolas, construção de cisternas no semiárido etc. favoreceram o setor de baixíssima renda*⁵²⁹.

O sociólogo Ruy Braga, por sua vez, problematizando os efeitos politicamente regressivos da hegemonia lulista, efeitos estes decorrentes da absorção de forças sociais antagônicas no aparato estatal, apresenta uma hipótese segundo a qual estaríamos diante de uma “revolução passiva à brasileira”, recorrendo, pois, ao conceito gramsciano elaborado a partir da análise do *Risorgimento* italiano⁵³⁰. Para tal, Braga delimita a particularidade do Governo Lula, distinguindo-o, em certa medida, do matiz neoliberal de seu antecessor (FHC), “exatamente porque, no intuito de constituir certas margens de consentimento popular, ele [Lula] deveria responder a determinadas demandas represadas dos movimentos sociais”⁵³¹. Para o autor,

⁵²⁷ Idem.

⁵²⁸ André Singer. op. cit., p. 98, grifo do autor.

⁵²⁹ Ibidem, p. 93, grifo nosso.

⁵³⁰ Em artigo onde discute o conceito de “revolução passiva”, Alvaro Bianchi sintetiza seus fundamentos na elaboração de Gramsci: “No centro da análise é colocada a ascensão da burguesia ao poder em aliança com aquelas classes que, na França, haviam sido deslocadas pela revolução. Era retomado, assim, um tema caro à tradição marxista, tema esse que aparecia em *A luta de Classes na França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx e em *Revolução e Contra-revolução na Alemanha*, de Friedrich Engels. A pergunta-chave é: pode a burguesia ascender ao poder sem passar pelo calvário da revolução? É esse material histórico e são essas análises de Marx e Engels, que Gramsci tem em mente quando procura nas fórmulas de revolução passiva e restauração-revolução a chave explicativa para o processo de ascensão da burguesia italiana. A comparação com o caso francês é, aqui, fundamental. Seu espectro rondava a Europa. Ela fornecia o exemplo daquilo que as classes dominantes queriam evitar. Era a revolução clássica”. Cf. Alvaro Bianchi. *Revolução passiva: o pretérito do futuro. Crítica Marxista*. 2006, p. 44.

⁵³¹ Ruy Braga. *Hegemonia às avessas: apresentação*. in Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibeke Rizek, organizadores. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 10.

[...] a hegemonia lulista satisfaz, se não completamente, em grande medida, as premissas gramscianas a respeito tanto da “conservação”, isto é, a reação “dos de cima” ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à “inovação”, ou seja, a *incorporação de parte das exigências “dos de baixo”*. Trata-se naturalmente de uma dialética multifacetada e tensa (“inovação/conservação”, “revolução/restauração”) *que catalisa um reformismo “pelo alto”, conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para novas mudanças* – progressistas (no caso do fordismo, analisado pelo genial sardo no *Caderno 22*) ou regressivas (no caso do fascismo)⁵³².

A perspectiva apresentada pelo autor demanda a consideração da “dialética multifacetada e tensa”, constitutiva dos processos sociais em curso, exigindo a rejeição às categorizações antitéticas – portanto, não dialéticas – que reduzem os processos sociais ao par *autonomia versus cooptação*. Este, a nosso ver, é o grande desafio colocado para o equacionamento analítico da relação movimento social-Estado na contemporaneidade, particularmente sob as contradições engendradas nos governos *petistas*, problematizadas neste capítulo.

Diante deste quadro contraditório, com base nos argumentos acima elencados, consideramos pertinente apresentar duas questões fundamentais para esboçar algumas considerações conclusivas, neste capítulo, em nossa abordagem sobre a ASA: (1) seria a prática movimentalista (assumida pelos integrantes da Articulação, em diversos momentos de sua atuação, como mencionamos anteriormente), uma mera *forma* (ou, como delimitou Marx, uma “aparência necessária”, ideológica, portanto) da presença do Estado que, em seu conteúdo, absorveria os movimentos, neutralizando-os em seu campo? Ou, ao contrário, (2) estaríamos diante de uma apropriação efetiva, por parte dos camponeses articulados pela ASA, de um novo espaço de luta (o Estado), sendo a conquista de recursos financeiros para a execução de projetos um ganho político concreto, ainda que parcial, podendo este ser convertido em potencial de transformação social e emancipação política?

A resposta a tal questionamento requer algumas considerações. Em primeiro lugar, cabe reiterar que o processo de enredamento das organizações e movimentos à racionalidade estatal, para a execução das políticas públicas, impôs ao seu quadro a inserção num novo campo de atuação, engendrando-se, como parte do processo emergente, amplas mudanças institucionais no seio da Articulação, tornando-se esta uma organização plenamente adaptada ao pragmático contexto de execução de políticas públicas. A nosso ver, a partir dos dados e referenciais analisados neste trabalho, os compromissos institucionais que advêm deste

⁵³² Ibidem, p. 11, grifo nosso.

movimento integrativo não anulam a reprodução dos códigos ético-políticos movimentalistas, nas ações cotidianas dos integrantes da ASA, mantendo-se, por isto, uma potencialidade política, ao menos *formal* (organizativa), para reivindicações emancipatórias mais amplas. Neste sentido, não nos parece temerário concluir que tal estrutura organizativa e os códigos ético-políticos nela reproduzidos criam condições objetivas para mobilizações políticas que transcendam os limites geográficos do semiárido, criando meios para urdir futuras articulações de classe em âmbito nacional ou supranacional, motivadas por contextos políticos adversos às organizações e movimentos que a constituem. Por isto, o categórico argumento de que a relação integrativa implica *per si* no “seqüestro” dos movimentos, constituindo-se, como tal, uma relação essencialmente *negativa*, parece-nos insuficiente, se referida a uma organização como a ASA, na medida em que desconsidera eventuais potencialidades e implicações político-organizativas decorrentes dos vínculos estabelecidos.

Ao mesmo tempo, com base nas evidências aqui discutidas e problematizadas, estamos convencidos de que o reformismo “pelo alto”, levado adiante nos governos petistas, resultou, concretamente, na incorporação de parte das exigências dos “de baixo”. Por um lado, tendo em foco a realidade do semiárido, pudemos demonstrar a importância social das políticas executadas para populações economicamente carentes, particularmente como resultado da disseminação das tecnologias de captação hídrica (cisternas de produção de alimentos, cisterna de abastecimento doméstico e outras tecnologias). Ao viabilizar, até o momento, a reprodução de cisternas para quase 3 milhões de pessoas, antes dependentes de fontes precárias de abastecimento, em reservatórios que, somados, acumulam cerca de 9 bilhões de litros de água limpa, as ações de convivência com o semiárido municiam os camponeses para o enfrentamento do “drama da seca” de uma forma diametralmente distinta daquela que, até então, orientava as políticas oficiais dirigidas ao semiárido. Sob as ações de “convivência”, o acesso descentralizado à água potável, nos quintais das casas dos camponeses, através das cisternas e demais tecnologias, garante a sobrevivência da população sertaneja nos adversos tempos de estiagem, redesenhando-se, como consequência, a própria imagem da região, tão marcada pela calamidade e miséria do seu povo. Diante disto, a nosso ver, considerar a incorporação pelo Estado de soluções concretas, voltadas ao suprimento de demandas sociais, na realidade em questão, enquanto uma ação política *unilateral*, isto é, como operação instrumental de cooptação de movimentos, pelo Estado, implica abdicar da

própria realidade social, vivenciada pelos homens e mulheres reais, enquanto referencia analítica, negando a própria dialética constitutiva dos processos em curso⁵³³.

Por outro lado, vimos ainda que, em seu processo de constituição, através da mobilização de estratégias político-organizativas “herdadas” da “era da invenção”, nos anos 1970-1980, as organizações e movimentos sociais criam meios de reproduzir, no *conteúdo* de suas práticas, um conjunto de valores ético-políticos como aquele da autonomia – traduzidos em termos de conquista de direitos, alcance da cidadania, acesso a políticas públicas, etc. – operando-se, com efeito, nos interstícios da institucionalidade estatal. Como consequência, consideramos que, em meio a esta realidade prenhe de contradições, as organizações e movimentos sociais integrantes da ASA, forjando suas ações de convivência com o semiárido, estão promovendo formas de “socialização da política”, entre os camponeses, abrindo, mesmo que limitadamente, descontínuas brechas – espaços que podem ser ocupados pela subjetividade criadora, germe de novas iniciativas.

O Estado, figurado na contemporaneidade por traços confusos, seguramente assustaria a Édipo. Diante da nova esfinge, aquele que salvou Tebas provavelmente reconheceria, nas feições estatais, esboçadas neste capítulo, outro mito: o deus romano Jano, associado pelo poeta Ovídio ao caos primordial, dada a aparência indistinta que o seu duplo aspecto denota⁵³⁴. Suas duas faces, com miradas aparentemente em sentidos opostos, tornam a assimilação de suas expressões algo difícil. O deus romano das mudanças e das transições olha, a um só tempo, ao passado e ao futuro. Acreditamos que o novo desafio – teórico e político – inscreve-se, diante do abstruso semblante, na identificação do devir.

---

⁵³³ Identificamo-nos, aqui, com o posicionamento adotado por E. P. Thompson: “a história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso o seja, geração após geração de passageiros nasceram, vivem na escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morreram. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido”. Edward Palmer Thompson. *Folclore, antropologia e história social*. in Luigi Antonio Negro e Sergio Silva, organizadores. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

⁵³⁴ “El fuego, el agua, y la tierra era un montón./Pero luego que esta masa se apartó con la contrariedad de sus qualidades/ Y desatada se fue a nuevos lugares,/La llama subió al Cielo, el aire ocupó el inmediato lugar,/ La tierra, y el mar tomaron el lugar del medio./ Entonces yo, que había sido Globo, y pero sin forma, / Me volví à imagen, y à miembros dignos de un Dios./Ahora también, porque una pequeña señal tengo de la confusa figura,/ Parece lo mismo en mi lo que está delante, y atrás”. Cf. Publio Ovidio Nasón. *Fastos*. Madrid: Imprenta de los herderos de francisco del hierro, 1737 (Libro I), p. 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: ideologia geográfica
de um regionalismo de resistência

“Este ato é importante para fortalecer nossa identidade”, afirmou uma liderança da ASA, na manifestação de apoio à reeleição de Dilma Rousseff à presidência do Brasil, em outubro de 2014. “Dilma pelo semiárido!” era o *slogan* que explicitava o apoio assumido pelos cerca de 30 mil camponeses, vestidos de vermelho, que ocupavam as ruas e a praça principal de Petrolina. Sustentando imagens da então candidata e do ex-presidente Lula, em tonalidade rubra, nos moldes das fotografias de Lênin, na Rússia revolucionária, os camponeses erguiam seus cartazes e bandeiras com mensagens assinadas por organizações, associações, ONGs e movimentos sociais atuantes no semiárido brasileiro. A preocupação dos camponeses e lideranças dos movimentos e organizações que integravam o ato era, naquela ocasião, a possível vitória eleitoral do oponente político de Dilma, Aécio Neves (PSDB). “Fortalecer nossa identidade”, vencendo o candidato *psdbista*, “pelo semiárido”, mostrava-se como a principal bandeira de luta erguida no ato público que mobilizou homens e mulheres dos sertões do Brasil, no “outubro vermelho” de Petrolina.

A defesa da reeleição de Dilma Rousseff expressava, naquele ato público, a luta pela continuidade de um projeto: o de *convivência* com o semiárido. A manutenção das políticas desenvolvidas pela ASA foi assumida como demanda urgente, no cenário de indeterminações que ora se apresentava. No ponto de vista das organizações e movimentos, tratava-se, na prática, de reeleger Dilma e manter a parceria estabelecida desde 2003, com Lula, que alçou centenas de ONGs, sindicatos, movimentos sociais e coletivos, que já atuavam em prol do desenvolvimento de estratégias, tecnologias e ações alternativas, no semiárido, para o campo da política institucional.

Com a emergência do *governo Lula* (2003), a luta contra a perspectiva de *combate à seca* foi projetada, pelas mãos da ASA, enquanto ação política propositiva, resultando nos programas voltados à *convivência com o semiárido*, adotados num contexto contraditório de um Estado – em sua mitológica feição multifacetada – que absorvia forças políticas antagônicas sob seus limites. Diante da dupla face de Jano⁵³⁵, a ASA foi constituída como espaço de convergência política, configurando uma complexa estrutura organizativa que

---

⁵³⁵ Cf. Capítulo 3.

permitia a execução dos programas assumidos através da articulação de organizações e movimentos de vários estados que compõem o semiárido brasileiro.

As ações em *rede*, as *comissões temáticas*, as tecnologias e experiências desenvolvidas no campo da agroecologia, educação contextualizada, captação hídrica, fundos rotativos, acesso à terra, conservação de sementes, entre outras, coexistiram à redefinições no plano institucional da Articulação. Neste sentido, ao mesmo tempo em que mantinham e fortaleciam suas *ações multitemáticas*, “nas bases”, as organizações e movimentos, adequando-se aos padrões institucionais da política estatal, criavam a AP1MC – OSCIP voltada à administração técnica e gestão dos recursos financeiros obtidos, sendo esta associação conduzida por representantes dos movimentos e organizações ligadas à ASA. Assim, a constituição das Unidades de Gestão Microrregionais (UGMs), Unidades Executoras Locais (UELs), bem como as *comissões municipais*, representadas por associações e coletivos locais, configurou uma estrutura organizativa que abria a possibilidade de uma melhor atuação em distintas escalas geográficas, possibilitando a rápida comunicação entre organizações/movimentos, bem como o alargamento da capilaridade política da ASA, nos municípios que fazem parte do semiárido brasileiro. Esta reconfiguração político-organizativa se apresentou como condição importante para viabilizar a execução dos programas assumidos pela Articulação e alargar o alcance de suas ações.

A internalização dos movimentos e organizações na esfera do Estado seguramente impôs importantes mudanças na prática cotidiana dos quadros que integram a Articulação. Ainda que membros da ASA – particularmente aqueles ligados a ONGs de assessoria técnica – já estivessem habituados às burocracias demandadas pela gestão de recursos financeiros, na execução dos seus projetos junto às comunidades, o cenário de inserção dos movimentos sociais no “plano cinzento da política dos gabinetes”⁵³⁶, a partir de 2003, implicou novos ajustes. Os frequentes relatórios, prestações de conta, reuniões de planejamento para a execução de atividades ligadas aos programas assumidos, entre outras atividades burocráticas, passaram a fazer parte da dinâmica de trabalho no interior nas sedes e secretarias dos Sindicatos, ONGs e movimentos. Ao mesmo tempo, a “correria” para o cumprimento das metas estabelecidas para a construção de cisternas e outras tecnologias, somada às preocupações de integrar uma organização que mobiliza um significativo aporte de recursos financeiros, se expressam na conformação dos quadros da Articulação às funções técnicas e

---

⁵³⁶ Ruy Braga. Apresentação. in Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizak, organizadores. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 9.

administrativas exigidas, resultando na aderência à lógica institucional do Estado, reprodução de sua linguagem e execução de atividades correspondentes.

O ajuste das organizações e movimentos aos padrões institucionais exigidos pelo Estado é acompanhado pelo inevitável risco do “transformismo”, apontado por Francisco de Oliveira, em sua análise inspirada no conceito desenvolvido por Gramsci para a compreensão do *Risorgimento* italiano. Neste sentido, enquanto um aspecto da função de domínio, pelas elites, o transformismo implicaria na decaptação dos grupos inimigos e “sua aniquilação por um período frequentemente muito longo”⁵³⁷. Assim, segundo a posição de Oliveira, ao absorver no Estado as esquerdas que, na longa “era da invenção” dos anos 1970/1980, alçaram a questão da pobreza e da desigualdade ao primeiro plano da política, a hegemonia lulista teria funcionalizado tais problemáticas, despolitizando-as e transformando-as numa questão administrativa, o que teria resultado no “seqüestro” das centrais sindicais e movimentos sociais e no seu desaparecimento da agenda política⁵³⁸. A leitura do autor, se direcionada à realidade em estudo, levaria à hipótese de uma sobreposição das funções técnicas e administrativas à tradicional feição movimentalista que definia as organizações e movimentos sociais antes do estabelecimento das relações de parceria com o Estado, esvaziando-se, assim, seu potencial disruptivo e sua capacidade de inovação política. Deste modo, como consequência, o ato de Petrolina, em apoio à reeleição de Dilma, em outubro de 2014, expressaria o “consentimento ativo” das massas à hegemonia dos governos *petistas*.

Nesta tese, entretanto, ao focarmos na dimensão política das ações da ASA, notamos não a mera *substituição* do caráter “militante” das organizações e movimentos pelas funções técnicas e administrativas. Identificamos, isto sim, um cruzamento dialético entre as duas “feições”, emergindo, em meio às atividades cotidianas dos quadros da organização, um conjunto de expressões que evidenciam a persistência de uma “herança movimentalista” – acumulada em décadas anteriores – nos interstícios das atividades realizadas. Com isto, estamos afirmando que os enredamentos político-institucionais resultantes da função assumida de “administradores do fundo público” – na “tradução” e “articulação” das demandas populares⁵³⁹ – não implicaram *per si* a abdicação dos objetivos historicamente

⁵³⁷ Antonio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 63.

⁵³⁸ Francisco de Oliveira. Hegemonia às avessas. in Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibeke Rizek, organizadores. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 25. Neste sentido, nas palavras de Ruy Braga: “O fato é que o subversivismo inorgânico transformou-se em consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal”. Cf. Ruy Braga. op. cit., p. 13.

⁵³⁹ “Além da função de ‘classe ponte’, [...] as novas classes médias têm, agora, as funções de *tradutor* e *articulador* das demandas particulares, privadas, na operação de confluência, negociação e viabilização de interesses, antagônicos ou não. Principalmente no acesso às diversas formas de fundo público que regulam a

assumidos pelas organizações e movimentos, mas na sua adaptação a uma arena distinta, com seus correspondentes *limites* e *potencialidades* particulares. Por um lado, como buscamos demonstrar, isto resultou no atendimento de parte importante das “exigências dos de baixo”, através dos programas executados pela ASA (P1MC e P1+2), respondendo-se, pois, aos interesses dos camponeses e dos movimentos/organizações. Por outro lado, ao sustentar processos organizativos assentados em princípios como o da autonomia, na perspectiva do “povo como sujeito da própria história”, a Articulação vem promovendo formas de socialização da política, entre os camponeses, abrindo espaço para potenciais horizontes de reivindicação mais amplos (espacial e socialmente).

Cabe, ademais, problematizar o cruzamento entre a dimensão política – até aqui discutida – com a espacialidade da atuação da ASA, em sua dialética relação com o Estado. Os elos estabelecidos entre organizações, sindicatos, movimentos sociais, coletivos e grupos locais, como parte da configuração da Articulação, apontam para a operacionalização de estratégias que cruzam distintas escalas geográficas, tendo como efeito o questionamento dos limites definidos pelo jogo político que conformavam, até então, os vínculos de dependência dos camponeses às elites locais e regionais. Por um lado, isto se dá através das ações e estratégias empreendidas *no campo público-estatal*, resultando nos programas executados pela ASA sob a forma de política pública. Neste sentido, o Estado passa a ser mobilizado como referente fundamental, orientando o sentido das ações realizadas nas demais escalas sob seus limites – neste caso, em favor dos programas de *convivência com o semiárido*. Por outro lado, para além dos domínios institucionais do Estado, a ASA atua, simultaneamente, através de processos horizontalizados de organização política e associativa, mobilização em redes temáticas, realização de encontros, incentivo à construção de fundos rotativos, visitas de intercâmbio, organização em redes, campanhas políticas, entre outras formas de mobilização. Por este caminho, como vimos, a Articulação favorece o estreitamento de vínculos entre os camponeses, em diversas escalas, constituindo “comunidades de interesse” que transcendem a realidade local, projetando as demandas comunitárias para fora dos seus limites, dotando-lhes, assim, de um significado político mais amplo. Deste modo, combinando a execução de políticas públicas (referenciadas no Estado) com práticas movimentalistas (inspiradas no

---

reprodução dos capitais privados, assim como a reprodução da força de trabalho, e de outros interesses mais difusos ao nível da totalidade da sociedade. No caso dos chamados ‘movimentos sociais’, tão explorados nas literaturas sociológica e antropológica, a função dos *assessores*, do lado dos próprios movimentos sociais, e dos técnicos, do lado do Estado, revela a proeminência das funções de traduzir e articular, de modo exemplar” Cf. Francisco de Oliveira. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. in Fábio Wanderley Reis e Guillermo O’Donnell, organizadores. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 286.

acúmulo das organizações e movimentos que a compõem), a ASA constrói um “horizonte espacial coletivo” distinto para o semiárido, produzindo uma *ideologia geográfica* antagônica àquela do *combate à seca*.

A *região* é, neste processo, constituída como o campo de disputa a partir do qual os posicionamentos antagônicos são revelados na forma de discursos, estratégias, representações e ações políticas. No primeiro capítulo, vimos que a *seca* demarcou, historicamente, os traços de uma região que teve a negatividade como elemento constitutivo. A representação dominante, instaurada a partir do final do século XIX e consolidada em meados dos anos 1920, trazia a miséria e a pobreza como imagens identificadoras da “região-problema” do país. Deste modo, o Nordeste foi “produzido” como uma região carente de verbas e intervenções públicas, assumindo suas elites a função social de intermediação entre o Estado (e seus recursos) e seus próprios domínios locais, justificando, assim, a execução de políticas de *combate à seca* como forma de “socorrer” a população vitimizada por seus efeitos.

Neste caso, o “corporativismo espacial” criado através desse *regionalismo dominante* se constituiu como uma eficiente ideologia geográfica voltada à manutenção das assimetrias econômicas e políticas nas relações estabelecidas em escala local. Em outras palavras, a defesa do regionalismo, enquanto ideologia geográfica, através da afirmação da “região-problema”, assegurava o domínio de classe num contexto adverso de centralização política, em escala nacional, e de simultâneo deslocamento da centralidade econômica do “Norte” para o Centro-Sul. A manutenção das estruturas locais e regionais de poder passava, pois, pela constituição da *região* como um problema nacional, sendo a *seca* o atributo essencial utilizado para tal operação.

Diante deste cenário, a inversão da imagem negativa da *região* (enquanto espaço marcado pelas calamidades da seca) e de sua população (enquanto vítima da natureza) apresenta-se como propósito das ações agrupadas sob a perspectiva de *convivência com o semiárido*, assumida pelas organizações e movimentos sociais que atuam através da ASA. Deste modo, como forma de questionar os arranjos políticos associados à ideologia geográfica regionalista, produzidos sob a perspectiva de *combate à seca*, a ASA problematizou as representações negativas que alimentam tal projeto e desenvolveu, na prática, alternativas às suas ações político-interventivas. Diante da representação social do sertanejo como vítima, as organizações e movimentos buscam valorizar seu caráter inventivo e sua capacidade de superação das adversidades. Frente à imagem de uma região inviável, marcada pela seca e pela miséria, a ASA projeta uma representação do semiárido como espaço possível, *locus* de

uma relação positiva entre o homem e o ambiente. Perante as grandes obras hídricas de açudagem e ações emergenciais, desenvolvidas em tempos de estiagem, a ASA atua através da reprodução de tecnologias alternativas, de baixo custo, voltadas à descentralização do acesso à água, construídas por meio de processos participativos focados na autonomia dos camponeses e na disseminação de formas horizontalizadas de organização política. Desta maneira, as estratégias, representações e ações políticas desenvolvidas na perspectiva do *combate à seca* e da *convivência com o semiárido* manifestam sua polaridade.

Entretanto, cabe evidenciar que, em tal polaridade, a *região* enquanto forma espacial de organização política é reconhecida e assumida por ambas as perspectivas, constituindo-se como objeto de disputa não a sua existência enquanto tal, mas as representações que a demarcam e as ações político-interventivas materializadas em seu nome. Reconhece-se, assim, que o discurso performativo que produz a região traz implicações de ordem social e política, definindo-se o regionalismo – seja de *dominação* (combate à seca), seja de *resistência* (convivência com o semiárido) – enquanto expressão de uma luta que vincula *política* e *espaço* como parte de um mesmo processo social.

Diante desta consideração, as reflexões do geógrafo Neil Smith sobre “política espacial” e, em particular, sobre processos de “produção de escala geográfica” constituem-se, a nosso ver, um referencial importante. Para este autor, a escala se define como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios, podendo ser, pois, produzida ativamente:

A construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados; o corolário também é válido. A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar*. *A escala demarca o sítio da disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa*. Vista dessa forma, a produção de escala pode começar a fornecer a linguagem que torna possível uma política espacial mais substantiva e tangível⁵⁴⁰.

A perspectiva de Smith convida a uma desconstrução das reificações escalares, isto é, à superação da leitura das escalas como algo dado. Ao assim proceder, o autor redefine, na análise, os termos das relações de poder, distanciando-se das abordagens que estabelecem uma leitura hierárquica e reificada das escalas, em que o poder estaria cristalizado nos diferentes níveis, do “local” (seu nível inferior) ao global (o nível mais elevado). Ao mesmo

---

⁵⁴⁰ Neil Smith. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. in Antonio A. Arantes, organizador. *O espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 143-144, grifo nosso.

tempo, o monopólio do poder pelo Estado é questionado, negando-se, assim, a ideia de que seu exercício se reduz aos níveis institucionais a ele associados, em particular, em sua forma federalista: nacional, estadual e municipal⁵⁴¹. Abre-se, pois, a possibilidade de uma compreensão da escala enquanto resultado contraditório de um processo social de disputa em que as “escalas hegemônicas” de poder do Estado (em seus diversos níveis hierárquicos) podem ser questionadas, subvertidas e, eventualmente, apropriadas no jogo político. Renato dos Santos, em sua análise sobre o tema, ressalta:

As noções (de níveis) tradicionalmente associadas à ideia de escala (tanto as já consagradas e não raro cristalizadas por reificações, como a local, regional, nacional e global, quanto àquelas vinculadas à ordem estatal federalista) são então transformadas em marcos referenciais que alicerçam complexos jogos e processos que fundam novas escalas, ao mesmo tempo em que ressignificam, refuncionalizam, anulam ou ignoram essas “antigas”⁵⁴².

Este autor observa que os ordenamentos espaciais constituídos pelas geometrias institucionais organizadas em escala revelam uma perspectiva clara de “encapsulamento do poder”, assumindo-se, muitas vezes, como o único espaço legítimo de sua realização o Estado. Com efeito, a escala, enquanto arena ou esfera de regulação da sociedade é instrumento de poder e de manutenção de posições e de dominações, mas é também “um instrumento de identificações de posições no mundo, servindo assim também como referência de compreensão do poder e instrumento também de perturbação e transformação da ordem”⁵⁴³. Neste quadro, Carlos Walter Porto-Gonçalves ressalta que os movimentos sociais são relevantes precisamente por trazerem à luz, “com sua própria existência, não só as contradições inscritas no espaço-tempo, como, também, os possíveis inscritos nessa própria

---

⁵⁴¹ Claude Raffestin, estabelecendo uma crítica ao pensamento do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, argumenta que, na abordagem deste autor, só existe o poder do Estado, sendo, pois, esta geografia *unidimensional*: “Para começar, se considerarmos apenas o Estado, como é o caso na geografia política geral, só se dispõe de um nível de análise espacial, aquele que é limitado pelas fronteiras. Sem dúvida, pode-se também dispor de uma hierarquia de níveis, os mesmos que o Estado criou para organizar, controlar e gerenciar seu território e sua população. Porém, com o caráter cada vez mais integrador e globalizante do Estado, tais níveis aparecem sobretudo como marcos espaciais para difundir o poder estatal em vez de níveis articulados do exercício de poderes inferiores. Isto é, a escala é dada pelo Estado. De certa forma, trata-se de uma geografia unidimensional, o que não é aceitável na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais. Além disso, o poder estatal é tratado como um fato evidente que não precisa de explicação, uma vez que se encontra nas cristalizações espaciais que manifestam suficientemente a sua ação”. Cf. Claude Raffestin. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 16-17.

⁵⁴² Renato Emerson Nascimento dos Santos. *Movimentos sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011, p. 124.

⁵⁴³ Renato Emerson Nascimento dos Santos. op. cit., p. 133.

realidade”⁵⁴⁴. As ações, estratégias e objetivos dos movimentos sociais guardam, nesta perspectiva, potencialidades de contestação da realidade social vigente e, simultaneamente, das limitações e constrangimentos associados às manifestações espaciais dos poderes hegemônicos instituídos.

Ao situarmos as ações da ASA sob a perspectiva da “produção de escalas”, tomamos suas práticas como manifestação particular de uma totalidade dialeticamente configurada por processos sociais mais amplos, processos estes forjados em meio à conflituosidade característica das relações de classe sob o capitalismo. Neste sentido, operando através do questionamento de discursos, representações e ações políticas materializadas em nome da região-problema, evidenciando sua função de *ideologia geográfica de dominação*, a ASA colocou o problema da região sob outros termos. Diante do discurso dominante que atribuía a miséria e a pobreza do sertanejo à seca (portanto, à natureza), os movimentos e organizações identificaram as oligarquias agrárias e a expressão tradicional do seu poder, em escala local, como fonte do flagelo do povo do semiárido. Deste modo, a autonomia camponesa se impôs como bandeira relevante numa região marcada pelo tradicionalismo oligárquico, constituindo-se a quebra das relações clientelistas um momento necessário da construção de um “outro semiárido”.

Vinculando a *reconstrução do semiárido* com a redefinição das relações de poder entre os camponeses e os proprietários de terra, a ASA desencadeou a *produção de escalas*, numa perspectiva contra-hegemônica, em diversos níveis. Em primeiro lugar, a própria escala regional foi questionada enquanto domínio ideológico-geográfico exclusivo das elites tradicionais, desenvolvendo-se um *regionalismo de resistência* assentado na perspectiva de um semiárido construído pelas mãos dos camponeses, organizações e movimentos sociais. Disto resulta a “re-produção”, “re-definição” e “re-significação” de outras escalas geográficas. Neste processo, o Estado, fonte das verbas dirigidas ao *combate à seca*, passou a ser mobilizado, pelos movimentos sociais e organizações, como canal para obtenção de recursos financeiros para a execução dos programas voltados à *convivência com o semiárido*, inserindo-se, assim, as demandas camponesas na esfera pública, em escala nacional. Por sua vez, abre-se, na escala *local*, espaço à inovação política através da configuração de laços de solidariedade comunitária, valorização dos “saberes locais”, intercâmbio de experiências, criação de associações e grupos de interesse. Assim, são consolidadas alternativas político-

---

⁵⁴⁴ Carlos Walter Porto-Gonçalves. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS*. 2006, p. 16.

organizativas que redefinem a posição relativa do campesinato frente aos poderes hegemônicos instituídos, valorizando-se sua autonomia e sua capacidade de atuação política.

A análise das contrapostas perspectivas de *combate à seca e convivência com o semiárido* – considerando a relação dialética entre as representações (social e espacial) constituídas em seu nome e as ações político-interventivas correspondentes – teve como motivação, nesta tese, a busca pelo reconhecimento, em uma realidade particular, da dimensão e do fundamento geográficos da luta de classes sob o capitalismo⁵⁴⁵. Afirmado enquanto uma urgência pelo geógrafo David Harvey, este reconhecimento impõe, a nosso ver, como tarefa fundamental a problematização das *ideologias geográficas*, que integram e sedimentam os processos de dominação de classe, desvendando-se, neste sentido, as escalas produzidas, suas hierarquias, sua suposta naturalidade, os veículos de sua disseminação e os interesses políticos a que servem. Neste sentido, situar a produção do espaço como momento constitutivo da dinâmica do capital e da luta de classes é um primeiro passo para permitir a libertação dos “grilhões que nos prendem a uma espacialidade oculta que tem tido o poder opaco de dominar (e por vezes confundir) a lógica tanto de nosso pensamento como de nossa política”⁵⁴⁶. Se, como afirmou Neil Smith, *é a escala que delimita as paredes da prisão*⁵⁴⁷, cabe, em primeiro lugar, identificá-la, questioná-la e, em meio às contradições, reconhecer os horizontes possíveis de emancipação que emergem em seus limites.

---

⁵⁴⁵ David Harvey. Espaços de esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 82.

⁵⁴⁶ Ibidem, p. 85.

⁵⁴⁷ Neil Smith. Geografia, diferencia y políticas de escalas. *Terra Livre*. 2002, p. 143.

Referências Bibliográficas

- Abbagnano, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Alfredo Bosi, tradutor. 2a ed. São Paulo: Martins Fontes; 1998.
- Ab'sáber, Aziz. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. *Estudos Avançados*, 1999Mai/Ago;13(36):7-59.
- Albuquerque Jr, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4a ed. rev. São Paulo: Cortez; 2009.
- Almeida, Rosemeire Aparecida de. *(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe*. São Paulo: Editora UNESP; 2006.
- Andrade, Flávio Lyra de; Queiroz, Paula Vanessa Mesquita. Articulação no semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: a influência da ASA na Construção de Políticas Públicas. In: Ângela Küster e Jaime Ferre Marti, organizadores. *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste no Brasil*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer; 2009, p. 26-53.
- Andrade, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática; 1986.
- _____. *A terra o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 7a ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez; 2005.
- Azevedo, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1982.
- Barreira, César. *Trilhas e atalhos do poder : conflitos sociais no sertão* . Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; 1992.
- Baudel Wanderley, Maria de Narazeth. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: Ferreira, Ângela Duarte Damasceno; Brandenburg, Alfio, organizadores. *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR; 1998.
- Benevides, Cezar. *Camponeses em marcha*. Rio de janeiro: Paz e terra; 1985.
- Benko, Georges. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Editora Hucitec; 1996.
- Bernardes, Nilo. As caatingas. *Estudos Avançados*. 1999Mai/Ago;13(36):69-78.
- Bernstein, Henry. V. I. Lenin and A. V. Chayanov: looking back, looking forward. *The Journal of Peasant Studies*. 2009 Jan;36(1):55-81. Inglês.
- Bianchi, Alvaro. Lukács, Gramsci e a crítica ao “Ensaio Popular” de Bukharin. *Debates Contemporâneos*. 2005 Jul (30):182-186.
- _____. Revolução passiva: o pretérito do futuro. *Crítica Marxista*. 2006, 1(23):34-57.

- Bobbio, Norberto. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho, tradutores. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra; 1999.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1989. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região; p. 107-132.
- Bursztyn, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. 2a ed. Petrópolis: Vozes; 1985.
- Braga, Ruy. Hegemonia às avessas: apresentação. In: Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibeke Rizek, organizadores. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo; 2010, p. 7-14.
- Brandão, Nágela Aparecida; Dias, Edmundo Fernandes. A questão da ideologia em Antonio Gramsci. *Trabalho & Educação*. 2007 Jul/Dez;16(2):81-98.
- Brasil. Tribunal de Contas da União. *Avaliação da Ação Construção de Cisternas para Armazenamento de Água* / Tribunal de Contas da União; Relator Ministro Guilherme Palmeira. – Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo; 2006.
- Bruni, José Carlos. Ideologia e Cultura. *Ciências Sociais: coletânea de textos*. São Paulo, SP: SEE; 1987.
- Bukharin, Nicolai Ivanovich. *Teoria do materialismo histórico: manual popular de sociologia marxista*. São Paulo: Caramuru; 1933.
- Cardoso, Ruth C. L. Formas de participação popular no Brasil contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva – Revista da Fundação SEADE*. 1985, Set/Dez;1(3):46-50.
- Carlos, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto; 2011.
- Carvalho, Cynthia Xavier de. Agroecologia, movimento social e campesinato no Agreste da Paraíba [tese]. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Departamento de Sociologia; 2008.
- Carvalho, Paulo Afonso Francisco de. Biografia sumária de Chayanov. In: Horacio Martins de Carvalho, organizador. *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Editora Expressão Popular; 2014, p. 33-38.
- Carver, Terrell. Imagery/Writing, imagination/politics: reading Marx through the eighteenth brumaire. In: James Martin & Mark Cowling, editors. *Marx's Eighteenth Brumaire: (post)modern interpretation*. London: Pluto Press; 2002. Inglês.
- Castro, Iná Elias de. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1992.
- _____. *Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato,

- organizadores. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1996.
- _____. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: Rosendahl, Zeny; Corrêa, Roberto Lobato, organizadores. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2001, p. 103-133.
- Castro, Josué de. *Geografia da fome*. 6a ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; 2006.
- Chauí, Marilena. *O que é ideologia*. 2a ed. São Paulo: Brasiliense; 2008.
- Chayanov, Alexander Vasilevich. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión; 1974.
- _____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Silva, José Graziano da; Stolcke, Verena, organizadores. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense; 1981.
- Codato, Adriano Nervo. O 18 brumário, política e pós-modernismo. *Lua Nova: revista de cultura e política*. 2004(63):85-116.
- Coggiola, Osvaldo. Marxismo e classe operária na atualidade. *Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo*. 1994 Set;(41):31-43.
- Corrêa, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7a ed. São Paulo: Ática; 2003.
- Comerford, John Cunha. Reunindo: as reuniões de trabalhadores rurais como formas de sociabilidade. In: *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política; 1999, p. 47-79.
- _____. *Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2003.
- Coutinho, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo; 2011.
- Cunha, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural; 1979.
- Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores; 1988. Comuna Russa; p. 71.
- Dicionário da Mitologia Grega e Romana. 5a ed. Rio de Janeiro; 2005. Esfinge; p. 149.
- Diégues Jr, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; 1960.
- Doimo, Ana Maria. *Movimento social urbano, Igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes; 1984.

- Doimo, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-1970*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS; 1995.
- Duque, Ghislaine. Da abertura democrática à democratização efetiva: a experiência da Articulação do Semi-Árido na Paraíba. VII Simpósio Observanordeste – 1985-2006: maioria democrática?; 03-04 maio 2006; Recife; BR. Recife: Anais Eletrônicos; 2007: 1-10.
- _____. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e meio ambiente (UFPR)*. 2008, jan./jun;17: 133-140.
- _____. A Articulação do Semi-Árido brasileiro: camponeses unidos em rede para defender a convivência no Semi-Árido. In: Fernandes, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde Servolo de; Paulilo, Maria Ignez, organizadores. *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; 2009, p. 303-320.
- Engels, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: Silva, José Graziano da; Stolcke, Verena, organizadores. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense; 1981.
- Frederico, Celso. *O jovem Marx (1943-44): as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez; 1995.
- Gohn, Maria da Glória Marcondes. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3a ed. São Paulo: Cortez; 2003.
- Gramsci, Antonio. *Concepção dialética da história*. 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 1987.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Carlos Nelson Coutinho, tradutor e editor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2002. (vol. 5).
- _____. *Cadernos do cárcere*. Carlos Nelson Coutinho, tradutor e editor. 5a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2012. (vol. 3).
- Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Harvey, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola; 2004.
- Ianni, Octavio. *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega; 1975.
- Iokoi, Zilda Márcia Gricoli. *Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo. Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: Hucitec; 1996.
- Kärner, Hartmut. Movimentos sociais: revolução no cotidiano. In: Scherer-Warrer, Ilse; Krischke, Paulo. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense; 1987, p. 19-34.

- Kautsky, Karl. *A Questão Agrária*. C. Iperoig, tradutor. 3a. ed. São Paulo: Proposta Editorial; 1980.
- Lacoeste, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 4a ed. Campinas: Papirus; 1997.
- Lander, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: Lander, Edgardo, organizador. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); 2005.
- Latouche, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes; 1994.
- Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; 2002.
- Lefebvre, Henri. A produção do Espaço. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, tradutores. 2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf
- Lenin, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural; 1982.
- Lima, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM; 1999.
- Lois, Carla Mariana. La invención del desierto chaqueño: una aproximación a las formas de apropiación simbólica de los territorios del Chaco en los tiempos de formación y consolidación del estado nación argentino. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1999, Abr;3(38). ISSN: 1138-9788 [citado 15 jan. 2015]. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-38.htm>. Espanhol.
- Löwy, Michael. O pensamento heterodoxo. *Folha de São Paulo*. 21 de novembro de 1999.
- _____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8a ed. São Paulo: Cortez; 2003.
- Lukács, György. *Para uma ontologia do ser social I*. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider, tradutores. São Paulo: Boitempo; 2012.
- Maffesoli, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 3a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2002.
- Malagodi, Edgard. A correspondência de Marx com Vera Sassulitch. *Raízes*. 2003, Jul/Dez;22(1;2):104-109.
- _____. O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudanças. In: Maria de Nazareth Baudel Wanderley, organizadora. *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis;

Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp; 2004, p. 161-171.

_____. Marx e os camponeses russos. *Raízes*. 2005 Jul/Dez;24(1;2):104-109.

Malvezzi, Roberto. *Semi-árido – uma visão holística*. Brasília: Confea; 2007.

Marcos, Valéria de. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do Alto Sertão Paraibano. XIV Encontro Nacional de Geógrafos – ENG; 16-21 julho 2006; Rio Branco; BR. Rio Branco: Anais Eletrônicos; 2006: 1-12.

Markusen, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. *Espaço & Debates*, 1981 Mai;(2):61-99.

Marques, Ana Claudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política; 2002.

Marques, Marta Inez Medeiros. O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; 1994.

_____. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson, organizadores. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia; 2008.

Martin, James. Performing politics: class, ideology and discourse in Marx's Eighteenth Brumaire. In: James Martin & Mark Cowling, editors. *Marx's Eighteenth Brumaire: (post)modern interpretation*. London: Pluto Press; 2002. Inglês.

Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3a ed. Petrópolis: Vozes; 1981.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política)*. 2a ed. Petrópolis: Vozes; 1985.

_____. *Não há terra para se plantar neste verão (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)*. Petrópolis: Vozes; 1986.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec; 1989.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec; 1982.

_____. *O poder do atraso: ensaios de sociologia lenta*. São Paulo: Hucitec; 1994.

_____. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes; 2002.

- _____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto; 2008.
- _____. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 4a ed. Petrópolis: Vozes; 2012.
- Martins, Roberto. Nordeste Pensado, Nordeste Pensante: cultura mais que interessante. In: Silvio Maranhão, organizador. *A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1984.
- Marx, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (livro III, v. 3, t.2).
- _____. *O 18 brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Leandro Konder, supervisão editorial. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano, tradutores. São Paulo: Boitempo; 2007.
- _____. *Manifesto comunista*. Alvaro Pina, tradutor. São Paulo: Boitempo; 2007.
- Marx, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Jesus Ranieri, tradutor. São Paulo: Boitempo; 2010.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; 2013. (livro I).
- _____. Rascunhos da carta à Vera Sassulitch de 1881. Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra, tradutores. Raízes. 2005 Jan/Abr;24(1;2):110-123.
- Medeiros Filho, João; Souza, Itamar de. *A seca no Nordeste: um falso problema: a política de combate às secas antes e depois da SUDENE*. Petrópolis: Vozes; 1988.
- Mirza, Christian Adel. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; 2006.
- Mitidiero Junior, Marco Antônio. *A ação territorial de uma Igreja Radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba*. Curitiba: Editora CRV; 2010.
- Moniz, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. 9a ed. São Paulo: Global; 2001.
- Moraes, Antonio Carlos Robert; Costa, Wanderley Messias da. *Geografia Crítica: a valorização do Espaço*. 2a ed. São Paulo: Hucitec; 1987.
- Moraes, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Anablume; 2005.

- _____. Patrimônio natural, território e soberania. In: Moraes, Antonio Carlos Robert. *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec; 2002.
- _____. *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume; 2011.
- Moraes de Sá, Almair. *Os modos de dizer e de fazer (d)a convivência: enunciados e invenções de semiárido* [dissertação]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA; 2012.
- Moreira, Emilia; Targino, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora UFPB; 1997.
- Nasón, Publio Ovidio. *Fastos*. Madrid: Imprenta de los herderos de francisco del hierro; 1737 (Libro I). Espanhol.
- Neto, Mariana Moreira. *Outro Sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana; 2013.
- Neves, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Rev. Bras. Hist.* 1995;15(29):93-122.
- José Paulo Netto. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. In: José Paulo Netto. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez; 2004.
- Kowarick, Lucio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista brasileira de ciências sociais*. 1987;I(3): 38-50.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3a ed. São Paulo: Editora Ática; 1990.
- _____. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In: Ross, Jurandir L. Sanches, organizador. *Geografia do Brasil*. 5 ed. rev. e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2005.
- Oliveira, Diego Bruno Silva de. O uso das tecnologias sociais hídricas na zona rural do semiárido paraibano: entre o combate à seca e a convivência com o semiárido [dissertação]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza; 2013.
- Oliveira, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste: planejamento e conflito de classes*. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1981.
- _____. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: Reis, Fábio Wanderley; O'Donnell, Guillermo, organizadores. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais; 1988, p. 282-295.
- _____. O momento Lênin. *Novos Estudos*. 2006, Jul.;75: 23-47.

- _____. Francisco de Oliveira. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Francisco de Oliveira e Cibebe Saliba Rizek, organizadores. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo; 2007, p. 15-48.
- _____. Hegemonia às avessas. In: Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibebe Rizek, organizadores. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo; 2010, p. 21-27.
- Paulino, Eliane Tomiasi. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: Editora UNESP; 2006.
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: Lander, Edgardo, organizador. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); 2005.
- _____. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS*. 2006; 3(1): 141-150.
- Pericás, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo; 2010.
- Perruci, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: Silvio Maranhão, organizador. *A Questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1984.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: Fausto, Boris, organizador. *O Brasil republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1997. (Série História geral da civilização brasileira; vol. III).
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega; 2003.
- Quijano, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo, organizador. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); 2005.
- Raffestin, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática; 1993.
- Ribeiro, Pedro Floriano. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: Edufscar; 2010.
- Roberta, Nara. A ideologia na visão gramsciana em meio a dois combates. *Cadernos cemarx*. 2009;6:77-96.
- Rodrigo de Paula Assis, Thiago. Sociedade civil e institucionalização de políticas públicas: o caso do P1MC. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER; 25-28 julho 2010; Campo Grande; BR. Campo Grande: Anais Eletrônicos; 2010: 1-21.

- Sader, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1988.
- Santos, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez; 1995.
- _____. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez; 2005.
- _____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula, organizadores. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez; 2010.
- Santos, Renato Emerson Nascimento dos. *Movimentos sociais e Geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social*. Rio de Janeiro: Consequência; 2011.
- Santos, Thiago Araujo. *Agroecologia como prática social: feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba [dissertação]*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; 2010.
- Shanin, Theodor. Economía campesina: una generalización. In: Shanin, Theodor. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Anagrama; 1976.
- _____. El campesinado como factor político. In: Shanin, Theodor, organizador. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica; 1979.
- _____. *La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Russia 1990-1923)*. Madrid: Alianza Editorial; 1983.
- _____. Lições camponesas. In: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson, organizadores. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular; UNESP: Programa de Pós-Graduação em Geografia; 2008, p. 23-48.
- Scherer-Warrer, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warrer, Ilse; Krischke, Paulo, organizadores. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense; 1987.
- Secco, Lincoln. *História do PT: 1978-2010*. São Paulo: Ateliê Editorial; 2012.
- _____. O teatro da política (O 18 brumário de Luis Bonaparte). *Revista Marxista – núcleo de estudos d'O Capital*. Set.2013;5(8):12-27.
- Silva, Roberto Marinho Alves da. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento [tese]*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável; 2006.
- Silveira, Rosa Maria Godoy. *O Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Ed. Moderna; 1984.

- Singer, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*. 2009, Nov.;85: 83-102.
- Singer, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2002.
- _____. O processo econômico. In: Daniel Aarão Reis, coordenador. *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2014.
- Smith, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: Antonio A. Arantes, organizador. *O espaço da Diferença*. Campinas: Papirus; 2000, p. 132-175.
- _____. Geografia, diferencia y políticas de escala. *Terra Livre*. 2002;2(19): 127-145.
- Stédile, João Pedro, organizador. *A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas (1954 – 1964)*. São Paulo: Expressão Popular; 2006.
- Telles, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: Scherer-Warrner, Ilse; Krischke, Paulo, organizadores. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense; 1987, p. 54-85.
- Thompson, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1981.
- _____. La sociedad inglesa Del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: Edward Palmer Thompson. *Tradición, Revuelta y consciencia de clase: estudios sobre La crisis de la sociedad preindustrial*. 2a ed. Barcelona: Editorial Crítica; 1984, p. 13-61.
- _____. Una entrevista. In: Edward Palmer Thompson. *Tradición, Revuelta y consciencia de clase: estudios sobre La crisis de la sociedad preindustrial*. 2a ed. Barcelona: Editorial Crítica; 1984, p. 294-318.
- _____. Folclore, antropologia e história social. In: Luigi Antonio Negro e Sergio Silva, organizadores. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp; 2001.
- _____. Exploração. In: Thompson, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e terra; 2002, p.11-38.
- _____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: Thompson, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp; 2001, p. 269-285.
- _____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2004.
- Travassos, Lidiany Soares Mota. Uma história não contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza-Ceará. V Colóquio de História “Perspectivas

Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio”; 16-18 novembro 2011; Recife; BR. Recife: Anais Eletrônicos; 2011. p. 717-730. ISSN: 2176-9060.

Vilaça, Marcos; Albuquerque, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis*. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2003.

Wilson, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história*. São Paulo: Companhia das Letras; 1986.

Wolf, Eric. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Global; 1984.

ANEXOS

MAPAS

Nova Delimitação do Semi-Árido

Balanço Hídrico

Atlas Geográfico Digital de Recursos Hídricos do Brasil

Ministério do
Meio Ambiente

**PERCENTUAL DA POPULAÇÃO
RURAL ATENDIDA PELAS
CISTERNAS DE PLACA NOS MUNICÍPIOS
DO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Legenda

□ Limite estadual

População rural atendida

▨ Sem dados

□ 0,1% - 20%

■ 20,1% - 50%

■ 50,1% - 80%

■ 80,1% - 100%

■ >100%

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: WGS 1984
Ano: 2014
Fonte de dados: LEGAT/UFPB - INSA

Este percentual tem por base as estimativas da ASA-BRASIL, que prevê o abastecimento de uma cisterna de placa durante o período de 8 meses para uma família de até 5 pessoas. Os cálculos foram feitos levando em conta a quantidade de cisternas multiplicado por 5, comparando com o total da população rural do município. Devido algumas imagens de satélite serem de baixa resolução, alguns municípios ficaram sem dados precisos sobre a quantidade de cisternas de placa existentes, estando impossibilitados de serem mapeados.

DOCUMENTOS

DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO

PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Recife, 26 de novembro de 1999

O SEMI-ÁRIDO TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!

Depois da Conferência da ONU, a seca continua

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 – a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semi-áridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplidão de um fenômeno mundial – a desertificação – do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do semi-árido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do semi-árido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação no Semi-Árido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal – do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

As medidas emergenciais devem ser imediatamente reforçadas

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação no Semi-Árido; nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o semi-árido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientais, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no semi-árido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO SEMI-ÁRIDO!

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais

até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semi-Árido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

Nossa experiência mostra que o semi-árido é viável

A convivência com as condições do semi-árido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- Que a caatinga e os demais ecossistemas do semi-árido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
- Que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; Que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
- Enfim, que o semi-árido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

É preciso levar em consideração a grande diversidade da região

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semi-árido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semi-Árido Brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semi-árido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde... O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas interrelações, impõe-se mais que nunca.

Dito isto, podemos apresentar a nossa contribuição – fruto de longos anos de trabalho no semi-árido, destacando algumas das propostas que vêm sendo discutidas pela sociedade civil nas duas últimas décadas.

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido.
- A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O semi-árido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio-econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de convivência com o Semi-Árido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o semi-árido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais.
- A garantia da segurança alimentar da região, como um objetivo a ser alcançado a curtíssimo prazo.
- O uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao semi-árido e à sua população, como ferramentas básicas para a convivência com as condições da região.
- A universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar, como um caso exemplar, que demonstra como tecnologias simples e baratas como a cisterna de placas de cimento, podem se tornar o elemento central de políticas públicas de convivência com as secas.
- A articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais, como uma necessidade.
- O acesso ao crédito e aos canais de comercialização, como meios indispensáveis para ultrapassar o estágio da mera subsistência.

ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE

O semi-árido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estruturas

deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuíram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semi-Árido compreende, entre outras medidas:

- A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semi-árido.
- A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do semi-árido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção, a Articulação está propondo, para vigência desse direito:

- O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.
- Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular:
  - A erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos
  - A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados a partir da realidade local.
  - A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.
- A valorização dos conhecimentos tradicionais.
- A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o semi-árido e atravesse toda a sociedade brasileira.

INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens.

Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5 da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação no Semi-Árido reivindica, entre outras

medidas:

- Que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- Que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.
- Que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;
- Que mais mulheres e jovens sejam capacitados para participar em conselhos de políticas públicas;
- Que mais mulheres adultas tenham acesso à escola, com horários e currículo apropriados.

PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas.”

A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no semi-árido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- A realização de um zoneamento sócio-ambiental preciso.
- A implementação de um programa de reflorestamento.
- A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semi-Árido.
- O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o semi-árido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.
- O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.
- A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.
- A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”. Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semi-Árido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.
- A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- Um fundo específico para todas as atividades que não são passíveis de financiamento através

das linhas de crédito existentes.

- Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, vão custar aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (48 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semi-árido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O semi-árido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação... para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça”.

CARTA DE PRINCÍPIOS DA ASA

1. A Articulação no Semiárido - ASA - é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no semiárido brasileiro;
2. São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido"(Recife 1999) e à presente carta de Princípios;
3. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
4. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os/as agricultores/as familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semiárido;b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semiárido;
5. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com semiárido;
6. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semiárido;
7. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;8. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra a desertificação.

Igarassú(PE), 15 de fevereiro de 2000.

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO BRASILEIRA - ASA BRASIL -16/10/2010

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO BRASILEIRA. PARA O FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO DILMA ROUSSEFF, PRESIDENTE DO BRASIL

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL) é uma rede que congrega entidades da sociedade civil de toda a região semiárida do País.

Nascida em 1999, a ASA surge a partir da iniciativa dessas organizações que há anos já trabalhavam na perspectiva da convivência com o Semiárido. Suas práticas significaram uma ruptura com a indústria da seca e com uma tradicional política coronelista, atrasada e cruel, liderada pelas oligarquias locais, que encontram hoje, nos partidos de direita, uma nova roupagem para as mesmas velhas práticas de manutenção do poder à custa da miséria do povo e da região semiárida.

Quebrando essa lógica, a ASA inaugurou uma nova concepção de convivência com a região. Como resultado de longos anos de luta, de educação, mobilização social, implementação de programas de acesso à água, resgatamos a possibilidade real de se viver com qualidade e dignidade nesta bonita e rica região, antes tida como inóspita. Mais do que simples práticas alternativas, a ASA trabalha com uma nova concepção de desenvolvimento, cujos pilares são a valorização da cultura local e do saber popular; a organização popular; o protagonismo de agricultores e agricultoras; o respeito à biodiversidade; o equilíbrio nas relações de gênero; a garantia dos direitos; a democratização do acesso à terra, à água e à educação contextualizada; a segurança e a soberania alimentar.

Com o início do Governo Lula, a partir dos espaços de diálogo entre governo e sociedade civil, a ASA teve a oportunidade de ampliar a sua ação e fortalecer sua luta. Chegamos hoje ao estágio em que muitos municípios do Semiárido brasileiro se encontram em vias de universalização do acesso à água pelas famílias da zona rural. Somente através dos programas da ASA, Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), são mais de um milhão e meio de pessoas que têm garantido o acesso à água de qualidade. Ainda temos um caminho a percorrer no intuito de tornar esses programas políticas públicas assumidas e apoiadas pelo Estado.

Para que isso aconteça, a ASA defende a ampliação da relação Estado e sociedade civil, que, esperamos, possa se consolidar no próximo governo. O contexto político que envolve o segundo turno dessas eleições presidenciais coloca a necessidade urgente de nos expressarmos na defesa de um projeto político pautado na valorização da democracia participativa, da vida e da ética na política. Traz também para a sociedade brasileira a oportunidade de ampliar o debate em torno das propostas apresentadas pelas candidaturas Dilma Rousseff e José Serra.

No entanto, não podemos permitir que este segundo turno se torne numa ameaça de retrocesso no campo do diálogo entre governo e sociedade, no controle social das políticas públicas e especialmente no que se refere às políticas de convivência com o Semiárido. Reconhecemos que, apesar dos avanços do Governo Lula, ainda temos muito que conquistar. Mas acreditamos que tais conquistas somente serão possíveis se tivermos um governo que nos assegure estes espaços de diálogo construídos à luz dos esforços de diversas organizações, movimentos sociais e famílias agricultoras, que permanentemente lutam por uma vida digna no Semiárido brasileiro.

A ASA acredita que estas condições serão continuadas e ampliadas a partir da eleição de Dilma Rousseff para a Presidência do Brasil, ao mesmo tempo em que acredita serem necessários esforços no sentido de assegurar a continuidade dos processos de ruptura com as velhas oligarquias de direita que, com suas manobras, querem manter e ampliar o seu poder em função de interesses escusos, em detrimento dos interesses do povo.

Coordenação Executiva da ASA,
Recife, outubro de 2010.

CARTA DE ORIENTAÇÃO AOS ESTADOS

Companheiros e Companheiras,

É de conhecimento de todos e todas que lançamos a campanha Cisterna de Plástico/PVC – Somos Contra! em Salvador (BA), durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre os dias 7 a 10 de novembro. Nosso objetivo é alertar a sociedade brasileira sobre o impacto e efeitos negativos da disseminação dessas cisternas para o fortalecimento da estratégia de convivência com o Semiárido, no qual temos investido nossos esforços nos últimos anos.

Partir para esse enfrentamento exige que levemos essa discussão às bases, bem como o debate que vem pautando o governo e a mídia nacional, sobre a criminalização das ONGs. O sucesso dessa campanha depende, efetivamente, da participação de todos e todas que fazemos a ASA, em especial das famílias que vem protagonizando essa história marcada por mudanças no Semiárido.

Para que a nossa voz ecoe e a campanha Cisternas de Plástico/PVC – Somos Contra! ganhe a repercussão que queremos, precisamos trabalhar juntos! Para isso, a coordenação executiva da ASA, reunida no último dia 24, durante sua reunião ampliada, elaborou esse documento, que aponta um conjunto de ações para serem desencadeadas em cada território, microrregião e município onde atuamos:

1. Replicar e distribuir os panfletos já produzidos pela ASA, intitulados: *ASA – Semeando Cidadania no Semiárido* e *Cisternas de Plástico/PVC – Solução ou Armadilha* junto a outros movimentos, comissões municipais e famílias;
2. Informar e instrumentalizar as comissões municipais sobre a instalação iminente das cisternas de plástico, para que elas possam sensibilizar as famílias;
3. Reproduzir nas rádios locais, sejam elas comunitárias ou não, os spots sobre a campanha.
4. Registrar todas as atividades desenvolvidas nos municípios em relação à campanha e compartilhar nas listas da ASA, com os comunicadores/as estaduais e também com a Assessoria de Comunicação da ASA – ASACom, através do e-mail asacom@asabrasil.org.br.
5. Reunir depoimentos (em áudio, vídeo ou por escrito) de famílias e pedreiros/as dando a opinião sobre as cisternas de plástico.
6. Inserir nos blogs das ASAs estaduais e sites institucionais a marca da campanha.
7. Ocupar as rádios locais, no dia 15 de dezembro, para falar sobre a campanha.
8. Mobilizar a sociedade e os movimentos sociais que atuam na região para reafirmar o projeto de convivência com o Semiárido que estamos construindo.
9. Todos os materiais da campanha estão disponíveis no endereço:
http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=5635

É fundamental o envolvimento de todas as organizações da ASA para fazer acontecer uma ampla e permanente mobilização em defesa das ações e políticas públicas que, de fato, representam e efetivam a convivência com o Semiárido. Durante toda a nossa história, a mobilização tem sido nossa forte marca. Vamos mais uma vez fazê-la ecoar em todos os cantos e recantos na defesa da convivência com o Semiárido.

24 de novembro de 2011,
Coordenação Executiva da ASA.

SOLUÇÃO OU ARMADILHA?

Durante muitos anos, o Semiárido foi apresentado e tratado como inviável e um entrave ao crescimento econômico e social do País. Uma região onde as pessoas não sobreviveriam sem ajuda externa e eram consideradas incapazes de assumir seus destinos.

Essa ideia, construção simbólica, não foi desprezível, nem pode ser associada à natureza ou às pessoas que vivem no Semiárido. O que se sedimentou é uma construção política, atribuindo todas as dificuldades a Deus ou à natureza. Esse pensamento sempre teve um objetivo claro: beneficiar poucos e manter o poder de dominação da elite, gerando subalternidade.

Associada à falta de água, a solução apontada pela política de combate à seca foi sempre de cunho milagroso: um grande açude, uma grande barragem, a transposição do rio São Francisco, uma grande adutora. Na história recente, no plano dos governos federais, tivemos:

- 1972 PLANOS DE AÇÃO PARA EMERGÊNCIA CONTRA AS CALAMIDADES PÚBLICAS DE SECAS E DE ENCHENTES (Ministério do Interior/Sudene)
- 1979 PLANOS DE AÇÃO PARA EMERGÊNCIA CONTRA AS CALAMIDADES PÚBLICAS (Ministério do Interior/Sudene)
- 1979-83 AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NO COMBATE AS SECAS DO NORDESTE (Ministério do Interior/Sudene)

Essas ações ficaram nacionalmente conhecidas como as responsáveis pela famigerada Indústria da Seca.

Numa outra perspectiva, nessa mesma região, a partir do envolvimento das famílias em torno de tecnologias simples, baratas e de grande impacto, gestadas a partir dos conhecimentos e das práticas das comunidades, foram sendo construídas cisternas de placas. De algumas dezenas, passaram para centenas e hoje são cerca de 500 mil reservatórios. Uma revolução silenciosa, resultado de uma ação conjunta da sociedade civil organizada, dos governos federal, estaduais e municipais e de vários outros parceiros, inclusive bancos e empresas.

Assim, gradativamente foi crescendo a perspectiva da política de convivência com o Semiárido.

Hoje, o Brasil, a partir da efetivação do Programa Água para Todos, no contexto do Plano Brasil Sem Miséria, pode finalmente comemorar a decisão governamental de universalizar as cisternas, pôr fim à Indústria da Seca e garantir água de qualidade a todas as famílias rurais do Semiárido. Decisão que veio para valer e demonstra o compromisso do governo da presidenta Dilma Rousseff.

Parece-nos, no entanto, estranho e inaceitável que, neste contexto, as cisternas de plástico/PVC surjam como alternativa para o semiárido, uma vez que excluem a população local,

não permitindo a sua participação no processo de reaplicação da técnica, criando dependências das empresas.

Efetivamente, o sucesso da ação da ASA através do Programa Um Milhão de Cisternas está na participação das famílias como protagonistas de sua história. No fazer e ser parte do processo.

Nesse contexto, nós, famílias agricultoras e organizações que fazemos a ASA, não nos consideramos as donas da tecnologia, e nem as únicas envolvidas neste processo. No entanto, nos sentimos no dever e no direito de alertar o governo e a sociedade brasileira sobre os efeitos negativos das cisternas de plástico/PVC.

Por fim, queremos ser ouvidas, participarmos e sermos corresponsáveis pela construção e gestão da política de convivência com o Semiárido.

Indicadores	Cisternas de placas	Cisternas de PVC
Cidadania	Água como direito e não benefício. Água como segurança alimentar.	Pessoas beneficiadas que dominam apenas parte do processo.
Construção	Construídas pelos agricultores/as pedreiros/as junto com as famílias.	Entregues prontas às famílias pelas empresas.
Domínio da técnica de construção/Autonomia	Famílias dominam todo processo, participam, constroem e multiplicam para outras famílias.	Domínio das empresas.
Fortalecimento do mercado local	A cada dez mil cisternas construídas, são injetados mais de R\$ 20 milhões de reais no mercado local (materiais de construção, serviços e impostos) que geram mais dinamismo social e econômico.	Todo recurso será repassado às mãos de poucos empresários de fora, não sendo investidos na região.
Custo	Custo final da cisterna de placa: R\$ 2.080,00 (incluindo material, construção, formação e acompanhamento técnico).	Superior às cisternas de placa, podendo o custo final chegar a mais que o dobro.
Impacto na saúde das famílias	Pesquisas indicam que as cisternas de placas diminuem a incidência de doenças relacionadas à água - USP/FEBRABAN (2007), Fiocruz (2010).	Não existem pesquisas.
Acesso à política	Através das comissões municipais presentes em todos os municípios e a partir de critérios pré-estabelecidos pelo programa. As famílias participam ativamente de todo o processo.	Processo ainda não explicitado.
Geração de renda	Pedreiros, técnicos, facilitadores, capacitadores, equipes locais, casas de construção, hotéis, restaurantes, pequenos comércios, etc.	Renda concentrada nas mãos de poucos empresários.
Formação para gestão da água	Todas as famílias são capacitadas em Cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos e convivência com o Semiárido.	Processo ainda não explicitado.
Autonomia da população	As pessoas são donas da tecnologia.	Dependência das empresas.

Pelas vidas e dignidade no Semiárido, apoiamos Dilma.

"Quando não tinha nada eu quis."
Chico César

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede de grupos de organizações da sociedade civil voltada à convivência e viabilização do Semiárido, e que reúne hoje cerca de três mil organizações reunidas espacialmente em toda região. Quando a ASA foi criada, em 1999, o Semiárido se via em um contexto político e social de grande estiagem, uma questão de origem natural, porém com consequências de ordens políticas e sociais relacionadas às ações focadas no "combate à seca". Políticas que desconheciam o protagonismo dos agricultores e das agricultoras, sua capacidade de produzir conhecimentos e de tomar a frente dos seus destinos.

Em decorrência das secas, a morte era comum na região, especialmente a morte de crianças. "Um genocídio praticado pelo Estado", como afirmava o sociólogo Betinho.

As organizações da sociedade civil no Semiárido, reunidas na ASA, tiveram a coragem de lançar ao Brasil uma crítica severa e forte ao modelo de "combate à seca" montado no tripé "coronelismo, enxada e voto", e propor ações simples, de baixos custos e eficientes para uma política pública na perspectiva da convivência com o Semiárido.

Todavia, foi nestes últimos 12 anos, nos governos Lula e Dilma, a partir dos programas "Fome Zero" e "Brasil sem Miséria", que a ASA e suas organizações tiveram a oportunidade de propor várias ações que, assumidas hoje como políticas de governo e até mesmo como Políticas Públicas, transformam a realidade na região.

Até o final deste ano, o Semiárido chega à marca histórica de UM MILHÃO DE CISTERNAS construídas, ou seja, 16.000.000.000 (dezesesseis bilhões de litros de água). Água disponível ao lado da casa de cada família. Água de qualidade para cerca de cinco milhões de pessoas.

É isso que explica o fato de - entre 2010 até o final de 2013 - o Semiárido ter atravessado a maior estiagem dos últimos 30 anos, e em alguns lugares, dos últimos 60 anos, e não ter tido nem uma só morte humana decorrente da seca, embora tenhamos nos deparado com morte de animais, dizimação de sementes e outros problemas. Esse resultado, a ASA credita à sua própria ação e aos programas e políticas governamentais dirigidos ao Semiárido, entre os quais se pode enumerar: Bolsa Família, Bolsa Estiagem, Seguro Safra, Cisternas de Consumo Humano, Cisternas e Tecnologias Sociais para captação de água para produção, ações na perspectiva da agroecologia, assistência técnica, crédito adequado, início da política de sementes crioulas, eletrificação rural, Minha Casa Minha Vida Rural, aumento real no valor do salário mínimo, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, abertura de escolas, Institutos Federais e campi de universidades públicas nos municípios rurais, entre muitos outros.

É justamente por constatar que a histórica realidade injusta, cruel, desumana e desrespeitosa começa a ser mudada no Semiárido, que o povo desta região se expressa majoritariamente e, por vez, maciçamente, pela continuidade do projeto político que aí está sendo construído.

Neste contexto, a ASA repudia as afirmações de todos aqueles e aquelas que caracterizam o Semiárido e o Nordeste como lugar de povo desinformado e incapaz, desmerecem o nosso voto e expressam nos meios de comunicação seus preconceitos e desconhecimento da realidade. O fato de Dilma ter maioria de votos em Estados como o Piauí merece, sim, muita reflexão, mas para perceber que o Brasil anterior aos governos Lula e Dilma não existe mais. Hoje temos mais dignidade. Pena, que quem traz tamanha carga de preconceito contra nossa região, seja justamente quem teve a oportunidade fazer diferente e preferiu apostar na velha política do “combate à seca”.

Nós, que não aceitamos mais nenhum tipo de violência, física ou simbólica, explicitamos aqui que o voto do povo do Semiárido é um voto inteligente, que expressa sua vontade, sua história e seus processos de convivência com a região. Expressam nosso direito de ampliar e consolidar políticas como as de convivência com o Semiárido que estão em vigor.

Ampliar e consolidar significa também que o processo de convivência ainda exige muitas outras ações e políticas que precisam ser assumidas pela Presidenta Dilma, a exemplos da Reforma Agrária e do reconhecimento e legalização do direito ao território de povos e comunidades tradicionais; da democratização dos meios de comunicação; do enfrentamento da monocultura; do controle e diminuição do uso indiscriminado de agrotóxicos, e outras questões que estão diretamente relacionadas à vida no campo e na cidade.

Sabedora do significado de cada uma das candidaturas, a ASA vem manifestar seu apoio ao projeto representado pela Presidenta Dilma Rousseff, conclamando a mesma a incorporar em seu programa de governo os pontos acima descritos, pois isso significaria aprofundar e explicitar mais e mais a opção pelos mais pobres, pelos excluídos e pela convivência harmônica entre pessoas e natureza.

Neste contexto, a ASA conclama todas as organizações, famílias e pessoas que aqui vivem, e que tiveram suas trajetórias mudadas nos últimos anos, a ocupar as ruas e as umas por mais vida e mais dignidade no Semiárido.

PeloSemiáridoDilma

Recife/PE, 10 de outubro de 2014

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)